

JOACHIN AZEVEDO NETO

(ORGANIZADOR)

HISTÓRIA: REPERTÓRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS E HISTÓRICAS



Atena
Editora

Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



História: repertório de referências culturais e históricas

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Joachin Azevedo Neto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: repertório de referências culturais e históricas /
Organizador Joachin Azevedo Neto. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0514-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.146220209>

1. História. 2. Conhecimento. I. Azevedo Neto, Joachin
(Organizador). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra *História: Repertório de referências culturais e históricas* consiste em uma compilação de artigos acadêmicos que lançam importantes e criteriosas reflexões tanto acerca da pluralidade de recortes temáticos, fontes documentais, bem como das múltiplas formas de se buscar compreender sociedades e culturas situadas em variadas temporalidades.

Buscamos inserir a sequência dos textos em uma lógica dotada de certa linearidade a partir dos temas tratados pelos(as) autores(as), mas sem obedecer a esquemas cronológicos rígidos. A complexidade da construção dos saberes históricos aponta para a necessidade de se considerar os diálogos – com rupturas e continuidades – que distintas épocas mantêm. Leitores dessa publicação terão contato com discussões historiográficas em torno da História do Direito, de práticas escravistas e formas de resistência negra pelo viés decolonial. A História das Mulheres, campo de investigações extremamente urgente para a atualidade, também foi aqui contemplado com estudos relevantes. Nesse mesmo diapasão, a História da Música e das Artes receberam merecido destaque nas páginas seguintes. Identidades, formação docente, ensino de História e as crises humanitárias que permeiam o neoliberalismo global compõem a parte final desta obra repleta de contribuições científicas importantes.

Sendo assim, a diversidade de temas de pesquisa histórica aqui abordados deu os subsídios necessários para que o presente livro possa vir a contribuir para a formação de iniciantes no universo das Ciências Humanas ou o aprofundamento de questões empíricas sob as quais trabalham professores e investigadores mais experientes. Esse mosaico de produções acadêmicas agrega também a possibilidade de circular em diferentes setores da sociedade que estão comprometidos com o interesse público e a necessária ponderação sobre cidadania nos tempos atuais.

A obra *História: Repertório de referências culturais e históricas* apresenta verificada densidade teórica e metodológica, perceptível nas considerações feitas por autores que destemidamente demonstraram que o conhecimento histórico, pautado em estudos sérios e consequentes, continua sendo possível e indispensável no mundo que vivemos.

Joachin Azevedo Neto

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SENTIDOS PARA UMA TRANSIÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE O CAMPO JURÍDICO NO PERÍODO MONÁRQUICO	
Marcus Vinícius Duque Neves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202091	
CAPÍTULO 2	13
A FESTA DA SANTÍSSIMA TRINDADE NO HOSPITAL LÁZAROS: DEVOÇÃO E PARADOXO	
Márcia Valéria Teixeira Rosa	
Dijavan Mascarenhas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202092	
CAPÍTULO 3	27
LUTAS CONTRA A ESCRAVIZAÇÃO ILEGAL E A IMPUNIDADE NO CEARÁ DO SÉCULO XIX	
Antonia Márcia Nogueira Pedroza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202093	
CAPÍTULO 4	38
CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS: MULHERES NEGRAS, HISTÓRIA E IDENTIDADE	
Edineide Jorge dos Santos	
Maria Jorge dos Santos Leite	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202094	
CAPÍTULO 5	50
ARANDO O TORTO DESTINO DOS DESCENDENTES DE ESCRAVIZADOS NO BRASIL	
Maurício José de Faria	
Regina Aparecida de Moraes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202095	
CAPÍTULO 6	61
JOSEPH KI-ZERBO E CLÓVIS MOURA: TRAJETÓRIAS E HISTORIOGRAFIAS ATLÂNTICAS	
Elio Chaves Flores	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202096	
CAPÍTULO 7	75
A DITADURA DEMOCRATIZADA: AS MATRIZES HISTÓRICAS DO CENTRALISMO POLÍTICO NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO ANGOLANO E MOÇAMBICANO	
Jochua Abrão Baloi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202097	

CAPÍTULO 8	89
A FORMAÇÃO DOCENTE FEMININA NO PIAUÍ (1900-1930): ESCOLA NORMAL COMO INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL FEMININA	
Lorena Maria de França Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202098	
CAPÍTULO 9	100
ENTRE MEMÓRIAS E DISCURSOS: A ESTRUTURA DA NARRATIVA DE <i>O CHORO</i> , DE 1936, E SUAS CORRELAÇÕES NA HISTORIOGRAFIA DA MÚSICA URBANA BRASILEIRA	
Denis Wan-Dick Corbi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202099	
CAPÍTULO 10	111
CIDADE E MÚSICA: ESPAÇO E OBJETO DE RELAÇÃO DE MEMÓRIA	
Angela Maria da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020910	
CAPÍTULO 11	119
AS MULHERES NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ (1950 A 1970)	
Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020911	
CAPÍTULO 12	131
ENTRE O BARROCO E O MODERNO: REPRESENTAÇÕES DA CIDADE NA PINTURA DE YARA TUPYNAMBÁ	
Marcelo Cedro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020912	
CAPÍTULO 13	172
O ENSINO DE HISTÓRIA NOS LIVROS DIDÁTICOS: PROPOSTAS DE APRENDIZAGEM NOS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS	
Nathalia Vieira Ribeiro	
Darcylene Pereira Domingues	
Júlia Silveira Matos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020913	
CAPÍTULO 14	182
A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E A DOCÊNCIA JURÍDICA: ESTADO DA ARTE	
Maria Aparecida de Almeida Araujo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020914	
CAPÍTULO 15	192
DOGMA 95: A FESTA DOS IDIOTAS E A CRISE DA ARTE NA PÓS-MODERNIDADE	
Felipe Monteiro Pereira de Araújo	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020915>

CAPÍTULO 16.....204

DA SUBJETIVIDADE À FORMAÇÃO DE IDENTIDADES POLÍTICAS: UMA INVESTIGAÇÃO
A PARTIR DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

Fabício de Oliveira Farias

Flávia Ferreira Trindade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020916>

CAPÍTULO 17.....215

RELIGIOUS FREEDOM, A HUMAN RIGHT IN CRISIS

Maria Helena Guerra Pratas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020917>

CAPÍTULO 18.....225

TEMPO E CRISE NO 2º GOVERNO DE VARGAS: UM OLHAR A PARTIR DO
PENSAMENTO DO INTELLECTUAL HÉLIO JAGUARIBE

Cleber Ferreira dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020918>

SOBRE O ORGANIZADOR.....233

ÍNDICE REMISSIVO.....234

CAPÍTULO 1

SENTIDOS PARA UMA TRANSIÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE O CAMPO JURÍDICO NO PERÍODO MONÁRQUICO

Data de aceite: 01/09/2022

Marcus Vinícius Duque Neves

Doutorando
Universidade Federal de Ouro Preto

RESUMO: As práticas jurídicas no Brasil das décadas iniciais do século XIX é um tema que está submetido a análises esporádicas dentro de pesquisas mais amplas sobre a história institucional deste período. Há dificuldades documentais e metodológicas para a compreensão de aspectos cotidianos relacionados com a criação de um novo campo jurídico, que não estava no centro das preocupações iniciais, engolido pelas preocupações políticas e diplomáticas. Uma transição de práticas e valores foi realizada, lentamente, refletindo nas distintas instâncias dos foros, nos interiores e nas poucas cidades onde estavam a maioria dos bacharéis, inicialmente e por muito tempo, todos originários ou associados diretamente à classe dos proprietários. Administração e política se apresentavam com novos limites e autonomia relativa, porém sempre articulados com os poderes tradicionais. Este artigo se propõe a contribuir para o entendimento das articulações transitórias e dos aspectos estruturais que regeram as relações dialéticas entre jurídico e político na construção da nação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Instituições, Direito, História.

ABSTRACT: Legal practices in Brazil in the early decades of the 19th century are subject

to sporadic analysis within broader research on the institutional history of this period. There are documental and methodological difficulties in understanding everyday aspects related to the creation of a new legal field, which was not at the center of initial concerns, swallowed up by political and diplomatic concerns. A transition of practices and values was carried out, slowly, reflected in the different instances of the forums, in the countryside and in the few cities where most of the bachelors were, initially and for a long time, all originating or directly associated with the class of owners. Administration and politics presented themselves with new limits and relative autonomy, but always articulated with the traditional powers. This article aims to contribute to the understanding of transitory articulations and structural aspects that governed the dialectical relations between legal and political in the construction of the Brazilian nation.

KEYWORDS: Institutions, Law, History.

MONARQUIA E LIBERALISMO ENTRE MUITAS FORMAS JURÍDICAS

Uma história da transição social que se produziu no Brasil durante o longo período monárquico sempre apresenta dificuldades para articular os aspectos mais gerais e as narrativas históricas que abordam em detalhes aspectos pontuais. Autores vindos da área jurídica, que, com poucas incursões historiográficas e de pesquisa próprias, tocaram as superfícies institucionais produziram importantes trabalhos, mas poucos desenvolveram pesquisas de

fôlego. As entrelinhas, as faltas e omissões, o cruzamento de reminiscências de uma história de abordagens tradicionais permeia muitas obras. Os aspectos culturais, a definição de conceitos, apoio de metodologias e outras formas de auxiliar a produção da narrativa histórica para desvelar sentidos mais profundos e testar hipóteses, ficaram prejudicados nessas análises que primaram pelo legislado e o político.

No entanto, quem pesquisa nesta área logo se dá conta que o início do século XIX convida o historiador do Direito a pensar o constitucionalismo e as ideias políticas, sua organização, representatividade, rupturas e continuidades. A sucessão de momentos políticos de suma importância para a independência e para a organização da nação independente tem a força de atração que monopoliza todas as atenções. Mas, em sua enorme complexidade, o século XIX também convida ir além.

Como já foi muito citado, J. J. Canotilho, o eminente constitucionalista português, nota que no início do século XIX há uma mudança do sentido de constituição, de uma constituição da sociedade, da *res publica*, para uma constituição do Estado. E é nesse momento que surge a primeira Constituição brasileira (CANOTILHO, 88-89).

O projeto constitucional seria a ampliação, neste sentido, da própria ideia de lei como uma base comum de proceder na resolução de conflitos, de gerir o aparato de controle e manter as condições para a dominação de classe. Este grupo direciona para si as vantagens oriundas de estar no controle destes dispositivos, restando à quase totalidade dos subalternos apenas as disposições do direito penal, para mantê-los sobre estrito controle. Neste sentido, pesa entender o papel posterior das análises marxianas na posição crítica de que muitas mudanças nesta transição se realizam para não permitir que a estrutura de domínio de classe se rompa. Em especial, poderemos citar a obra de Pachukanis para entender o papel do direito na história (PACHUKANIS, 2017).

Em um novo Estado, cujo surgimento não rompe com todas as amarras econômicas, muito menos ainda com seu lugar na divisão internacional do trabalho de então, essa transição jurídica se faz em limites estreitos e lentamente. Em geral acompanha uma mudança geral da cultura, de um caráter ideológico para outro. E esconde as contradições de um renovado sistema de dominação que se insinua na forma do liberalismo, absorvido de forma interessada, limitada. A escravidão é lida neste liberalismo em sua vertente eurocêntrica e de obras dos séculos XVI e XVII, não nas obras de fins do século XVIII e início do século XIX. Lembremos que, em grande medida, a função do direito para as elites modernas e contemporâneas é de espelhar de modo falso a realidade econômica para o resto da sociedade, e essa leitura do liberalismo na nova nação estreatante foi funcional (CARVALHO, 2008; CARVALHO; 2015; LOPES, 2011).

Criar uma razão pública em um meio onde a maioria dos atores sociais carece de autonomia. Teria sido esta a função do direito no raiar da nacionalidade brasileira e no início da construção do estado nacional? O que seria esta razão pública? O que seria razão pública entre 1822 e 1842? Ou razão pública não havia, onde se construía o público pela

ocupação de cargos quase exclusivamente pela troca política?

Os autores têm dado respostas diferentes, por vezes divergentes, por vezes congruentes a estas questões. Nestas análises cabem questões preliminares a tratar. Entre as questões de fundo, se seria um movimento filosófico-positivo o de constituição da nacionalidade. O positivismo filosófico também já carregaria no seu interior o positivismo jurídico e este desenvolvimento teria se dado funcionalmente à oposição entre a ordem jurídica anterior e a posterior? Vários indícios de que, sim, de que reforçar a autonomia da lei das condições em que se produz e reafirma-la como razão foi uma forma do liberalismo de combater as tentativas de outras soluções para as “questões sociais” que apareciam desde a Revolução Francesa. O Positivismo seria em parte um substituto para a autoridade absolutista do Rei, agora encarnada no Estado Nacional. Onde fica a razão pública então, onde a cidadania é formal e sua condição de acesso, similares às das fidalguias ou outras formas de benesses, transplantadas para o registro burguês, no voto censitário indireto e nas elegibilidades muito limitadas, na presença de Senado vitalício e títulos nobiliárquicos dados a políticos proprietários? (CARVALHO, 2008; CARVALHO; 2015; NEDER, 2016).

Se a política tinha sua atenção no que ocorria pela Europa, no fechado mundo dos juristas as discussões teóricas entre figuras do mundo jurídico-político português, entre o jusnaturalismo e um positivismo jurídico nascente, estavam já presentes ao menos desde o governo do Marquês de Pombal. Tal discussão era corrente entre a elite jurídica formada em Coimbra, se apresentando, por exemplo, na obra sobre o direito natural de lavra do inconfidente Tomás Antonio Gonzaga (AZEVEDO, 2004; LOPES, 2011).

Seria a afirmação de um mundo jurídico dos bacharéis, uma afirmação de um positivismo contra um jusnaturalismo? Em que medida?

É possível que, até certo ponto o jusnaturalismo fosse desinteressante como forma de filosofia jurídica para um país que adentrava uma modernidade com a superação de sua condição de colônia, porém, não superava sua condição periférica na ordem econômica mundial e sequer pensava seriamente em superar sua condição de estado escravocrata.

A lógica que regia o jusnaturalismo, colocada em confronto com a nova ordem, tendia a seguir um ideal de maior liberdade aos estratos mais baixos da sociedade. Mas era uma tendência que nem sempre se realizava, pois ali residia um núcleo individualista e condizente com o paradigma burguês.. O jusnaturalismo defendia ser o justo, natural. Tal natureza podia ser observada no concerto do mundo político e a observação da escravidão no século XIX era seu aspecto declinante. Assim, o positivismo de corte liberal-hobbesiano, que fazia decorrer da lei o justo, defendia a soberania como a noção de que o direito então existente era inatacável. Hobbes era um autor da luta contra o absolutismo e, este, colonialmente e localmente interpretado no Brasil, tinha sido “vencido” na imagem fantasmagórica da antiga Metrópole, não na submissão da monarquia pela burguesia, que aqui já necessitavam apenas de uma revitalização de seus acordos em novas bases. Além disso, mais perfeitamente à situação periférica em relação ao centro econômico do

mundo, as relações particulares, a obra de Hobbes não suscitava contradições em relação à escravidão, que este condenava apenas em relação a sua presença na Europa (LOPES, 2003, LOPES, 2011).

Entre tantas influências, e sobreposições de poderes e instituições, como equacionar o historiador do direito, na sua escrita, uma síntese?

Segundo Reinaldo Lopes, os juristas no Brasil do início do século XIX colocaram o Estado no centro de sua reflexão, o que significava opor-se às teorias jurídicas liberais e jusnaturalistas que haviam vigorado nos séculos XVII e XVIII, porém, sem se livrar dos vocabulários provenientes destas duas vertentes do direito, o resultante seria uma síntese que vários autores acabaram por chamar de “liberalismo autoritário” (LOPES, 2003: 217).

Tal “liberalismo autoritário” teria se constituído no Brasil sob uma base muito peculiar, pelo processo único de constituição de um governo que rompeu laços coloniais com a antiga metrópole através de uma espécie de acordo familiar, portanto, consensual, dentro da própria família real, o que em si já deixa explícita a visão privatista monárquica, em acordo com as elites proprietárias escravistas locais, onde o projeto de país se conforma em uma “continuidade subalterna” frente à organização internacional, sem perspectivas modernizadoras significativas.

A autoridade dos mandões locais foi reconhecida e cooptada para dentro do sistema político, por um poder central temeroso com possíveis rompimentos de base caudilhesca e/ou regionalista. Este ponto ainda não foi equalizado de todo na historiografia. Outro ponto a equalizar é a presença dos rúbulas, principalmente dos rúbulas negros e mulatos a advogar as causas da liberdade, principalmente após 1840. Outro, ainda, é o do papel dos jornais e obras jurídicas, e como conformavam a visão geral sobre o direito no XIX para os vários grupos sociais.

Onde estão os eixos de contradições fundamentais que estruturam o campo jurídico brasileiro em sua construção que se deu com um olho na Restauração Francesa e outro no Constitucionalismo Ibérico, já separada das instituições portuguesas, mas, ligada indiretamente à sua herança cultural escolástica e jusnaturalista?

Essa construção de uma nacionalidade ao longo do século XIX estaria inserida em um contexto de contradições de uma economia internacional que pretende ao trabalho livre, mas, que localmente não concebe tal possibilidade, dependente que é do mais profundo sistema escravocrata, o que levava necessariamente ao abandono do jusnaturalismo, já que este se arvorava como uma construção em que a lei decorre do justo, o que acarretaria problemas quando em conjunto com o progressismo, a linha do iluminismo que acompanhava o liberalismo, e caminha para o positivismo, onde o justo é o que decorre da lei, assim, podendo conceber o progresso técnico com o conservadorismo social e político, revirando do lugar da técnica do Direito como lugar progressista para o Direito como técnica do Estado esvaziada de conteúdo social (DOHLNIKOFF, 2014; PRADO, 2005; LOPES, 2003).

Antes da independência, tal dilema não clamava por solução teórica, resolvida na condição subordinada à metrópole, vista como justificada em outro tipo de “contrato” que tinha o súdito e o soberano como polos. E o escravo, como não súdito, não era “sujeito de direito”. Após a independência, a ideia de “cidadão” pertence às elites maiores e menores, mas, a continuidade do sistema súdito-monarca se enfraquece, em prol do fortalecimento do constitucionalismo, nova forma que se pretende filosófico-contratual. Enfraquecida a ideia de súdito, a ideologia de caráter duplicado na forma do monarquismo de caráter divino-messiânico e de caráter autoritário-divino deve se conformar a ideia do contratualismo, base do liberalismo. Deve haver duas formas de contratos ideais dentro desse duplo referencial: Um contrato que bebe na tradição monárquica anterior, com lastro divino, que no caso brasileiro se insere na continuação do Padroado, entre súditos gerais e o Imperador, mais direcionado ideologicamente à base das classes subordinadas; e outro contrato entre as elites e a monarquia, de caráter racional-liberal (LOPES, 2003).

Qual o lugar, onde está o sentido popular, naquilo que não cabe, portanto, na forma ideal destes contratos ideais desigualmente sobrepostos – um de súdito, outro de cidadão – das demandas e anseios dos grupos subalternos em que esse esquema parece carecer de sentidos?

Uma possibilidade de pesquisa que vise responder a esta questão é o interstício de difícil acesso histórico do direito dos pobres, de como funcionavam as pequenas demandas, quem falava pelos escravos e pobres, principalmente aqueles isolados pelos rincões, em um país recém-saído da condição colonial, onde não se reproduziram as formas da economia de mercês descritas por Antonio Manuel Hespanha de forma magistral em seu *Imbecillitas* (HESPANHA, 2010).

Como o espaço é pouco, irei por um dos caminhos que pesquiso, para dar uma pequena ideia nesta comunicação: O caminho dos rúbulas, os advogados não formados, geralmente associados à ideia de um “advogado dos pobres”, ainda que não só.

Não temos referências positivas aos rúbulas no século XIX brasileiro. O termo só é utilizado de forma pejorativa, no máximo, de forma neutra. Essa falta, esse uso pejorativo constante nos mostra algo de uma cultura jurídica em transição. Essa transição tem embutida em si certa leitura das luzes, da razão, que valoriza a educação formal, bacharelesca.

A transição jurídica do século XIX precisa também ser contada compreendida em relação a uma cultura jurídica anterior, que têm uma forte tradição, fundada em princípios de poder desenvolvidos e escorados em um imaginário coletivo construído ao longo de séculos, e que está sendo desclassificada ou realinhada por uma nova cultura jurídica que está focada em se afirmar como racionalidade pura, herdeira do cientificismo iluminista. E essa nova forma, tão ideológica e tão tributária de fontes imaginárias, não pode subsistir e se sobrepor se não destruir o prestígio dos que detinham as práticas da forma anterior. Três grupos detinham estas práticas: Os bacharéis portugueses, o clero e os rúbulas. O

alvo escolhido pela nova cultura jurídica, diga-se, elitista, para reforçar sua própria posição de iniciantes bacharelescos, foi principalmente os rúbulas, o grupo mais fraco desta tríade no início do XIX, no Brasil (FILHO, 2007, ADORNO, 1988).

Mas, pouco se sabe da cultura rabular do período colonial. Então, parte-se do que se sabe do próprio século XIX, onde havia uma necessidade do provisionamento pela falta crônica de bacharéis, e há de se perguntar se a precariedade dos rúbulas é um fato preciso ou se, em uma visão culturalmente mais exata, não pode ser adjetivada assim, sendo essa precariedade insinuada como um choque de visões sobre o direito e seu futuro no país recém-independente. Também há de se perguntar se o olhar dos bacharéis em direito, formados do século XX em diante - portanto, dentro da chamada “cultura bacharelesca” - e que se aventuraram a narrar com pretensão memorialística ou histórica sobre um momento histórico onde funcionalmente e numericamente os rúbulas se faziam muito presentes, é adequado a captar uma visão social mais ampla sobre esse grupo. Questões sobre a validade desses mesmos esquemas e mesma hierarquização nos extratos mais baixos da sociedade, também continuam, em grande medida, em aberto, muitas vezes se contradizendo em narrativas que querem exaltar uma cidadania e participação mais extensa e um mundo autoritário e hierárquico que presumiria a restrição do uso destes termos na realidade. São apenas algumas das questões que estão pendentes nessas análises (FILHO, 2007; FILHO, 1982).

O que podemos afirmar é que no cotidiano, muitas vezes o bacharel era tratado pelo título ‘doutor’ ou pelo termo ‘jurista’ assim que iniciava suas atividades no foro. Essa impropriedade nos usos dos termos tem relação com a forma hierárquica da sociedade e, muito provavelmente, foi intensificada pela cultura de formalidades de tratamento comum ao foro. Essa mesma forma hierárquica possivelmente está na forma livre e sem nenhum cuidado ou medo de ferir suscetibilidades, com que parlamentares, autoridades e políticos utilizavam negativamente o termo ‘rúbula’, de forma desclassificatória ou como xingamento, em suas falas parlamentares, textos e discursos públicos (FILHO, 2007; FILHO, 1982; PUNTONI, 2003).

O rúbula, oriundo de uma tradição oral das consultas jurídicas e de aconselhamento “de aldeia” foi associado pelos bacharéis ascendentes a um “falador”, um loquaz opinador sem formação que repetia brocardos jurídicos cuja profundidade desconhecia, operando na superfície da aparência do conhecimento jurídico, pelas aldeias ou vielas das cidades, atendendo de forma precária aos seus clientes. Fazer parecer superadas estas formas antigas e tradicionais de proceder baseadas em noções gerais e fórmulas prontas, mas, inteiramente funcionais, foi parte da estratégia dos bacharéis para ganhar notoriedade e se fazer símbolos de uma modernidade que desejavam incorporar (FILHO, 2007, PENA, s/d).

Porém, a linguagem didática e coloquial dos rúbulas era essencial na política local. Eles eram importantes “nós” nas redes de sociabilidade que detinham uma espécie de cultura de transição e, como transmissores de informações em uma sociedade

muito hierarquizada, também estavam na posição de tradutores culturais de leis que se mantiveram, da parte da tradição que se mantinha como também da nascente nova esfera pública (FILHO, 2007).

Alguns rúbulas se ligavam a advogados formados, bacharéis em leis e Cânones, formando uma rede de atendimento que se complementava e dividia hierarquicamente funções no foro. Não raro, rúbulas se constituíam como auxiliares dos bacharéis, situação que se tornaria comum com o advento da nova ordem. De leitores públicos por excelência, tradutores e conselheiros, os rúbulas foram se tornando uma figura que simbolizava precariedade e uma situação subalterna em um sistema maior que não possuía profissionais adequados em número suficiente, suportando, assim, os provisionados como sucedâneo não ideal (ADORNO, 1988; FILHO, 2007).

Contribuía para a consolidação dessa nova visão o fato que muitos provisionados exerciam a advocacia como segunda profissão. Por exercerem outras profissões, estavam em contato mais próximo com outros grupos profissionais, como tropeiros e viajantes, por conta das pequenas contendas comerciais. Assim, também, contribuía para a manutenção das relações comerciais e de apoio tradicionais, onde se identifica as relações de crédito familiares, as dívidas com base em registros informais, a ação dos agiotas locais, os sistemas de confiança baseados em relações paternalistas da família estendida (FILHO, 2007).

As contradições sobre os limites das narrativas que enaltecem os aspectos participativos, e que se confronta com o autoritarismo e a hierarquização, principalmente nos extratos mais baixos da sociedade, se resolve em boa parte com a análise ideológica de como foi recebido o liberalismo nas elites brasileiras. Os liberalismos inglês e estadunidense já eram limitados em liberdades para os desfavorecidos, como continuam até hoje, esvaziados de sentidos coletivos: uma ideologia de dominação interna e externa exatamente pela sustentação de um jargão universalista que convivía com uma ‘cidadania para poucos’ e que escondia seus significados mais profundos. Tal jargão, criado em sociedades extremamente desiguais, que se livraram das formas de escravidão tradicionais, se sentiam à vontade em outra sociedade também profundamente desigual que mantinha estas formas, e que tinha grupos que pretendiam se livrar destas formas lentamente (NEVES, 2003; LOPES, 2003).

As faltas e contradições do sistema político-jurídico do início do Brasil independente são similares às que estarão no início da República. Podemos inferir que foi na falta de referências positivas do bacharelismo e da política ao estrato mais baixo de rúbulas e funcionários que se originaram os preconceitos e a invisibilidade das práticas culturais e políticas dos “de baixo”. Também desta desclassificação, que mantinha a ordem hierárquica de outro modo, muito similar ao anterior, derivava o modo como se relacionavam os rúbulas, escrivães e pequenos amanuenses, no contexto institucional, com as autoridades e grupos que no mundo social estavam em posição hierárquica tradicional sobre suas

próprias posições.

O surgimento do bacharelismo como uma nova forma de elitismo condizia com a transição proposta pela aliança entre velhas e novas referências. Resguardar o controle social mudando-lhe a forma se tornara o projeto condizente com as propostas de modernização social. Assim, a partir da formação de um prestígio calcado em títulos acadêmicos que reiterava a imagem de sábios dentro da ordem burguesa, criou-se uma nova geração destinada a ocupar a nova estrutura do Estado. Tal grupo era proveniente quase todo do estrato dos políticos tradicionais, sendo a maior parte também grandes proprietários. Os limites da formação acadêmica produziam limites à crítica, mantendo o vínculo que os colocava como representantes das novas fórmulas de controle social que estão na origem da noção contraditória de mérito que permitiu a atenuação da discussão sobre as questões sociais e a justificação da desigualdade. Quando do processo que trará o surgimento das classes médias, iniciado timidamente no momento da independência política do país, as contradições do liberalismo introduzido como discurso de modernização política impediu que processos radicais entrassem em discussão. Assim, a permanência de um mesmo grupo no poder, um grupo oriundo de uma divisão dentro do poder político anteriormente hegemônico, não levou a um processo de resolução gradual de problemas, já que o que se dá é um novo rearranjo. Quando do estabelecimento de uma estrutura para a introdução de uma forma de educação política para os novos representantes da classe dominante, as contradições são varridas para um contexto próprio a um discurso público filtrado e 'pasteurizado' pelo jargão jurídico (FILHO, 1982; ADORNO, 1988).

Este tipo de processo mediado pela criação jurídica foi comum em diversos contextos históricos do período que transita da modernidade à contemporaneidade, onde o ideário burguês inclui a formação de um padrão jurídico cujo núcleo duro se caracteriza por princípios comerciais absolutos que definem dali todas as áreas do Direito, como mostrado por críticos como Evgeni Pachukanis (PACHUKANIS, 2017).

O BACHARELISMO COMO IDEOLOGIA DA RAZÃO (MAS, QUAL RAZÃO?)

Se o bacharelismo ao longo do século XIX era visto como um dos esteios do processo evolucionário da razão, por que motivo as leis civis foram tão lentamente apresentadas e aprovadas, e um código civil só aparecerá na República, em 1916? A resposta está vinculada à eficiência do arranjo ideológico existente durante o século XIX no que toca ao registro e questões civis. A existência de uma monarquia em que o chefe da Igreja era o próprio Rei, sendo os padres funcionários públicos e depositários responsáveis pelos registros públicos, ao mesmo tempo em que responsáveis como conselheiros e fiscais das famílias, tudo isso em meio a uma população em geral muito católica, não levantava entre as autoridades motivos sérios para mudar este padrão de costumes e leis. Apenas o comércio recebeu leis próprias por conta das forças econômicas que a exigiam: o Código

Comercial foi promulgado em 1850, em momento de crescimento das relações econômicas com o exterior e, portanto, maior integração do país com a burocracia bancária e outras questões exigidas pelas mudanças no comércio mundial. Como vimos, o bacharel é o jurista que, assim, cabe a ele apenas reconhecer o mundo e suas leis como são: sua função é de um defensor do *status quo* conservador das estruturas que transitam do mercantilismo para o capitalismo (CARVALHO, 2015; PACHUKANIS, 2017; LOPES, 2011).

Já em termos de Direito Penal, o sistema parlamentar foi muito mais rápido em assegurar um novo padrão de resguardo da propriedade e da aplicação de punições: em 1830 já havia um código penal disponível, nem tão moderno, mas, que assegurava a clareza necessária para a repressão aos escravos e permitir com mais desenvoltura a descentralização das funções policiais e judiciais, que a lei de 1827, sobre o Juizado de Paz, já adiantara. A presteza legislativa é condizente com o *status quo*: este precisava reforçar sua proteção, precisava debelar os que estão abaixo, submetidos pela força e que podem se rebelar (CARVALHO, 2015).

Esses fatos nos insinuam que antes de tudo, a cultura rabular era civil, comercial e familiar. Em geral de baixos valores, nos grupos intermediários ou interioranos, mas, não menos importante, já que a maioria das transações e ações judiciais ocorria nessas esferas. Não penal, já que esta parte das leis tinha aplicação pelo particular, em punições disciplinares que ocorriam no patriarcado, dentro da família estendida ou na relação escravocrata e, em termos de delitos mais graves, pulava da esfera do rábula para a esfera jurídica superior, dos promotores e magistrados detentores da formação superior própria. Porém, onde a economia das trocas políticas resistia em outras roupagens (FILHO, 2007; ADORNO, 1988).

Assim, podemos ver um mundo jurídico de nuances, hierárquico e patriarcal, cujos patamares são descontínuos. Os rábulas ocupavam um interstício não claramente delimitado entre os poderes de julgar e punir patriarcais/senhoriais, não alcançados pelo direito, e as funções formais dos advogados togados como representantes dos interesses dos grandes proprietários e funcionários do estado, junto ao aparelho judicial e político (FILHO, 2007).

Em uma cultura judicante popular ainda marcada pelo viés de um simbolismo arcaico, os rábulas eram os ‘aprendizes de feiticheiros’. Traduzir o mundo hierarquicamente acima, para os pobres era estar percorrendo diariamente uma ponte entre dois mundos, com imaginário, regras e trocas diferentes. Esse mundo era de um “direito menor”, de causas civis, onde dominava problemas de locação, empréstimos, de problemas entre vizinhos, sucessões de pequena monta, problemas familiares e pequenas causas comerciais. Por vezes alcançava o juízo de órfãos e outras causas especiais. (OLIVEIRA, 2002).

A continuidade monárquica foi uma continuidade também de todo um arcabouço simbólico para os desfavorecidos da sociedade, onde nada foi muito revirado: Os pobres se relacionavam com as figurações da realeza como uma espécie de totalidade atemporal,

enquanto se relacionavam com os outros poderes e autoridades como parcialidades temporalmente marcadas. Para os estratos intermediários que ficavam entre a cultura popular e as novas organizações políticas o simbolismo reformado não se afastara tanto do antigo. Era como se a nova fórmula de tripartição de poderes, parcialmente subordinada ao Poder Moderador, restaurasse a noção dos “dois corpos do Rei” ao mesmo tempo em que abria uma nova temporalidade marcada por uma renovação dos poderes logo “abaixo do rei”. Havia no discurso e na orientação dos fatos da Independência uma miscelânea de tradições, permanências, novidades e mudanças que parecia muito coerente aos que viveram a época (CARVALHO, 2015; LOPES, 2011; OLIVEIRA, 2002).

Não foi à toa que o milenarismo sobreviveu em rincões dos interiores, como deixou claro o episódio de Canudos no início da República. Eles não lutavam pela Monarquia, como foram acusados por seus detratores, mas, lutavam por si, por suas liberdades e auto-organização, em um registro simbólico persistente, presente na cultura oral sertaneja desde muito antes.

Nisso, podemos afirmar que como arautos de uma “razão nova”, os bacharéis estavam longe do popular, logo, do povo. O choque talvez fosse inevitável.

Parece, porém, que havia outro tipo de ponte entre razões “velhas” e razões “novas” que não era bem uma ponte, mas, talvez fosse um pêndulo: O prestígio do clero como um grupo de intelectuais de onde alguns grandes pensadores eram capazes de compreender o mundo jurídico através de seu conhecimento (nem sempre profundo) do Direito Canônico. Casos de uso político deste prestígio, como a biografia de Diogo Feijó mostra, não foram incomuns (JÚNIOR, 1980).

Exatamente por serem os padres funcionários públicos e depositários responsáveis pelos registros públicos, assim como também responsáveis como conselheiros e fiscais das famílias, uma grande parcela da vida cotidiana, social e pública, se via concentrada na Paróquia. Esta era, ao mesmo tempo, cartório para fins de nascimento, casamento e morte, além de registro eleitoral e de acontecimentos de importância coletiva, registrados no livro do tombo. A autoridade religiosa e seus ritos revestiam as relações do indivíduo com o público e, por conseguinte, com o estado (CALDEIRA, 1999; CARVALHO, 2008).

Portanto, o bacharelismo encontrava na “política de aldeia” da paróquia, um limite ao seu prestígio autoarrogado, encontrava uma estrutura que lhe resistia. A ideia da formação universitária como “aquisição de luzes” e de parte inescapável à construção do prestígio por maior conhecimento e razão não vicejava fora das elites cidadinas com facilidade. Entendendo que essa diferenciação de esferas se realizava na própria clivagem entre o descompasso entre a estrutura econômica escravista sob o novo tipo de governo, dentro de um mercado mundial mais dinâmico e que produziu regras que precisavam ser absorvidas em áreas jurídicas relativas a estes negócios, podemos observar a absorção seletiva da modernização pelas parcelas dominantes, conforme suas posições relativas dentro do sistema. As diferenças entre as parcelas da classe dominante ficam mais claras

comparando a importância simbólica relativa de diferentes representantes de grupos da Independência ao período final da Monarquia. No início, temos um prestígio público próprio do contexto da ruptura, anterior ao bacharelismo. Quanto este prestígio transita para do primeiro ministro da Justiça, o Padre Diogo Feijó, há uma inversão importante, ainda que ali se mantivesse o projeto bacharelesco. Sua posterior participação nas Regências simbolizou uma transição que tinha um núcleo político de acordos em torno de interesses que eram imediatos. Ele simbolizava com perfeição essa dicotomia do jurídico como algo terreno e divino do Antigo Regime e um novo padrão de costumes. Sua biografia mostrou esses limites que se colocavam entre o pretense moderno e a tradição anterior, enquanto se debatia os rumos do projeto de nação. (CALDEIRA, 1999; JÚNIOR, 1980).

Assim, a pesquisa do jurídico no século XIX deve atentar para este tipo de fato, não apenas idealizar o jurídico e suas razões em espelho com o que os juristas da época criavam para si mesmos como justificativas. Esse é um dos caminhos, que exemplificamos aqui, para entender que as “razões do Direito” no centro dos embates sociais da época não eram estanques, como também não se esgotavam em si mesmos e nem era um debate de ideias: As “razões do Direito” eram parte de uma luta ideológica que visava conformar um projeto tateante de instituições de uma classe dominante dividida quanto a várias temáticas. Assim o Direito não era um conjunto de dispositivos, mas, parte da luta política e social que se produzia dentro de algumas regras que, a depender do contexto e das relações de força, se mostravam mais ou menos elásticas. Estas parcelas da classe dominante concordavam em alguns aspectos, como no fato de avaliarem de um ponto de vista pragmático, ser o Brasil um país novo e comercialmente dependente. Lutavam para determinar os sentidos e a elasticidade das regras a favor de suas opiniões e interesses dentro de suas determinações internas. Mas a articulação entre as determinações externas, pelo próprio julgamento que delas faziam diferentes parcelas das classes dominantes, e como avaliavam as necessidades internas, como quanto ao fato de se manter o sistema escravista, passavam por filtros que se alteravam na reprodução das próprias classes dominantes, onde se imbricava o bacharelismo. Assim, estes grupos foram se dividindo, pela multiplicação de opiniões e interesses em uma sociedade que se tornava mais complexa, até que sobressaíram os grupos que percebiam o Brasil escravista como um país eivado de contradições frente aos espelhos da modernidade em que se refletiam.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.

CALDEIRA, Jorge. (Org.) *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Editora 34, 1999.

CÂMARA, Nelson. *O advogado dos Escravos: Luiz Gama*. São Paulo: Lettera.doc Editora, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial / Teatro das Sombras: a política imperial*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DOLHNIKOFF, Miriam. *Governo representativo e legislação eleitoral no Brasil do Século XIX*. Journal of Iberian and Latin American Research, v. 20, p. 66-82, 2014.

FILHO, Alberto Venâncio. *Das Arcadas ao Bacharelismo (150 anos de Ensino Jurídico no Brasil)*. São Paulo: Editora Perspectiva. 1982.

FILHO, Pedro Paulo. *Famosos rábulas do Direito Brasileiro*. Leme/SP: JH Mizuno, 2007.

HESPANHA, Antonio Manuel. *Imbecillitas: As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010

JÚNIOR, Alfredo Ellis. *Feijó e a primeira metade do século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *O Direito na História: Lições introdutórias*. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *Iluminismo e Jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX*. 194 – 218. In: JANCSÓ, Itsvan. (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo/ljuí: Editora Hucitec/Fapesp, 2003.

PENA, Martins. *O juiz de paz da roça*. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional: Departamento Nacional do Livro, s/d.

NEDER, Gislene. *As reformas políticas dos homens novos (Brasil Império: 1830-1889)*. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: A cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. (org.). *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 2002.

PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

PRADO, Maria Emília. *Memorial das Desigualdades: os impasses da cidadania no Brasil 1870/1902*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

PUNTONI, Pedro. *O Sr. Varnhagem e o patriotismo caboclo*. (633-676). In: JANCSÓ, Itsvan. (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo/ljuí: Editora Hucitec/Fapesp, 2003.

CAPÍTULO 2

A FESTA DA SANTÍSSIMA TRINDADE NO HOSPITAL LÁZAROS: DEVOÇÃO E PARADOXO

Data de aceite: 01/09/2022

Márcia Valéria Teixeira Rosa

Professora Adjunto UNIRIO

Dijavan Mascarenhas

Arquivista da Irmandade do SS da Candelária

RESUMO: O presente artigo pretende analisar a festa da Santíssima Trindade realizada no antigo Hospital dos Lázaros, instituição administrada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária no Rio de Janeiro. Esta solenidade ocorreu até a década de 1970 e tinha como particularidade a celebração de missa na capela do Hospital com a presença de convidados e membros da Mesa Administrativa da Irmandade e, em seguida, uma procissão dedicada à São Lázaro no jardim. Interessa-nos, então, apresentar dois paradoxos: primeiro, o contexto desta cerimônia em um ambiente caracterizado pelo isolamento social dos doentes, uma vez que eram retirados deste convívio. Segundo, se a intenção da Irmandade era sensibilizar a sociedade na manutenção desta atividade filantrópica, a concorrida festa expunha o público ao contágio da doença. Para completar o cenário festivo, destacaremos uma cerimônia, cujo desfecho contou com a inauguração de uma pintura de retrato.

PALAVRAS-CHAVE: História da Arte. Arquivologia. Documentos. Hospital dos Lázaros. Thomas Driendl

THE FEAST OF THE HOLY TRINITY AT LAZARUS HOSPITAL: DEVOTION AND PARADOX

ABSTRACT: This article aims to analyze the feast of the Holy Trinity held in the former Lazarus Hospital, institution administered by the Brotherhood of the Blessed Sacrament of Candelaria in Rio de Janeiro. This solemnity took place until the 1970s and had as its particularity the celebration of Mass in the chapel of the Hospital with the presence of guests and members of the Administrative Board of the Brotherhood and then a procession dedicated to Saint Lazarus in the garden. We are interested, then, to present two paradoxes: first, the context of this ceremony in an environment characterized by the social isolation of the patients, since they were removed from this conviviality. Second, if the intention of the Brotherhood was to sensitize society in the maintenance of this philanthropic activity, the crowded party exposed the public to the contagion of the disease. To complete the festive scenario, we will highlight a ceremony, the outcome of which featured the inauguration of a portrait painting.

KEYWORDS: History of Art. Archives. Documents. Hospital dos Lázaros. Thomas Driendl.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a dinâmica da Festa da Santíssima Trindade realizada no Hospital dos Lázaros. Este hospital iniciou suas atividades no ano de

1763 e estava situado no bairro de São Cristóvão e era especializado no tratamento da lepra, doença identificada na época como contagiosa e hoje denominada hanseníase.

A Festa da Santíssima Trindade no calendário litúrgico da Igreja Católica celebra o mistério de um só Deus em três pessoas (identificados como Pai, Filho, Espírito Santo) e é realizada no domingo após o dia de Pentecostes. A festa é caracterizada por uma missa composta de orações, cantos e leitura específica de algumas passagens da Bíblia. Entretanto, indagamos qual teria sido a motivação desta festa ser realizada dentro do Hospital dos Lázaros e com uma liturgia distinta como a descrita acima?

De certo, a missa era realizada no interior da capela, localizada no segundo andar do Hospital e seguida por uma procissão no jardim, onde eram levadas imagens devocionais em andores; após o cortejo, retornava-se para o interior do Hospital, onde era executado o rito da entrega de pão de ló aos doentes.

Considerando o cenário religioso do Rio de Janeiro, observamos que a referida festa é coerente aos objetivos compromissais da administradora do Hospital - a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, que também construiu e administra até o presente momento a Igreja de Nossa Senhora da Candelária.

Além do trabalho de expansão da fé católica, as Irmandades eram também responsáveis pelas atividades de benemerência, no auxílio dos mais carentes, decorrendo, com isso, a construção de asilos e hospitais na cidade a partir do período colonial e nos séculos subsequentes. Dessa forma, o Hospital dos Lázaros favorecia a relação entre a fé católica cristã e a assistência da saúde aos habitantes da capital carioca.

Contudo, entendemos que o contexto desta festa extrapolava esta relação, na medida em que a Instituição zeladora do Hospital utilizava o contexto da cerimônia para homenagear alguns de seus Diretores, inaugurando pinturas de retratos, bem como promover a divulgação da festa de maneira que autoridades - públicas, eclesiásticas e militares, mas também os familiares e a população eram convidados a participar da solenidade.

Mediante esta constatação, indagamos por que uma festa, com as particularidades descritas acima, era realizada dentro de um hospital destinado a pessoas cuja enfermidade era contagiosa? Por que convidar e divulgar publicamente uma festa religiosa dentro de um local especializado no tratamento da lepra? Quais foram as razões que levaram a administradora do Hospital, realizar a festa com convidados e a inaugurar retratos de membros de sua Diretoria?

Com intuito de responder estas questões, estabelecemos a data de 1888, ano que foi inaugurado o retrato do Comendador Antônio Ferreira Vianna, Vice-Provedor da Instituição, pintura de autoria do artista alemão erradicado no Brasil Thomas Georg Driendl (1849-1916).¹

¹ A tela pertence ao acervo da instituição e foi objeto de estudo da autora na tese de doutorado pelo PPGAV/EBA/UFRJ, em que analisou a relação da Irmandade com os diversos pintores no século XIX e XX, o processo de encomendas e a

O HOSPITAL DOS LÁZAROS

O fato do Hospital ser administrado por uma Irmandade religiosa pode ter sido um dos fatores que contribuíram para que nele fosse celebrada a festa da Santíssima da Trindade. Marques Pinheiro (1931) no capítulo dedicado à fundação do Hospital dos Lázaros traçou um paralelo entre a atividade hospitalar e o culto religioso prestado aos doentes e para isso, a instituição contava com a presença de um capelão.

Fruto da necessidade de um espaço apropriado para o acolhimento e tratamento de portadores da lepra, a construção do Hospital dos Lázaros no final do século XVIII surgiu no contexto da dificuldade do poder público de estabelecer políticas sanitárias que viabilizassem a existência de um hospital destinado aos doentes.

De acordo com Pinheiro (1931), os portadores da lepra eram tratados em “choupanas” mantidas pelo então Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, na região conhecida como Praia de São Cristóvão, que também era chamada de Praia dos Lázaros.

Com o falecimento do Conde de Bobadela, os doentes ficaram sem auxílio para o tratamento, decorrendo na intervenção do monge beneditino Frei Antônio do Desterro Malheiros, então Bispo da Província, que recorreu à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária para assumir o cuidado destes enfermos. Na ausência de outro lugar apropriado, o Hospital foi mantido pela Irmandade no mesmo bairro de São Cristóvão, uma vez que o morro estava sem ocupação desde o processo de expulsão dos jesuítas do Rio de Janeiro e o confisco dos seus bens:

Com essa responsabilidade atribuída as suas atividades, a Irmandade achou necessária à construção de um hospital para os doentes. Sem ainda ter um espaço adequado para o tratamento, Frei Antônio Desterro, que tinha uma relação próxima com o Vice-Rei Conde da Cunha articulou a utilização de um espaço em São Cristóvão que era a casa de recreio dos Jesuítas antes de serem expulsos da cidade. Com o sequestro dos bens dos jesuítas pelo Estado foi proposta a utilização desse espaço para ser a sede do Hospital dos Lázaros. (CAMPOS, 2021, p. 38).

As questões religiosas relacionadas ao Hospital também são pertinentes nesse contexto, quando se verifica que um possível equívoco no registro de autorização para o estabelecimento do culto religioso, levantam questões que nos permitem compreender a relação do hospital com a festa da Santíssima Trindade.

Marques Pinheiro relata que Frei Antônio do Desterro teria isentado o Hospital da jurisdição paroquial em 1765 e que essa isenção foi lançada “no livro I dos óbitos. Este livro servia também para os assentos de batizados e casamentos”.² A isenção paroquial do Hospital teria sido confirmada em 1819 pelo Bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, com objetivo de que culto religioso continuasse a ser permitido no Hospital.

produção de pinturas de retratos para as Irmandades e Ordens Terceiras no Rio de Janeiro. 2 PINHEIRO, 1931, p. 411.

O fato de Frei Antônio do Desterro ter lançado a provisão de isenção paroquial em livro destinado ao assentamento de óbitos, batizados e casamentos fez com que a provisão fosse passada “por não ser encontrada no registro competente a de D. Fr. Antônio do Desterro que, como afirmamos acima, está lançada no livro I do registro dos óbitos”.³

Mesmo verificando que o possível equívoco no registro da isenção paroquial não tenha sido um impedimento para que o Hospital continuasse autorizado a realizar o culto religioso, Marques Pinheiro explica que tal erro teria suscitado questões referentes aos limites e domínios de uma freguesia. E que essas discussões ficavam em maior evidência quando da celebração da festa da Santíssima Trindade no Hospital:

Estes actos de verdadeiro zelo e caridade dos prelados suscitaram grandes questões com o reverendo vigário do Engenho Velho, quando o Hospital estava nesta freguesia, e com o de S. Christovão, quando desanexada daquela; principalmente, nas ocasiões em que o vigário da freguesia da Candelária costumava celebrar na festa da Santissima Trindade, que é o orago da casa. (PINHEIRO, 1931, p. 412).

As questões referentes aos domínios de uma freguesia podem ser explicadas no fato da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, administradora do Hospital, pertencer à freguesia da Candelária. O provável distanciamento geográfico não permitiria o Hospital dos Lázaros estar vinculado à freguesia da Candelária, mas pode ser considerado como motivador da questão apresentada por Pinheiro (1931), que envolveu as outras freguesias citadas, ficando evidente que a Irmandade fazia questão de ser a responsável pela celebração da festa dentro do Hospital.

A PESQUISA DOCUMENTAL E HISTÓRICA

Entendemos que o procedimento técnico de pesquisa documental, associado à pesquisa bibliográfica, seja o mais adequado para responder os problemas proposto neste artigo:

[...] Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa (GIL, 2002, p. 45).

Nesse mesmo contexto, onde o autor diferencia a pesquisa bibliográfica e a documental, são citados como exemplo os “os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e privados [...]”.⁴

O arquivo F. B. Marques Pinheiro é o arquivo mantido pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária e tem como uma das suas funções institucionais preservar os documentos administrativos da instituição e das suas atividades de benemerência e

³ Op. cit., idem, p.412.

⁴ GIL, 2002, p. 46.

hospitalar (CAMPOS, 2021).

Portanto, a pesquisa documental foi majoritariamente realizada no Arquivo da Instituição. Os inúmeros documentos preservados no Arquivo, como Relatórios de Provedores, Correspondências Expedidas e Recebidas, Fotografias e documentos iconográficos foram a base para analisar a escolha do Hospital, bem como as diversas atividades que compõem a festa.

Dessa forma, uma vez compreendido e estabelecido que o Arquivo da Irmandade seja uma das principais fontes de pesquisas, entendemos ser apropriado evidenciar a sua importância. Encontramos no pensamento de Bruno Delmas (2010), Arquivista e professor da *École National de Chartres*, em Paris, subsídios para tal evidência.

Seria impossível detalhá-las ao infinito, mas convém reagrupá-las em quatro utilidades. Os arquivos servem para provar, lembrar-se, compreender e identificar-se. Provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária. Lembrar-se é uma utilidade de gestão. Compreender é uma utilidade científica de conhecimento. Identificar-se pela transmissão de memória é uma utilidade social. Essas utilidades desenvolveram-se em paralelo, porém cada uma delas sofreu transformações diversas, dependendo das épocas, em razão de própria evolução da sociedade. (DELMAS, 2010, p. 13).

Nesse sentido, as reflexões de Delmas (2010) substanciam a opção pela metodologia da pesquisa documental, que além do Arquivo F. B. Marques Pinheiro, também utilizará os registros em jornais da época como fonte. A organização arquivística do arquivo permite a consulta a inúmeros documentos do Hospital dos Lázaros. Contudo, como formar de delimitar a nossa pesquisa, optamos por pesquisar, inicialmente, em documentos administrativos.

Uma das fontes documentais utilizadas foram os Relatórios dos Provedores (**Fig. 1 e 2**), que eram elaborados pelos Secretários de cada Mesa Administrativa, onde eram descritas as atividades desenvolvidas pelos Provedores no período de sua gestão. No Arquivo da Irmandade é possível encontrar Relatórios de Provedores datados a partir de 1839, bem como Relatórios dedicados a descrever as atividades do Hospital.



Figuras 1 e 2 - Relatório do Imperial Hospital dos Lázaros de 1880 e Relatório do Provedor de 1888. Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Arquivo F. B. Marques Pinheiro (2021).

Fonte: editado pelos autores

No Relatório do Provedor Luís Augusto de Magalhães em 1880 encontra-se uma sessão dedicada à descrição das “festividades” no Hospital, onde encontramos os indícios de um paradoxo:

No dia 23 de Maio celebrou-se na capella do hospital a festa da Santissima Trindade. A administração, no intuito de attrahir o favor publico para um asylo que honra o Brasil e a humanidade, mas cuja denominação inspira uma natural repugnância, convidou especialmente os membros do ministério, diversas associações scientificas, beneficentes e distinctos cavalheiros, que pela sua importância social poderiam ser-lhe poderosos auxiliares; além destes convites foram publicados outros jornaes mais lidos, para o publico em geral visitar o refugio, onde os maiores infelizes do mundo morrem abençoando os apóstolos da verdadeira caridade. (IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. ARQUIVO F. B. MARQUES PINHEIRO. Relatório do Imperial Hospital dos Lázaros, 1880, p.18).

As palavras proferidas pelo Provedor indicam que a cerimônia não se restringia aos pacientes e funcionários do Hospital. A Irmandade também fazia questão da presença da elite política e intelectual da época, com objetivo que a mesma pudesse auxiliar a instituição na manutenção da instituição. A possível presença de ilustres convidados na festa do Hospital pode ser verificada na correspondência mantida no Arquivo da Irmandade, onde encontramos registros de convites enviados às autoridades, bem como respostas justificando antecipadamente a recusa da presença na cerimônia.

A participação de pessoas na festa não se limitava as autoridades da época. No Relatório é possível perceber que havia uma publicização da festa por meio da divulgação em jornais de época. Portanto, a cerimônia religiosa designada como “festa da Santíssima Trindade” tinha, também, como objetivo aglomerar pessoas dentro do Hospital.

Na edição de 22 de maio de 1880 do Jornal do Comércio, o articulista a apresentou detalhes complementares e minuciosos da festa:

No dia 23 do corrente, celebrar-se há com toda a poupa na capella deste hospital a festividade da Santissima Trindade, com missa solemne às 11 horas da manhã, orando ao evangelho o revd. Padre mestre João Manoel de Carvalho. A musica dirigida pelo distincto maestro Raphel Coelho Machado, executará a brilhante missa de Cerruti e o credo Stternhol. Terminada a missa proceder-se há à inauguração dos retratos dos finados protectores do hospital o bispo diocesano D. Frei Antônio do Desterro e do Vice- Rei conde da Cunha, sendo este acto feito com as formalidades descriptas no seguinte Programa: As 11 horas da manhã achar-se hão postadas no vestíbulo do hospital sentinelas, que não permitirão o ingresso se não as pessoas decentemente vestidas. No patamar da primeira escada achar-se-há a comissão especial para receber as Exmas senhoras, as autoridades eclesiásticas, administrativas, judiciaes, militares, policiaes, aquellas associações, que se fizerem representar e os demais convidados. Uma banda de musica, que deverá em logar conveniente, a um signal da comissão tocará o hyno nacional todas as vezes que for recebido um ministro de estado. A hora convencionada, depois de accommodados na capella os convidados, a administração do hospital e a Irmandade, vestidos de opas, acompanharão os celebrantes até o altar e

ali depois de tomados os respectivos lugares, começará a missa solemne que será anunciada por uma gyrandola de foguetes e repique de sinos, o que se repetirá à elevação da hóstia quando terminar a missa. Finda essa cerimonia a administração e a Irmandade sairão pela mesma ordem por que entrarão acompanhadas até à sacristia os sacerdotes paramentados. Em seguida dirigir-se hão todos à galeria dos benfeitores, e ali se procederá a inauguração solemne dos retratos pela ordem seguinte: Do lado do quartel estará postada a banda de musica militar, em seguida os asylados, tendo a seu lado o médico e regente; em frente deles a administração do hospital e em frente aos retratos estará a Irmandade presidida pelo vice-provedor. [...] Disposto tudo deste modo, a administração convidará para correr as cortinas dos retratos dous ministros de estado, e na sua falta o sr. Juiz conservador e outra autoridade de herarchia superior, e caso não estejam presentes alguns dos indigitados, descerrarão as cortinas e escrivão do hospital e o vice-provedor da Irmandade. [...] Dez minutos depois terá logar a distribuição solemne de pão de lot, pelo modo seguinte: Na frente irá um definidor fazendo as vezes de secretario, com a campainha de prata; em seguida o andador da irmandade com a cruz alçada, levando a seu lado dous meninos do côro com os círios; logo após a Irmandade presidida pelo vice-provedor, com vara de prata; no meio das alas irão Thesoureiro do côro com a toalha e caldeirinha, o tesoureiro da caridade com o jarro e bacia, em seguida e junto à administração irão três definidores com as bandejas de pão de lot. A administração deverá levar varas de prata e junto a ella irão os Rvds. Sacerdote, seguindo-se os convidados e por ultimo a banda de musica. O escrivão do hospital designará quem deve entregar o pão de lot aos enfermos. [...] Concluída este cerimonia a commissão conduzirá os convidados especiaes ao são nobre onde lhes será oferecido um copo d'agua. (JORNAL DO COMÉRCIO, ed. de 22 de maio 1880).

O detalhado anúncio da festa no Jornal do Comércio descreve que após a missa aconteceria a inauguração de duas pinturas de retratos. Os Relatórios nos possibilitaram identificar que era uma tradição da Irmandade utilizar o contexto da festa para inaugurar quadros de membros de sua Diretoria, Irmãos Beneméritos e Benfeitores.

Na festa do ano de 1880 foram inaugurados os retratos do Frei D. Antônio do Desterro e do Vice Rei Conde da Cunha, que conforme descrito, foram fundamentais para a criação do Hospital dos Lázarus. Nesse sentido, a inauguração dos quadros corrobora para o cenário da festa realizada na instituição.

A divulgação pormenorizada de detalhes da festa demonstra que havia uma disposição que incluía a observação dos trajes a serem utilizados pelos convidados e os seus respectivos posicionamentos, os horários de cada etapa da cerimônia, a execução das músicas por uma banda, o badalo de sinos e lançamento de fogos de artifício.

Além da missa e da inauguração dos retratos, o anúncio também descreve que a festa era composta pela solenidade de entrega de pão de ló aos doentes do Hospital. Essa etapa da cerimônia pode ser caracterizada como uma singularidade, tendo em vista que a entrega do pão de ló aos doentes acontecia após a missa realizada na capela. No missal católico revelou não existir nenhuma relação da festa da Santíssima da Trindade com a

entrega de pão de ló.

No Arquivo F. B. Marques Pinheiro encontramos Relatórios de Provedores datados somente a partir de 1839, ou seja, 76 anos após o Hospital ter iniciado suas atividades. Contudo, foi possível verificar que a entrega do pão de ló aos doentes é identificada como uma solenidade “antiquíssima”.

No Arquivo da Irmandade existem fotografias da celebração da festa em diversos anos do século XX, o que demonstra que o ritual da entrega do pão continuou a ser seguido. Nesta fotografia (década de 1930) é possível ver uma das Irmãs da Irmandade, que exerciam o cargo Esmoler, entregando o pão de ló aos enfermos. (Fig.3)



Figura 3 - A entrega do pão de Ló aos doentes.

Fonte: Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Arquivo F. B. Marques Pinheiro. Álbum de fotografias de eventos da ISSSC [1915-1931]. Fonte: editado pelos autores

A programação da festa publicada no jornal de 1880 é finalizada informando que os convidados foram direcionados para o Salão Nobre do Hospital onde foi oferecido um “copo d’gua”. O anúncio não explicita o significado da expressão, mas ao analisar o Relatório do ano de 1884 concluímos tratar-se de uma recepção dada aos convidados que não se limitava apenas ao oferecimento de um copo de água:

No relatório do digno mordomo o Sr. Novaes de Souza vem consignada a ideia de suprimir-se o *copo d’agua* que é costume oferecer aos convidados no dia da festa. Pela minha parte adhiro tão cordialmente a ideia, que, se no ano próximo ainda tiver a honra de presidir a esta administração, protesto que não será com o meu voto, nem quota alguma, que se manterá uma usança que só traz inconvenientes. As expansões ruidosas dos convivas, os *speech* entusiasmáticos e humorísticos, o tinir dos copos, o estourar das rolas de champagne espumosos, contrastam dolorosamente com a agonia que de continuo amargura a vida dos desgraçados para quem já não há esperança (IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. Relatório

do Provedor, 1884, p. 48).

As críticas presentes no Relatório de Provedor Antônio Ferreira da Silva, que resultaram na supressão do “copo d’água” demonstram que a festa no Hospital já tinha obtido contornos contrários aos objetivos religiosos. E, de fato, verifica-se que o paradoxo da festa era estendido aos convidados que também contribuíam para tal amplificação. No entanto, as pesquisas em Relatórios de anos posteriores revelaram que foram adicionados novos elementos religiosos.

A INAUGURAÇÃO DO RETRATO DO CONSELHEIRO FERREIRA VIANNA EM 1888

O Relatório do Provedor Antonio Ferreira da Silva em 1888 é descrito que a festa da Santíssima Trindade daquele ano teve uma grande “concorrência de fiéis como não tem havido em anos anteriores”⁵. A festa foi acrescida de mais uma solenidade - uma procissão onde eram levados imagens devocionais de São Lázaro e de Nossa Senhora da Candelária em andores decorados com flores e fitas. A procissão precedia a cerimônia de entrega de pão ló aos doentes e também tinha um protocolo organizacional:

Foram celebrados os officios divinos pelo nosso Revd. Capellão , acolytado pelos Revds. Accyoli e Correca, sendo Mestre de cerimonias o Revd. Padre Guimaraes. Foi orado sagrado o Ex. Sr. Padre Mestre João Manoel de Carvalho, que proferiu brilhante oração. Depois organizou-se a tradicional procissão, indo a Irmandade incorporada presidida pelo nosso Benemérito Irmão Conselheiro Ferreira Vianna. A nossa Irmã Esmoler distribuiu o pão-de-lot aos doentes, fechando o préstito a Administração Superior do Hospital. É uma festa comovedora. A procissão levava o andor de São Lázaro carregado por quatro asylados (IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. Relatório do Provedor, 1888, p. 68).

Entre as fotografias que integram o “Álbum de Fotografias de Eventos [1915-1931]” observamos os registros da procissão no jardim na festa realizada entre os anos de 1915 a 1931 (**Fig. 4**) e a realizada entre 1931 a 1940. (**Fig.5**)

5 IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. Relatório do Provedor, 1888, p. 68.



Figuras 4 e 5 - Fotografias da procissão na Festa da Santíssima Trindade no jardim do Hospital.

Fonte: Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Arquivo F. B. Marques Pinheiro. Álbum de fotografias de eventos da ISSSC [1915-1931]. Fonte: editado pelos autores

Nas duas fotografias podemos observar o volume de pessoas no cortejo em torno do pátio do Hospital: as irmãs de caridade e as órfãs do Asilo Gonçalves de Araújo formam um corredor para passagem dos membros da Irmandade, vestidos com suas opas, segurando os andores de Nossa Senhora da Candelária e São Lázaro, seguidos pelas autoridades eclesíásticas, políticas e demais convidados. Em outras fotografias analisadas, observamos que, em datas posteriores, as alunas do Asilo carregavam os andores, seguidas pelos demais.

A presença de um grande público na festa de 1888 pode ser explicada pelo fato da Irmandade ter prestado uma homenagem ao Conselheiro Ferreira Vianna, agraciado com uma pintura de retrato executada pelo pintor Thomas Driendl (**Fig.6**), por seu empenho em ajudar a Instituição em manter o Hospital.



Figura 6 – Retrato de Ferreira Vianna distribuindo crucifixos.

Thomas Driendl, 1888. 175,5x188cm. Acervo da ISSSC. Localização restrita. Fonte: Catálogo do IPHAN.

Antônio Ferreira Vianna foi um magistrado, jornalista, político e também foi Vice-Provedor da Irmandade. Teve uma estreita relação com o processo de abolição da escravidão, por ter sido o relator da Lei Áurea, promulgada no dia 13 de maio daquele ano. A aproximação desta data nos levar à crer que foi um dos fatores que levaram à grande concorrência de pessoas naquele ano.

Depois de entrar a procissão, seguiu da capella e incorporada a nossa Irmandade e Administração do Hospital, presidida pelo Provedor Dr. Marques Pinheiro, dirigiu-se para a sala da Administração para inaugurar o quadro comemorativo dos altos e relevantes serviços que S. Ex^a prestou à repartição dos Lázaros, promovendo a criação do imposto da caridade a favor do Imperial Hospital dos Lázaros (IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. Relatório do Provedor, 1888, p. 68-69).

No Relatório do Provedor Ferreira da Silva foi descrito detalhadamente o momento da inauguração do quadro e transcritos os discursos proferidos. Se o objetivo primeiro era homenagear o Conselheiro por sua contribuição para que o Hospital continuasse a manter o seu atendimento, verifica-se que no mesmo Relatório não encontra-se nenhuma ressalva ao fato da aglomeração dos doentes com os convidados, pois o que justificava o isolamento social dos portadores da lepra era justamente o seu grau de contágio.

Contudo, apontamos para o fato que a Irmandade, provavelmente, tinha como objetivo sensibilizar as pessoas presentes quanto à atenção e respeito que os enfermos deveriam receber por parte da sociedade.

Ahi chegando, e no meio de um grande concurso de pessoas todas as hierarchias sociaes, Senadores, Presidente da Illustríssima Camara Municipal, homens de letras, industriaes, directores de estabelecimentos bancarios e alta administração convidou o Provedor as Ex.mas Sras. D. Maria Ferreira Vianna Brandão, filha do Ex.mo Sr. Conselheiro Ferreira Vianna, e a esposa do Irmão Secretário Sr. Mendes Campos, e a Ex.ma Sra. D. Zulmira Manoela da Silva Campos, Vice-Provedora, para descerrarem as cortinas do quadro. Foi grande a emoção causada quando apareceu a figura do nosso Benemerito Irmão cercada dos Lazaros! A scena é indescriptível e revestio-se de solenidade pouco usada em actos taes (IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA, Relatório do Provedor, 1888, p. 68-69).

Na tela, o homenageado está rodeado pelos pacientes do Hospital dos Lázaros para quem distribui pequenos crucifixos. Observamos igualmente que o pintor destacou o posicionamento de cada personagem que compõe o quadro – em pé, arqueado em sinal de humilde gratidão, sentado ou ajoelhado na expectativa de receber o presente - com os dedos das mãos atrofiadas, gestualidade que podemos fazer referência às sequelas físicas causadas pela doença.

Além da inauguração do quadro, a Irmandade empenhou-se para que tal momento ficasse documentado, complementando a magnitude da festa, encomendando com o mesmo pintor, Thomas Driendl, a produção de um Auto:

Perpetuar em tudo a memoria desta homenagem é, por certo, honrosa à

administração, e por isso mandou ella levantar um auto, que será ilustrado pelo artista Driendl, e é em pergaminho, ficando o original e duas copias authenticas, uma para sua majestade, uma para sua Alteza Imperial a Regente, e outra para o nosso Benemérito Irmão, cujo acto comemora. E uma obra prima, e attestará aos vindouros anos de gratidão (IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. Relatório do Provedor, 1888, p. 70).

Na composição do Auto (**Fig.7**), o pintor alemão dispôs o altar-mor da capela do Hospital e seus detalhes ornamentais, a pintura de retrato a ser inaugurada, apoiada em uma das colunas laterais e a cortina usada para descerrar. Na legenda desta representação, vemos a legenda: “Auto de inauguração do quadro commemorativo dos serviços prestados ao Imperial Hospital dos Lázaros pelo Irmão Benemérito Vice-Provedor Conselheiro Dr. Antônio Ferreira Vianna em 27 de maio de 1888, dia em que a igreja Festeja o Mysterio da S.S Trindade”. O Auto está assinado pelos convidados presentes na cerimônia. (**Fig.8**)



Figura 7 e 8 – Imagem (digitalizada) do Auto de Inauguração.

Irmadade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Arquivo F. B. Marques Pinheiro (2021). Fonte:

Esta documentação da cerimônia por meio de um Auto, leva-nos a indagar a configuração que o Auto adquiria - é identificado como um documento de Arquivo, por fazer parte do registro da inauguração, como também é considerado uma obra de arte pela técnica utilizada, a aquarela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A festa da Santíssima Trindade realizada no Hospital dos Lázaros adquiriu contornos que diferem da liturgia oficial da cerimônia, apesar da matriz cristã da instituição. Sua organização, originada por questões políticas, econômicas, sociais e geográficas, ganharam proporções e nuances paradoxais.

A pesquisa documental demonstrou a importância dos Arquivos e seu papel na preservação dos documentos que possibilitam inúmeras finalidades, inclusive a compreensão da estrutura administrativa da Irmandade. As Correspondências e Relatórios foram complementados com as fotografias, que entendemos ter corroborado para a análise da festa no Hospital dos Lázaros.

Considerando o registro fotográfico da cerimônia e sua preservação pela instituição mantenedora, entendemos que a procissão tomava todo o espaço externo do Hospital e era acompanhada pelo Provedor, os membros da Mesa e demais Irmãos. Além destes, observamos a presença das alunas do Educandário Gonçalves de Araújo, uma banda sinfônica e demais convidados, entre estes, autoridades eclesiásticas e políticas e o público em geral. O contrastante é a permanência dos presentes na área interna do local, circulando no mesmo ambiente de pessoas portadoras de doença infectocontagiosa.

A divulgação nos periódicos de época, sobretudo o *Jornal do Comércio*, das cerimônias religiosas, bem como das festas de inauguração de retratos dos membros das Mesas Administrativas da Irmandade, tinham como objetivo chamar a atenção da sociedade para os doentes que viviam em condição de isolamento. Da mesma forma, tais anúncios e descrições publicadas serviam para perpetuar a atuação de alguns agentes que trabalharam em favor do Hospital e na sua manutenção, como no caso do Comendador Ferreira Vianna como forma de agradecimento e reconhecimento. Refletem um tempo em que a História, a Arte, a vida social e religiosa estabeleciam parcerias e entrelaces que deveriam permanecer no tempo.

REFERÊNCIAS

BIOGRAFIA DE ANTÔNIO FERREIRA Vianna. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Ferreira_Vianna. Acesso em: out. 2021.

CAMPOS, Dijavan Mascarenhas. *Conservação Preventiva*: propostas de melhorias para o Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos). Fundação Casa de Rui Barbosa. Programa de Pós Graduação em Memória e Acervos/PPGMA. Rio de Janeiro, 2020.

CAVALCANTI, Carlos. *Dicionário Brasileiro de Artistas Plásticos*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973.

DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê?* Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FRANCISCO, Dom Manoel João. *Santíssima Trindade*. Brasília: CNBB, 2018. Texto disponível em: <https://www.cnbb.org.br/santissima-trindade-3/>. Acesso em: out. 2021.

GIL, Carlos. *Métodos e técnicas em pesquisa social*. São Paulo. Ed. Atlas, 2008.

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. Relatórios do Hospital dos Lázaros. Escrivão João Antonio da Silva Guimarães, apresentado no Imperial Hospital dos Lázaros em março de 1874. Escrivão Luiz Augusto de Magalhães, apresentado no Imperial Hospital dos Lázaros em setembro de 1880.

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. Relatório apresentado à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelaria pelo seu Provedor Antonio Ferreira da Silva em 31 de julho de 1884 na Posse da Mesa Administrativa. Rio de Janeiro: A. J. Gomes Brandão, 1884.

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. Relatório apresentado à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelaria pelo seu Provedor Substituto Commendador Antonio Ferreira da Silva em 31 de julho de 1888 na posse da Mesa Administrativa. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1888.

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. Arquivo F. B. Marques Pinheiro. Álbum de Fotografias de Eventos [1915-1931]. Referência Armário 102 Prateleira C Pacote 00026 Folha 004 Foto 34.

JORNAL DO COMÉRCIO. Edição 00142 de 22 de maio de 1880. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=sant%C3%ADssima%20trindade&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=841. Acesso em: out. 2021.

PINHEIRO, Francisco Baptista Marques. Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária e suas repartições: Coro, Caridade e Hospital dos Lázaros. Volumes I e II. Rio de Janeiro, 1931. Typo. do Jornal do Commercio.

ROSA, Márcia Valéria Teixeira. O acervo de pintura de retratos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária: relações e reações entre pintores e encomendante. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Artes Visuais/PPGAV. Rio de Janeiro, 2018.

LUTAS CONTRA A ESCRAVIZAÇÃO ILEGAL E A IMPUNIDADE NO CEARÁ DO SÉCULO XIX

Data de aceite: 01/09/2022

Antonia Márcia Nogueira Pedroza

Doutora em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará – UFC. Pesquisadora na Universidade Regional do Cariri- URCA, Funcap/CNPq. Pesquisa financiada pelo Edital FUNCAP 03/2021 Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional – PDCTR (CNPq/Funcap)

RESUMO: No Brasil escravista do século XIX existia um trânsito permanente ente o mundo da escravidão e o da liberdade, vivenciado principalmente pelos descendentes de africanos, que num dia podiam experimentar a liberdade e no outro, eram jogados no cativeiro. A escravização de pessoas livres era considerada crime pelo Artigo 179 do Código Criminal de 1830. Todavia, foi usual a prática de escravizar descendentes de africanos, livres e libertos. As estratégias para escravizar ilegalmente eram muitas e essas práticas aconteciam, às vezes, com o conhecimento das autoridades. Contudo, os livres e libertos pobres e escravizados ilegalmente não assistiam à opressão passivamente. Eles atuavam dentro e fora da Justiça para obter a liberdade, mantê-la ou readquiri-la. Numa abordagem que se insere no campo da história social da escravidão, o principal objetivo deste trabalho consiste em compreender como a liberdade foi usurpada e reivindicada pelos sujeitos sociais nas tramas dos costumes e da Justiça institucionalizada. O

corpus documental que permite tal verticalização investigativa é formado por ações de liberdade do Supremo Tribunal de Justiça e informações jornalísticas de O Cearense 1846 a 1884, A Constituição 1863 a 1884 e o Jornal Pedro II – 1840 a 1884.

No Brasil escravista do século XIX existia um trânsito permanente ente o mundo da escravidão e o da liberdade, vivenciado principalmente pelos descendentes de africanos, que num dia podiam experimentar a liberdade e no outro, eram jogados no cativeiro. A escravização de pessoas livres era considerada crime pelo Artigo 179 do Código Criminal de 1830. Todavia, foi usual a prática de escravizar descendentes de africanos, livres e libertos.

É relevante mencionar que o fato de o escravizador enfrentar um processo e mesmo ser condenado, não significa necessariamente que este seria ou permaneceria preso em cadeia, como previa o Código Criminal de 1830. Temos observado com esta pesquisa, uma grande incidência de impunidade, mesmo nos casos em que há a apuração dos fatos da escravização ilegal, principalmente quando o escravizador goza de status social distinto.

No ano de 1869, Victal Raimundo da Costa Pinheiro, residente em Tamboril, província do Ceará, foi capturado e preso com base no artigo 179 do código criminal de 1830, sob a suspeita de ter reduzido pessoa livre,

criança órfã de nome Maria, que se achava em posse de sua liberdade, à escravidão. Como de praxe, ocorreu um inquérito policial inicial. Esta é uma investigação preliminar, um procedimento realizado para colher provas, investigar a materialidade e autoria do crime. Ele objetiva verificar a existência de um fato, ou seja, objetiva averiguar se houve um delito ou uma infração penal, e no caso de confirmada a ocorrência de um crime, investigar a autoria do mesmo. O inquérito do qual Victal era o principal suspeito não foi arquivado nesta fase pré-processual, como muitos os são, e foi instaurada uma ação penal no judiciário. Ou seja, a acusação feita contra Victal se tornou ação criminal. Findada a primeira instância, o réu foi considerado culpado e condenado à pena de três anos de prisão.

Após este episódio, João Victal escreveu ao jornal *A Constituição* (um jornal do Partido Conservador) que em 12 de junho de 1871 publicou suas palavras. O sentenciado, por reduzir uma menor à condição de cativa, na oportunidade afirmou ser inocente e tentou convencer o público leitor de que a sua condenação deveu-se exclusivamente à composição do júri que o julgou, segundo este, formado por onze membros do Partido Liberal e somente um integrante do Partido Conservador. A acusação feita pelo escravizador é um forte indicativo de que ele era atuante no Partido Conservador. Mas, quanto à justificativa de Victal para sua condenação, teria algum fundamento as decisões judiciais serem, por assim dizer, também deliberações políticas? Ou seria Victal somente mais um escravizador de pessoas livres, réu culpado, tentando desesperadamente convencer as pessoas da sua inocência para ganhar adeptos à sua causa em uma segunda instância do processo criminal contra ele? Teria sido um discurso visando deixar seu crime impune, evitando a desmoralização diante de seus conhecidos de Tamboril, onde ele, o escravizador, e Maria, a escravizada, eram residentes? Seria para não perder a mão de obra que usufruía ilegalmente, trabalho escravo realizado por uma pessoa livre, ou no caso de Maria, que era uma criança, não perder a futura força de trabalho da escravizada? É possível que a resposta para todas essas perguntas seja afirmativa. Provavelmente, Victal ao publicar sua versão dos fatos naquele jornal, pleiteava alcançar todos esses objetivos, e talvez muitos outros. E com certeza os resultados das ações judiciais sofriram interferências políticas, o que não quer dizer que Victal tenha sido condenado porque o júri que o julgou era formado por maioria liberal. Ele pode ter sido considerado culpado por ter realmente escravizado Maria, uma pessoa livre.

Após a deliberação da pena aplicada a João Victal em julgamento da primeira instância, João Victal apelou para a instância seguinte. Apesar da condenação de três anos de prisão, Victal foi transferido para prisão domiciliar em Ipu, onde ele possuía uma casa. Essa informação foi registrada em texto publicado na seção de *publicações solicitadas* do Cearense, e assinada com o codinome *um vivo*, que saiu em defesa de Victal. Lê-se na publicação:

Os Tamborilenses gemiam em pezo, mas geme os logistas e taberneiros;
porque Victal compra fiado e não deve nada a ninguém. Agora os Ipuenses;

lá se atem com elle como puderem; lá se foi para o Ipú, não obstante haverem fortíssimos empenhos para que Victal, ficasse em uma casa particular como foi transferido da cadeia publica desta villa pelo seu cunhado Miguel Caetano Leitão, como primeiro supplente do delegado. Elle tem uma casa no Ipú deverá agora transferir Victal para ella; mas lá elle encontra o torno para a borracha como se costuma dizer; visto como o juiz municipal Dr. Pereira Guimarães, é um magistrado enérgico no desempenho de sua missão, justiceiro, e de character puro e honrado. Deos o conserve naquela lugar por muitos annos. Tamboril 20 de junho de 1871. Um vivo.¹

O Artigo 179 do Código Criminal de 1830, que criminaliza a prática de escravizar gente livre, não menciona que o sentenciado pode cumprir a pena, em prisão domiciliar. Somente pessoas muito bem relacionadas como o “célebre” Victal Raimundo da Costa Pinheiro, como foi chamado em outro trecho dessa matéria, conseguia. Mas Victal parece não ter permanecido muito tempo, nem mesmo em prisão domiciliar, em Ipu. Anos depois, em 29 de janeiro de 1873 o mesmo jornal voltou ao caso de Victal Raimundo:

Escandalosa proteção ao crime. [...] Victal Raimundo foi processado por haver redusido á escravidão a uma mesnor. Duas vezes respondeu o jury e em ambas condemnado e sempre appellando para a relação. Entretanto passeia nas ruas desta villa, negocia, edifica etc. Ainda hoje vimol-o na procissão do nosso Padroeiro, pegando no andor e hombreando com seus cunhados juiz substituto Vicente Alves e delegado Miguel Caetano e assim percorreu todas as ruas.²

Poucos meses depois dessa publicação *O Cearense* voltou a divulgar novidades sobre a situação de Victal, e o jornal não hesita em revelar a força das relações pessoais nas decisões da Justiça:

Foi absolvido pelo jury daqui, no dia 11 do corrente o celebre Victal, o reductor de gente livre a escravidão. Era de prever este resultado, desde que Victal é cunhado do delegado Miguel Caetano e do juiz municipal Vicente Alves.³

Este tipo de crime aconteceu com certa frequência na província do Ceará. A tabela abaixo apresenta o número de pessoas que foram presas na província, entre 1852 a 1861, invocando esta lei:

1 Publicações solicitadas. Jornal *O Cearense*, 11 de Agosto de 1871, p. 2.

2 Noticiário. Jornal *O Cearense*. 29 de janeiro de 1873, p. 2.

3 Noticiário. Jornal *O Cearense*. 04 de maio de 1873, p. 2.

Crime	1852	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	Total
Homicídio	32	24	22	19	35	41	104	60	71	93	521
Tentativa de homicídio	4	0	2	1	10	8	6	5	10	11	57
Ferimento e ofensa física	60	32	24	21	98	111	113	107	143	120	829
Ameaça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5
Arma defesa	9	5	5	3	0	39	6	0	47	24	138
Estupro	9	2	6	2	3	4	10	10	4	12	62
Tentativa de estupro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Fuga de preso	2	4	2	2	15	35	4	4	4	11	83
Tentativa de fuga de preso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Tomada de preso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Rapto	2	2	3	2	8	3	0	0	3	2	23
Roubo	1	0	3	4	2	0	3	7	9	7	36
Furto	4	1	2	0	3	0	10	8	12	38	78
Estelionato	0	0	0	0	0	0	4	1	0	2	7
Moeda falsa	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	10
Dano	1	1	0	0	4	0	2	4	11	2	25
Desobediência	1	0	1	0	5	4	0	2	0	3	16
Resistência	9	3	5	3	8	6	0	2	0	4	40
Injúria	0	0	0	0	2	1	6	2	2	10	23
Calúnia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Poligamia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Infanticídio	0	0	0	0	0	0	2	0	1	4	7
Reduzir à escravidão pessoa livre	0	2	1	0	0	0	2	8	1	0	11
Entrada em casa alheia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
[Ilegível]	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Falsidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Perjúrio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Adultério	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1

Tabela 1: Capturados na Província do Ceará entre 1852 a 1861 de acordo com os crimes pelos quais estão sendo processados.

Fonte: Adaptado do relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Ceará pelo excelentíssimo senhor Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, por ocasião da instalação da mesma Assembleia no dia 9 de outubro de 1863. Ceará, Typ. Cearense, 1863, p.6. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/190/>>. Acesso em: 27 de maio de 2015.

Como se vê, na província do Ceará no período de 1852 a 1861, onze pessoas foram presas sob a acusação de terem reduzido pessoa livre à escravidão. Durante este

mesmo período, oito processos criminais foram iniciados sob este mesmo argumento e dez processos baseados no artigo 179 do Código criminal de 1830 que trata do referido crime foram julgados em primeira instância. É relevante esclarecer as variáveis que fazem com esses números não sejam iguais. As pessoas capturadas neste período não necessariamente eram réus em processos iniciados neste recorte cronológico. É possível que estejam incluídos nesse montante, julgamentos referentes a processos iniciados antes de 1852. É possível também que não estejam incluídos neste recorte os julgamentos de réus que foram presos nos últimos anos deste período.

Com base nos dados da tabela acima, podemos constatar que neste intervalo de dez anos a média de prisões com base no artigo 179 do Código criminal de 1830 era de 1,1 por ano. Número consideravelmente baixo, principalmente quando comparados à alta incidência de outros crimes como homicídio, fuga de preso, ferimentos e ofensas físicas e furto. Também foram baixos os números de processos criminais de redução de pessoa livre à escravidão, iniciados e julgados neste intervalo de tempo. Essas informações são relevantes porque a partir delas é possível verificar a quantidade de casos de escravização ilegal que chegou à vara criminal. No entanto, estas informações interpretadas isoladamente podem dar a entender que entre 1852 a 1861 ocorreram somente esses casos de escravização de pessoas livres e que esta prática não era comum nesta província, no referido período. Não era esse o caso. É necessário considerar, principalmente, as dificuldades enfrentadas pelas pessoas escravizadas ilegalmente para conseguirem processar criminalmente seus escravizadores.

As estratégias para escravizar ilegalmente eram muitas e essas práticas aconteciam, às vezes, com o conhecimento das autoridades. Contudo, os supostos escravos, livres e libertos pobres não assistiam à opressão passivamente. Eles atuavam dentro e fora da Justiça para obter a liberdade, mantê-la ou readquiri-la.

A reescravização também foi uma prática costumeira no Brasil e esteve presente no Ceará oitocentista. Um dos elementos que contribuíram para que esses episódios acontecessem foi a existência de uma legislação que favorecia os proprietários em detrimento de escravizados e libertos. Dessa maneira, a interpretação de Edward P. Thompson acerca da Lei Negra na Inglaterra do século XVIII contribui para a reflexão sobre nosso objeto de estudo. Essa lei aprovada em 1723 pelo Parlamento da Inglaterra criminalizava as práticas dos caçadores clandestinos que costumeiramente há muito tempo garantiam suas sobrevivências nas fronteiras dos parques e florestas da Coroa de onde retiravam cervos, galhos, lenha, peixes, etc. Esta lei previa a pena de morte para os praticantes desses “crimes”. Nas palavras desse autor, “A maior dentre todas as ficções legais é a de que a lei se desenvolve, de caso em caso, pela sua lógica imparcial, coerente apenas com sua integridade própria, inabalável frente a considerações de conveniência”. (THOMPSON, 1987: 338) Apesar disso, não esperemos resignação dos caçadores da floresta de Windson, do mesmo modo como não devemos esperar que as pessoas negras

no Ceará que viviam sob a iminência da escravização ou da reescravização respondam à ameaça com resignação.

Os libertos eram titulares de direito. Apesar disso, nos casos de reescravização, eles passavam a depender de pessoas livres para representá-los judicialmente. Ou seja, se fossem reescravizados de modo legal ou ilegal eles perdiam todos os seus direitos civis. Essa instabilidade social e jurídica tornava a rede de solidariedade existente entre escravizados e livres uma importante ferramenta na preservação da liberdade. Nesse sentido, o livro *A Dominação e a Arte da Resistência: discursos ocultos*⁴ de James Scott contribui para refletimos teoricamente acerca das resistências cotidianas praticadas pelas pessoas que lutavam para conquistar ou manter a liberdade. Nesse livro, o autor analisa as relações sociais em conjunturas extremas do exercício do poder, por parte dos dominadores, sobre os grupos subalternos, principalmente dos proprietários sobre seus escravos, nos Estados Unidos, dos brâmanes sobre os intocáveis na Índia e dos proprietários de terras sobre os camponeses na Europa.

Esse cientista político e antropólogo parte do princípio de que esses e outros modos de dominação, apesar de ocorrerem em culturas, lugares e épocas diferenciadas, por serem formas de dominação organizadas estruturalmente no interior das sociedades, guardam algumas equivalências entre si. São essas similitudes estruturais entre diferentes culturas que mais interessam ao autor. Ele observa que nas sociedades em que o exercício extremo do poder faz parte de suas estruturas, ocorre em níveis que variam de uma cultura para outra, uma institucionalização da dominação de um grupo sobre outro. O autor aponta que a despeito desse estabelecimento de normas, as relações entre o senhor e o escravo, o “proprietário e o servo, o hindu de casta superior e o ‘intocável’, implicam em formas de dominação pessoal que abrem amplo espaço a comportamentos arbitrários e caprichosos por parte dos superiores”. (SCOTT, 2013: 17)

Assim, James Scott demonstra que as afinidades estruturais entre os modelos de dominação passam sempre pela via do terror pessoal, um terror que pode ser expresso por meio de violências física ou verbal. O fato de um subordinado conseguir esquivar-se na prática de experiências de açoites ou de situações de constrangimento diante de espectadores, não significa um rompimento do exercício do poder porque ele continua lá, atuando por meio de uma violência que é também de cunho psicológico. Esse subalterno tem consciência disso, e vive constantemente sob o temor do que pode lhe suceder, sob o medo das ações vindas de seu superior, mesmo que forem ações ilegais. Apesar disso, não devemos pensar que, diante dessa situação, esses sujeitos vão se entregar à resignação. Scott evidencia que esses subalternos constroem “uma existência social bastante ampla fora do círculo de controle imediato do dominador”. (SCOTT, 2013: 17) Ele acrescenta que são “nesses espaços exclusivos que pode, em princípio, desenvolver-se uma crítica comum da dominação”. (SCOTT, 2013: 17)

⁴ Este livro foi publicado originalmente em 1990 com o título *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*.

Todo o território brasileiro, no século XIX, estava inserido numa dessas estruturas de dominação extrema, a escravidão institucionalizada, e apesar de vigorar uma legislação que regia a escravidão, muitos proprietários agiam de maneira arbitrária, extrapolando os limites legais. As estratégias empregadas para escravizar e reescravizar ilegalmente eram muitas e essas práticas aconteciam, às vezes, com o conhecimento das autoridades. Contudo, os supostos escravos, livres e libertos pobres, assim como os sujeitos estudados por Scott, não assistiam à opressão passivamente: eles atuavam dentro e fora da Justiça para conquistar a liberdade ou para conservá-la. Por vezes, manter a liberdade poderia ser tão difícil quanto conquistá-la.

O Ceará, no século XIX, estava inserido numa dessas estruturas de dominação extrema. Nessa província, bem como em todo o território do Império nesse período, o escravismo era institucionalizado. E apesar de existir em vigor uma legislação que regia a escravidão, muitos proprietários agiam de maneira arbitrária, à revelia dos limites legais. As estratégias para escravizar e reescravizar ilegalmente eram muitas e essas práticas aconteciam, às vezes, com o conhecimento das autoridades. Contudo, os supostos escravos, livres e libertos pobres, assim como os sujeitos estudados por Scott, não assistiam à opressão passivamente, eles atuavam dentro e fora da Justiça para conquistar a liberdade ou para mantê-la. Conservar a liberdade poderia ser tão difícil quanto conquistá-la.

Dentre as estratégias legais empregadas para alcançar seus propósitos, podemos identificar a ação de liberdade movida por escravizados, que com o auxílio de um curador se dirigiam à Justiça para questionarem seu cativo na Justiça; a ação de manutenção de liberdade era movida por pessoas libertas, que estavam sob o risco de serem reescravizadas e que objetivavam manter a condição de libertos, ou seja, lutavam na Justiça para evitarem a reescravização, tão temida pelas pessoas forras.

Os jornais também foram utilizados como espaços na qual os subalternos criavam estratégias para lutarem em favor de suas liberdades, principalmente na segunda metade do século XIX. O mais comum era denunciar a ilegalidade de uma escravização ou reescravização quando ela já havia sido concretizada. No entanto, neste repertório de estratégias para manter a liberdade também estiveram presentes nos periódicos “denúncias” de escravidão ilegal e /ou reescravização legal ou ilegal, em que até aquele momento não haviam sido concretizadas, mas que se acreditava firmemente que este fato estivesse para acontecer. É o que estamos denominando de “denúncia antecipada”.

Em 04 de outubro de 1871 o jornal O Cearense, na seção de publicações solicitadas, levou ao conhecimento do público uma história com algumas dessas características. Aqui, o autor da publicação utiliza-se da narrativa de um suposto sonho que tivera para revelar uma possível futura escravização. Vejamos:

Sonhei que no foro da villa do Ipú d'essa província se tratava d'uma questão de escravidão para reduzir-se ao cativo duas mulatinhas mãe e filha que se achão de posse de sua liberdade há 4 annos; que estas malatinhas havião

de ver declaradas captivas por sentença, nem que dessa sentença houvesse appellação e que a final de contas ficarião pertencendo a titulo de compra a ... E nisto acordei. E como ouço dizer que o sonho que se conta não se realiza apresso-me em manifestal-o ao publico para não se ver posto em pratica tão ruim agoiro. E viva a liberdade! O sonhador.⁵

A estratégia narrativa de contar um sonho encobre a denúncia com um véu que também simula ocultar o nome do suposto futuro escravizador. Se para nós este nome está ausente no documento, certamente para boa parte da população de Ipu que tenha lido esta seção, escutado a leitura ou somente sabido da publicação, compreendeu os códigos aqui transmitidos, no lugar de ler “três pontinhos” eles podiam reconhecer um nome. Isso pode ser explicado porque dificilmente alguém num belo ou feio dia partindo do “nada” escravizaria uma pessoa, com exceção dos casos de captura de maneira inesperada em que o escravizado está distante de seu local de habitação e não tem a quem recorrer para tentar provar sua liberdade. Quando a escravidão de uma pessoa livre ou a reescravidão acontecia no mesmo local de moradia do escravizado era comum que o escravizador emitisse sinais do seu interesse em escravizar antes de fazê-lo. Essas pistas eram fornecidas, por exemplo, por meio das relações de parentesco ilegítimo, ou compadrio e das relações de trabalho, nas quais ficavam evidentes as marcas da exploração e quais eram os candidatos a futuros escravizados e estes indivíduos sabiam disso e lutavam constantemente para escaparem deste triste “destino”.

Relatar o sonho, neste caso, é uma maneira de exorcizá-lo para que este não venha a se concretizar, mas também de alertar a população e ganhar adeptos a uma futura causa de liberdade, e ainda pressionar as autoridades para que não cometessem a injustiça de tornar legal aquela escravidão. No “sonho”, o escravizador era vitorioso em sua ação de escravidão em todas as instâncias, o que revela um indício da descrença das pessoas ameaçadas de serem escravizadas no sistema judiciário. Esta incredulidade associada ao desespero advindo pelo medo de ser escravizado estimulava a construção de repertório diversificado de estratégias de liberdade em que as lutas judiciais eram somadas às lutas cotidianas.

Outro exemplo de descrédito na Justiça é percebido em publicação de 1874, do mesmo periódico assinada por um tio de vários órfãos que se sentiam ameaçados de serem reduzidos à escravidão no termo de Telha, província do Ceará. Na seção de publicações solicitadas do jornal *O Cearense* a queixa deste tio foi publicada. Ele diz:

A liberta Urçula jáz na eternidade, tendo deixado na orfandade porção de filhos, e pendente na Relação uma causa pela qual os filhos do finado Antonio Manoel pretendem redusil-os a escravidão!!! Não tem em seo favor se não a mão Divina, pois alem da pobreza, sempre soffrerão injustiças, e privações em sua defesa, no entretanto confião na munificencia Imperial serem mantenidos em sua liberdade, que desfructão a desde o berço. É de um irmão da finada, que com sacrificio de sua própria vida pugna pelo feliz sorte

⁵ Publicações sollicitadas. Um sonho. *O Cearense*, Fortaleza 04 out. 1871, p.3.

de seus miseráveis sobrinhos.⁶

Os sobrinhos deste homem não haviam sido escravizados, mas estavam correndo grande risco que isto de fato se concretizasse, visto que havia no Tribunal da Relação, uma ação de escravidão contra eles. Mas o que se destaca nas palavras deste tio é que ele parece acreditar mais em Deus e na bondade do Imperador para conseguir manter seus sobrinhos em liberdade do que no aparato jurídico em voga naquele momento. Talvez isso possa ser explicado por um descrédito na Justiça institucionalizada por parte dessas pessoas pobres, logo que esta era mais presente na vida desses indivíduos para reprimir do que para proteger.

Por um lado, os periódicos foram armas de lutas contra a escravização ilegal, obrigando as autoridades a tomarem decisões políticas, de maneira que expusessem suas interpretações acerca do que era legal e de direito nas ações em que envolviam escravos ou pessoas que estavam sob suspeita de serem escravas. Por outro também foram utilizados em defesa da escravidão, da propriedade privada, e em favor da imagem pública de indivíduos condenados pelo crime de reduzir pessoa livre à escravidão.

Por fim, podemos dizer que a escravidão pode afetar a vida das pessoas livres e libertas de muitas maneiras, inclusive tirando-lhes a liberdade, e que a cidadania era algo distante do cotidiano desses sujeitos. Para eles, ela fácil descer da Justiça, que, aliás, não se estendia a eles como um serviço gratuito. A movimentação desses sujeitos lutando para preservar ou readquirir a liberdade, fazendo as suas causas chegarem aos juízes, à imprensa, aos protetores, aos presidentes de província, aos moradores locais, desencadeia acontecimentos, mobiliza ações, coloca em evidência os vícios do sistema judiciário.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2010.

_____. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP; Cecult, 1999.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Tomo I. Edição fac-similar (1863). Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.

CAMPOS, Eduardo. *Revelações da condição de vida dos cativos do Ceará*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1984.

CASTRO, Hebe Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁶ Publicações sollicitadas. Attenção da Relação do Destricto. *O Cearense*, Fortaleza 09 jul. 1874, p.3.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. *O Cabra do Cariri Cearense: a invenção de um conceito oitocentista*. Tese de Doutorado em História Social – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2015.

_____. *Cabras, caboclos, negros e mulatos: a família escrava no Cariri Cearense (1850-1884)*. Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2008.

FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

FUNES, Eurípides. Os negros no Ceará. In: SOUSA, Simone da (Org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

GINZBUG, Carlo. *Mito, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 (1986).

GRINBERG, Keila. Reescravidão, direitos e justiça no Brasil do século XIX. In: (Orgs.) LARA, Sílvia H.; MENDONÇA, Joseli Maria. *Direitos e justiça no Brasil*. Campinas, São Paulo. Editora da UNICAMP, 2006.

HOLSTON, J. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, N°21, ano 8, fevereiro de 1993.

LARA, Sílvia Hunold. Palmares e as autoridades coloniais: dimensões políticas de uma negociação de paz. The Gilder Lehrman Center for the Study of Slavery, Resistance, and Abolition – *International Conference at Yale University: Approches to Slavery and Abolition in Brazil*, October, 2010.

MAFRA, Manoel da Silva. *Promptuario das Leis de Manumissão*. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1877.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “Do que o ‘preto mina’ é capaz: etnia e resistência entre africanos livres”, *Afro-Ásia*, n° 24, 2000.

MENEZES, Marilda Aparecida de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. In. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, n° 01, p. 32-44, jan./jun. 2002.

MONSMA, Karl. James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. BIB. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 49, n.49, p. 95-121, 2000.

NEQUETE, Lenine. *Escravos e magistrados no segundo Império*. Brasília: Ministério da justiça, Fundação Petrônio Portela, 1988.

PEDROZA, Antonia Márcia Nogueira. Desventuras Hypolita de: luta contra a escravidão ilegal no sertão (Crato e Exu, século XIX). Natal: EDUFRN, 2018.

PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1950.

RIDEDEL, Oswaldo de Oliveira. *Perspectiva antropológica do escravo no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 1988.

REIS JR. Darlan de O. *Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX*. Tese de doutorado em História Social, UFC, 2014.

_____. Terra e trabalho: as disputas judiciais na comarca do Crato, na segunda metade do século XIX. In: *Revista Latino-Americana de História*. Vol. 1, nº. 4 – Dezembro de 2012, pp. 68 – 88.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da Escravidão no Ceará: Das origens à extinção*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

SCOTT, James C. *A Dominação e a Arte da Resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013.

THOMPSON, Edward P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. 2. ed. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CAPÍTULO 4

CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS: MULHERES NÉGRAS, HISTÓRIA E IDENTIDADE

Data de aceite: 01/09/2022

Edineide Jorge dos Santos

Mestre em Educação pela Universidade
Federal de Pernambuco-UFPE
Professora da Rede Pública Estadual de
Pernambuco

Maria Jorge dos Santos Leite

Doutora em Educação pela Universidade
Federal do Ceará-UFC
Professora da Universidade de Pernambuco

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar a participação política das mulheres na construção da história e identidade étnica na comunidade quilombola de Conceição das Crioulas, localizada no município de Salgueiro, Sertão Central de Pernambuco. Para cumprimento de nosso objetivo, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, baseadas, principalmente em publicações acadêmicas realizadas sobre a comunidade e no *Jornal Crioulas: a voz da resistência*, editado pela própria comunidade. A análise desse material tem como fundamento os paradigmas da pesquisa qualitativa. Essa comunidade foi fundada do final do século XVIII para o início do século XIX por seis mulheres negras, possivelmente escravas fugitivas, que ficaram conhecidas como as “seis crioulas”. Essa singularidade histórica fez com que a comunidade ficasse conhecida como um lugar “mulheres fortes”, que ainda hoje lutam pela defesa de seus direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Grupo étnico. Identidade.

Política.

ABSTRACT: The objective of this work is to analyze the political participation of women in the construction of history and ethnic identity in the quilombola community of Conceição das Crioulas, located in the municipality of Salgueiro, Sertão Central de Pernambuco. In order to fulfill our objective, we carried out a bibliographic and documentary research, based mainly on academic publications about the community and on the *Jornal Crioulas: a voice of resistance*, edited by the community itself. The analysis of this material is based on the paradigms of qualitative research. This community was founded from the end of the 18th century to the beginning of the 19th century by six black women, possibly runaway slaves, who became known as the “six Creoles”. This historical singularity made the community known as a place of “strong women”, who still struggle to defend their rights today.

KEYWORDS: Ethnic group. Identity. Policy.

INTRODUÇÃO

Em meio a caatinga, no Sertão Central do Estado de Pernambuco, situa-se Conceição das Crioulas, uma das mais conhecidas comunidades quilombolas do Brasil. Constituindo, desde 1940, o segundo distrito do Município de Salgueiro, região do sertão Central de Pernambuco, localiza-se a aproximadamente 560 km da capital, Recife. Essa comunidade ocupa 40% da área territorial do município de Salgueiro, com aproximadamente 600 km².

habitada por 4.000 pessoas. Limita-se ao Norte com o distrito-sede municipal; ao Sul com os municípios de Floresta e Belém de São Francisco; ao Sudeste e a Oeste com Cabrobó e a Leste com Mirandiba.

Além de uma vila central, compõem o distrito de Conceição das Crioulas os seguintes “sítios”: Amparo, Boqueirão, Riacho do Juazeiros, Coqueiro, Chapada, Barrinha, , Jatobá, Jibóia, Poço da Pedra, Garrote Morto, Mulungu, Olho d’Aguinha, Curtume, Angico dos Lúcius, Queimadas, Sítio Sítio, Rodeador, Paus Brancos, Vilas União e Paula. Por todo esse território, distribuem-se as moradias e as áreas de trabalho dos quilombolas, como se identificam os homens e mulheres negras, que dividem espaços com os não-quilombolas, pessoas que se identificam como brancos, índios. Todos esses sítios, acima relacionados, estão localizados dentro do território identificado como terras dos quilombolas.

Para serem reconhecidos como quilombolas, os habitantes de Conceição das Crioulas buscaram no passado elementos que os identificassem como descendentes de negros escravos. São, pois, esses elementos que vão identificá-los, inclusive para si próprios, e diferenciá-los dos “outros” (os “não-quilombolas”). Assim, nas narrativas e nas repetidas reconstituições da sua “história de negros”, passaram a ressaltar aspectos que vão da cor da pele (preta) ao sentimento de pertença ao grupo, ou à reconstituição da história da comunidade.

A história da comunidade é contada a partir da memória oral de seus habitantes, segundo a qual foi “no tempo dos reis” que chegaram à região alguns negros e negras, vindos de Alagoas, possivelmente fugindo da escravidão. Esse grupo de negros e negras – embora na memória de seus descendentes apenas as negras tenham se destacado na fundação da comunidade, ficando conhecidas como as “seis crioulas” – se estabeleceu no sopé da Serra Umã, hoje Serra das Crioulas¹.

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância política da mulher negra de na construção da história e da identidade étnica daquela localidade, enquanto comunidade quilombola. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter qualitativo.

UMA HISTÓRIA DE MULHERES

Segundo a tradição oral, por volta do final do século XVIII, as seis crioulas teriam arrendado “três léguas em quadro”, de terras, aos “representantes do rei”. O pagamento seria resultante do próprio trabalho dessas mulheres. De acordo com Calmon: “Conceição das Crioulas (...) está localizada no município de Salgueiro, no Sertão Central de Pernambuco, cujas terras pertenciam aos Garcia D’Ávila da Casa da Torre, sob o regime de sesmarias².

Assim, diz a tradição oral que as crioulas iniciaram ali um plantio do algodão, cujas fibras eram transformadas em fio, produto vendido na cidade de Flores, distante cento

1 À época, aquela área integrava o município de Cabrobó, pois Salgueiro foi fundado em 1835.

2 Calmon, Pedro. História da Casa da Torre, p. 130. IN: Andrade, Fábio Bezerra e Silva Júnior, José Alfredo das. Comunidades Remanescentes de Quilombos no interior de Pernambuco. Recife, UFPE, 1997.

e cinquenta quilômetros. Com esse dinheiro teriam pago a renda e se tornado donas de uma vasta extensão de terra, ainda em 1802, cuja escritura teria dezesseis selos, seria carimbada com o “carimbo da Torre” e teria sido feita pelo escrivão Pedro José Delgado e registrada no “livro do tombo”³.

A pesquisadora Mabel Ann Black Albuquerque afirma que há evidências históricas (de uma história documental) sobre a existência do escrivão Pedro José Delgado: “Sabe-se que em 1811, segundo Pereira da Costa, ele foi nomeado juiz de órfãos de Flores (Anais VII, 418, 421). Na época era comum esta função ser compartilhada com a de escrivão” (ALBUQUERQUE, 1997, p.24).

Na elaboração do mito, de acordo com a memória construída pelas narrativas dos quilombolas, a origem de Conceição das Crioulas transcende o tempo cronológico (ELIADE, 1992), referenciando-se em expressões como: “antigamente”, “naquele tempo”, ou “no tempo dos reis”. A única data significativa que o grupo guarda é 1802, que, conforme disse antes, seria o ano em que as crioulas haviam registrado a compra das terras. Como esse ano está no início do século XIX, há uma preocupação das lideranças atuais do movimento de Conceição das Crioulas em inferir que a chegada das seis crioulas tenha ocorrido no final do século XVIII, não se especificando, pois, o ano da chegada. Observe-se que essa não-especificação de datas é usual das construções mitológicas. No caso em estudo, o que contam são fragmentos presentes na memória coletiva.

O próprio nome de Conceição das Crioulas está ligado ao mito da origem. Contam que enquanto trabalhavam na cultura do algodão, as crioulas fizeram uma promessa: se um dia conseguissem comprar as terras que ocupavam, ergueriam uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição. Com o resultado do seu trabalho e a “ajuda da santa”, o sonho tornou-se realidade e as crioulas construíram a capela, dando origem ao nome da comunidade. Inscreve-se, pois, nas raízes do nome da comunidade uma homenagem à padroeira e às próprias crioulas.

Essas histórias, elaboradas a partir da memória oral, são de fundamental importância na construção da identidade dos quilombolas, habitantes de Conceição das Crioulas. Aqueles que acreditam no mito e se sentem descendentes das seis crioulas fazem parte da representação de um grupo, por eles mesmos definido de várias formas: “nós”, os “negros”, os “morenos”, os “pretos”, os “remanescentes” ou os “quilombolas” como, também, costumam se definir. No lado oposto, estão os “outros”, os que não aceitam o mito, aqueles que não se identificam nem são identificados como “remanescentes”. São: os “não-remanescentes”, os “brancos”, ou “fazendeiros bancos”, ou “posseiros” ou, ainda, os “grileiros”, além dos “índios”.

Dessa forma, percebe-se que a identidade dos quilombolas, habitantes de Conceição

3 Livro no qual são inscritos os bens culturais em função do valor histórico. É formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil.

das Crioulas, não está sendo construída a partir de uma história de resistência negra à escravidão, mas a partir do mito de uma fundação, cujo marco primeiro seria a aquisição da terra. Na interpretação dos quilombolas, esse passa a ser o principal fato, e a partir dele, ganha corpo e significado a ideia de uma comunidade negra, que luta pela posse da terra e por uma identidade étnica, baseadas em fatos que julgam verdadeiros.

Como afirma Mabel Albuquerque,

(...) nesse sentido, não importa se o mito é uma história verdadeira ou falsa. A apreensão da dimensão mítica das duas versões (a negra e a branca) se faz independente do questionamento de sua verdade. É dessa forma que, através das histórias que contam e de como a terra foi comprada a comunidade negra de Conceição das Crioulas estabelece uma relação formal com os fatos mais importantes de sua trajetória histórica (escravidão e posse da terra) e de sua própria identidade étnica (negra) (ALBUQUERQUE, 1997, p.30).

O mito da fundação de Conceição das Crioulas já vem acompanhado de uma história de liderança. Excepcionalmente, uma liderança de mulheres, “as seis crioulas”. A tradição oral é enfática em apontá-las como mulheres fortes e resistentes, que, desafiando os padrões sociais da sua época, exerceram grande influência sobre seu grupo, na coordenação dos trabalhos, no plantio e colheita do algodão, no firme propósito de adquirirem a posse legal da terra, através da compra. Em outros momentos da história de Conceição, especificamente quando aquelas pessoas começaram a ser expropriadas por outras, vindas de fora, atraídas talvez pela qualidade do solo propício ao plantio de algodão e à criação de gado, também foram as mulheres que se destacaram na luta pela recuperação daquelas terras. E hoje, na luta pela construção da identidade étnica e pela terra, são essas mulheres negras: trabalhadoras rurais, professoras, enfermeiras e outras que estão no comando.

NOVAS LUTAS, OUTRAS MULHERES

A resistência à expropriação das terras das crioulas foi um dos fatores que contribuiu para a instituição de lideranças- os sujeitos políticos- e, conseqüentemente, de uma estrutura política organizada – a formação dos campos- em Conceição das Crioulas. Curiosamente, os nomes que aparecem como sendo de lideranças que se destacaram na fundação de Conceição das Crioulas e na luta pela recuperação da terra são quase todos de mulheres. Os quilombolas lembram, frequentemente, de: Chica Ferreira, Mendencha Ferreira, Francisca Presidente, Francisca Macário, Maria Solano, Isabel Coração, Romana, Martinha, Sabrina, Maria Rosa, Rosa Ferreira, Antônia Carneiro, Matilde, Januária e Agostinha Caboclo.

Na história do passado o único nome de homem, sempre lembrado na história de Conceição das Crioulas, é o de Antônio Domingos. Mesmo assim, ele aparece como coadjuvante, sendo o companheiro de Agostinha Caboclo, nas viagens em busca de

recuperar a posse da terra. Hoje a organização social e política de Conceição das Crioulas já não é exclusividade das mulheres. Muitos homens também se empenham na luta pelos direitos quilombolas. Eles estão à frente de associações, sindicatos ou na política partidária, mostrando assim que quando se trata de interesses da coletividade quilombola as relações de gênero tornam-se uma questão irrelevante.

No final da década de 1980, os ideais defendidos pelo movimento negro em geral, começaram a penetrar na comunidade e a provocar transformações na forma de ver o mundo ou no pensamento de negras e negros em Conceição das Crioulas. Nesse momento, aqueles que tradicionalmente já lutavam pela recuperação da terra das crioulas, suas antepassadas, alegando ser um direito de herança seu, passaram a entender que de qualquer forma, a terra lhes pertencia, pois eram descendentes daquelas crioulas que provavelmente eram escravas fugitivas, o que lhes abria a possibilidade de serem classificados como comunidade quilombola, e como tal, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal lhes assegurava o direito à posse da terra.

A comunidade começou a passar por intensas inquietações que vieram provocar grandes transformações no modo de pensar daquela gente. Assim, começou-se a se estruturar uma nova luta em defesa da propriedade da terra. Uma luta que passou a contemplar a valorização do “ser negro”, em um contexto, até então, extremamente adverso e, muitas vezes hostil, a essa condição; iniciava-se, assim, a construção de uma identidade negra, processo em meio ao qual surgia também a necessidade de se estabelecer a quem seria, ou não, conferida a identidade de quilombola. Desse modo, fatos antes negados, como a descendência de negros escravos, passaram a ser valorizados por aqueles que, dentro de um processo de conscientização, aos poucos, iam se identificando como quilombolas, dando, assim, legitimidade ao movimento.

Esse movimento foi se espalhando, gradativamente, pela vila e pelos vários “sítios” que, no conjunto formam aquilo que se conhece como área quilombola de Conceição das Crioulas. Foi se construindo, ali, a comunidade e se distinguindo como grupo étnico. Negras e negros, na maioria jovens, começaram a participar das discussões, a mudar seu pensamento e, como eles mesmos afirmam, a “aceitar melhor sua negritude”.

Esse momento de aceitação se impõe a um longo passado de “negação”, segundo os quilombolas, motivada pela discriminação sofrida pela comunidade:

Durante muito tempo, o povo da comunidade quilombola de Conceição das Crioulas foi discriminado e boa parte manipulado pelos ditos “ poderosos” , os brancos. Foram mais de dois séculos de dominação e negação da história de um povo que resistiu a diversas formas de violência e agressão. Desde de muito cedo fomos ensinados a negar a nossa cor e nos aceitar como “moreninhos” , escondendo nossas raízes ancestrais. Tudo isso porque ser negro era feio, era sinônimo de escravidão. E quem quer ser feio? Escravo? [.....]

4 Jornal Crioulas: a voz da resistência. Ano 1, nº 3 novembro de 2003, p.8

Obviamente, desses encontros poderiam surgir lideranças tanto masculinas como femininas. Mas, “por coincidência”, ou para não fugir à tradição, o comando dessa nova luta – pelo menos a princípio- foi delegado a uma mulher, a professora Givânia Maria da Silva. Nesse movimento a participação dos homens é bastante significativa. Pode-se citar, por exemplo, Andreolino Mendes, João Alfredo, Antônio Mendes, como os mais atuantes; portanto, não são omissos. Entretanto, Givânia é sempre lembrada não só como iniciadora do movimento quilombola, mas por sua trajetória de vida e participação na política,

Givânia foi a primeira mulher de Conceição das Crioulas a ter curso superior e envolver-se diretamente na política partidária. Por indicação das lideranças da comunidade, foi candidata a vereadora, sendo eleita duas vezes consecutivas. Ela também é integrante da CONAQ (Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas). Através de sua atuação , tem conseguido divulgar a causa quilombola em todo país , bem como sensibilizar os governos (municipal, estadual e federal) e ONG´s de todo Brasil a investirem na comunidade(JC, 2005)⁵.

Givânia é considerada a precursora do movimento quilombola que hoje é levado a feito pelos habitantes de Conceição das Crioulas. Com o tempo a luta política em comunidade de Conceição das Crioulas passou a contar com a atuação de outras lideranças masculinas e femininas; entre as últimas se destacam: Aparecida Mendes, Márcia Jucilene, Maria Diva e outras. Na impossibilidade de analisar aqui o perfil pessoal e político de todas essas mulheres, me refiro apenas à primeira – Aparecida Mendes-, que já ocupou o mais importantes cargo político da comunidade: a coordenação da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC). O quilombola Raimundo Antônio da Silva, em sua fala durante um evento da AQCC reconhece o poder político das mulheres e identifica em Aparecida Mendes uma certa hegemonia em relação às outras: “Nas reuniões as mulheres sempre estão na frente. Basta dizer que tem uma mulher em Conceição, como Lia (Aparecida Mendes), por exemplo, que pra falar com ela é a coisa mais difícil do mundo, porque ela vive viajando. Eu considero isso importante, porque se as mulheres não fizessem isso o movimento ia abaixo, porque os homens não se envolvem muito”(SILVA, *apud*, LEITE, 2001).

Para o quilombola citado, a participação das mulheres quilombolas nas atividades políticas é bem superior à dos homens, nos sindicatos rurais do sertão hoje atinge cerca de 70% das filiações. Esta situação parece não incomodar o agricultor, que também reconhece a fragilidade da participação masculina no movimento quilombola.

A história de luta de Aparecida, ao que me parece, faz parte de uma tradição familiar. Seu discurso revela não só o carinho que tem pela sua avó Firmiana, conhecida por Ana Belo , de 85 anos, como também a influência que recebeu dela: [...]

Ana Belo é minha vó, a minha vizinha querida e ela é uma pessoa insistente nas coisas que faz, é uma pessoa assim, com quem me inspiro para lutar,

5 Jornal Crioulas: a voz da resistência. Ano 3, nº 8- agosto de 2005, pág 7

geralmente quando estamos quase fraquejando é uma das pessoas que a gente procura pra conversar e pra se fortalecer e, apesar dela ter 85 anos e saber que a luta não é fácil, ela nunca desestimula, ela tá sempre nos incentivando a ir à frente apesar das dificuldades. (SILVA, *apud*, LEITE, 2001).

A quilombola acima valoriza a importância do debate político e critica a forma como as comunidades quilombolas estão sendo tratadas pelo governo, a partir de ações vindas “de fora para dentro”, num processo que ela denomina de “nova política de reconhecimento”. [...]

É uma nova política que tá acontecendo com os grupos, que é uma inquietação. Que, ao invés das comunidades estarem se auto reconhecendo, o governo chega lá e reconhece sem discussão e já chega com o chamado benefício, mas a gente imagina que por trás desse benefício tem um interesse. A comunidade tava um pouco inquieta com essa questão, porque o reconhecimento não partiu da própria comunidade e sim do governo⁶.

GRUPO ÉTNICO: CATEGORIAS DE IDENTIFICAÇÃO

A discussão sobre o conceito de etnicidade é bastante complexa, no campo das Ciências Sociais. Alguns autores tratam a questão sob pontos de vista diferenciados, o que possibilita uma compreensão mais profunda da complexidade desse conceito.

Neste trabalho, utilizamo-nos das noções de “grupo étnico”, “comunidade e fronteiras étnicas”, tratadas, dentre outros, respectivamente, por Max Weber e Fredrick Barth. Weber, em *Economia e Sociedade*, dedica um capítulo às relações comunitárias, étnicas, fazendo uma distinção significativa entre etnia e raça, o que vem, de uma certa forma, desfazer confusões persistentes entre os dois conceitos. De acordo com a abordagem de Weber, o que distingue a pertença racial da pertença étnica é que a primeira é “realmente” fundada na comunidade de origem. Enquanto que a pertença ao grupo étnico associa-se à crença subjetiva na comunidade de origem.

Para Weber, os grupos étnicos são: aqueles grupos humanos que em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e imigração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação das relações comunitárias, sendo diferente se existir ou não uma comunidade de sangue afetiva (WEBER, 1991, p. 270).

Ainda em relação aos grupos étnicos, Weber afirma: “assim como não se pressupõe uma real comunidade de origem, os grupos étnicos também não pressupõem uma real atividade comunitária. Eles existem apenas pela crença subjetiva que têm seus membros de formar uma comunidade e pelo sentimento de honra social compartilhado por todos os que alimentam tal crença (WEBER, *apud*, STREIFF-FENART, 1997, p. 38).

6 Citado por Maria Aparecida de Oliveira Souza. In: SOUZA, Maria Aparecida Oliveira. AS MULHERES, A COMUNIDADE DE CONCEIÇÃO E SUAS LUTAS: as histórias escritas no feminino- Dissertação de mestrado. Brasília, UNB: 2007(mimeo).

Nesse sentido, o autor acredita que os grupos étnicos são uma construção social, na qual a identidade étnica se edifica a partir da diferença. Assim, o sentimento entre “os iguais” não pode ser separado da repulsa às “diferenças”. E, o sentimento de pertença não é criado a partir do isolamento, mas, da comunicação da diferença, da qual os indivíduos se apropriam para demarcar suas fronteiras étnicas.

Enquanto Weber se preocupa principalmente com o aspecto político da questão étnica, expresso pelas tensões que se instauram na competição entre os grupos que disputam posições privilegiadas na hierarquia social, Barth faz recair maior ênfase na sua dimensão ideológica, abordando a noção de fronteiras entre os grupos étnicos. Assim, para Barth, a expressão *grupo étnico* designa uma população que:

1. se perpetua principalmente por meios biológicos;
2. compartilha valores culturais fundamentais, postos em prática em formas culturais num todo explícito;
3. compõe um grupo de comunicação e interação;
4. tem um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem (BARTH, apud OLIVEIRA, 1976, p. 2).

As fronteiras entre os grupos étnicos a que Barth se refere são as fronteiras sociais, mas, acredita que elas podem ter contrapartidas territoriais. À medida que um grupo étnico conserva sua identidade, ao interagir com membros de outros grupos, isso se transforma em critérios para manifestar a pertença ou a exclusão àquele grupo. A noção de fronteira étnica, defendida por Barth, trouxe importante contribuição para os estudos acerca de grupos étnicos e para a compreensão dos fenômenos da etnicidade.

A análise da questão da etnicidade, na perspectiva dos dois autores, possibilita uma melhor compreensão a respeito do processo de construção ou preservação da identidade étnica de determinados grupos humanos. Tais análises ajudam-nos, sobretudo, a perceber a dinâmica da formação das identidades. Nesses termos, nos fornecem, igualmente, elementos importantes para compreendermos a noção de comunidade.

A construção da identidade étnica de grupos humanos tornou-se um dos temas mais discutidos atualmente. “Mais do que o ‘bom senso’ parece ser a identificação étnica a coisa ‘melhor distribuída no mundo’⁷”. Ela exprime, sobretudo, a tensão que se instaura entre grupos, no confronto por melhores posições na hierarquia social. O que se vê nesse processo é a coesão interna das relações afetivas, englobando o nível de representação social e simbólica do grupo.

Dentre os diversos grupos que buscam a afirmação de suas identidades étnicas, estão aqueles que compõem as comunidades remanescentes de quilombos. Muitas dessas comunidades não são, necessariamente, remanescentes dos antigos quilombos e as que

⁷ Afirmação cartesiana, parafraseada por Roberto Cardoso de Oliveira. *Identidade Etnia e Estrutura Social*. São Paulo. Pioneira, 1976.

o são, muitas vezes têm dificuldade de encontrar suas raízes históricas. Como nos ensina Funes, hoje o termo quilombo foi apropriado e redimensionado por essas comunidades enquanto elemento de identidade e de luta pela terra dos remanescentes (FUNES, 1995, p. 34).

Assim, muitas comunidades negras vêm buscando, na história de suas raízes, elementos que apontem para uma origem comum de seus habitantes e, dessa forma, procuram se afirmar enquanto grupos étnicos que ocupam um território remanescente de quilombo.

A identidade histórica de 'remanescentes de quilombo' emerge como resposta atual de uma situação de conflito e confronto com grupos sociais, econômicos e agências governamentais que passam a implementar novas formas de controle político e administrativo sobre o território que ocupam, e, com as quais estão em franca oposição (O'DWEVER, 1995, p.121).

É nesse contexto de intervenções externas no espaço territorial e na organização interna do grupo, que a comunidade de Conceição das Crioulas responde a essas intervenções com a estruturação de um novo campo de relações de poder e resistência, que começa a adquirir sentido a partir do momento em que esse movimento desperta para uma identidade étnica. Ou seja, passa a se constituir a luta de um grupo que reivindica a identidade de “remanescente de quilombos”, a partir da necessidade, do desejo e da possibilidade de preservar a posse da terra.

A construção da identidade étnica do povo negro de Conceição das Crioulas está intimamente ligada à origem da comunidade (as seis crioulas) e à crença subjetiva (WEBER, 1991) da origem comum do grupo, como afirma Dona Maria Antônia: “Aqui é tudo família, a comunidade é toda família, crioula da Conceição; sendo crioula, é tudo família; é um sangue só”⁸. Portanto, entendendo grupo étnico como um conjunto de pessoas cujas crenças se baseiam na origem comum, real ou imaginária, podemos concluir que estamos diante de uma coletividade que responde à sociedade circundante pela etnicidade.

De acordo com Barth⁹, o grupo étnico constitui-se como forma de organização social em que os atores categorizam-se a si mesmos e aos outros com propósito de interação. E assinala que a pertença étnica não pode ser definida senão pela demarcação entre os membros e os não-membros, pois a etnicidade implica sempre a organização de grupos dicotômicos Nós/Eles. Dessa forma, são as categorias de identificação que, através da interação, vão determinar quem pertence ou não ao grupo étnico em questão.

Atualmente, na comunidade de Conceição das Crioulas, podemos identificar a população tomando como referência, num primeiro momento, aquilo que chamaríamos de dois agrupamentos sociais distintos, embora guardando uma heterogeneidade no seu interior: “remanescentes de quilombos” (recebendo, na nomenclatura local, as

8 Depoimento prestado para o Mapeamento e Identificação das Áreas Remanescentes de Quilombos, 1998.

9 Barth, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: Poutignat, P. e outro. Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo, Editora UNESP, 1998.

designações principais: negro, moreno, crioulo) e os “não remanescentes” (composto por índio, descendente de índio, ou, ainda, caboco; branco ou fazendeiro). Os do primeiro agrupamento se sentem parte de uma origem comum (a descendência das seis crioulas, fundadoras da comunidade), e, como tais, são identificados pelos “outros”. Para aqueles do segundo, o mito de origem da comunidade não faz nenhum sentido. Eles são também identificados, pelos quilombolas, hoje, como: “posseiros”, “invasores” ou “expropriadores” das terras e dos valores culturais dos negros.

Identificar-se como descendente das seis crioulas, é uma das formas pelas quais os remanescentes constroem sua identidade étnica (negra). E, também, na perspectiva de construir uma identidade negra, estão mudando seus hábitos na maneira de se vestir, de pentear os cabelos, adotando alguns vocábulos afro-brasileiros e outros.

Nesse processo de construção histórica e identitária as mulheres negras de Conceição das Crioulas tem se definido como símbolo de resistência e luta. Ao elegê-las como principais sujeitos de minha pesquisa não fiz aqui uma opção apenas por um “estudo sobre mulheres” , mas por estudo sobre relações de gênero – cuja discussão teórica ainda precisa ser aprofundada-. Não basta estudar as mulheres é preciso estudar as relações estabelecidas entre homens e mulheres na construção do espaço social. Isto porque, segundo Scott “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1991, p.164).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos contar parte da história da população negra de Conceição das Crioulas, dando ênfase à participação das mulheres na história e na construção de uma identidade étnica e cultural, processo ainda em curso, iniciado no final da década de 1980.

A compreensão desse movimento implicou, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre o passado daqueles negros e negras, focalizando, de modo especial, aquilo que denominamos mito de fundação da comunidade negra. Para isso, foram importantes as análises das falas das quilombolas, principalmente das pessoas mais idosas, em trabalhos acadêmicos e no Jornal Crioulas: a voz da resistência, jornal da comunidade.

Conforme a tradição oral, Conceição das Crioulas foi fundada no “tempo dos reis”. Para os mais jovens, principalmente os envolvidos na atual luta pela posse da terra, esse “tempo dos reis” corresponde ao final do século XVIII.

A construção de representações daquele período, por parte da comunidade, tem como marco referencial a suposta existência de um documento datado de 1802, mencionado insistentemente pelos “antigos”, que diziam os já falecidos e dizem outros, hoje, tratar-se da escritura das terras compradas pelas seis crioulas “no tempo dos reis”. Ainda de acordo com essa tradição oral, as crioulas teriam pago essa compra com o seu próprio trabalho,

isto é, fiando algodão para vender: “Pagaro a terra fiano; fiano e indo vender em Flores, caminhando de a pé até chegar lá (...) elas pagaro essa terra depois de paga o rei mandou escriturar; isso foi em 1802; quem fez a escritura foi Pedro José Delgado, escrivão da Torre”¹⁰.

Ainda de acordo com a memória oral, faz parte da história de Conceição das Crioulas a luta tradicional da mulher pela posse da terra e em defesa do povo negro. A partir do que contam os “quilombolas”, podemos dizer que a atuação feminina aparece notadamente nos seguintes momentos: “no tempo dos reis”, quando as seis crioulas lutaram para comprar a terra; num segundo momento, que vai da década de 1950 até o final dos anos 1980, marcado pela luta de Agostinha Caboclo para recuperar para si e para os seus “parentes” as terras que lhes haviam tomado os “fazendeiros brancos”; num terceiro momento, através do movimento em curso, iniciado no final da década de 1980, em que aparece mulheres como Givânia Maria da Silva, principal articuladora da luta pelo reconhecimento da comunidade como quilombola; Maria Aparecida Mendes, Valdeci da Silva, Márcia Jucilene e outras.

REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. In: Poutignat, Philippe. **Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth/Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

_____. **Mito do eterno retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1992..

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade classe**. São Paulo: Ática, 1964.

FUNES, Eurípedes Antônio. **“Nasci nas matas, nunca tive senhor”: história e memória dos Mocambos do Baixo Amazonas**. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1995 (mimeo).

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. **Regime de Índio e faccionismo: os Atikum da Serra Umã**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1993.

GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. **TERRA DE PRETOS, TERRA DE MULHERES: terra, mulher e raça num bairro rural negro**. Ministério da Cultura/FCP, 1995.

JONGE, Klass de. **África do Sul: apartheid e resistência**. Editora Cortez: EBHO, 1991.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. **CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS: terra, mulher e identidade étnica no sertão de Pernambuco**. Dissertação de mestrado. Fortaleza: UFC, 2001(mimeo).

¹⁰ Depoimento de Antônio Andreilino Mendes, em entrevista feita pelo jornalista Adécio Vasconcelos para o Programa “Campo Livre”, TV local.

- LEITE, M. J. dos S. (2010). **Conceição das Crioulas: Terra, Mulher e Política**. Sankofa (São Paulo), 3(6), 63-88. <https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2010.88789>
- LEVIS-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural dois**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1978.
- LIMA, Marcos Galindo. **Ocupações Pré-Históricas em Conceição das Crioulas-Salgueiro/PE**. Dissertação de mestrado. Recife, UFPE, 1997 (mimeo).
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MEDEIROS, Bartolomeu Figueirôa e ALBUQUERQUE, Mabel Ann Black de (organizadores). **Comunidades remanescentes de quilombos no interior de Pernambuco**. Recife: UFPE, 1997.
- MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: pioneira Thomson, 2002.
- O'DWYER, Eliane Cantarino (org). **Terra de quilombos**. ABA. Impressão DECANIA CFCH/UFRJ, 1995.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- PRIORI, Mary Del. **Mulheres no Brasil Colonial**. São Paulo: Contexto, 2.000.
- SALES, Celecina de Maria Veras e outras. **Feminismo: memória e história**. Fortaleza: Edições UFC, 2.000.
- SAHLINS, Marshall. **O “Pessimismo Sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção**. IN: MANA – estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ, abril, 1997.
- SANZONE, Lívio. **Objetos de Identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil**. IN: MANA – estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ, abril, 2.000.
- SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analysis**. In: **Gender and politics of History**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1991.
- SOUZA, Vânia Rocha Fialho de Paiva (antropóloga responsável). **Projeto mapeamento e identificação das áreas remanescentes de quilombos (Conceição das Crioulas)**. Recife: FCP/UFAL, 1998.
- POUTIGNAT, Philippe. Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth e outros. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CAPÍTULO 5

ARANDO O TORTO DESTINO DOS DESCENDENTES DE ESCRAVIZADOS NO BRASIL

Data de aceite: 01/09/2022

Maurício José de Faria

Universidade do Estado de Minas Gerais
(UEMG Cláudio)
Cláudio, MG
<http://lattes.cnpq.br/5118526268911344>

Regina Aparecida de Morais

Universidade do Estado de Minas Gerais
(UEMG Cláudio)
Cláudio, MG
<http://lattes.cnpq.br/6538573203744960>

RESUMO: “Torto arado”, romance quase documental de Itamar Vieira Jr., nos apresenta uma narrativa que dá voz aos filhos da escravidão de uma forma a revelar referências culturais e históricas de cidadãos que foram explorados, excluídos e abandonados pelo Estado ao longo dos séculos. Partindo desse pressuposto inicial, apresentamos breve reflexão sobre como o processo de escravidão marcou cultural, econômica e socialmente este país, ou seja, as mazelas da escravidão podem ser sentidas e vistas em toda parte neste país gigantesco. A literatura aqui nos mostra como os ex-escravizados vivem a sua cultura, lidam arduamente com a terra para dela extraírem frutos para sua sobrevivência, e cultuam seus “encantados” no jarê. Sob à luz das teorias de Santos (2018) e Gomes (2019), pode-se dizer que a escravidão criou uma sociedade marcada por divisões socioculturais abissais, ou seja, há cidadãos que foram invisibilizados por

serem descendentes de escravizados. A obra é reveladora e autenticamente encantadora, pois dá visibilidade e voz a um núcleo familiar marcado pela dor de existir de forma sempre silenciada.

PALAVRAS-CHAVE: Torto arado. Ex-escravizados. Escravidão. Encantado. Jarê.

PLOWING THE CROOKED DESTINY OF THE DESCENDANTS OF SLAVES IN BRAZIL

ABSTRACT: “Torto arado” (Crooked plow), an almost documentary novel by Itamar Vieira Jr., presents us a narrative that gives voice to the descendants of slavery in a way that reveals cultural and historical references of citizens who were exploited, excluded and abandoned by the State over the centuries. Based on this initial assumption, we present a brief reflection on how the slavery process marked this country culturally, economically and socially, that is, the ills of slavery can be felt and seen everywhere in this gigantic country. The literature here shows us how the ex-enslaved live their culture, work hard with the land to extract fruits for their survival, and worship their “enchanted ones” in the jarê. In the light of Santos’ (2018) and Gomes’ (2019) ideas, it can be said that slavery created a society marked by abyssal sociocultural divisions, that is, there are citizens who were made invisible because they were descendants of enslaved people. The work is revealing and authentically charming, as it gives visibility and voice to a family nucleus marked by the pain of always existing in silence.

KEYWORDS: Crooked plow. Ex-enslaved. Slavery. Enchanted beings. Jarê.

O Brasil são vários. Há o Brasil dos poderosos, dos endinheirados, dos estudados, dos donos dos grandes latifundiários. Há o Brasil dos submissos, dos excluídos, dos abandonados pelo Estado, dos explorados, dos empobrecidos, dos sem-terra, dos sem-teto e dos que vivem à mercê do destino. Temos um passado que nos explica e que nos traz dados e fatos, muitos deles pouco conhecidos, para confirmar a realidade abissal que há entre os cidadãos deste país de contrastes de toda ordem.

Entende-se por abissal, segundo Santos (2018) a complexa diferenciação entre visíveis e invisíveis. Fenômeno este que se marca pela divisão da realidade social. “As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos [...]”. Este pensamento se caracteriza pela impossibilidade da coexistência das duas realidades separadas por essa linha.

De um lado os visíveis fortalecidos nas relações de poder, cada dia mais poderosos e de outro, são invisibilizados e assujeitados aqueles que representam a parcela enfraquecida nesse jogo. O romance “Torto arado”, de Itamar Vieira Junior, publicado em 2019, pela Editora Todavia, em São Paulo, vencedor dos prêmios Oceanos e Jabuti, de forma singular e magistral, trata desse Brasil escancaradamente dividido, velado, maculado e pouco conhecido. O autor dá visibilidade aos sujeitos herdeiros da escravidão que embora ilegal continuou existindo de forma camuflada, portanto, invisível.

De acordo com Santos (2018, n. p.), somos convocados “a cruzar a linha abissal: uma fronteira que divide tão profundamente a realidade social que tudo o que fica do outro lado dela permanece invisível ou é considerado irrelevante.” O romance representa a transposição dessa linha, deslocando a produção do conhecimento. São saberes literários empregados por um autor que fala do lugar dos invisíveis por sua história pessoal para recuperar e reivindicar o reconhecimento de uma história vivida no silêncio do sertão baiano.

Em sua peculiaridade, o romance aborda de forma tênue a história do Brasil, alinhavada à narrativa pelos saberes silenciados que compõem o acervo cultural dos povos tradicionais. Nas vozes de Bibiana, Belonísia e de um narrador inusitado, personagem escolhida entre os encantados para elucidar situações “encantadas” ao longo da obra, vamos nos envolvendo com a narrativa de Vieira Jr. A narrativa dos personagens centrais nos apresenta um recorte da nossa triste realidade.

Em um dado momento da história, esse outro narrador – o Encantado – adentra a obra em uma terceira voz, na parte final da obra denominada Rio de Sangue. Esse narrador-personagem é uma entidade do jarê – religião afro-brasileira praticada na região da Chapada Diamantina, BA. O jarê

Trata-se de uma variante do “candomblé de caboclo”, culto no qual os deuses yorubas ou orixás foram em grande medida assimilados a uma classe genérica de entidades nativas, os caboclos, considerados como índios ou descendentes de índios. Nesse sentido, o jarê representa uma vertente menos ortodoxa do candomblé, resultante de um complexo processo de fusão onde há influência dos cultos Bantu-Yoruba sobrepuseram-se elementos do

catolicismo rural, da umbanda e do espiritismo kardecista (ALVES; RABELO, 2009, p. 1-2).

A história da família de Bibiana e Belonísia se mistura com a história do jarê, pois os pais das duas – Zeca Chapéu Grande – conduz os ritos do candomblé de caboclo em vários trechos da história. O fio narrativo do enredo percorre e apresenta as vivências de Seu Zeca Chapéu Grande como líder religioso na região. São apresentadas as suas contribuições para aliviar o sofrimento de todos e todas até o momento em que, abatido pelo tempo e pelos fatos, não consegue mais exercer essa liderança.

Os fatos se passam na primeira metade do século XX ou em outros tempos passados ou futuros e, por meio de representações, vão dizendo como fomos nos constituindo uma nação dividida, que nasceu sob a tutela da escravidão, sob a tutela do mando e sob a tutela do poder. A narrativa traz a voz dos tutelados.

Nesse campo desigual, Severo levantou sua voz contra as determinações com que não concordávamos. Virou um desafeto declarado do fazendeiro. Fez discursos sobre os direitos que tínhamos. Que nossos antepassados migraram para as terras de Água Negra porque só restou aquela peregrinação permanente a muitos negros depois da abolição. Que havíamos trabalhado para os antigos fazendeiros sem nunca termos recebido nada, sem direito a uma casa decente, que não fosse de barro, e precisasse ser refeita a cada chuva. Que se não nos uníssemos, se não levantássemos nossa voz, em breve estaríamos sem ter onde morar. A cada movimento de Severo e dos irmãos contra as exigências impostas pelo proprietário, as tiranias surgiam com mais força (VIEIRA JR, 2019, p. 197).

O romance revela os reflexos dessa tirania, cujas consequências se expressam na ação combativa relatada nesse fragmento. Da mesma forma, a obra expressa, o atravessamento dessa opressão constante e histórica nas relações de poder cotidianas entre as pessoas: maridos e esposas, mães e filhos, trabalhadores e trabalhadoras, exploradores e escravizados, fazendeiros e serviçais.

Entre essas decorrências, aparecem a violência de gênero, a mortalidade infantil, os desafios da educação como direito dos trabalhadores, o não direito à terra de gentes que sobrevivem nos groões invisíveis deste imenso país.

A família de Peixoto queria apenas os frutos de Água Negra, não viviam a terra, vinham da capital apenas para se apresentar como donos, para que não os esquecêssemos, mas, tão logo cumpriam sua missão, regressavam. Mas havia os fazendeiros e sitiantes que cresceram em número e que exerciam com fascínio e orgulho seus papéis de dominadores, descendentes longínquos dos colonizadores; ou um subalterno que havia conquistado a sorte no garimpo e passava a exercer o poder sobre os outros, que, sem alternativa, se submetiam ao seu domínio (VIERIA JR., 2019, p. 55).

De forma velada, todas essas temáticas se apresentam na obra como uma mácula da escravidão nas vidas dos afrodescendentes brasileiros. Sobrevivências da escravidão, aparentemente abolida, de quem se arrasta arando a terra que continua sob a posse de

poucos(as). Essa terra traz em si a esperança de libertação para muitos(as), até os tempos atuais e futuros, posto que os conflitos ligados à terra ainda estão por ser resolvidos.

A escravidão se fez presente bem antes de nos constituirmos como uma nação independente do colonizador português. Depois de independentes, mantivemos a escravidão por um longo período no século XIX. Por conseguinte, fomos o último país das Américas a abolir-la. De acordo com Gomes (2019), a escravidão é uma das experiências mais impactantes da nossa história, posto que a escravidão determinou nossa sociedade culturalmente e impactou nosso sistema político-econômico após a independência.

Nascemos e tornamo-nos um país assim: lado a lado convivem os senhores e os escravizados, poucos dominadores e muitos dominados, os poderosos e os submissos, os que muito tem e os que nada tem, a não ser o próprio corpo para labutar e alimentar cotidianamente. Somos um país marcado por abismos socioeconômicos já secularizados. Somos um país tristemente dividido.

Tudo começou no início do século XVI. Primeiro, os indígenas foram vencidos, mortos, sacrificados, expropriados de suas terras; depois quando os indígenas foram explorados ao máximo e quase exterminados, foram trazidos da África os negros para trabalhar a terra. Os negros foram vencidos, sacrificados, subjugados a extrair da terra as riquezas para os seus senhores. Os escravizados eram muitos, os exploradores escravocratas, muito poucos. Pelos séculos seguintes a escravidão, apesar de extinta por lei, continuou camuflada, velada, escondida. Ela ainda se faz presente entre nós.

O Brasil escravocrata é marcado por contrastes a perder de vista: vastas florestas tropicais em oposição à caatinga cinzenta, amplas terras férteis em contraste com terras esturricadas pelo sol constante, rios caudalosos e piscosos cortando o país em contraste com rios rasos e inconstantes, o litoral povoado desde o início em oposição ao sertão habitado por exploradores e excluídos, as casas-grandes fazendo sombra nos casebres de pau a pique dos excluídos e explorados, os arranha-céus fazendo sombra nos barracões das nossas inúmeras favelas.

Conforme Gomes (2019, p. 319), a economia “nos trópicos caracterizava-se pelo binômio casa-grande e senzala, dos senhores de engenho e seus milhares de escravos”. Assim fomos nos tornando, indubitavelmente, um país marcado por diferenças socioeconômicas e culturais assustadoras. Essas diferenças representam, por sua vez, a despeito da cultura predominante, uma riqueza plural inestimável, uma vez que elas trazem em seu interior questões sociais como a miséria, o abandono, a exclusão social e a triste realidade da “resistência” da escravidão.

A escravidão deixou marcas – chagas eternas – em nossa constituição identitária, em nossa miscigenação étnico-racial, em nossa formação cultural. De um lado, os donos da terra, das casas luxuosas, dos casarões, dos apartamentos; do outro, os sem-terra, os sem-teto ou os de tetos improvisados – frágeis e carcomidos pelo tempo – dos inúmeros moradores das favelas que tiveram que surgir na paisagem urbana brasileira em

consequência da história de abandono representado pela falta de políticas públicas após o fim da escravidão.

A dicotomia sociocultural e socioeconômica apresenta-se aos olhos do leitor ao ler “Torto arado”. As vidas de Bibiana e Belonísia e dos seus parentes mais próximos – pai, mãe, sobrinhos e tia – vão nascendo da alma. De imediato, o leitor deve perceber que são acontecimentos narrados de dentro, de forma encantada e da profundidade do sofrimento acumulado durante séculos, para fora. O lado de fora é determinado pelas forças da natureza e das relações sociais, ora propícias à vida, ora cruéis e implacáveis. Essas forças regem o destino de todos em Água Negra.

A narrativa é de um período não muito distante da abolição da escravidão, conforme a lei. O que fazer quando se passa a ser livre da noite para o dia? Foi assim: os negros escravizados acordaram na senzala livres da lida forçada do dia a dia. Mas que rumo tomaram? Estavam tão sem forças que quedaram alguns no mesmo sítio, posto que foram sugados pela terra trabalhada de sol a sol. Outros se aventuraram pelo sertão a fim de estabelecer morada – quilombos –, afinal a terra há de prover o sustento ou não, posto que tudo ela dá ou não, quando se nela trabalha de sol a sol ou não.

A liberdade custa caro, contudo a liberdade não fez diferença para a maioria dos ex-escravizados, que passaram de explorados a subjugados e largados ao seu próprio destino, uma vez que tiveram que solicitar permissão para pousar nas fazendas do vasto e abundante sertão dominado por muitos senhores sem alma ou estabelecerem agrupamentos comunitários nos rincões escondidos do país, chamados de quilombos. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (BRASIL, 2017, p. 4),

O termo quilombo é uma categoria jurídica usada pelo Estado brasileiro a partir da Promulgação da Constituição Federal de 1988, visando assegurar a propriedade definitiva às comunidades negras rurais dotadas de uma trajetória histórica própria e relações territoriais específicas, bem como ancestralidade negra relacionada com o período escravocrata. Nesse sentido, há outras terminologias para o termo quilombo, como Terras de Preto, Terras de Santo, Mocambo, Terra de Pobre, entre outros.

O vagar pelo sertão em busca de terra para morar e arar em nada alterou a condição dos negros recém-libertos e seus descendentes. Nem sempre a nova situação representava a liberdade ansiada no interior dos quilombos, muitas vezes, a nova experiência se ajustava ao subemprego ou a uma escravidão velada, visto que a lei já a não a permitia. Na segunda circunstância, quando estabeleciam pousada, passavam à condição de submissos dos capatazes da fazenda e sitiantes.

Fariamos nossa casa como todas as outras, com o barro das várzeas, com as forquilhas que forjávamos das matas. Cobriríamos com o junco que tomou conta do leito do Utinga com a seca. Quando estivéssemos estabelecidos poderíamos planejar a nossa partida, ir atrás dos sonhos do Severo, que passaram a ser meus também. Não queria também viver o resto da vida ali, ter a vida de meus pais. Se algo acontecesse a eles, não teríamos direito à casa,

nem mesmo à terra onde plantavam sua roça. Não teríamos direito a nada, sairíamos da fazenda carregando nossos poucos pertences. (...) Aquele sistema de exploração já estava claro para mim (VIEIRA JR., 2019, p. 83).

Em “Torto arado”, a narrativa conduzida por Bibiana, Belonísia e o Encantado, em uma temporalidade quase indefinida, vai trazendo para os leitores do século XXI a vivência sofrida dos que foram dominados e continuam a ser, implacavelmente, explorados de forma muitas vezes violenta pelos donos das terras. É a literatura trazendo o ponto de vista dos que não tiveram voz nem vez na história deste país que ainda precisa vir à tona, enunciando a história dessas gentes cujos fatos foram silenciados.

Do período da escravidão – 1536 a 1888 – para os anos iniciais do século XXI, pouca coisa mudou. São mais de 350 anos de escravidão registrados na nossa triste história. Há por este Brasil à fora pessoas vivendo em regime de servidão, sem direito a salário, sem direito à terra, sem moradia digna, sem saneamento básico, sem assistência alguma do Estado, sem documento, ou seja, vivendo como escravizados. Sabe-se que pouquíssimos escravizados se tornaram donos da terra da qual tiravam o sustento da família. A terra que tudo dá é negada à maioria desses homens e mulheres.

Muitos dizem que a literatura não tem uma função prática, utilitária. Para muitos a literatura é para o fruir, é para o deleite, é para o prazer estético. A ficção “Torto arado”, de Itamar Vieira Junior, vai além do deleite da leitura, pois o leitor vai sentindo em cada página, no tecido do texto, uma trama que começou bem antes da que está sendo narrada. A narrativa literária passa a ter uma função, ou seja, ela narra as dores dos descendentes de escravizados, nas vozes de três personagens fortes e destemidas.

Aristóteles, filósofo grego, dizia que “A humanidade se divide em duas: os senhores e os escravizados; aqueles que têm o direito de mando, e os que nascem para obedecer” (*apud* GOMES, 2019, p. 63), ou seja, o mando e a obediência estão em cada sulco da narrativa de Itamar. O arado narrativo vai voltando o tecido do texto para trazer fatos singulares e reconhecíveis na cena brasileira desde o início dessa nação moldada pelo mandar e pelo obedecer.

A escravidão camuflada é tema desse belo romance universal. Universal porque a escravidão se faz presente no passado da humanidade e continua a existir de forma explícita nos dias de hoje. Segundo Gomes (2019, p. 63), “A escravidão é uma chaga aberta na história da humanidade”. Não obstante, as páginas dos jornais, aqui e acolá, trazem matérias e notícias tratando desta eterna chaga. O romance de Itamar vai além, ao trazer para o cotidiano, personagens que vivem presos a sua sina. Os acontecimentos são sentidos pelo leitor, porque há neles uma densidade que vem da alma dos narradores – Bibiana, Belonísia e o Encantado. Sentimos cada passagem do texto, pois o olho-arado do leitor vai revirando as palavras do texto. O autor esmera-se ao imprimir no texto uma densa delicadeza narrativa em acontecimentos trágicos, singulares, pesados e tristes. Dessa maneira, as vozes dos narradores-personagens, conseqüentemente, dão vez aos

descendentes de escravizados – negros e mestiços – que se juntaram no abandono.

A narrativa de Itamar vai arando o terreno da história, vai desnudando as consequências da escravidão, vai abrindo caminho para, quiçá, germinar a esperança. A narrativa tem a terra como elemento revelador da dor dos que dela dependem. Para reter o leitor, a obra é dividida em três capítulos – Fio de Corte, Torto Arado e Rio de Sangue. Corte, arado e sangue são palavras-chave deste tecido narrativo marcado por uma prosa que traz à tona uma história, dentre mil outras, das gentes de pele negra deste país. O corte que emudece uma voz, o arado que sulca a terra seca e o sangue que salta das veias são elementos moldadores do destino dos descendentes dos ex-escravizados. Quem narra, quem diz com dor e sofrimento são descendentes de escravizados, gente que foi abandonada a sua própria sorte. Gente tão sofrida de antes e de agora.

Segundo Gomes (2019), quando os escravizados foram libertos, muitos deles ficaram vagando pelo país à procura de pouso. O que eles sabiam fazer era lidar com a terra, com o gado, com os afazeres domésticos. Quando recebiam pousada, ali ficavam, ali passavam novamente à condição de “escravizados”, sem direitos, sem instrução, sem propriedade digna para chamarem de sua, ou seja, eram explorados pelos donos da terra ou pelos sitiantes. Da terra, que não pertencia a eles, eles extraíam o sustento da família e dos donos declarados da terra.

O sofrimento, a dor de existir ao *deus-dará*, o *tô-nem-aí* dos que governam este país desde antes e desde sempre, o estar na terra arando tortuosamente, o não ser reconhecido como gente, a angústia ancestral, a relação íntima com a terra, tudo se faz presente nas palavras aradas, nas palavras plantadas, que fazem germinar a história a ser colhida pelo leitor.

Em Água Negra, terra distante dos centros urbanos, Bibiana, Belonísia e os seus iguais na dor e na cor vão vivendo, arando a terra, colhendo dela os frutos – ora muitos, ora nenhuns. Aos poucos, vão entendendo que são consideradas *meia-gente* ou gente de pouco valor, contudo, de muita serventia para a lida cotidiana na terra. Elas são gente a ser explorada, usurpada, surrupçada, roubada, humilhada constantemente pelos que detêm o poder. Gente que só serve para arar a terra, cumprir ordens e calar suas experiências consideradas mais simplórias.

Água Negra é uma terra de não pertencimento, uma terra de donos distantes que, à distância, exercem seu poder de levar sofrimento e dor às gentes de pele negra como as águas do rio Santo Antônio, que oferece seus peixes – ora muitos, ora nenhuns – para matar a fome de quem trabalha de sol a sol, de domingo a domingo, do nascer ao morrer.

O povo de Água Negra passou a seguir para a cidade antes de o sol raiar, sem conhecimento do gerente, se embrenhando pelas matas para não serem descobertos, na intenção de vender o peixe e comprar mantimentos. Pescavam dia e noite, e só não conseguiam pescar em noite de lua nova porque os peixes ficavam com os dentes moles e não seguravam as iscas. Para despistar Sutério, os trabalhadores deixavam vara e anzol escondidos

na mata da beira da lagoa ou amarrados em galhos de árvores (VIEIRA JR., 2019, p. 106-107).

O rio também fornece o barro para dele fazerem as suas moradas. Frágeis moradas que se desfazem com o tempo, assim como a vida deles todos se desfaz na lida árdua com a terra, que provém, mas também faz adoecer os corpos aos poucos. “Que havíamos trabalhado para os antigos fazendeiros sem nunca termos recebido nada, sem direito a uma casa decente, que não fosse de barro, e precisasse ser feita a cada chuva” (VIEIRA JR., 2019, p. 197). Corpos frágeis diante do poder do homem da cidade, do homem branco, que chega chegando e se dizendo dono de tudo, da terra, dos frutos, dos peixes, das águas. Corpos frágeis, corpos dóceis marcados pela disciplina conforme aponta Foucault (1987).

Corte para a cena inicial do romance. Uma faca afiada, mote para a narrativa, é a responsável pela peculiaridade da relação entre as narradoras e um terceiro narrador, ao qual denominamos “Encantado”. A faca e seu fascínio na mão de duas ingênuas e deslumbradas crianças – Bibiana e Belonísia. O corte da faca afiada projeta um novo rumo para o existir das duas crianças. Silenciada pelas consequências da tragédia, uma delas passa a ser a voz da outra. A outra se torna gestos, poucos gestos, pois por aquele sítio era de bom grado falar pouco, ouvir muito, ter muita força para o arado e para a labuta cotidiana de sol a sol, de lua a lua, de domingo a domingo.

Assim viviam, labutando a terra com cada gota de suor que escapava de seus corpos já nascidos cansados. O sol, a terra e o rio determinam o destino das coisas e das personagens. “O sol nos castigava com a fome e nos restava o desalento pelas roças perdidas” (VIEIRA JR., 2019, p. 79). No destino delas e deles havia os senhores das terras sempre a silenciar qualquer voz que ecoasse daquelas paragens ora produtivas, ora alagadas, ora esturricadas.

Arar a terra no silêncio do cotidiano e expor fatos e pontos de vista se concretizam na segunda parte da narrativa. Silenciada, a voz de Belonísia se funde à voz de Bibiana, em Torto Arado. A subjetividade dessa personagem se revela. Identificada com a terra, a personagem vê sua irmã partir. Uma terceira voz aparece quando Bibiana sai de Água Negra. Por essa voz, Belonísia – emudecida pela tragédia – demonstra sua coragem e sua força diante da vida e seu diálogo cotidiano com a terra, com o arado, com a exploração. A questão de gênero se revela na violência sofrida por Belonísia e por Maria Cabocla.

O silêncio, a coragem e o trabalho são ponto identitários na vida de muitos negros brasileiros, que tiveram seus antepassados violentamente escravizados, principalmente as mulheres, algumas além de escravizadas, eram violentadas. Belonísia ara a vida com essas características, mas não poderia herdar a sina de Donana ou de Zeca Chapéu Grande que praticavam o jarê emprestando o corpo e a voz aos Encantados.

Restava as gentes de pele preta daquela região chamada Água Negra a convivência com os santos e os encantados em seu jarê, que traz para seus adeptos “práticas de tratamento e cura de doença e aflição em um tipo de candomblé rural bastante sincrético”

(ALVES; RABELO, 2009, n. p.).

Não tentei me desvencilhar, estava acostumada com a presença dos encantados nas brincadeiras de jarê. Era a casa de meu pai, o curador Zeca Chapéu Grande, e havia crescido entre loucos e preces, entre gritos e xaropes de raiz, entre velas e tambores. A simples presença de um encantado que eu não conhecia não seria capaz de me intimidar, fosse uma real manifestação do encanto ou da loucura (VIEIRA JR., 2019, p. 80-81).

Zeca Chapéu Grande, pai de Bibiana e Belonísia, representa a autoridade religiosa, que une esses povos sob os cuidados de uma espiritualidade encantada que fortalece o labor e as lutas cotidianas, além de representar o amparo, o socorro e a organização daquele povo marcado pela sua ancestralidade. Liderança passiva, o pai de Bibiana e Belonísia, assim como Belonísia, parece perder a voz ao longo do romance. “Cresci em meio às crenças de meu pai, de minha avó, e mais recentemente de minha mãe. Os objetos, os xaropes de raízes, as rezas, as brincadeiras, os encantados que domavam seus corpos, tudo era parte da paisagem do mundo em que crescíamos” (VIEIRA JR., 2019, p. 59).

Em Rio de Sangue, parte final da narrativa, o autor surpreende o leitor mais uma vez, quando apresenta um terceiro narrador. O rio de sangue começou na África, estendeu-se pelos troncos, pelos pelourinhos e pelos quilombos na história da escravidão. A passividade de Zeca Chapéu Grande morreu junto ao seu corpo – corpo-terra, corpo-preto, corpo-trabalho. Essa morte revela o cativo representado pelas vozes silenciadas pela escravidão: escravidão passada e o trabalho análogo à escravidão presentes no enredo da obra.

Após a morte dessa personagem, a voz do jovem negro – Severo – denuncia a dor do abandono e da injustiça social. A interrupção da vida desse novo líder – representante do sindicato – denuncia um tempo de maior exploração. Outra vez os personagens da obra são expropriados, agora, das terras das quais já não são donos. Vingança? Justiça?

Essa vida é cobrada. Nessa parte, a voz dos afrodescendentes é marcada pelo rio de sangue diante da militância de uma das personagens pelo negado direito à terra, à moradia e aos direitos trabalhistas. Pela onipresença, esse narrador revela o incompreensível pelas personagens fortes que viram suas vidas marcadas pelo rio de sangue. As ações dos encantados e dos santos do jarê são narradas de forma densa.

Mas vocês precisam pagar esse pedaço de chão onde plantam seu sustento, o prato que comem, porque saco vazio não fica em pé. Então, vocês trabalham nas minhas roças e, com o tempo que sobrar, cuidam do que é de vocês. Ah, mas não pode construir casa de tijolo, nem colocar telha de cerâmica. Vocês são trabalhadores, não podem ter casa igual a dono. Podem ir embora quando quiserem, mas pensem bem, está difícil morada em outro canto (VIEIRA JR., 2019, p. 204-205).

Aos santos as gentes daquela região recorriam para amenizar a dor de existir. Aos encantados cantavam para alegrar a alma e suportar a existência dura de cada dia. Nasciam para servir. Serviam até morrer. Os tataravós, arrancados de sua terra natal, araram a terra acorrentados. Os bisavós acorrentados aravam a terra. Os avós seguiam livres dos pesos

das correntes arando a terra. Os negros descendentes de escravizados seguem arando a terra, pescando no rio, colhendo os frutos do dendê, fazendo a massa de jatobá, comendo a palma em tempos de seca braba, vivendo do que há de viver, um dia depois do outro, um dia de cada vez, mas igual em quase tudo.

Os pretos em Água Negra seguem vivendo em suas casas de barro se desmanchando lentamente à mercê do sol, do vento e da chuva. Eles mesmos seguem sendo corroídos pelas intempéries da natureza e daqueles que sempre mandam. Eles vivem na obediência com seus corpos calejados e maculados pelo sol e pela dor.

Pe. Antônio Vieira, missionário jesuíta na Bahia, em 1691, dizia que “O Brasil tem seu corpo na América e sua alma na África” (*apud* GOMES, 2019, p. 7). Que corpo é esse que habita a terra *brasilis*? É o corpo negro que labuta a terra. É o corpo cansado que alimenta seus filhos com os poucos frutos da terra. É o corpo que não tem morada fixa. É o corpo que jaz anônimo em um cemitério escondido, largado, abandonado no sertão deste vasto país de pele preta, ou seja, são corpos de escravizados de antes, corpos de negros de agora. A narrativa de Itamar nos faz pensar sobre essas gentes que foram e que ainda estão a ser exploradas cotidianamente, seja por fazendeiros gananciosos, seja por empresários inescrupulosos, seja pelo sistema que os ignora.

Somos um país marcado pela escravidão. Ela faz parte do nosso dia a dia. Ela nos constitui. A escravidão é um assunto que não pode ser esquecido, pois ela é definidora da nossa identidade nacional. Há iniciativas governamentais, de instituições não governamentais, de parte da sociedade civil que têm arado a história para anemizar ou, quiçá, reparar as atrocidades cometidas no passado com as gentes de pele negra e indígena. Temos muito a trazer à tona sobre o nosso passado para reparar no presente e no futuro próximo os males feitos as gentes de pele preta.

A ficção de Itamar, com sua encantadora narrativa, traz a discussão do tema do abandono a sua própria sorte de muitos descendentes de escravizados. É uma narrativa quase documental. Itamar vai arando o torto destino dos descendentes de escravizados para fazer brotar a reflexão sobre a escravidão e suas permanências na contemporaneidade. Ouvir as vozes desses descendentes escravizados e dos encantados em muito nos auxilia na compreensão do que fomos no passado e o que somos no presente. Segundo a voz do encantado “Meu povo seguiu rumando de um canto para outro, procurando trabalho. Buscando terra e morada. Um lugar onde pudesse plantar e colher. Onde tivesse uma tapera para chamar de casa. Os donos já não podiam ter mais escravos, por causa da lei, mas precisavam deles” (VIEIRA JR., 2019, p. 204).

“Sobre a terra há de viver sempre o mais forte” (VIEIRA JR., 2019, p. 262). Resumidamente, podemos dizer que ainda sobre a terra os mais fortes dominam, mandam, matam, mancham-se de sangue, maculam, maltratam, maldizem. Assim vamos sendo uma nação que precisa rever sua história oficial, uma vez que ela pouca ou nenhuma voz dá à multidão de excluídos, escravizados, maltratados, dominados e abandonados.

Essa abordagem nos alude ao pensamento de Santos (2018), pois exemplifica a linha abissal que marca a distinção entre os visíveis e o invisíveis. Nesse sentido, este romance se configura como uma reivindicação da ruptura dessa linha que precisa se tornar invisível. Mais que isso, ela precisa se tornar inexistente. A obra dá visibilidade à escravidão camuflada ainda presente, cujas marcas se expressam nas questões socioeconômicas, sobretudo nas questões culturais quando hábitos e valores religiosos são evidenciados, principalmente, nos elementos religiosos afrodescendentes: a presença dos encantados e o funcionamento de jarê como uma religião da qual pouco se fala.

Ler “Torto arado” é se deixar levar pela magia dos encantados, pela narrativa interior de Belonísia, pela vontade de mudança de Bibiana, pela aceitação de Zeca Chapéu Grande, pela audácia de ser gente de Severo, pela fala mansa de Salu, pela força narrativa do Encantado. A história vai por caminhos tortuosos para dar visibilidade aos invisíveis deste país. Estamos diante de personagens descendentes de escravizados que vivem desamparados, pois seguem presos à escravidão moderna. As personagens-chave são sobreviventes, posto que labutam incansavelmente pelo o que comer, labutam dia a dia para ter do que sobreviver. Não há como não se encantar com “Torto arado” e seus, agora, “encantados” personagens.

REFERÊNCIAS

ALVES, Paulo César; RABELO, Míriam Cristina. O jarê: religião e terapia no candomblé de caboclo. **Encontro de Estudos Multiculturais em Cultura**, 5. Faculdade de Comunicação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19441.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2021.

ARISTÓTELES *apud* GOMES, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. vol. 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma, Agrária. **Regularização de território quilombola**: perguntas e respostas. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2022.

FOULCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ, 1987.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. vol. 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as epistemologias do sul**: antologia essencial, v. 1. Buenos Aires: Clacso, 2018. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Antologia_Boaventura_PT1.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2022.

VIEIRA JR., Itamar Rangel. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

VIEIRA, Pe. Antônio *apud* GOMES, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. vol. 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

CAPÍTULO 6

JOSEPH KI-ZERBO E CLÓVIS MOURA: TRAJETÓRIAS E HISTORIOGRAFIAS ATLÂNTICAS

Data de aceite: 01/09/2022

Elio Chaves Flores

Universidade Federal da Paraíba

A história é uma ciência humana que anda à procura de um certo grau de certeza chamada moral ou de probabilidade que lhe permita reconstituir e explicar o passado do homem. [...] Mas aqueles que pretendem ser cientistas e que olham para a história como um líquido incolor, inodoro e sem sabor, de laboratório em vez de a reconhecerem como um rio vivo, aqueles que, porque alinham alguns silogismos baseados em certas descobertas esparsas, falam sobranceiramente de ciência, ou são ingênuos ou medíocres. Imaginam abraçar a musa Clío, quando apenas manipulam uma musa desencarnada.

Joseph Ki-Zerbo. *História da África Negra*. Vol. I, [1972].

Quando iniciamos as nossas pesquisas, em 1948, encontramos pela frente uma série de *barreiras históricas* que nos dificultavam enormemente o trabalho. Uma delas, talvez a mais arraigada e difundida mesmo entre historiadores e sociólogos empenhados em conhecer a nossa verdade histórica, era a de que os escravos negros, por um série de razões psicológicas, não lutaram contra a escravidão. O processo de *acomodação* foi promovido, por esses estudiosos, à categoria de fator central da dinâmica social do Brasil. Ao invés de procurarem os arquivos, repetem estereótipos muito

cômodos, frutos algumas vezes de nossa inércia mental e outras vezes produtos deliberados daqueles deformadores profissionais da nossa história.

Clóvis Moura. Introdução à Segunda Edição de *Rebeliões da Senzala* [1972].

A história da África e da Diáspora somente começou a ser escrita por historiadores africanos e afro-brasileiros a partir de meados do século XX. As narrativas anteriores se situavam na tradição eurocêntrica e se diluíam na dimensão culturalista dos “estudos africanos” tanto na Europa quanto nas Américas. A teoria social negro-africana continua invisibilizada nos debates acadêmicos, especialmente no Brasil, país racializado desde os primórdios da economia-mundo, isto é, a partir do século XVI. Nesse trabalho busca-se exercitar aportes metodológicos compatíveis com a “historiografia intercultural comparativa” (RÜSEN, 2006, 2014) e “as variações da história comparada” (FLORES, 2015) num esforço heurístico de ultrapassagem das balizas nacionais. Para isso, colocamos em perspectiva dois intelectuais antirracistas e seus escritos da segunda metade do século XX. O historiador burquinabe Joseph Ki-Zerbo (1922-2006) e o sociólogo-historiador afro-brasileiro Clóvis Moura (1925-2003). O primeiro construiu uma trajetória de professor e historiador da África, com reconhecida inserção continental e internacional; o segundo forjou-se como pesquisador *outsider*, atuante no jornalismo, que

somente seria olhado pela “cultura acadêmica” no final do século XX. Ambos se tornaram, desde o início da formação na década de 1950, intelectuais antirracistas e protagonistas políticos na luta contra o racismo e o colonialismo. Participaram dos quadros de partidos políticos nacionais e, ao mesmo tempo, pesquisaram e produziram obras importantes sobre as interpretações da história da África e da Diáspora africana no Brasil. Assim como os historiadores africanos são praticamente desconhecidos no Brasil poucos são os historiadores brasileiros que se dedicaram a compreender a África. Cruzar esses mundos intelectuais atlânticos pode ser uma boa metodologia para ir além dos “estudos africanos” no Brasil. As fontes que serão cruzadas para entender as suas respectivas trajetórias de pesquisa são a *História da África Negra* [1972], de Joseph Ki-Zerbo; e, *Rebeliões na Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas* [1959], de Clóvis Moura. Acredita-se que as obras historiográficas de Joseph Ki-Zerbo e Clóvis Moura podem ser mais visibilizadas no contexto do ensino de história da África no Brasil e das aproximações com as narrativas sobre a Diáspora dos africanos. Por isso, problematizamos suas obras como clássicos do pensamento negro contemporâneo. Doze anos separam as primeiras edições das obras referidas, que se inserem no que se convencionou chamar de as décadas africanas (1950-1970), cuja temporalidade delimita o combate ao racismo, as emancipações africanas e o fim do colonialismo.

Clóvis Moura (1925- 2003). Clóvis Moura Steiger de Assis nasceu na cidade de Amarante, localizada na região centro-sul do Piauí e separada de São Francisco do Maranhão pelo Rio Parnaíba, nordeste brasileiro.¹ A mãe era branca e o pai negro, vivendo como remediados, em cidade pequena e decadente, cujo auge econômico foi nas últimas décadas do século XIX. Consta que saiu da cidade aos dez anos, em 1935, quando passou a residir com a família na cidade de Natal-RN, até 1941. No ano seguinte, muda-se com o irmão para a cidade de Salvador-BA, onde inicia o curso de humanidades – concluído somente em 1951 – mas ingressa no PCB e na atividade jornalística através do jornal do partido, *O Momento*. Elegeu-se deputado estadual, mas foi cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral. Dois anos depois, Clóvis Moura se transferiu para São Paulo atuando na Frente Cultural que visava manter as bases do partido ativas no movimento dos trabalhadores, juntando-se a intelectuais do partido, entre eles Caio Prado Júnior, Villanova Artigas e Artur Neves. Na década de 1950 começa a trabalhar como jornalista profissional e, também, a aprofundar pesquisas sobre as lutas negras do período colonial, que diz ter começado em 1948. No final da mesma década, consegue publicar *Rebeliões na Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas* [1959], pelas Edições Zumbi, de São Paulo, cuja obra finaliza com

1 Embora a obra de Clóvis Moura seja bem estudada no âmbito da sociologia, a mesma tem sido pouco analisada no campo da historiografia. No ano de sua morte, Luiz Sávio de Almeida organizou e publicou o livro *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura (2003)* com artigos de sociólogos, jornalistas, historiadores e intelectuais de sua geração: Octavio Ianni, Mário Maestri, Manuel Correia de Andrade, Kabengele Munanga, José Carlos Ruy, Aluysio Mendonça Sampaio, Érika Mesquita e Petrônio Domingues. Quase a totalidade do acervo – Obras, artigos, entrevistas e fortuna crítica – de Clóvis Moura pode ser acessado no site *Marxismo21*. <https://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial/>

a ideia de que “a rebeldia [negra] era, portanto, uma categoria sociológica dinâmica dentro daquele tipo de sociedade” (MOURA, 1988, p. 274-75).

Em meio ao turbilhão político do período 1961-1964, Clóvis Moura volta-se para a poesia e a crônica ligeira, com dois pequenos livros, *Espantinho na Feira* [1962] e *Argila da Memória* [1964], que definiu como “rapsódia dedicada à cidade de Amarante, no Piauí”. Nela, reporta-se à origem, ao rio, aos afogados no rio, às lendas, às canções, ao boi e ao chapéu de couro e evoca o “desafio à geografia”. Um Piauí distante, na imagem da cidade de Amarante que margeia o rio, a argila de um Brasil entre 1930-1964: “Uma cidade. Apenas. Como jorro de sangue na epiderme ela circula na memória: num trânsito invisível que escreve florações de desalentos”. Pelo menos trinta anos haviam se passado: “Pequena, sem colégio eleitoral ponderável. Plebeia. Mastigando o seu parco suor de camponesa desalentada ao sol que a ilumina” (MOURA, 1964, p. 31). Na contra folha de rosto do pequeno livro listou algumas fainas intelectuais: informou que estava no prelo um ensaio sobre o pensamento de Euclides da Cunha; que estava em preparo outro livro de poesia, já com o título *Âncora do Planalto*; que escrevia o ensaio *História do Racismo no Brasil* e, por último, que trabalhava na segunda edição da obra *Rebeliões na Senzala*, para ser aumentada e refundida em dois volumes (MOURA, 1964), o que viria a acontecer no ano de 1972, cuja Introdução à Segunda Edição reconhecia como ser “um trabalho artesão”, pois, “num país como o nosso a historiografia científica inicia seus primeiros passos” (MOURA, 1972, p. 31).

Consoante ao período do regime militar Clóvis Moura participa de entidades de escritores, como a União Brasileira de Escritores, fazendo parte da sua diretoria por três ocasiões entre 1961 e 1982. Nesse período histórico se aproxima de militantes e intelectuais negros, muitos dos quais fundadores e autores da “imprensa negra”, especialmente em São Paulo e mantém vínculos políticos com o PC do B, chegando a ser monitorado pelas forças repressivas do regime militar. Nessas condições, fundou em 1975, o Instituto Brasileiro de Estudos Africanos (IBEIA) para estudar o racismo no Brasil, articular os movimentos negros e a produção científica. Parece ser mesmo nos primeiros anos da década de 1970 que Clóvis Moura volta-se para a África, participa do Colóquio de Dakar, no Senegal (1974); troca correspondência com o MPLA (1975); e com algumas embaixadas de países africanos (Senegal, Zaire, Costa do Marfim e Nigéria). Os laços internacionais do IBEIA foram mais exitosos com o Senegal e, especialmente, com Angola, pelas opções marxistas do intelectual e escritor (VIEIRA, 2017, p. 349-368).

Na década de 1980, talvez em função desse movimento, a produção intelectual de Clóvis Moura começa, lentamente, a ser percebida no campo acadêmico. Pode-se dizer que é na virada do século, depois de ter publicado várias pesquisas sobre o protagonismo da população negra no Brasil, a recepção de sua obra passa a ser reconhecida como importante nos campos do jornalismo, sociologia e historiografia. Por isso, Clóvis Moura firmou-se como um dos principais cientistas sociais na teoria e história do racismo. Estudos

sobre sua obra a definiram como a “sociologia da práxis negra” (MESQUITA, 2002, 2003; OLIVEIRA, 2009).

Jornalista, historiador e sociólogo, Clóvis Moura foi um dos primeiros pesquisadores a escrever a história das rebeliões negras no período colonial e imperial a partir do método dialético da história e dos pressupostos marxistas (RUY, 2003, p. 147-156; LOPES, 2004, p. 454; MOURA, 2014). Também escreveu sobre o protagonismo negro na República, especialmente a imprensa negra e os movimentos sociais negros. Na sua longa trajetória de pesquisa e escrita publicou obras de impacto para a teoria social brasileira.²

Joseph Ki-Zerbo (1922-2006). Tornou-se um dos maiores historiadores africanos do século XX, sendo uma das expressões historiográficas do Comitê Científico Internacional para a Redação de uma História Geral da África, entre 1964 e 1999. Professor, historiador e político, Ki-Zerbo é burquinabe, nasceu na cidade de Toma, província de Nayala, Alto Volta e, depois de 1984, República de Burquina Faso, país da África Ocidental, que se estende entre o deserto do Saara e o Golfo da Guiné. Filho de Thérèse Folo Ki e de Alfred Simon Diban Ki-Zerbo – considerado o primeiro cristão da região do Alto Volta –, foi para a escola primária de missionários católicos. Iniciou estudos intermediários (liceus) em Uagadugu, capital do Alto Volta e, em Bamako, capital do Mali, concluindo-os em Dacar, no Senegal, onde também trabalhou como vigia de liceu, jornalista e funcionário das estradas de ferro e vem daí a sua aproximação com os sindicatos e a opção política pelo socialismo africano.³

Ki-Zerbo realizou estudos superiores na França, na Sorbonne, de 1949 a 1953. Nos dois anos seguintes, diplomou-se em Ciências Políticas pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris – Sciences Po e, no ano de 1956, doutorou-se em história na Sorbonne, sempre com distinção nos estudos (HOLENSTEIN, 2006, p. 163-64). Na vivência universitária atuou junto à Federação dos Estudantes da África Negra em França e fundou a Associação dos Estudantes Voltaicos em França e a Associação dos Estudantes Católicos Africanos, Antilhanos e Malgaxes. Nessas organizações redige manifestos, artigos e distribui panfletos a favor das independências africanas. No ano de 1956 tornou-se o primeiro professor negro de história na França e membro da equipe editorial da principal publicação do mundo

2 Títulos e entre colchetes as primeiras edições: *Rebeliões na Senzala* [1959]; *O negro, de bom escravo a cidadão* [1977]; *Os quilombos e a rebelião negra* [1981]; *Brasil, raízes do protesto negro* [1983]; *Sociologia do negro brasileiro* [1988]; *As injustiças de Clío: o negro na historiografia brasileira* [1990]; *Dialética radical do Brasil negro* [1994]; *Dicionário da escravidão negra no Brasil* [2004]. No prefácio escrito para essa última obra, João Baptista Borges Pereira explicita a posição intelectual de Clóvis Moura que também adotamos para esse trabalho ao pensar a sua obra, a interdisciplinaridade no cruzamento entre a história e a sociologia: “Clóvis Moura foi um cientista social brilhante e disciplinado que sempre correu por fora da academia – solto, livre, nas franjas da interdisciplinaridade – ainda que a academia brasileira tenha constantemente solicitado a sua presença em eventos, conferências, seminários e, especialmente, em exames de teses na qualidade de professor *notório saber*, título que há anos lhe foi outorgado pela Universidade de São Paulo” (PEREIRA, 2004, p. 9).

3 No ano seguinte à morte de Joseph Ki-Zerbo, a CODESRIA – Council for the Development of Social Science Research in Africa publicou Boletim Especial sobre a vida e a obra de Joseph Ki-Zerbo, com artigos de Françoise Ki-Zerbo (Burkina Faso), Penda Mbow (Senegal), David Musa Soro (Costa do Marfim), Basile Guissou (Burkina Faso), Salif Yonada (Burkina Faso), Salim Abdelmadjid (França), Toyn Falola (Nigéria), Thierno Mouctar Bah (Camarões), Doulaye Konaté (Mali), Cheikh Hamidou Kane (Senegal), onde também constam depoimentos de familiares e uma entrevista com o próprio Joseph Ki-Zerbo, “Para onde vai a África?”, (2007, p. 5-9). Ver: OLUKOSHI, Adebayo; NYAMNJOH, Francis. (Orgs.). Homenagem a Joseph Ki-Zerbo. In: *CODESRIA*, Boletim n.º 3 e 4, 2007.

negro- africano, a editora *Présence Africaine*. No ano seguinte vai para o Senegal, ainda colônia francesa, trabalhar no Liceu Vollenhoven e na Universidade de Dacar e funda, com outros políticos e intelectuais, o MLN – Movimento de Libertação Nacional, visto como um partido voltaico e pan-africano, de bases federalistas O programa político do partido baseava-se em três aspectos cruciais da conjuntura: a independência imediata, a formação da unidade africana com a criação dos Estados Unidos da África e o socialismo africano (ABDELMADJID, 2007, p. 26-29). A independência unilateral da Guiné (Conacry), em 1958, levou Ki-Zerbo a ensinar no novo país para ajudar a construir o sistema de educação nacional, abandonando a carreira universitária na França e no Senegal. Dois anos depois, é o Alto Volta que adquire a independência e Ki-Zerbo regressa para fazer parte da estrutura do novo Estado, como professor reconhecido, inspetor do sistema acadêmico e chegando a exercer a função de diretor-geral da educação nacional.

As condições políticas o levam para a oposição, manifestações de rua e queda do regime nos anos subsequentes (1962-1966). Os reveses políticos levam Ki-Zerbo a se voltar para a pesquisa e ele começa a escrever a sua principal obra, *História da África Negra*, publicada em 1972. Ki-Zerbo é ativo na construção dos estudos históricos em África. Preside a Comissão de História e Arqueologia do Primeiro Congresso de Africanistas, realizado em Acra, capital de Gana, em 1962 e também presidiu a Comissão Consultiva para a elaboração dos programas universitários dos novos países africanos, saídos da dominação francesa. Parece ser na década de 1960 que o historiador Ki-Zerbo vai se impondo ao homem da política e da unidade africana na medida em que se envolve nas novas institucionalidades africanas e na escrita de uma história da África. No preâmbulo da *História da África Negra* ele escreve sobre essa dimensão:

Este livro, começado em Uagadugu (Alto Volta) em 1962 e concluído durante o Festival Pan-Africano de Argel em 1969, nasceu de um sonho de estudante. Aprendiz na Sorbonne no *ofício de historiador* e aplicado a explorar os fundamentos remotos e recentes do mundo de hoje, senti-me impressionado pela ausência quase total do continente africano, e em particular do mundo negro, na mensagem dos nossos guias espirituais e nos nossos trabalhos universitários laboriosos e sutis. Por vezes, no meio de um curso sobre os Merovíngios entrevia, como numa miragem, a savana sudanesa queimada pelo sol, com a silhueta bonacheirona de um imbondeiro pançudo, hirsuto e trocista... E nasceu em mim o projeto mudo e violento de retornar às raízes da África. Mas, diz o provérbio, *não é com os olhos que se mata o búfalo*" (KI-ZERBO, 1999, p. 6, grifos do autor).

Também no final da década de 1960 vai participar ativamente da fundação do Conselho Africano e Malgaxe para o Ensino Superior (CAMES) que começou a ser organizado em Niamey, capital do Níger, no ano de 1968 e se efetivou na década de 1970. Criador de entidades e instituições com perspectivas federalistas, fundou, em 1980, o Centro de Estudos para o Desenvolvimento Africano (CEDA), uma rede de conhecimentos e saberes para viabilizar a segurança alimentar, a proteção da biodiversidade e o trabalho

das mulheres, na dinâmica de um “intelectual enraizado” (KI-ZERBO, 2007, p. 12-14). No mesmo ano de publicação de sua mais extensa pesquisa, ele se torna um dos fundadores da Associação dos Historiadores Africanos (AHA), ocorrida na capital do Senegal, no primeiro Congresso dos Historiadores Africanos. Foram nessas condições que participou do Segundo Congresso, realizado na cidade de Yaoundé, capital de Camarões, em 1975, ocasião em que foi eleito presidente da AHA, cargo que exerceu por 26 anos, até o Congresso de Bamako, realizado em 2001.

Na condição de membro do Conselho Executivo da UNESCO, Ki-Zerbo tomará parte do Comitê Científico Internacional para a Redação de uma História Geral da África, a partir de 1971, conforme consta nos documentos institucionais (HGA, 1981; 2011). Foi assim que se tornou organizador e editor do primeiro volume da *História Geral da África*, “Metodologia e Pré-História da África”. Assim, teve condições de escrever a “Introdução Geral” da coleção de oito volumes (HGA, vol. I, 2011, p. XXI-LVII) e a conclusão do Primeiro Volume, “Da natureza bruta à humanidade liberada” (HGA, vol. I, 2011, p. 833-851). Também escreveu em coautoria capítulos em outros três volumes: “Do Níger ao Volta” (HGA, vol. V, capítulo 12, 2011, p. 389-436), com o antropólogo e historiador francês M. Izard; “Estados e povos do Arco do Níger e do Volta” (HGA, vol. VI, capítulo 25, p. 771-812), com o historiador ganês Kwame Arhin; “Construção da nação e evolução dos valores políticos” (HGA, vol. VIII, capítulo 16, 2011, p. 565-602), com os historiadores Chistophe Wondji da Costa do Marfim, Albert Boahen de Gana e com o cientista político Ali Mazrui do Quênia. Essa é, salvo engano, a sua produção historiográfica traduzida para o português brasileiro. Das suas experiências como professor e gestão de entidades e instituições educacionais publicou, pela UNICEF- UNESCO, *Éduquer ou Périr* [1990]. Já no novo século, em 2003, foi o ano em que René Holenstein publicou uma série de entrevistas com o historiador Joseph Ki-Zerbo com o sugestivo título em francês *À quand l’Afrique* [2003], traduzida para o português brasileiro em 2006. Para Ki-Zerbo uma das principais questões do mundo contemporâneo era a identidade forjada na troca cultural: “Trata-se do papel da identidade e do papel a desempenhar no mundo. Sem identidade, somos um objeto da história, um instrumento utilizado pelos outros, um utensílio” (KI-ZERBO, 2006, p. 12).

As trajetórias intelectuais de Clóvis Moura e Joseph Ki-Zerbo podem ser vistas, se cruzadas, como itinerários diaspóricos, processos que foram bastantes comuns para os intelectuais negros do século XX. Clóvis Moura migrou para estados e cidades do Nordeste e depois se fixou em São Paulo, a capital econômica do Sudeste e do Brasil. Joseph Ki-Zerbo transitou na África ocidental, formou-se na capital colonial, Paris, para depois se dividir entre o Senegal e Burkina Faso nas lides intelectuais e políticas. Clóvis Moura depara-se, na temporalidade de sua formação e, depois, como escritor, com os fatos do “colonialismo interno” e com uma teoria social que invisibiliza a história da África e dos africanos. Joseph Ki-Zerbo se depara com o colonialismo em crise e também percebe o grau de negatividade e mesmo a inexistência de uma preocupação com a história da África por parte dos agentes

colonizadores e instituições acadêmicas europeias. Essas aproximações não os tornam coetâneos, pois não há indícios de que tenham se encontrado alguma vez ou que cada um tivesse conhecimento das respectivas obras. Em boa medida foram contemporâneos de uma conjuntura histórica em que a ideia de revolução e emancipação dos povos não-europeus atravessavam as margens do mundo atlântico. Eles não deixaram de pensar na modernidade atlântica no sentido crítico das rupturas epistemológicas. Podemos colocar em perspectiva duas de suas obras e testar algumas hipóteses de trabalho.

Como já observamos, *Rebeliões da Senzala* teve uma primeira edição em 1959 e, uma segunda, ampliada e reescrita por Clóvis Moura, em 1972. Portanto, foram mais de vinte anos de pesquisa, reflexão e escrita. A primeira edição de *História da África Negra* data de 1972, mas a ideia do livro foi pensada por Joseph Ki-Zerbo desde os tempos de formação acadêmica na Paris de 1950. Isso também soma mais de vinte anos. Como podemos observar pela epígrafes dos dois contidas nesse trabalho, os dois autores enfrentavam questões epistemológicas análogas em suas pesquisas e posições dentro do espectro da teoria social.

Clóvis Moura encontrou pela frente a ideia, entre os intérpretes do Brasil, de que “os escravos negros, por uma série de razões psicológicas, não lutaram contra a escravidão. O processo de *acomodação* foi promovido, por esses estudiosos, à categoria de fator central da dinâmica social do Brasil (MOURA, 1988, p. 31). O autor chega a aventar a possibilidade de que havia uma intenção deliberada e, talvez por isso, usou a expressão “deformadores profissionais da nossa história”. Joseph Ki-Zerbo não deixa de alertar para a condição posicionada da história como uma possibilidade de “verdade moral”. De certo que há os cientistas “que olham para a história como um líquido incolor, inodoro e sem sabor, de laboratório em vez de a reconhecerem como um rio vivo, aqueles que, porque alinham alguns silogismos baseados em certas descobertas esparsas, falam sobranceiramente de ciência”. Não seriam esses os “deformadores profissionais” que, nas palavras de Ki-Zerbo, “imaginam abraçar a musa Clio, quando apenas manipulam uma musa desencarnada”? (KI-ZERBO, 1999, p. 34). Assim, o autor aponta palavras duras, “ingênuos ou medíocres”.

Digamos que se trata de uma seara epistemológica que implica “descolonizar a mente”. De modos diferentes, Clóvis Moura e Joseph Ki-Zerbo precisaram, primeiro, enfrentar a “barragem dos mitos” que colocam os africanos na condição de aculturados, passivos e mesmo sem história. Em termos de africanos no Brasil Clóvis Moura criticou essa forma culturalista de interpretar “os africanos no Brasil”. Nesse sentido é que se evidencia no seu argumento inovação da teoria social:

O conflito social era substituído pelos choques culturais. E com isto a escravidão ficava apenas como um pano de fundo estático onde ele se operava. Nessa posição se postaram quase todos os que escreveram sobre a escravidão moderna no Brasil a partir de Nina Rodrigues. Foi, inclusive, como decorrência dessa influência cultural que se realizaram os três congressos afro-brasileiros de 1935, 1937 e 1984. A tônica foi sempre a mesma: o estudo

de duas culturas, os seus níveis de convergência ou divergência, as posições antagônicas do seu mundo religioso, da sua culinária, dos seus gostos musicais, indumentária, linguagem etc. (MOURA, 1988, Introdução à Quarta Edição, p. 10-11).

Essa barragem culturalista também impedia de se escrever uma história da África senão moldada pela teoria social eurocêntrica. Joseph Ki-Zerbo remonta a Hegel e ao século XIX para criticar as ideias correntes de que “não existia história na África negra”, que a “África negra se furtou à história” ou que “tudo na África negra era pré-capitalista”. A barragem dos mitos apenas informa que tudo é exterioridade na África e, em especial, na África negra. Joseph Ki-Zerbo, aproximativo de Clóvis Moura, marca essas noções culturalistas como uma prática intelectual racista.

Em resumo, a história da África torna-se como o albergue espanhol, onde cada qual encontra aquilo que para lá leva... Talvez seja, de resto, essa a razão por que aí se nos deparam tantos clientes tão heteróclitos.

Aqueles que não articulam teses tão radicais em relação à nossa história arquetam mitos tanto mais venenosos quanto mais matizados são. O principal desses mitos é a passividade histórica dos povos africanos, e dos povos negros em particular. Encontra-se essa ideia, sob uma forma ou outra, em quase todas as obras dos mestres europeus da ciência histórica africana. Nenhuma ou quase nenhuma dinâmica progressiva nestas sociedades ou raças desfavorecidas. E com frequência se é amável (ou astuto...) a ponto de atirar para cima do sol e dos mosquitos a responsabilidade deste atraso (KI-ZERBO, 1999, p. 11-12).

Note-se a verve irônica do historiador burquinabe para quem houve a “bondade” até de se negar a negrura étnica do continente africano, que teria sido habitado por “raças morenas”. Ki-Zerbo se admira de que a ciência eurocêntrica inventou o “moreno ideal, este *peule* de Platão, nunca ninguém o encontrou”. Então, pensamos aqui no universo da “decolonialidade e pensamento afrodiaspórico” em que vislumbramos as posições de Clóvis Moura e Joseph Ki-Zerbo, sujeitos que transitam, a partir de meados do século XX. Assim está posto:

A noção afrodiaspora de mundo é pensada aqui tanto como a tematização dos fluxos, viagens e comunicações quanto como o registro da experiência vivida do negro no mundo afrodiaspórico e as suas respostas ao racismo e à colonialidade do poder, do ser e do saber. Esse mundo afrodiaspórico, portanto, emerge quando alguns autores e autoras dialogam com pensadores que constroem o transnacionalismo negro e quando teorizam e registram suas experiências vividas a partir do lugar político-epistêmico em que vivem e observam o mundo (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES, GROSFOGUEL, 2019, p. 24).

Pretendemos defender a hipótese de que tanto Clóvis Moura quanto Joseph Ki-Zerbo precisaram descolonizar a si próprios, tornando-se intelectuais antirracistas, para aprofundarem análises históricas que lhe foram caras. Ki-Zerbo criou a imagem de que a história “anda sobre dois pés: o da liberdade e o da necessidade” onde, no primeiro, “as

invenções se atropelam” e, no segundo, “as rupturas se impõem” (KI-ZERBO, 2006, p. 17). Vamos tentar analisar as duas obras a partir do binômio tráfico e escravidão moderna como aspecto constitutivo do capitalismo. Um tipo de capitalismo que, citando as palavras de Vasco da Gama, Joseph Ki-Zerbo ironizou ao afirmar que seus agentes públicos e privados “procuravam cristãos e especiarias”, mas acabaram se voltando para o “ouro negro” – o tráfico de africanos para as Américas em larga escala (KI-ZERBO, 1999, p. 272-77). Clóvis Moura começa pelas “características gerais” desse processo histórico que vai definir como “segunda escravidão” – a primeira teria sido a escravidão antiga – que se inicia ainda no século XVI e se aprofunda no decorrer do século XVII. Não se estranhe o conceito de “acumulação primitiva”, pois Clóvis Moura considera a interpretação marxista da história.

A segunda escravidão surgiu quando, em determinado momento histórico, os detentores do poder econômico aplicavam os seus excedentes, as suas reservas monetárias, numa empresa comercial que se expandia através do domínio de uma área – África –, na qual buscava a mercadoria para a venda; e da exploração de outras áreas – Brasil, Antilhas, países outros da América do Sul – que consumiam a mercadoria que elas levavam: o escravo. Isto é, a escravidão moderna surgiu no momento em que o escravo não era mais um homem alienado dentro da sua própria estrutura local, mas se alienava por forças exteriores, por um conjunto exógeno de circunstâncias. Em outras palavras, a escravidão era explorada pelas metrópoles sem que, nos seus sistemas de estratificação social locais, se verificasse esse tipo de trabalho.

O que se verificou foi exatamente o contrário: a existência da escravidão nas colônias proporcionou o desenvolvimento do capitalismo industrial nas metrópoles.

Podemos dizer, portanto, que, como cimento dos alicerces da sociedade capitalista, a escravidão, durante um período de tempo relativamente longo, foi um dos seus elementos mais importantes (MOURA, 1988, p. 53).

Clóvis Moura pretende destacar o caráter econômico da escravidão moderna, que não se explica por ela mesma, senão que tem que ser pensada em termos de trânsitos atlânticos da economia política. Não por acaso é que, nos capítulos seguintes da obra, são apresentados os sujeitos que sofreram (e fizeram) essa história, mas para além dos culturalismos antes apregoados, o autor analisa “os escravos nos movimentos políticos”.

Do outro lado do Atlântico, Joseph Ki-Zerbo estrutura um capítulo sobre “o tráfico de escravos” e as “consequências da escravatura”. Entretanto, Ki-Zerbo não se assegura da racionalidade econômica da história, ele acrescenta componentes culturais e ideológicos. Ki-Zerbo é taxativo:

Deve-se salientar, antes de mais nada, que o tráfico de escravos não foi uma operação premeditada. Aqueles que partiam para *o santo empreendimento da rota da índias e das especiarias* sabiam o que iam procurar, mas ignoravam o que iam encontrar e como iam encontrar. Os motivos deste entusiasmo tenaz em direção aos mundos longínquos eram heteróclitos. Mas encontravam-se bem resumidos por Vasco da Gama: *cristãos e especiarias*. Com efeito, se os Europeus se interessavam pelos metais preciosos, procuravam também

outras minas, as minas espirituais: minas de almas.

(...)

Quanto às especiarias, provinham elas do Extremo Oriente, mas transitavam da Malásia até a Itália através de numerosas mãos de negociantes chineses, persas, armênios, árabes, egípcios, sírios ou genoveses, todos eles muito ávidos de lucros. Por outras palavras, as especiarias chegavam aos revendedores europeus e às cozinhas a preços elevadíssimos. Daí a ideia de pôr de lado os mercadores árabes, procurando uma rota marítima para as índias perfumadas, isto é contornando a África. Assim, portanto, o grande desígnio cristão conjugava-se admiravelmente com a avidez do negócio (KI-ZERBO, 1999, p. 263, grifos do autor).

A abordagem de Joseph Ki-Zerbo apresenta mais do que o mundo atlântico, pois se trata da imagem da economia mundializada em que o mundo afro-asiático se conecta com o Ocidente e as Américas nesse oceano “novo” e, em uso elevado, o Atlântico. O autor designa como “ouro negro” o tráfico que gera essa escravidão de novo tipo. “Quantos pretos foram vendidos?” indaga o historiador, para admitir que se tratava de um “genocídio, friamente perpetrado pela Europa à escala de um continente”. Para Ki-Zerbo os números dos escravizados seriam querelas historiográficas de difícil resolução – mas ele é maximalista – e credita a intensividade e longevidade do tráfico aos interesses dos fazendeiros escravocratas: “É difícil de estimar a amplitude deste tráfico, porque ele continuou assim durante séculos, a uma cadência acelerada, pois era medonha a mortalidade nas plantações da América” (KI-ZERBO, 1999, p. 277). Na parte “Consequências da escravidão” o autor trabalha em termos de continentes, para a África, Europa e usa um terceiro tópico sugestivo, “Os Pretos nas Américas: morte e ressurreição”. Antes, podemos perceber que Ki-Zerbo relaciona África e Europa no contexto do despovoamento de importantes regiões africanas conectadas ao Atlântico e às economias europeias e ao fato de que as “civilizações negras”, nessas regiões, por serem “essencialmente agrícolas”, eram baseadas “na estabilidade e permanência”. Nesse caso, percebemos aproximações com os argumentos de Clóvis Moura e, principalmente, como as resistências negro-africanas nas condições adversas:

A título de capital-trabalho e de matéria-prima, a África Negra participou, portanto, involuntariamente no arranque econômico da Europa e continuará a desempenhar o papel de impulsionadora durante todo o período colonial ou neocolonial. Em resumo, o tráfico de escravos foi para a África Negra uma viragem macabra que teria podido conduzir esta raça ao desaparecimento quase total, como na América do Norte e do Sul aconteceu aos Índios, tanto mais que os efeitos da escravatura se estenderam por quinhentos anos. Mas o dinamismo negro-africano, esterilizado com ferro rubro durante séculos, vai sobreviver e, mesmo no meio das forças da morte, criar algumas obras-primas (KI-ZERBO, 1999, p. 283).

Se Ki-Zerbo menciona o “dinamismo negro-africano” a tradução para a abordagem do historiador brasileiro foi escanear os “quilombos e as guerrilhas negras”, entre os séculos XVI e XIX. O “sujeito escravizado” não significa o mesmo que o “escravo coisificado”, pois

“sobreviver no meio das forças da morte” social requer a força organizada dos vencidos. A “Longa Duração”, quando se trata da escravidão atlântica, permite as analogias com “as Áfricas vivas do Novo Mundo”, conforme a expressão conceitual e historiográfica braudeliana (BRAUDEL, 1989). Por isso, parece notável que Clóvis Moura veja nos quilombos e guerrilhas formas de insurreições sociais em todo o espaço atlântico português. Nas Américas, esse “dinamismo negro-africano” kizerbiano aparece na dimensão do que se traduziu no conceito de “quilombagem” mouriano. Vejamos essa construção narrativa:

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existisse escravidão lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirma-se. Não. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, construindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíu-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava (MOURA, 1988, p. 103).

Dois exemplos paradigmáticos, duas historicidades são efetivadas por Clóvis Moura que subverte a cronologia tradicional de período colonial e imperial. Primeiro, no capítulo quarto, Moura enfatiza a importância política das “insurreições baianas” no decorrer do século XIX. Depois, ele arranca um interregno de “domínio holandês” – pelo menos trinta anos do século XVII – em que destaca três tipos representativos das próprias posições e ambiguidades negro-africanas nas Américas em termos de trajetórias singulares: Zumbi dos Palmares, Henrique Dias e Calabar. Nessa dimensão, Moura vai dedicar o sexto capítulo à República de Palmares, na Serra da Barriga, interior da Capitania de Pernambuco, mas não muito distante do litoral: “foram-se aglomerando e reunindo gente, juntando braços para a guerra e trabalho e formaram naquele lugar a maior tentativa de autogoverno dos negros fora do continente africano” (MOURA, 1988, p. 205). Trata-se da reinvenção de Áfricas nas Américas.

Joseph Ki-Zerbo muito nos informa sobre “Os Pretos nas Américas: morte e ressurreição”. Destaca o “anonimato da servidão” pelos homens negros despojados dos seus nomes, das famílias originárias e de suas tradições. Ki-Zerbo pondera que “a mulher africana desempenhou um papel histórico na sobrevivência biológica e cultural” da cosmovisão negro-africana nas Américas.

Muito pouco numerosas em relação aos homens (a relação era de uma mulher por dois, cinco ou às vezes quinze homens), foram verdadeiramente a mulher e a mãe comuns. Mais presas ainda do que os homens ao continente perdido, as suas canções de ninar, os seus contos, as suas danças, foram durante

séculos o único laço, muito frágil, mas inquebrável, que estabelecia a ligação com a África. A rotação geográfica e cronológica dos escravos era tal que, sem esta maior estabilidade da mulher, teriam desaparecido muitos dos elementos da herança negro-africana (KI-ZERBO, 1999, p. 284).

Segundo Ki-Zerbo, a mulher negro-africana enfrentou melhor a “pigmentocracia como sistema socioeconômico e político” e problematiza a resistência à escravidão no mesmo diapasão de Clóvis Moura: “as sangrentas repressões apenas estimulavam a rebelião, que levava à fuga isolada ou coletiva”. Destaca Palmares como “uma guerra de guerrilhas” e não se admira que a resistência nas Américas tenha sido aumentada em relação ao “que se manifestara em África” nos séculos de escravidão moderna. Em resumo, o autor reconhece, com certo realismo historiográfico, que “demasiadas forças vivas, demasiadas energias criadoras, foram tragadas pela escravatura” (KI-ZERBO, 1999, p. 285-87).

Podemos considerar o teste das nossas hipóteses e tentar encerrar, nesse trabalho, a nossa metodologia de colocar em perspectiva dois autores, duas obras, especialmente a partir dos processos tráfico dos africanos e escravidão no mundo atlântico moderno. Percebemos que as trajetórias intelectuais de Clóvis Moura (Brasil) e Joseph Ki-Zerbo (Burkina Faso) passaram pela política como força racional de mudança histórica, criticaram as práticas historiográficas vigentes – em relação à história da África e dos africanos – e se situaram como autores de historiografias relevantes para a compreensão do “Atlântico negro”. Clóvis Moura se firmou como um duplo intelectual, historiador e sociólogo, marxista; Joseph Ki-Zerbo alinhou-se à historiografia dos Annales – o prefácio à edição francesa de *História da África Negra* é de Fernand Braudel – cuja dupla face intelectual assumiu-se como professor e homem criador de instituições federalistas na África.

Também problematizamos que Clóvis Moura e Joseph Ki-Zerbo ultrapassam o campo “estudos africanos”, encerrados em culturalismos e sobrevivências folclóricas em relação aos africanos na Diáspora e à África continental. Passamos a defender que se incluem como intelectuais antirracistas e que foram inovadores da teoria social contemporânea. No contexto da “historiografia intercultural comparativa” as aproximações, analogias e ambivalências são aspectos importantes para as dinâmicas dos trânsitos epistemológicos, possíveis de serem observados e analisados à luz de novas indagações e perspectivas para além das histórias nacionais. No Brasil, esse desafio historiográfico ainda está para ser viabilizado. As palavras de Joseph Ki-Zerbo, afirmadas no nosso século, interpelam as nossas historiografias:

Afirmamos a necessidade de refundar a História a partir da matriz africana. O sistema colonial prolongava-se até a esfera da investigação. Todas as pesquisas em agronomia, geografia e economia eram feitas em grandes institutos no estrangeiro. A pesquisa era um dos instrumentos da colonização, a tal ponto que a investigação histórica tinha decidido que não havia história africana e que os africanos colonizados estavam pura e simplesmente condenados a endossar a história do colonizador. Foi por esta razão que nos dissemos que tínhamos de partir de nós próprios para chegar a nós próprios.

(...) Pode-se dizer que nós, historiadores, fizemos um enorme esforço. Não digo que fizemos tudo, mas partimos da metodologia, da problemática, da heurística da nossa disciplina para renová-la, também a serviço do continente africano, mas em primeiro lugar a serviço da ciência, como gostava de repetir Cheikh Anta Diop (KI-ZERBO, 2006, p. 15).

REFERÊNCIAS

ABDELMADJID, Salim. Joseph Ki-Zerbo: o intelectual, a política e a África. In: OLUKOSHI, Adebayo; NYAMNJOH, Francis. (Orgs.). Homenagem a Joseph Ki-Zerbo. In: *CODESRIA*, Boletim n.º 3 e 4, 2007, p. 26-39.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. (Org.). *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió: Edufal, 2003.

BARBOSA, Muryatan. *A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África* (UNESCO). São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2012 [Tese de Doutorado em História].

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOQUEL, Ramón. (Orgs.). *Decolonialidade e Pensamento Afrodiáspórico*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

BRAUDEL, Fernand. *Gramáticas das Civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FLORES, Elio Chaves. A nação amada, a nação fustigada: percursos, racionalidades e variações da história comparada. In: *Revista de História Comparada*, v.9, n. 2, dez, 2015, p. 82-110.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34: UCAM, 2001.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOLENSTEIN, René. Nota biográfica. In: KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006, p. 163-170.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. 2 Vols. [1972]. Lisboa: Europa-América, 1999.

_____. *Para quando a África?* Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

_____. *Éduquer ou Périr*. Paris: UNICEF-UNESCO, 1990.

_____. (Editor). *História Geral da África*. Vol. I (Metodologia e Pré-História). Brasília; São Paulo: MEC-UFSCar; UNESCO; Cortez, 2011.

KI-ZERBO, François. O combate de Joseph Ki-Zerbo: teórico e técnico do desenvolvimento endógeno em África. In: OLUKOSHI, Adebayo; NYAMNJOH, Francis. (Orgs.). Homenagem a Joseph Ki-Zerbo. In: *CODESRIA*, Boletim n.º 3 e 4, 2007, p. 9-14.

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro: 2004.

MESQUITA, Érika. *Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira*. Campinas: Unicamp, Dissertação de Mestrado em Sociologia, 2002.

_____. Clóvis Moura e a sociologia da práxis. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 25, n. 3. Rio de Janeiro. Versão on-line, 2003. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X2003000300007&script=sci_arttext Acesso: 24 Jan 2014.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

_____. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. [1972]. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. Clóvis Moura. Obras. Artigos. Entrevistas. Poesia. Fortuna Crítica. In: *Marxismo21*. <https://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial/> Acesso: 16 ago 2015.

_____. *Dialética Radical do Brasil Negro*. [1994]. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Editora Anita Garibaldi, 2014.

OLUKOSHI, Adebayo; NYAMNJOH, Francis. (Orgs.). Homenagem a Joseph Ki-Zerbo. In: *CODESRIA*, Boletim n.º 3 e 4, 2007.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. *Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Negra*. Niterói: UFF/PPGSD, 2009 [Dissertação de Mestrado em Ciências jurídicas e Sociais].

PEREIRA, João Baptista Borges. O último legado de Clóvis Moura. In: *Estudos Avançados*, 18 (50), 2004, p. 311-312.

RUY, José Carlos. *Rebeliões na Senzala – Lições de luta*. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. (Org.). *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió: Edufal, 2003.

RÜSEN, Jörn. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). *A Escrita da História: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 115-137.

VIEIRA, Cleber Santos. Clóvis Moura e a fundação do IBEA – Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas. In: *Revista da ABPN*, v. 9, n. 22, mar-julho, 2017, p. 349-368.

UNESCO. *História Geral da África*. 8 Vols. Brasília; São Paulo; Brasília: Cortez; MEC, 2011.

CAPÍTULO 7

A DITADURA DEMOCRATIZADA: AS MATRIZES HISTÓRICAS DO CENTRALISMO POLÍTICO NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO ANGOLANO E MOÇAMBICANO

Data de aceite: 01/09/2022

Jochua Abrão Baloi

Universidade São Tomás de Moçambique

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar as matrizes históricas do centralismo político na construção do Estado angolano e moçambicano, que concorreram para a concepção de uma ditadura democratizada. O argumento central que o norteia é que a maior parte dos países africanos, no geral não possui uma história de descolonização nem um período de independências que se acompanhou por uma democratização *per si*, portanto, a construção dos Estados pós-independências na maior parte destes países, só era possível através da criação de um poder centralizado patente num único partido, onde Angola e Moçambique não constituem exceção. Para secundar este argumento, avança-se a premissa segundo a qual em países com uma democracia em construção, coexistem no mesmo espaço territorial vários modelos democráticos, democracias locais e até mesmo práticas antidemocráticas, que variam dentro das diferentes escalas nacionais. Ao se analisar os preceitos legais no caso dos dois países em análise denota-se que foi a partir de 1975, que se fundou o Estado pós-colonial, a Primeira República dos dois países que herdaram o centralismo político da estrutura colonial portuguesa de gestão centralizada que continua até aos dias de hoje. A partir de uma abordagem qualitativa e multidisciplinar centrada na história

política de Moçambique e de Angola, este artigo conclui que Moçambique e Angola possuem no seu sistema de governo uma democracia com um véu de ditadura, a olhar o centralismo político adotado pela Frelimo e pelo MPLA.

PALAVRAS-CHAVE: Centralismo Político; Democracia, Ditadura, Estado.

THE DEMOCRATIZED DICTATORSHIP: THE HISTORICAL MATRICES OF POLITICAL CENTRALISM IN THE CONSTRUCTION OF THE ANGOLAN AND MOZAMBICAN STATE

ABSTRACT: This article comes about with the objective of analyzing the historical matrices of political centralism in the construction of the Angolan and Mozambican State, which contributed to the conception of a democratized dictatorship. The central argument that guides this article is that, most African countries, in general, do not have a history of decolonization or a period of independence that was accompanied by democratization *per se*. Therefore, the construction of post-independence States in most of these countries was only possible through the creation of a centralized power patent in a single party, where Angola and Mozambique are not exception. To support this argument, can be advanced a premise according to which in countries with a democracy under construction, several democratic models, local democracies and even anti-democratic practices coexist in the same territorial space, which vary within different national scales. When analyzing the legal precepts in the case of the two countries under analysis, it is noted that it was from 1975 onwards

that the post-colonial State was founded, the First Republic of the two countries that inherited the political centralism of the Portuguese colonial structure of centralized management, which continues until nowadays. From a qualitative and multidisciplinary approach focused on the political history of Mozambique and Angola, this article concludes that Mozambique and Angola have in their system of government a democracy with a veil of dictatorship, looking at the political centralism adopted by Frelimo and the MPLA.

KEYWORDS: Political Centralism, Democracy; Dictatorship; State.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho põe em pauta a análise das matrizes históricas do centralismo político na construção do Estado angolano e moçambicano, que concorreram para a concepção de uma ditadura democratizada nos seus sistemas de governo. O seu argumento central é que a maior parte dos países africanos, no geral não possui uma história de descolonização nem um período de independências que se acompanhou por uma democratização *per si*, portanto, a construção dos Estados pós-independências na maior parte destes países, só era possível através da criação de um poder centralizado patente num único partido, onde Angola e Moçambique não constituem exceção.

A hipótese explicativa para esta problemática é que tanto em Moçambique como em Angola existem nos seus sistemas de governo, vários modelos democráticos, a olhar como o centralismo político caracteriza as instituições políticas, que levam à prática antidemocráticas, como é o caso da ditadura democratizada.

Para efeito, depois da luta armada pela descolonização, tanto Moçambique como Angola alcançam a independência em 1975, antecedido por um acordo, que para Moçambique se denominou Acordo de Lusaka, assinado em Lusaka, capital da Zâmbia em setembro de 1974, e para Angola se denominou Acordo de Alvor, assinado em Alvor, Portugal, em janeiro de 1975.

Os dois acordos pretendiam por um lado, reconhecer Moçambique e Angola como países livres do jugo colonial e por outro lado, mostravam a derrota por completo do governo colonial português ao reconhecer o direito à autodeterminação e à independência destes dois países. Ademais, estes dois acordos definiram o fim da luta pela descolonização e instauraram um período de transição para a construção de um Estado independente, cujo resultado foi o prelúdio de um longo período de centralismo político, guerra civil, fracasso na construção do Estado na Primeira República, autoritarismo e ditadura democratizada, que se vê até aos dias de hoje.

A construção metodológica que norteia este artigo comporta uma simbiose de vários métodos (Qualitativo, Monográfico, Histórico, Bibliográfico e o *Process Tracing*), aliando-os ao hermenêutico reflexivo para o alcance efetivo do referencial teórico e histórico da ditadura democratizada em Moçambique e Angola, analisada sob ponto de vista das matrizes históricas do centralismo político na construção do Estado Moçambicano e Angolano.

Este artigo está dividido em três partes, além desta introdução e conclusão. Na primeira, apresenta-se uma resenha sobre a herança colonial de uma estrutura centralizada nos dois países em observação. Na segunda, levanta-se um debate sobre o ensaio na construção do Estado centralizado sob liderança da Frelimo e do MPLA, e por fim faz-se uma análise do processo da ditadura democratizada em Moçambique e em Angola.

2 | A HERANÇA COLONIAL DE UMA ESTRUTURA CENTRALIZADA EM MOÇAMBIQUE E EM ANGOLA

A história de Moçambique e de Angola se confundem relativamente ao seu passado colonial. Em Angola, a chegada dos portugueses aconteceu a quando do desembarque de colonos portugueses entre 1483 e 1485, sob guia de Diogo Cão, contudo, o processo da colonização *per sí* se deu mais tarde em 1575, quando cerca de 400 colonos sob liderança de Paulo Dias Nivais fundam Luanda.

Relativamente a Moçambique, na sua viagem à Índia, Vasco da Gama pisa o solo moçambicano em 1498 e fora atraído pelo ouro que seria uma matéria-prima para a aquisição de especiarias asiáticas muito apreciadas na Europa. Foi neste período que ele se fixa no litoral de Moçambique nos inícios do século XVI, construindo as fortalezas de Sofala em 1505 e a de Ilha de Moçambique em 1507 (UEM, 1982), com o intuito de controlar o escoamento do ouro.

Diante das várias atrocidades cometidas pelo colonialismo português, surgiu no seio do povo moçambicano e angolano, um sentimento de revolta e rebeldia, que emergiu no brado pela valorização da sua cultura, na preservação das suas características identitárias e acima de tudo libertar Moçambique e Angola do jugo colonial (BALOI, 2021).

Relativamente à Angola, a independência é conquistada a 11 de novembro de 1975, após sangrentas lutas entre as tropas portuguesas e os movimentos nacionalistas. Deve notar-se que em Angola o início da luta pela independência iniciou a 4 de fevereiro de 1961, quando “nacionalistas angolanos atacaram as prisões do governo colonial português, e em 15 de março do mesmo ano, em Cabinda, outro grupo de nacionalistas executou inúmeros portugueses” (António, 2013, p. 23). Estes fatores foram marcos para a história do povo angolano que deram como distintivo o início da luta armada para a libertação nacional, que só foi possível o alcance da independência em 1975.

Este grupo e/ou movimentos nacionalistas que lutaram para o alcance da independência em Angola foram: o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), liderado por António Agostinho Neto, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), sob liderança de Holden Roberto, e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), liderada por Jonas Malheiro Savimbi.

A despeito disto, a

guerra iniciada por estes movimentos contra o regime colonial acentuou a

crise econômica e política em Portugal, porquanto a produção e a circulação de petróleo, café, algodão e diamante angolanos que, em grande parte, sustentavam Portugal tornaram-se mais difíceis em função da guerra pela independência (ANTÓNIO, 2013, p. 5).

Para o caso moçambicano, a independência é conquistada antes da Angola, a 25 de Junho de 1975, antecedida por uma luta armada pela descolonização. A rigor, a luta pela independência de Moçambique iniciou em 25 de setembro de 1964, três anos depois de Angola, encabeçada pela FRELIMO, como movimento de libertação que uniu vários movimentos que lutavam contra a ocupação colonial nessa época, é o caso da União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a Mozambique African National Union (MANU), e a União Africana para Moçambique Independente (UNAMI) (BRITO, 1988; MUNSLOW, 1983; MANNING, 2007).

Importa ressaltar que a FRELIMO para o caso moçambicano, como um movimento revolucionário lutava contra a ocupação de Moçambique pela sua colônia, Portugal e a FRELIMO fundou-se como uma frente no sentido de, por um lado, era uma organização resultante da unificação daqueles três movimentos nacionalistas (UDENAMO, MANU e UNAMI), e por outro lado, era uma aliança de diferentes grupos e classes sociais, nomeadamente: trabalhadores, camponeses, e uma pequena burguesia, todos eles com interesse variados, mas com um ideal comum, de lutar contra o colonialismo português (MUNSLOW, 1983).

A literatura de destaque sobre a história de Moçambique e de Angola revela que, Moçambique e Angola não teriam enveredado pela luta armada para a libertação nacional, contudo, “as negociações para a descolonização [...] não seguiram a forma pacífica como se era de desejar, daí o recurso à luta armada” (CARVALHO, 2017, p. 354).

Em conformidade com António (2013), para o caso angolano, a pressão internacional e o desgaste causado pela guerra travada nos países africanos, o novo governo reconheceu o direito de independência das colônias, assim como os movimentos nacionalistas (MPLA, FNLA, UNITA).

Esta situação corroborou para a entrada dum período de negociações à luz do Acordo de Alvor assinado em janeiro de 1975. Foi a partir deste período, que em Angola se constituiu um governo de transição, que deveria ser composto por um lado, pelos membros do então governo português e, por outro lado, por aqueles três movimentos nacionalistas.

O Acordo do Alvor previa a realização de eleições democráticas com o escopo de escolher dentre aqueles movimentos, um que governaria o país. Infelizmente, o processo da democratização das eleições estava viciado, e não havia condições para o efeito, facto que concorreu para que aqueles movimentos continuassem com o ensejo de chegar e manter-se no poder pela força das armas (ANTÓNIO, 2003).

É claro que cada um destes movimentos tinha um apoio internacional. O MPLA tinha uma orientação marxista-leninista, e recebia um apoio da antiga União Soviética e de Cuba

(Cruz, 2009). Foi o MPLA que ganhou e conduziu Angola para a independência em 1975, tendo recorrido às armas para o alcance desta vitória.

Os outros movimentos que lutavam também pela independência de Angola eram de orientação anticomunista, tendo recebido por um lado a UNITA, o apoio da China, da África do Sul e dos Estados Unidos da América, e por outro lado, a FNLA, recebido o apoio dos Estados Unidos da América e da República Democrática do Congo.

Conforme anteriormente mencionado, Angola sob liderança do MPLA proclamou a independência a 11 de novembro de 1975, promulgando a Constituição Revolucionária de orientação marxista-leninista, tendo sido o seu primeiro presidente, Agostinho Neto. É curioso reparar que, enquanto se proclama a independência em Luanda, descontentes, o líder da UNITA proclama também a independência em Huambo e o da FNLA em Uíngue de forma separada, como protesto contra o líder do MPLA, uma vez não eleito por sufrágio universal. Deve notar-se que enquanto em Angola se alcança a independência do jugo colonial, por outro lado inicia uma guerra civil entre o então governo do MPLA e a UNITA.

Para o caso Moçambicano, a guerra sangrenta e de libertação terminou com a cedência do governo português, no sentido de se firmar um acordo, que ficou conhecido por “Acordo de Lusaka” em 7 de setembro de 1974, que foi assinado e rubricado em Lusaka, capital da Zâmbia, entre o governo colonial português e a FRELIMO, tendo para o efeito sido formado um Governo de Transição, encabeçado por Joaquim Alberto Chissano o mesmo que incluía o empossamento de ministros pelo governo português - representado pelo Alto-Comissário, Almirante Victor Crespo e - outros nomeados pela parte da FRELIMO (CARVALHO, 2017).

A assinatura deste acordo revelava por um lado, a derrota por completo do governo colonial português e por outro lado, o reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência de Moçambique e do seu povo sob o jugo colonial. Neste sentido, ficou acordado que o governo português tinha que transferir de forma progressiva o poder de que detinha e o governo da FRELIMO, deveria proclamar a independência total e completa de Moçambique no ano seguinte, portanto, a 25 de junho de 1975.

Apesar de se ter alcançado a independência, vale referir que, a primeira República de Moçambique e de Angola, portanto, o então Estado novo destes dois países, teve uma forte herança colonial do centralismo político que continua até hoje. Por conseguinte, a natureza centralizadora do Estado novo - da FRELIMO e do MPLA - é sucedânea da herança colonial de um centralismo político, que teve continuidade depois da adoção do sistema político socialista logo após o alcance da independência.

A despeito disto, o centralismo político abraçado pela Frelimo e pelo MPLA tem sua génese nas condições históricas e específicas que levaram o país a alcançar a independência. Neste sentido, fazendo uma genealogia da natureza do centralismo político pode-se aduzir que a FRELIMO e o MPLA como estruturas políticas incontrastáveis, herdaram o (i) centralismo usado pelo sistema colonial, em que a gestão central estava

sedeada em Portugal; (ii) o centralismo da disciplina militar aprendida nas lutas de libertação nacional, em que se fundava no comando da FRELIMO e do MPLA e, por fim, herdaram (iii) o centralismo do sistema socialista, que se optou logo após o alcance da independência, em que o partido-Estado, a FRELIMO e o MPLA, eram o guia do povo e do governo (BALOI, 2021).

Deve notar-se que em Angola, logo depois do alcance da independência em 11 novembro de 1975, eclodiu uma guerra civil desencadeada pelos então líderes da UNITA e da FNLA, Jonas Savimbi e Holden Roberto respetivamente contra o então governo formado do MPLA sob liderança de Agostinho Neto, que durou 27 anos (1975-2002).

Em Moçambique, depois da proclamação da independência a 25 de junho de 1975, o Estado moçambicano se estrutura política e economicamente por um centralismo político de partido único, a FRELIMO, seguindo o princípio de radicalismo da esquerda com fins socialistas, quer dizer, um Estado que se queria livre da exploração do homem pelo homem, assente nos princípios do marxismo-leninismo (Machel, 1977). Esta decisão foi tomada a quando da realização do III Congresso da Frelimo em 1977, que ditou as linhas orientadoras do novo Estado.

Esta situação criou descontentamento principalmente por aqueles líderes que esperavam por eleições democráticas. Portanto, houve um grupo de insatisfeitos do mesmo partido Frelimo e estes se integraram-se na Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), sob ajuda não oficial do governo colonial português e do governo da Rodésia (atual Zimbábue), e fizeram eclodir a guerra civil ou guerra de desestabilização (Minter, 1998), que durou 16 anos (1977-1992).

No caso dos dois países em análise, a escolha do centralismo político tem muitos fatores explicativos. Neste sentido, após a independência, tanto o MPLA como a FRELIMO adotaram uma estratégia para controlar toda a máquina estatal, por receio que a implantação do multipartidarismo permitiria a partilha do poder e/ou os outros grupos poderiam fazer face ao seu predomínio, aliás, poderia conceder expressão política para vários grupos da antiga elite (Baloi, 2021), da UNITA como os dissidentes da FRELIMO, que possuía alguma força no seio da sociedade.

Em suma, pode-se referir que a herança colonial de uma gestão centralizada enfraqueceu e fragilizou a gestão das instituições dos Estados novos, criando efeitos perniciosos relativamente à gestão da coisa pública e ao fornecimento de bens e serviços, que estavam sob gestão central do partido-Estado, a FRELIMO e o MPLA. Portanto, o centralismo adotado pela FRELIMO e pelo MPLA como uma herança colonial da gestão centralizada tinha, ao menos em parte, um fundamento militarista aprendido e consolidado nas lutas de libertação nacional sob o jugo do colonialismo português.

Analisados os fundamentos da história colonial que concorreram para a assunção da estrutura da gestão centralizada em Moçambique, em seguida se analisa o ensaio na construção do Estado pós-independência sob liderança da Frelimo e do MPLA.

31 O ENSAIO NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO CENTRALIZADO SOB LIDERANÇA DA FRELIMO E DO MPLA

O processo da descolonização em Angola e em Moçambique não foi acompanhado pela democratização, portanto, os estados criados após a independência eram de poder centralizado e de partido único (Young, 2004).

Para o caso moçambicano, conforme anteriormente mencionado, logo depois da independência, e concretamente em 1977, após o III Congresso, este movimento - FRELIMO - se torna Frelimo, partido político marxista-leninista de orientação socialista (Abrahamsson & Nilsson, 1994; Machel, 1977) e com reconhecimento internacional, assumindo o marxismo-leninismo como ideologia oficial, estabelecendo como ensejo a construção duma nova sociedade que deveria rumar ao socialismo, quer dizer, a uma sociedade que se queria livre de exploração.

A adoção do socialismo como ideologia a seguir foi um elemento que concorreu para o surgimento da guerra civil em Moçambique que durou 16 anos e que teve seu término após a assinatura do Acordo Geral de Paz de Roma em 1992. Este acordo foi antecedido pela adoção da nova Constituição democrática de 1990, que já previa no seu texto, o multipartidarismo e eleições presidenciais e legislativas que só tiveram lugar em outubro de 1994.

Em Angola, depois de o MPLA proclamar unilateralmente a independência em Luanda, sem o prévio consentimento da UNITA e da FNLA, como maneira de se rebelar, estes movimentos nacionalistas também proclamaram a independência em Huambo e em Uíngé respetivamente. Esta tripla proclamação da independência foi um prelúdio de uma guerra civil entre o MPLA e a UNITA, uma vez que a “FNLA abdicou da guerra e alguns dos principais líderes ingressaram no MPLA, enquanto outros, incluindo o seu presidente, Holden Roberto, partiram para o exílio” (ANTÓNIO, 2031, p.24).

A propósito, a opção pelo socialismo destes dois partidos, em conformidade com Basílio (2010), era de, por um lado, assegurar que houvesse propriedade coletiva e do bem comum fundada na equitativa e justa distribuição de bens e, por outro lado, combater o inimigo capitalista que preconizava a propriedade privada dos meios de produção e a divisão de classes. A orientação socialista abraçada pela Frelimo e pelo MPLA levaria ao triunfo da revolução e na queda do imperialismo pondo fim também à luta de classes.

Em Angola, também houve a mesma percepção ao se assumir o socialismo, quer dizer “o alinhamento do MPLA ao bloco socialista e ao movimento comunista internacional, no entanto, resultou da conjuntura internacional e da necessidade de apoio moral e militar, carentes pelos movimentos de libertação em sua luta contra o colonialismo” (TALI, 2001, p. 166).

Tanto em Moçambique como em Angola, os então partidos libertadores, - valendo-se da política pautada pela ideologia do centralismo político de caris marxista-leninista sob

viés socialista - não admitiam qualquer que fosse a existência e/ou a proliferação de uma outra força política que não se alinhava àquela ideologia, numa demonstração de que tanto a Frelimo como o MPLA constituíam uma força suprapartidária.

Em Moçambique, a Primeira República, portanto entre 1975 a 1990, foi caracterizada pelo fracasso na construção do Estado sob auspícios da Frelimo. Uma vez fracassado o Estado novo, em conformidade com Colaço (2001), houve necessidade de se criar novas relações sociais que acarretavam profundas mudanças, tais como a estatização dos meios de produção, a centralização das decisões no aparelho do Estado, a homogeneização das individualidades, o que exigia um Estado forte, apoiado no partido, no exército e uma máquina burocrática também muito forte.

No entanto, como o Estado moçambicano na sua estrutura era demasiado fraco institucionalmente e ineficaz na implementação de políticas públicas, a sociedade civil rural acabou por sobrepor-se ao Estado (Chabal, 1991) na gestão principalmente das comunidades rurais onde era quase impensável a presença do Estado.

Em Angola, a Primeira República, portanto entre 1975 a 1991, foi caracterizada pelo fracasso na construção do Estado sob liderança do MPLA. Depois da morte de Agostinho Neto em 1979, a hegemonia do MPLA foi sempre ameaçada pelo seu rival, a UNITA. Depois da Morte de Agostinho Neto a 10 de setembro de 1979 e a imediata ascensão ao poder de José Eduardo dos Santos, a situação política em Angola esteve fora de controle, ocorrendo um impasse, posto que a UNITA não conseguia tirar do poder o MPLA, e por sua vez o MPLA não conseguia dominar a UNTA fora das cidades.

Ademais, os estudos de Vidal (2008, p. 17) atestam que “todas as anteriores características do sistema foram mantidas - autoritarismo, princípios de rectificação (*i.e.* restrições à filiação partidária), inter-penetração das estruturas estatais e partidárias e controlo político do sistema judicial”. Quer dizer, José Eduardo dos Santos manteve-se fiel às ideias do seu antecessor, por conta de não aceitar nenhum pressuposto da democracia, muito menos da partilha do poder.

Ademais, na Primeira República, em Angola havia uma fragmentação territorial com regiões inacessíveis por conta da guerra entre a UNITA e o MPLA. Portanto, o autoritarismo, a existência de um único partido guia do povo e do governo, a proliferação no seio da sociedade de uma mentalidade guerreira eram aspetos sonantes.

Estes elementos concorreram para que em Angola, durante esse período se intensificasse a guerra, erigida pela bipolaridade MPLA e UNITA, que em conformidade com Queiroz (2017), este conflito se reduzia a um artefato de Guerra-Fria, donde a eliminação de ajuda externa concorria para a sua redução. Como consequência da guerra e do dissenso, houve neste período problemas de o Estado angolano prover os serviços públicos básicos.

Por causa da pressão internacional e, uma vez iniciada a terceira onda das democratizações (Huntington, 1994) havidas no mundo em geral e na África em particular nesse período, o MPLA foi à mesa das negociações com vista a aceitar o multipartidarismo

e a bem dizer, a salvaguarda aos direitos e liberdades dos cidadãos.

A aceitação para as negociações teve como corolário, a aprovação e adoção da nova Constituição da República que tinha princípios democráticos, decidida no acordo de Bicesse assinado entre o MPLA e a UNITA a 31 de maio de 1991 sob liderança de Portugal, EUA e União Soviética. Deve notar-se que numa tentativa de acabar com a guerra civil em Angola, em 1989 tanto a UNITA como o MPLA procuraram um acordo que pusesse fim às hostilidades.

Em conformidade com António (2013), o Acordo de Bicesse

permitiu uma profunda revisão constitucional: definiu o país como um Estado democrático de direito; alterou o nome do país de República Popular de Angola para República de Angola; consagrou constitucionalmente os direitos fundamentais e os princípios básicos de uma economia de mercado; prescreveu o fim do monopartidarismo e autorizou a criação de novos partidos políticos e organizações da sociedade civil; e definiu eleições legislativas e presidenciais para 1992 (ANTÓNIO, 2013, p. 25).

Na verdade, as primeiras eleições democráticas, legislativas e presidenciais em Angola aconteceram em 1992, e “Jonas Savimbi rejeitou os resultados das eleições sob a alegação de ter havido fraude generalizada e retomou às armas” (Messiant, 2008, p. 34), eclodindo desta feita uma outra guerra civil em Angola.

O acordo de Bicesse em Angola - à semelhança do Acordo Geral de Paz de Roma para Moçambique - previa não só a concepção de uma nova Constituição e integração das Forças da UNITA ao exército nacional, como também a calendarização das eleições multipartidárias. Apesar de ter havido inicialmente um certo otimismo na ideia geral deste acordo, contudo, em pouco tempo, revelou suas fragilidades.

O ressurgimento da guerra civil em conformidade com (Gomes, 2009) era de esperar posto que, tanto a UNITA como o MPLA não tinham abandonado o seu *modus vivendi* de hegemonia e exclusividade. Ademais, ambos partidos e seus líderes não tinham nas suas agendas a ideia de comprometimento para a paz e para a reconciliação, muito menos a ideia da democratização.

Neste diapasão e conforme descrito acima, a Primeira República moçambicana como a angolana, portanto, foram caracterizadas pela violação dos direitos humanos preconizados pela guerra civil, pela falta de princípios democráticos, pelo autoritarismo e sistema de partido único e pela assunção do socialismo como ideologia política a seguir. A despeito da abertura política deflagrada na Segunda República, grande parte destas características se mantiveram é o caso da ditadura democratizada patentes nestes dois países, como se explora a seguir.

4 | A DITADURA DEMOCRATIZADA EM MOÇAMBIQUE E EM ANGOLA

Os estudos sobre a história política e sobre a transitologia em Moçambique e em

Angola referem que a partir de 1990 verificou-se uma tentativa camuflada de transição do socialismo para a democracia com um véu de ditadura (OTAYEK, 2007; ANTÓNIO, 2013; YOUNG, 2004; BUSSOTTI, 2015).

No caso dos países em observação, a transição política aconteceu num momento em que ao nível do mundo e em especial, na África subsaariana surgiu a terceira onda da democratização (Huntington, 1994), e para não ficarem alheios a isso, apesar de continuarem na sua maior parte com os modelos autoritários centralizados abraçaram a democratização.

Ao analisar-se a democracia abraçada por Moçambique e Angola neste período até aos dias de hoje é fácil perceber que apesar de serem países com uma democracia em construção, coexistem no mesmo espaço territorial vários modelos democráticos: democracias locais e até mesmo práticas antidemocráticas, que variam dentro das diferentes escalas nacionais (Baloi, 2021). Logo, ao nível das escalas mais baixas da organização administrativa destes dois países coexistem práticas que remetem a um mix democrático ou a uma “demo diversidade”, quer dizer, há uma coexistência pacífica ou conflitual de diferentes modelos e práticas democráticas, que Young (2004) designou de “democracias virtuais” ou “semidemocracias”.

A bem dizer, a transição do socialismo para a democracia havida a partir da década de 1990 constituiu um instrumento político e institucional para a sua conversão na ordem democrática sem que a natureza autoritária e ditatorial fosse posta em causa, isto é, estes países procuraram “mudar tudo para que nada mude” (Otayek (2007, p. 133), quer dizer, procuraram abraçar formalmente a democracia para não serem alheios ao que acontecia na maior parte dos países, para não pôr em causa o condicionante da ajuda externa (Faria & Chichava, 1999), mas na prática continuaram com os pressupostos de um Estado autoritário centralizado.

No caso de Moçambique, ao que tudo parece, na realidade nunca houve vontade da parte do governo para democratizar, posto que por um lado, o então governo da Frelimo não tinha confiança com a oposição, a RENAMO, antigo inimigo, e foi forçado a democratizar por causa da condicionante da ajuda externa. Portanto, após o V Congresso realizado em 1989 e verificando-se que a então URSS e os países do bloco leste asiático não conseguiriam jamais dar ajuda a Moçambique, então elaborou-se um anteprojeto de lei - dentro de dissensos entre os membros da Frelimo- para a revisão global da Constituição de 1975. Este anteprojeto só veio a ser aprovado em novembro de 1990, dando lugar à Constituição de 1990, que marcou a transição formal para o Estado de direito democrático (Baloi, 2021).

Ademais, a Constituição de 1990 foi um prelúdio para Moçambique avançar uma série de emendas constitucionais que deram lugar à assinatura do Acordo Geral de Paz de Roma em 1990, conforme anteriormente mencionado, que ditou, por um lado, o fim da guerra civil e por outro lado, ditou a realização das primeiras eleições legislativas e

presidenciais de 1994.

Para o caso de Angola, o então governo do MPLA também a opção pela democracia não surgiu por iniciativa própria, mas sim foi consequência da confluência de fatores endógenos e exógenos (António, 2013). No concernente aos fatores exógenos verificou-se na altura, a falência da então URSS e o conseqüente fim da Guerra Fria havida em 1989, e isto concorreu para que a URSS e os EUA cessassem os apoios que davam ao MPLA.

Foi a partir daqui que se assinou o Acordo de Bicesse que ditou o fim do primeiro período da guerra civil (1975-1991). Em 1992 realizaram-se as primeiras eleições democráticas precedidas pelo segundo período da guerra civil (1992-1994). Entre 1994 a 1998 houve um período de pequena estabilidade, mas logo a seguir veio o terceiro período de guerra civil (1998-2002).

Relativamente aos fatores endógenos, constatou-se em Angola que a guerra desencadeada pela UNITA tinha desgastado a maior parte da sociedade, e neste período foi também importante o papel das Organizações da Sociedade Civil e das Igrejas para ajudar o país a chegar a uma negociação para paz.

Considerando o contexto acima, pode-se inferir que tanto em Angola como em Moçambique existe uma ditadora que funciona em nome de democracia que no contexto desta pesquisa se apelida de “ditadura democratizada”, posto que o regime democrático implantado nestes dois países não tem as mesmas características da democracia proposta pelos grandes teóricos da democracia moderna, como Joseph Schumpeter no seu livro “*Capitalismo, Socialismo e Democracia*”, Robert Dahl no livro “*Prefácio à Teoria Democrática*” e Anthony Downs no seu livro “*Uma Teoria Econômica da Democracia*”.

As aceções da democracia implantada em Moçambique e em Angola estão longe da democracia referida por estes teóricos, a olhar pela maneira como o poder político é gerido, que somente está nas mãos dos partidos libertadores (Frelimo e MPLA) e que faz sentido, pelo menos para os líderes e apoiantes destes partidos, que a oposição não vença as eleições em honra dos heroicos fundadores dos próprios partidos (BALOI, 2021).

Estes elementos concorrem para se apelidar, pelo menos para esta pesquisa, o sistema de governo implantado nestes dois países de ditadura democratizada, facto devido pela maneira como os processos políticos são conduzidos, a tendência da centralização dos poderes em pleno processo de descentralização, e a fraude eleitoral enveredada por estes dois partidos.

A despeito disto, a maior parte dos estudos revela que tanto em Moçambique como em Angola, existe uma democracia bloqueada por um lado, quer dizer, aquela em que “as instituições legais encontram-se numa situação de impasse, por causa de diversos fatores, por exemplo um empate nas eleições entre as duas principais forças políticas ou supostas fraudes eleitorais que levaram a uma crise política” (Bussotti, 2015, p. 3) e ao surgimentos de tensões militares que ameaçam a paz, e por outro lado, uma democracia bipolar, onde desde as primeiras eleições multipartidárias, o sistema eleitoral teve tendência de no caso

moçambicano, a Frelimo e a Renamo e no caso angolano, o MPLA e a UNITA serem os únicos partidos a disputarem o poder político e a terem a maioria de assentos no parlamento.

A concordar com Baloi e Bussotti, Queiroz (2017) afirma que Moçambique e Angola constituem um dos países não só ao nível de África, como também ao nível do mundo, com uma democracia paralisada entre a transição e a consolidação, e deveras com um regime misto, ao combinar no seu sistema de governo, uma mistura entre a ditadura e a democracia, já que nem a Frelimo nem o MPLA, partidos no poder, não tencionam largar nem à risca o poder político, que o detém desde a sua independência em 1975.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo mostrou que a herança colonial de uma gestão centralizada, o dirigismo socialista e o militarismo aprendido nas lutas pelas descolonização enfraqueceram e fragilizaram a gestão das instituições do Estado moçambicano e angolano, criando efeitos perniciosos relativamente à construção dos Estados democráticos após a proclamação da independência.

Ademais, a opção pelo socialismo como ideologia seguida por Moçambique e Angola teve como consequência, o fracasso na criação dos estados novos e acima de tudo a eclosão da guerra civil, que retrocedeu o desenvolvimento destes países, a analisar pelos efeitos que esta teve não só em Angola e em Moçambique, como também nos países vizinhos.

Verificando-se que a opção pelo socialismo teve como efeito imediato, a guerra civil, então foi a partir de 1990 que Moçambique e Angola adotam uma nova Constituição democrática e que teve como efeito, a assinatura em Angola do Acordo de Bicesse em 1991, e em Moçambique, a assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma em 1992, que visavam pôr término à guerra civil.

Estes dois acordos foram importantes em parte para a concepção da democracia formal em Moçambique e em Angola, contudo, a olhar como a Frelimo e o MPLA controlavam e controlam o poder, pode-se criar a ilusão de que, estes acordos tinham a sua fragilidade, uma vez que pretendiam acabar com a guerra, contudo, não se criaram estruturas específicas para o alcance da paz efetiva, e em Angola, logo em seguida brotou uma outra guerra civil.

No bojo desta colocação, além de se criar uma democracia em que há alternância do poder, o que se verifica pelos menos nos dois países em análise é uma ditadura camuflada de democracia que cria efeitos perniciosos, que para efeito deste artigo se apelida de ditadura democratizada.

Em suma, o estudo sobre as matrizes históricas do centralismo político na construção do Estado angolano e moçambicano revelou que estes dois países abraçaram o centralismo político aprendido do próprio colonizador, aperfeiçoado no militarismo das

lutas pela independência e adotado no período socialista. Portanto, este artigo conclui que Moçambique e Angola possuem no seu sistema de governo uma democracia com um véu de ditadura, a olhar o centralismo político adotado pela Frelimo e pelo MPLA na gestão do país.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSSON, H. & NILSSON, A. *Moçambique em Transição: Um Estudo da História de Desenvolvimento durante o período 1974-1992*, Padrigu-CEEI-ISRI, 1994.

ANTÓNIO, N. D. *Transição pela transação: uma análise da democratização em Angola*. 182f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BALOI, J. A. *A Descentralização Político-Administrativa no Contexto de um Estado Unitário: Uma Análise a Partir de Moçambique (1998 - 2018)*. 2021. 282f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

BASÍLIO, G. *O Estado e a Escola na Construção da Identidade Política Moçambicana*. 2010. 249f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

BRITO, L. de. Une relecture nécessaire: la genèse du parti-État FRELIMO, *Politique Africaine*, Vol. 29, 1988.

BUSSOTTI, L. A Gestão do “Risco Político” na Democracia Moçambicana: Análise e Perspectivas. *Estudos de Sociologia*, [S.l.], v. 2, n. 20, jan. 2015. ISSN 2317-5427. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235557/28524>. Acesso em: 27 out. 2021.

CARVALHO H. S. S. de. *A Democracia Moçambicana: Construção, Desafios e Perspectivas*. 2017. 791f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2017.

CHABAL, P. *O Ideal Socialista em África*. In: Soronda, INEP, nº. 12, 1991.

COLAÇO, J.C. Trabalho como Política em Moçambique: do Período Colonial ao Regime Socialista. In: FRY, P. (Org.). *Moçambique Ensaio*; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

CRUZ, F. J. J da. *Construção do estado-nação de Angola: visão dos exilados*. Ipatinga: Nguvulu Editora, 2009.

FARIA, F. & CHICHAVA, A. *Descentralização e Cooperação Descentralizada em Moçambique*, Documento de Reflexão n.º 12, Maastricht, European Centre for Development Policy Management (ECDPM), 1999.

GOMES, C.A. *De como o poder se produz: Angola e as suas transições*. 464f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.

HUNTINGTON, S. P. *A Terceira Onda: a Democratização no Final do Século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

MACHEL, S. M. *O Partido e as Classes Trabalhadoras Moçambicanas na Edificação da Democracia Popular*. Relatório do Comitê Central ao 3º Congresso. Maputo, 1977.

MANNING, C. L. *The Politics of Peace in Mozambique*. Westport: Connecticut, 2002 apud BUSSOTTI, L. *A Gestão do “Risco Político” na Democracia Moçambicana: análise e perspectivas*. Estudos de Sociologia, [S.l.], v. 2, n. 20, jan. 2015. ISSN 2317-5427. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235557/28524>. Acesso em: 15 out. 2021.

MESSIANT, C. Transição para o multipartidarismo sem transição para a democracia. In: O processo de transição para o multipartidarismo em Angola. Luanda e Lisboa: *Firmamento & Livraria Nobel*, 2008.

MUNSLOW, B. *Mozambique: The Revolution and its Origins*. New York: Longman, 1983.

OTAYEK, R. A descentralização como modo de redefinição do poder autoritário? Algumas reflexões a partir de realidades africanas, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 77 | 2007, colocado online no dia 01 outubro 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/793>. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.793>. Acesso em: 20 set. 2021.

QUEIROZ, T.de O. *Trajetórias democráticas e estratégias de liberalização política: a evolução da democracia nos países africanos de língua oficial portuguesa no pós-guerra fria*. 322f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

TALI, J-M. M. *Dissidência e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (UEM). Departamento de História. *História de Moçambique Volume 1: Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores*, Maputo: Cadernos TEMPO, 1982.

VIDAL, N. *Multipartidarismo em Angola*. In: *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Luanda e Lisboa: Firmamento & Livraria Nobel, 2008.

YOUNG, C. The End of the Post-colonial State in Africa? Reflections on Changing African Political Dynamics. *African Affairs*, 103 (410), p. 23-49, 2004.

CAPÍTULO 8

A FORMAÇÃO DOCENTE FEMININA NO PIAUÍ (1900-1930): ESCOLA NORMAL COMO INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL FEMININA

Data de aceite: 01/09/2022

Data de submissão: 07/07/2022

Lorena Maria de França Ferreira

Universidade Federal do Maranhão
Teresina – Piauí

<http://lattes.cnpq.br/9548572381548856>

RESUMO: A educação no Piauí teve grande avanços nas primeiras décadas do século XX, devido ao desenvolvimento do modelo político pautado na república. Assim essa produção traz a formação docente feminina no intuito de questionar e compreender como ocorreu a formação docente no Piauí e a inserção feminina dentro do contexto educacional. Durante essas décadas foram criadas instituições de ensino destinadas ao Ensino Normal por todo o Estado, com os modelos educacionais guiados pela Escola Nova. O feminino foi inserido em ambientes de ensino com o intuito de atuação nas escolas primárias que deveriam se multiplicar por todo o território estadual a fim de diminuir os elevados números de analfabetismo e guiar a população ao modelo de governo republicano, onde a educação ganharia destaque para a obtenção da cidadania. Dessa forma, esta pesquisa adentra aos modelos de ensino desejáveis às mulheres dentro das Escolas Normais ao mostrar como essas foram sendo configuradas ao longo do tempo com seus modelos pedagógicos e curriculares, as escolas primárias com as suas dificuldades de implantação dos grupos

escolares em cidades e povoados com poucas estruturas físicas e pedagógicas e a constituição de uma República que via a educação como uma possibilidade de ampliação de sujeitos aptos a exercerem o direito e o dever do voto.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Docente. Feminino. Escola Normal. Piauí.

FEMALE TEACHING EDUCATION IN PIAUÍ (1900-1930): NORMAL SCHOOL AS A FEMALE EDUCATIONAL INSTITUTION

ABSTRACT: Education in Piauí had great advances in the first decades of the 20th century, due to the development of the political model based on the republic. Thus, this production brings female teacher training in order to question and understand how teacher training took place in Piauí and the insertion of women within the educational context. During these decades, educational institutions were created for Normal Education throughout the State, with educational models guided by Escola Nova. The feminine was inserted in teaching environments with the intention of acting in primary schools that should multiply throughout the state territory in order to reduce the high numbers of illiteracy and guide the population to the republican government model, where education would gain prominence for obtaining citizenship. In this way, this research enters into the teaching models desirable to women within the Normal Schools by showing how these have been configured over time with their pedagogical and curricular models, the primary schools with their difficulties in implementing school groups in cities and towns. villages with

few physical and pedagogical structures and the constitution of a Republic that saw education as a possibility of expanding subjects able to exercise the right and duty to vote.

KEYWORDS: Teacher Training. Feminine. Normal School. Piauí.

AS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA EM SOLO PIAUIENSE: EDUCAR O FEMININO PARA ALCANÇAR A MODERNIZAÇÃO DO SOCIAL

A República se configura como um momento de jogo político que atinge a esfera da educação diante da necessidade de formar uma população alfabetizada que pudesse votar. Dessa forma, educar uma grande quantidade de pessoas era uma das questões da República nos anos iniciais do século XX, mas isso requeria que o poder público investisse em um ensino que atingisse a parte mais pobre da sociedade, assim deveria ser um momento de educar os pobres para que o número de votantes aumentasse.

No entanto, não seria esse momento que tentaria igualar o ensino para toda a população, já que o ensino primário deveria ser desenvolvido para um grande número de pessoas, em especial para aquelas que estavam à margem da sociedade, combatendo através do ensino público as mazelas sociais, porém o ensino em todos os seus graus não chegaria a todas as classes sociais.

Nos primeiros anos da República a educação era bastante rudimentar no Piauí, onde existia deficiência na oferta de ensino formal, o que aos poucos foi mudando com a institucionalização de escolas primárias e com a criação a Escola Normal. Nesse momento, para a maioria das mulheres, a educação estava intimamente ligada ao mundo privado, no qual aprendiam leitura e escrita, e às atividades voltadas ao ambiente doméstico e instruções que possibilitassem a construção de um modelo feminino desejável.

Durante os primeiros anos da República a educação era bastante rudimentar em que o ensino se dava dentro do ambiente doméstico ou de espaços improvisados, onde os educadores eram homens e mulheres que tinham alguns conhecimentos que seriam repassados aos adultos ou crianças. A educação era voltada para a vida cotidiana ao ensinar a produção de conhecimentos úteis para a vida no mundo rural, como a produção de utensílios domésticos.

O ambiente privado condicionava a formação de um feminino que se dedicava aos afazeres domésticos como a produção de seu alimento, vestimentas e o cuidado com todos os membros familiares. O feminino deveria ser modelado de acordo com os objetivos familiares a fim de dar continuidade à família e satisfazer os ideais de um bom casamento, que era ser uma boa esposa e mãe.

Com os desejos de modernizações advindas do modelo republicano e as mudanças na cidade com o desenvolvimento urbano as mulheres passaram a ocupar espaços públicos diante de criações de mecanismos de sobrevivência. As produções de produtos alimentícios, vestimentas e outros produtos deixaram de ser feitas no espaço privado

para o público o que proporcionaram, cada vez mais, a saída do feminino do ambiente doméstico. As mulheres passaram a fazer parte da família como um membro que também deveria contribuir para a manutenção monetária diante do desenvolvimento do capitalismo e das produções de materiais de consumos dos ambientes urbanos.

Dessa maneira, deve-se perceber que a contribuição familiar dentro do ambiente doméstico também se daria para os ambientes públicos que produziram ganhos financeiros, mesmo que diminutos pela desvalorização da mão de obra feminina mas que contribuiriam para a formação familiar. As mulheres ocupam posições no campo do trabalho e do ambiente público, mas não deixariam de estarem ligadas com o ambiente doméstico como seu local de origem e que não conseguiriam mais se desvincular.

Juntamente com as mudanças sociais que atingiam as mulheres também tiveram os desenvolvimentos da cidade e as mudanças educacionais, dentre essas a necessidade de ampliação de um público alfabetizado e da formação de mão de obra que pudesse atuar na educação. A cidade passou a ser o local de formação de um aparato educacional e centralização de sujeitos e serviços, o que proporcionava o seu desenvolvimento e uma maior possibilidade de disciplinarização dos sujeitos pelas escolas. As escolas passavam por modificações diante das percepções sobre a Escola Nova em que reconfigurava os níveis educacionais e as formas teóricas e metodológicas do ensino, novas formas de educar foram sendo inseridas como o desenvolvimento das escolas primárias.

Com essas mudanças educacionais nos primeiros anos do século XX foram permeados por discussões sobre a formação de uma mão de obra especializada para educar a infância, o que gerou a criação da Escola Normal Oficial no ano de 1909 destinada a formar o professorado que atuaria pelo Piauí. A criação dessa Escola tem em sua essência as discussões sobre as mulheres como alunas e futuras educadoras que contribuiriam para a formação de uma nação baseada no nacionalismo e a criação de uma cidadania algo que também aconteceu nas demais Escolas Normais do Brasil.

A FORMAÇÃO DOCENTE FEMININO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

As mulheres foram atingidas, e outros sujeitos, pelos discursos educacionais que vinham desde o século XIX e ganharam força no século XX com a instauração da República no Brasil, os quais colocavam a educação como uma maneira de se obter a modernização do país. Esses discursos foram alimentados pelas críticas ao abandono e às condições da educação (LOURO, 1997), pois com um abandono não seria possível alcançar os patamares de um povo civilizado e de um país desenvolvido assim como os países europeus.

Corpos deveriam ser educados de acordo com os modelos europeus da Escola Nova, o que dividiu a educação em séries e adotou novas teorias e metodologias de ensino.

As escolas primárias seriam necessárias em todo o território nacional para obtenção de um povo modelado pelos ideais republicanos de cidadania e para a formação de um corpo saudável para o país, logo que durante os primeiros anos do século XX vivia-se em pleno período de guerras e conflitos mundiais em que poderiam necessitar de pessoas aptas a lutar.

A educação passou a estar vinculada aos ideais políticos do Piauí que pretendiam desenvolver um governo republicano. Os ideais políticos do estado visavam a formação de um povo civilizado, com disciplinarização de corpos e de suas mentes com os novos modelos educacionais. A alfabetização ganha, ainda, maior importância pela sua condição de formar uma população apta aos ideais de voto nas eleições locais e nacionais.

Para que ocorra esse processo de alfabetização da população opta-se para o uso da mão de obra feminina para educar as crianças. Destina-se as mulheres as funções de cuidado e de ensino não mais apenas no ambiente doméstico, mas também nos espaços públicos a fim de criar uma numerosa população que fosse minimamente alfabetizada. A escolha das mulheres para essas funções se dá pela relação de sua imagem com a infância e ao cuidado.

Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres ganharam destaque com as manifestações feministas que marcaram o período de expansão do desejo por melhorias ao público feminino. Caracteriza o período discussões sobre a opressão e as desigualdades sociais que atingiam as mulheres, como destaca Almeida (1998), constata-se a capacidade feminina para o trabalho fora do espaço doméstico. O desdobramento da comprovação desta capacidade foi a sua inserção na esfera pública, incluindo o exercício do magistério.

O magistério primário, como ocupação essencialmente feminina [...] possibilitou às mulheres, notadamente da classe média que se alicerçava no panorama socioeconômico do país, a oportunidade para ingressar no mercado de trabalho. A possibilidade de aliar ao trabalho doméstico e à maternidade uma profissão revestida de dignidade e prestígio social faz que “ser professora” se tornasse extremamente popular entre as jovens e, se, a princípio, temia-se a mulher instruída, agora tal instrução passava a ser desejável, desde que normatizada e dirigida para não oferecer riscos sociais. Ensinar crianças foi, por parte das aspirações sociais, uma maneira de abrir às mulheres um espaço público (domesticado) que prolongasse as tarefas desempenhadas no lar (ALMEIDA, 1998, p. 28).

Paralelo ao ingresso das mulheres no magistério, a educação feminina, durante os primeiros anos do século XX, foi bastante discutida em vários setores, como a Igreja Católica e o Estado, bem como as feministas argumentavam a forma da participação das mulheres na educação dos filhos e que esta demanda exigia que elas próprias se instruissem, inclusive, para exercício do papel de professoras, que se torna necessário o domínio das letras. A educação feminina era percebida como uma extensão de suas funções familiares. Isto foi colocado no jornal *Nortista* de 1901, lembra-se, ainda, que as mães ensinam seus filhos a religião com o intuito de “iluminar as consciências”. A mulher

deve educar a criança no ambiente familiar, assim torna-se uma mãe-educadora. No jornal *Borboleta*, do ano de 1905, lê-se:

A sua mãe incumbe a delicada missão de formar seu caráter, educar seu espírito.

E quando é belo uma senhora ilustrada, bem-educada e inteligente, dirigir seu lar doméstico!

É a caridade personificada. Infelizmente assim não é o rei pequeno da família; manda, não pede; seus pais lhe obedecem em vez de serem por ele obedecidos. Fala a todos com arrogância, é grosseiro, incivil, orgulhoso, exigente, imprudente, mau; entretanto os pais acham-no interessante, vivaz, inteligente.

A obediência é a base da educação e o alicerce da ordem social.

O primeiro cuidado de uma senhora que exerce o papel de mãe deve ser, tornar seu filho dócil e obediente.

A criança em terna idade é flexível como a cera. [...] (BORBOLETA, 1905).

Pode-se verificar que o papel feminino estava atrelado ao desenvolvimento de um filho moldado aos padrões sociais e educacionais de seu tempo. As mulheres cabia o comando de sua prole para a formação de bons sujeitos e cidadãos, que mantivesse os padrões sociais de uma família harmoniosa e evitasse os embaraços que a má formação de seu filho. Ser inteligente em manter o seu lar e modelar a criança que estaria em plena formação. Algo que revela a importância do feminino na formação familiar tanto nos afazeres domésticos quanto no desenvolvimento de uma sociedade mais disciplinada.

Também existiam a perspectiva dos anticlericais em qual a função feminina seria moldar os filhos para a República, deveria construir crianças adequadas ao exercício da cidadania. Assim, há enaltecimento da figura da mãe. *No Correio de Oeiras*, de 1909, vê-se:

Em caso algum a mulher exerce uma influência tão evidente, imediata e previdente como no caso de mãe. A ela é entregue o tesouro imortal do coração de seu filho! Sobre ela descansa o cuidado dos primeiros passos desse curso de disciplina que deve formar da criatura mais débil e desamparada do mundo, um guia intrépido da criança animada e um digno adorador da Divinidade.

Seus sorrisos excitam as primeiras afeições que brotam em nossos corações. Ela nutre e desenvolve os primeiros germes de nossa inteligência (CORREIO, 1909).

A relação da mulher com a maternidade e com o empenho do desenvolvimento da criança é clara. A essa mulher caberia se entregar a dedicação sobre a formação de um outro sujeito, direcionar a sua existência em proporcionar o desenvolvimento da criança no meio familiar. Essencialmente a mulher deveria ser direcionada à família.

Para tal atuação a educação feminina era defendida nas produções publicadas nos jornais locais e pelo poder público do Estado. No jornal *Borboleta*, de 1905, argumenta-

se que a educação proporciona à mulher o bom desempenho dos deveres que lhes são inerentes, sem limitá-la ao ambiente doméstico, mas abrir o espaço para o mundo do trabalho, pois a “mulher instruída tem entrada franca em toda parte” (BORBOLETA, 1905).

A educação feminina no Piauí contribuiu para a construção de um modelo de mulher que seria desejável: dócil e disciplinada. A mulher seria dócil, não criaria tensões em suas relações sociais, educaria a infância baseada no amor e contribuiria para a construção de uma sociedade sob as perspectivas republicanas. E a mesma mulher também seria disciplinada sob os modelos educacionais em voga e se comportaria de acordo com os padrões sociais do seu período. Assim, a educação feminina pode ser percebida como uma forma de produção do feminino desejável na sociedade que se redefinia nas primeiras décadas do século XX.

a educação [...] que é a formação dos bons hábitos e produzir boas esposas, mães e donas de casa, parece essencial. As virtudes femininas de submissão e silêncio, nos comportamentos e gestos cotidianos são centrais nela. E, acima de tudo, o pudor, a honra feminina do fechamento e do silêncio do corpo (PERROT, 2003, p.22).

A educação ou emancipação feminina pela educação também aparece no jornal *Andorinha*. Defende que as mulheres sejam educadas, pois “querem a mulher instruída, para educar a prole, afetuosa, para sorrir à existência, e dedicada ao lar doméstico, para ser o anjo tutelar que assegure a felicidade da família. Nada mais justo, nada mais sublime”. Assim essa emancipação se daria em prol da família, a mulher educaria seus filhos.

Nos anos iniciais do século XX, à mulher foi atribuída a função de construir a infância, a partir de sua atuação como mãe-educadora e professora. Para isto, torna-se essencial à mulher que ela obtenha uma educação necessária para o desenvolvimento de tal função. Assim, o poder público do estado atuou na criação de escolas que contemplassem esse público feminino tanto na educação primária como na educação que se destinaria a formar o público feminino capaz de atuar na educação infantil nos ambientes escolares.

Foram criadas escolas e formas de aulas isoladas, contando apenas com algumas disciplinas, destinadas às mulheres tanto de iniciativa privada como pública nas primeiras décadas do século XX, em Teresina. Em 1905, no jornal *Borboleta*, através do anúncio “Professora particular”, Severa de Castro Marques oferece seus serviços. Propõe-se ensinar o curso de primeiras letras a meninas no horário de 10 às 2 horas da tarde, em sua residência.

Esse tipo de ensino voltado para o público feminino possibilitava a criação de um pequeno grupo de mulheres letradas, já que o ensino tinha elevado custo, o que não garantia a participação feminina das camadas sociais mais baixas, apenas aquelas cuja família percebia a educação como um mecanismo benéfico para as mulheres e a podia custear.

Essa mulher educada fazia parte das camadas médias da sociedade piauiense que

contaria com o seu grupo familiar para obtenção de formação escolar e desenvolvimento de uma carreira como professora. Seria ela uma possuidora de diferencial quanto as demais mulheres que não poderia adentrar no mundo das letras e nem ao mundo do trabalho, de forma um pouco menos desvalorizada. No entanto, isso não significa que a mulher coube um lugar de prestígio e ganhos elevados como educadora, pois as relações de gênero era evidentes nas relações do trabalho (FERREIRA, 2017).

É possível demarcar um pequeno avanço no âmbito educacional para as mulheres, mas de poucos conhecimentos e em pequenas proporções, conjuntura que se modificou com a defesa da educação das crianças como fruto do trabalho das mulheres, pois ampliam-se as possibilidades de educação formal.

No ano de 1906, o Colégio do Sagrado Coração de Jesus foi criado para atender ao público feminino das camadas mais altas da cidade de Teresina e das cidades do interior. Até aquele momento, não existia uma escola própria para a formação feminina, já que a Escola Normal foi extinta no ano de 1888, cabendo apenas ao público feminino o ensino com professores particulares, especialmente professoras. Assim, esse ambiente escolar proporcionou o aprendizado de conhecimentos escolares tais como português e aritmética e ensinamentos destinados à atuação feminina no lar (QUEIROZ, 2008).

Vale salientar que a educação feminina era tributária da sua família, pois inicialmente se aprendia no lar ou com parentes as primeiras letras e a partir das condições familiares em oferecer um ensino escolar era que essa mulher saía do ambiente privado para os espaços públicos para ser educada. A educação tinha mais características de instruções para aprendizagem de leituras, escritas, alguns cálculos e utilidades, como bordados, costura e um pouco de economia doméstica, que fossem úteis ao cotidiano feminino. O ensino se destinava mais aos homens do que as mulheres, logo que a esses o mundo do trabalho ou os ambientes públicos pertenciam.

Nas primeiras décadas do século XX, com a institucionalização de um sistema escolar a educação feminina foi cada vez mais ampliada nas camadas médias e altas da sociedade piauiense.

Estava difusa nas camadas alta e média, a ideia de que as filhas, assim como os filhos, deveriam ter acesso à educação. A questão central girava em torno do nível a que deveria chegar. Com a valorização da educação escolar, o papel de mãe foi reforçado, dentre suas atribuições da mãe, estava aquela de acompanhar o desempenho escolar das filhas e dos filhos. O ideal era a mãe educadora. Para que a mulher desempenhasse a contento o papel de mãe, seria necessário que fosse escolarizada. Ademais, sob o impacto do trabalho como valor, circulava no social o ideal da dona-de-casa profissional, o que implicava sua formação escolar.

Por parte ora de pais, ora de mães, a educação profissional feminina passava a ser vista como uma forma de inserção social e um mecanismo que poderia assegurar às mulheres uma forma de vida digna, caso se tornassem viúvas ou não se casassem. Era também um instrumento que as poderia livrar de maus casamentos. Dentre as moças, além dessas percepções, também orientavam

suas condutas, a incorporação do trabalho como valor e missão (CARDOSO, 2003, p. 62).

Dessa maneira pode-se verificar que a educação feminina estava intimamente ligada as suas funções da mulher de mãe e esposa, mas as questões sociais e econômicas interferiram no acesso a alguma instrução, especialmente no ensino secundário. Assim ocorria com a formação das normalistas a grande maioria das mulheres que seria destinadas a um caminho possível para a inserção no mundo do conhecimento e do trabalho.

Essa feminização do magistério aconteceu diante de criações representativas sobre as mulheres ao colocá-las em uma perspectiva de características biológicas de reprodução e as criações culturais dos papéis de mães, cuidadoras, carinhosas, passivas ao poder público. Com isso, as mulheres foram inseridas na educação nas Escolas Normais e posteriormente nas escolas primárias pelo estado.

Posteriormente ao processo de inserção das mulheres na educação da Escola Normal em Teresina se tem uma expansão da formação da mão de obra de professoras normalistas nas décadas seguintes do século XX. A numerosa quantidade de professoras em contextos de criação e ampliação de escolas primárias por todo estado do Piauí, com o intuito de diminuir as desigualdades educacionais e o analfabetismo que impediam o desenvolvimento do modelo republicano e de uma economia que não dependesse, em grande medida, do setor primário e aos poucos se voltasse ao setor terciário.

No ano de 1909 aconteceram novos investimentos na criação da Escola Normal Livre em Teresina, por um grupo de intelectuais locais integrantes da Sociedade Auxiliadora de Instrução, que se empenhou a oferecer um curso normal de forma gratuita, configurando-se como um ensino de cunho laico. Assim vale ressaltar que o curso normal acabou por proporcionar uma educação que a priori deixa de ter ligações diretas com a religião. O curso oferecia dezenove cadeiras e com o tempo de duração de 4 anos.

Inicialmente a Escola Normal Livre funcionou na Assembleia Legislativa Estadual, com dezessete alunas, caracterizada por apresentar um ensino laico, onde se aprendia português, aritmética, costura, ginástica sueca e etc. Visava-se à formação rápida de educadores que pudessem atuar na educação infantil no Estado, com domínio das noções pedagógicas e de trabalhos manuais.

Em 1910, sob o governo de Antonino Freire, a administração pública do Estado passa a ter novamente a Escola Normal para a formação de professores do ensino primário. A escola passa a ser administrada pelo poder público do Estado, com o nome de Escola Normal Oficial, o curso profissionalizante passa a ter predominância de público feminino como alunado. Essa predominância feminina está ligada as concepções de que as mulheres exerceriam de melhor maneira a educação infantil.

O relatório de Instrução Pública no Piauí, do ano de 1922, de Matias Olímpio, expõe os estabelecimentos destinados ao ensino Normal que existiam no Estado durante todo o seu empenho em constituir um sistema de educação voltado para o ensino, que já vinha desde

o século XIX. De acordo com o relatório, existiram diferenças entre os estabelecimentos, a Escola Normal Oficial e a Escola Normal Livre, pois “os dois estabelecimentos obedeciam [...] a métodos diversos e assim não podia deixar de ser, desde que entre um e outro mediavam nove lustros de avanços nas ideias pedagógicas” (MELO, 1922).

Na primeira, “antiga escola”, o curso durava 3 anos, com apenas dez cadeiras, diferentemente da última que aumentou o período de duração para quatro anos devido ao aumento de disciplinas. O quadro de disciplinas da Escola Normal instituído em 1910, era composto pelas disciplinas: ginástica sueca, história universal, álgebra, literatura nacional, música, italiano, noções de ciências físicas e naturais e de direito constitucional.

Assim, o que se ensinava na última era mais amplo devido a um período maior de duração, e uma melhor distribuição das disciplinas. No entanto, como o relatório atribuiu a outra Escola (Normal Livre) maior importância diante do fato de que “a diminuição de tempo era um fator de alto alcance a que era preciso atender no momento, pois a modificação do magistério primário se fazia mister sem delongas” (MELO, 1922). O aumento do tempo de duração do curso normal ia de encontro da necessidade de obtenção de grande quantidade de mão de obra destinada ao ensino. Era crucial para o desenvolvimento do ensino assim como se esperava nos anos iniciais do século XX no Estado.

A criação do curso Normal para o público feminino era evidenciada na atuação do poder público piauiense que destinaria essa mão de obra para o ensino infantil, para tanto, ao colocar como critério de nomeação de professora as normalistas, o Estado toma para si o poder de controle sobre o ensino primário pois preferencialmente as formadas na Escola Normal poderiam atuar em escolas públicas do Piauí. No entanto, era nítida a atuação feminina no ensino primário antes mesmo desta determinação, pois foi concedida a permissão para que as professoras já atuantes sem habilitação frequentassem a instituição para adquirirem formação.

À Escola Normal foi agregado valor e importância, com sua oficialização, pois a atuação de educador infantil nas escolas públicas se daria pela formação e normatização de uma instituição pública que produziria o novo corpo docente local, assegurando assim quem, como e com que finalidade atuaria no ensino. Assim, quem desejasse atuar na educação infantil precisaria ter em sua formação profissional o curso Normal.

A noção de que a educação infantil deveria ter como principal agente as mulheres, tanto no lar como na escola, fez com que as normalistas reafirmassem e consolidassem os seus papéis na sociedade nas primeiras décadas do século XX. Isso se dá não só pelos discursos proferidos na Escola Normal, mas também pelos discursos higienistas e literários que circulavam pelas cidades no Brasil, algo que também acontecia na cidade de Teresina.

Assim a mulher educa, cuida e ama as crianças. Esse tipo de afirmativa proporcionou uma ligação direta dos papéis femininos na sociedade com a infância, pois, mesmo que ocupasse um espaço além do ambiente doméstico, deveria ter a mulher a manutenção das suas ações naturais: amar, educar e gerir a vida de uma criança.

Nos anos referentes de 1920 a 1929 aconteceu um acentuado aumento de matrículas na Escola Normal, configurando-se como um momento de consolidação do ensino na capital. Esse período diverge do anterior que contou com grande número de alunas desistentes, poucas matrículas e uma estruturação tanto física como pedagógica do espaço destinado ao ensino normal, sendo assim é o período em que a Escola Normal estava em pleno gosto da população local para a educação feminina, tanto que aconteceram expansões do ensino normal nas cidades de Parnaíba e Floriano (SOARES,2004).

Com isso, vale destacar, que esses anos fomentaram a ampliação da mão de obra feminina para as escolas do ensino primário de todo o estado. Numerosas eram as professoras que estavam disponíveis para atuarem na educação infantil, espalhavam-se pela cidade de Teresina e pelo interior com suas formações baseadas nas teorias e metodologias educacionais. Padronizaram o conhecimento e as formas de colocá-lo para as crianças de todo o estado.

CONCLUSÃO

Como pode-se perceber a formação docente no Piauí nas suas primeiras décadas do século XX foi perpassada pelas ideias e discursos da mão de obra feminina apta a tratar com os ensinamentos para as escolas primárias do estado, o que formou uma numerosa quantidade de mulheres que não tinham apenas o espaço privado como seu ambiente, mas também a Escola Normal, escolas primárias e ambientes públicos como possibilidades de atuação. No entanto, deve-se destacar que a figura feminina ainda estava ligada a ideia de esposa, mãe, dócil e guardiã dos filhos e da família.

Esse contexto foi marcado tanto pela participação feminina nas cidades que ocuparam outros espaços quanto pelo seu papel fundamental para a formação de uma sociedade alfabetizada que pudesse usufruir de seus direitos e deveres políticos republicanos. Consolidando os desejos políticos de obtenção de uma sociedade baseada na cidadania e na formação de sujeitos civilizados com os modelos educacionais em voga.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 28.

BORBOLETA, Teresina, ano I, n. 16, 29 dez 1905.

BORBOLETA, Teresina, ano I, n. 16, 29 dez 1905.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Múltiplas e Singulares**: História e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

CORREIO DE OEIRAS, Oeiras, ano I, n. 8, 15 maio 1909, p. 6.

EMANCIPAÇÃO DA MULHER. **ANDORINHA**, [s.n.], 12 out 1, p. 8.

FERREIRA, Lorena Maria de França Ferreira. **O Estado, a normalista e a infância em Teresina (1900-1940)**. 2017. 150f. Dissertação. Universidade Federal do Piauí – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Teresina, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MELO, Matias Olímpio. **A Instrução Pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

NORTISTA, **Parnaíba**, ano I, n. 24, 15 jun. 1901, p. 4.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, M. I. S.; SOIHET, R. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003, p. 22.

PROFESSORA PARTICULAR. **BORBOLETA**, Teresina, ano I, n. 16, 29 dez 1905, p.4.

QUEIROZ, Teresinha. **Educação no Piauí**: 1880-1930. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003)**: reconstruindo uma memória da formação de professores. 2004. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

CAPÍTULO 9

ENTRE MEMÓRIAS E DISCURSOS: A ESTRUTURA DA NARRATIVA DE *O CHORO*, DE 1936, E SUAS CORRELAÇÕES NA HISTORIOGRAFIA DA MÚSICA URBANA BRASILEIRA

Data de aceite: 01/09/2022

Denis Wan-Dick Corbi

Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
Campus de Franca/SP
Araraquara/SP
<http://lattes.cnpq.br/4354927005810013>

RESUMO: A narrativa de *O Choro*, de Alexandre Gonçalves Pinto, constituiu-se por meio de um mosaico de experiências passadas na paisagem sonora do Rio de Janeiro entre fins do XIX até sua publicação em 1936, dispondo de argumentos de autoridade que nos ilustram a genialidade de heróis da velha guarda da música brasileira, fundando uma tradição articulada ao choro que seria replicada por diversas vezes na historiografia do gênero. Pretendemos mostrar como os registros de Gonçalves Pinto serviram para consolidar essa tradição musical, entrelaçando referências temporais e espaciais de um Rio antigo, dispostas no discurso de *O Choro*, rubricando acepções referentes a essa musicalidade brasileira, bem como sua ideia de recomposição fiel de um cenário passado que necessita ser lembrado, conservado e transmitido com urgência. Observamos que o autor/narrador reforça sua autoridade inserindo-se nessa cena musical passada, apelando para uma afetividade junto ao grupo social dos chorões que, de certa maneira, delimitou sua competência para narrar esse passado específico do choro brasileiro, manejando, assim, figuras discursivas típicas que, por hipótese, lhe garantiriam mais propriedade

para se contar a história desse gênero musical urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia; Memória; Discurso; Música; Choro.

BETWEEN MEMORIES AND DISCOURSES: THE STRUCTURE OF *O CHORO'S* NARRATIVE, FROM 1936, AND ITS CORRELATIONS IN THE HISTORIOGRAPHY OF BRAZILIAN URBAN MUSIC

ABSTRACT: The narrative *O Choro* (The Choro), by Alexandre Gonçalves Pinto, is constituted by means of a mosaic of past experiences in the soundscape of Rio de Janeiro between the end of the 19th century and its publication in 1936, with an authoritative basis that illustrate the genius of heroes of the old school of Brazilian music, founding a tradition articulated to choro that would be replicated several times in the historiography of the genre. We intend to show how the Gonçalves Pinto's records served to consolidate this musical tradition, intertwining temporal and spatial references of an old Rio, arranged in the discourse of *O Choro*, rubricating meanings referring to this Brazilian musicality, as well as its idea of faithful restoration of a past scenario that needed to be remembered, preserved and transmitted with urgency. We observe that the author/narrator reinforces his authority by inserting himself in this past musical scene, appealing to an affectivity with the social group of chorões that, in a way, delimited his competence to construct the narrative of this specific past of Brazilian choro, handling typical

discursive images that, by hypothesis, would guarantee him more property to tell the story of this urban musical genre.

KEYWORDS: Historiography; Memory; Discourse; Music; Choro.

Na historiografia da música popular urbana brasileira, observada por meio das publicações da geração de memorialistas da década de 1930, conhecidos como os *primeiros historiadores da música urbana* no Brasil (MORAES, 2006), a estrutura narrativa que se destaca se constituiu através de biografias de músicos, associadas a um cenário idílico no qual existe bem pouco embasamento histórico-contextual informado nesses textos.

Mais precisamente, essa historiografia se estabeleceu, na maior parte dos casos, através de um paradigma de escrita, emprestado da música erudita, que se apoia na vida e obra de seus personagens para dar conta de processos sócio-históricos referentes ao passado que se pretendeu narrar, e, sobretudo, utilizou largamente argumentos de autoridade de quem *viu, ouviu e/ou esteve presente* na cena passada relatada.

Assim sendo, nesses textos que apresentaram o cenário da capital irradiante brasileira desde o último quartel do século XIX até as décadas iniciais do XX como pano de fundo de uma dada tradição da música popular, verificamos, então, uma difusão de memórias acerca de personagens que integraram essa cena musical passada cujas interpretações podem conduzir os leitores para uma atmosfera mítica, repleta de situações fantasiosas de um Rio antigo em particular, para um passado encantado, por assim dizer, fabricado por meio dessas histórias relatadas.

Dessa maneira, essas narrativas fundadoras do pensamento crítico sobre música popular, permeadas de registros memorialísticos articulados com dados isolados sem referências precisas, se apoiaram, muitas vezes, em estruturas discursivas imbricadas nas memórias de tais narradores, expressando, ainda, estratégias de escrita que foram compartilhadas pelos mesmos, expressas nesses textos e, também, difundidas largamente na historiografia do tema.

Ainda assim, lembramos que um testemunho pode nos servir como um elo de continuidade histórica que, dentre outras coisas, liga memórias com a história, e, como apontaria Benjamin, a reminiscência funda a cadeia da tradição, transmitindo acontecimentos de geração em geração. Continuando com as considerações do filósofo sobre o tema, é importante destacarmos que “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos”. (BENJAMIN, 1994, p.198)

Assim, neste caso específico da historiografia sobre música urbana brasileira, essa relação entre memória e história imprime, como bem ressaltou Vinci de Moraes, “uma tonalidade tão forte e característica que parece se tornar seu *eixo estruturante e permanente*” (MORAES, 2010, p.222, *grifo nosso*).

Podemos, então, verificar inúmeros exemplos que apontam para essa direção mencionada tanto nas produções de Orestes Barbosa, de Francisco Guimarães e de Mariza Lira, autores daquela geração de 1930, por exemplo, e, também, no livro do carteiro carioca Alexandre Gonçalves Pinto, *O Choro: reminiscências dos chorões antigos*, publicado em 1936, considerado um documento inaugural dos escritos sobre o choro no Brasil e um manual de informações sobre hábitos e costumes destes primeiros músicos chorões de fins do XIX e começo do XX. (PINTO, 2009)

Ainda que diferenças significativas existam entre essas publicações da década de 1930, sem levarmos em consideração suas próprias temáticas, essas narrativas podem ser tomadas como representativas daquilo que chamaríamos de uma vertente ensaística na e da historiografia do choro, fundando, assim, uma tradição de escrita que naturalmente perpassaria outros gêneros da música popular urbana brasileira.

Todavia, podemos também dizer que essas narrativas fundadoras nos proporcionaram aquilo que Jörn Rüsen chamaria de constituição histórica de sentido, assegurando-nos ao menos três condições suficientes para que uma produção histórica ocorra, ou seja: *formalmente*, a estrutura de uma história; *materialmente*, a experiência do passado; *funcionalmente*, a orientação da vida humana prática mediante representações do passar do tempo”. (RÜSEN, 2010, p.161, *grifos nossos*)

Entretanto, o que observamos nessas narrativas de 1930 e em outras posteriores é a permanência de um tipo de escrita histórica tradicional, uma maneira que prioriza os feitos de grandes heróis, estrutura os textos a partir do que se julgou conveniente dizer e narrar, sem propriamente problematizar o arcabouço de informações recolhidas sobre um personagem biografado ou mesmo acerca de uma cena específica.

E não apenas a historiografia do choro recorreu ao papel central das biografias como forma de conhecimento e de acesso privilegiado ao passado desta música urbana, mas, de maneira geral, as histórias dos gêneros musicais brasileiros se estruturariam através desse “ponto médio entre ficção e realidade histórica”, como nos recorda François Dosse, apoiando-se nas histórias de vida de músicos e personagens emblemáticos que compuseram nossa história da música popular urbana. (DOSSE, 2009, p.12)

Notamos, ainda, que a reorganização desse passado específico, dado por meio dessas construções textuais dos memorialistas de 1930, em companhia dos inúmeros argumentos de autoridade utilizados por esses narradores, juntamente com unidades textuais arbitrárias, juízos de valor, etc., trataram desta temática da música urbana com distintas perspectivas. Se pensarmos no caso do samba, por exemplo, são significativas as diferenças entre os livros de Orestes Barbosa e de Francisco Guimarães que nutriam posicionamentos antagônicos sobre a origem, o desenvolvimento e a história desse gênero musical.

Agora, não buscamos com isso um comportamento, digamos, pouco mais científico nessa geração de primeiros historiadores da música urbana posto que não era uma

intenção declarada por parte desses autores; nossa problematização aqui ocorre em vista de identificarmos em qual medida essa forma de se narrar a história da música popular urbana impactou gerações muito afastadas do tempo desses memorialistas, constituindo, assim, uma espécie de linhagem ensaística no interior da historiografia do tema.

Nesta linhagem, um recurso largamente utilizado é o de imputar falas nos personagens narrados, característica que pode ser verificada não apenas no texto do carteiro Gonçalves Pinto, mas também nos textos de Barbosa, Vagalume e Lira, além de produções posteriores que trataram do mesmo tema como os livros de Henrique Cazes, *Choro: do quintal ao municipal*, e de André Diniz nos trabalhos *Joaquim Callado: o pai do choro*, e *O Rio musical de Anacleto de Medeiros*, entre outros.

Ao que nos parece, esta estratégia possivelmente geraria pouco mais de autenticidade para esses relatos históricos e, provavelmente, serviria para preencher lacunas dessas histórias em particular ou, no mínimo, criaria narrativas que reafirmaram a necessidade de se buscar e transmitir algo “dos tempos que não voltam mais” a fim de reestabelecer mais fielmente aquele cenário musical passado. (PINTO, 2009)

Com relação ao comportamento narrativo da imputação de falas nos personagens destacados, digamos assim, selecionamos um breve trecho do livro da musicóloga Mariza Lira sobre a maestrina Chiquinha Gonzaga:

Desejosa de ser útil ao jovem escritor, prometeu apresentar a partitura na terça-feira seguinte. Acompanhava-a seu filho João Baptista, que ainda lhe observou a premência do tempo. Era quase noite. No domingo, Chiquinha teria de cumprir uma promessa na igreja da Penha, em Jacarepaguá... Chiquinha reafirmou, porém: 'Terça-feira, às duas horas, trar- lhe-ei a peça!'. (LIRA, 1939, p.83)

De toda forma, essas estruturações textuais ensaísticas contêm doses de obscuridade que nos dificultam acepções mais precisas, além de uma rememoração de eventos contíguos que tangenciaram a vida daqueles personagens dos enredos preestabelecidos, junto de uma exposição de mundos internos intangíveis e, por outro lado, essas narrativas detêm um caráter ficcional que nos apresentam configurações discursivas que nos indicam o tema do esquecimento dentro de um universo de experiências históricas plausíveis de difícil solução, por assim dizer.

E, ainda neste sentido, tanto o aspecto individual quanto coletivo dessas memórias mereceriam análises mais cuidadosas e isso, claro, não apenas na historiografia do choro, posto que a memória coletiva encarada como bloco fechado tende a ser vista como “um enunciado [em] que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória *supostamente* comum a todos”. (CANDAU, 2011, p.24, *grifo nosso*)

Agora, pensando nessa história do choro brasileiro, tanto o mundo individual do carteiro quanto coletivo, isto é, aquele que engloba as histórias do autor/narrador e as biografias dos chorões representados, nosso interesse se justifica visto que eles podem

nos ajudar a reinterpretar essa narrativa de *O Choro* e os discursos propostos pelo texto que ressignificaram a história desse gênero musical. Em outras palavras, temos que

a multiplicação dos estudos sobre a memória coletiva permitiu compreender melhor a complexidade de seu modo de funcionamento e tornou possível sua abordagem crítica. O falso dilema da escolha entre o polo de uma história baseada em seu contrato com a verdade e o de uma memória regrada pela fidelidade transforma-se hoje [...] em uma nova história social da memória. (DOSSE, 2012, p.287)

Ocorre que problematizar memórias empregando unicamente métodos da ciência histórica pode ser uma alternativa frágil e, mesmo, inconsistente, até porque ao utilizarmos objetos próprios das memórias, isto é, lembranças, recordações e esquecimentos sem realocá-los devidamente em suas diretrizes epistemológicas particulares, talvez não consigamos obter uma aproximação adequada acerca da experiência passada relatada, sobretudo por não empregarmos métodos de análise específicos que nos auxiliam na interpretação de documentos que contém essa natureza memorial.

Neste sentido, destacamos o livro mencionado de Henrique Cazes. Ao nos depararmos com essa narrativa de 1998, podemos supor que a maioria das fontes utilizadas pelo pesquisador parecem vir de uma tradição oral compartilhada nas rodas de choro ou, até mesmo, da inclusão de memórias que o próprio autor/narrador ouviu dizer acerca da história desse gênero, lembrando que Cazes também integra a cena musical atual do choro carioca. Existem neste livro, por exemplo, poucas indicações bibliográficas que estão dispersas ao longo do corpo do texto, mesmo que conte com um índice onomástico razoavelmente elaborado ao final do livro.

Essa narrativa, portanto, é constituída por vinte e nove capítulos curtos, nos dando a impressão de abarcar uma longa duração da história tradicional do choro, abrangendo “fatos” que remontam períodos que vão desde pelo menos 1870, destacando, sem questionamentos mais elaborados, as problemáticas e tão usuais “origens do choro”. Em seguida, são apresentadas etimologias que envolveram o termo “choro”, outras práticas constantes nas rodas através de um amplo recorte pouco delineado, além de considerações valorativas do pesquisador sobre a qualidade dessa música em particular, bem como o lugar que, segundo Cazes, deveria ser ocupado por esse gênero musical na indústria fonográfica brasileira, entre outras questões.

Outro atributo significativo no texto de Cazes nos indica a mobilidade e o livre trânsito do narrador ou, poderíamos dizer, do observador/narrador que passeia em um vai e vem de tempos passados e do presente do tempo da escrita, ilustrando, assim, uma cronologia confusa e mal estabelecida, como naquelas narrativas fundadoras destacadas antes.

Conjuntamente às ideias sobre as origens do gênero musical do choro mais as suposições sobre a etimologia da palavra, aparecem ainda assertivas com um caráter opinativo que transcendem a experiência possível do narrador. Neste sentido, vejamos:

portanto, se algo evocava melancolia era a maneira de tocar a melodia. Sendo assim, *acredito* que a palavra Choro seja uma decorrência da maneira chorosa de frasear, que teria gerado o termo chorão, que designava o músico que 'amolecia' as polcas. (CAZES, 1998, p.17)

Outro comportamento narrativo recorrente, muitas vezes explicitado nesses textos de linhagem ensaística, como chamamos, seria o de os narradores se comunicarem diretamente com seus leitores de modo amistoso, traço marcadamente presente na narrativa do carteiro: “venho por meio destas linhas dar uma satisfação aos meus amigos leitores relativamente a demora da saída do meu livro O “Chôro” que deveria ter saído muito antes do Carnaval”. (PINTO, 2009, p.208)

Destarte, ao menos três desses primeiros memorialistas tinham em comum o fato de serem observadores participantes da cena musical passada e suas escolhas balizaram uma tradição historiográfica que se tornaria um modelo paradigmático, adotado, como vimos, em muitas pesquisas ulteriores, influenciando sensivelmente a historiografia do choro e, principalmente, o modo de se estruturar as histórias em torno desse gênero urbano.

Por outro lado, com um viés narrativo pouco diferenciado das três publicações da década de 1930 mencionadas, duas sobre o samba (Barbosa e Vagalume) e uma sobre o choro (Gonçalves Pinto), o livro de Mariza Lira se insere numa outra maneira de (re)contar e de se estruturar a história da música popular a partir da biografia de Chiquinha Gonzaga.

Vejam, por exemplo, que a autora, sem se apresentar como testemunha ocular daquela cena musical passada, recorre, então, à ideia de autenticidade, apelando para expressões muito questionáveis como “segundo informações dignas de fé”, tentando, também, em algumas passagens do texto, mapear o gosto da época descrevendo a execução de uma habanera executada pela maestrina em um determinado baile. (LIRA, 1939, p.49)

De toda forma, observamos que essas narrativas fundadoras de 1930 se relacionaram com experiências de um tempo passado, tanto àquele dos autores/narradores, quanto o tempo dos personagens inscritos nas histórias transmitidas, mais afeitas às paisagens nebulosas das memórias, sobretudo porque várias dessas lembranças enunciadas, construídas através de atos de rememoração elaborados por seus autores/narradores apareceram diluídas em toda argumentação desenvolvida pelos mesmos.

No caso do carteiro carioca e de sua narrativa de 1936, *O Choro*, o autor/narrador estabelece uma linha evolutiva desses chorões, desordenada cronologicamente, construindo na maior parte das vezes, ótimas impressões sobre os músicos que nos informa, com descrições hiperbólicas que suscitam uma espécie de lugar ideal, um reino encantado pela tradição da velha guarda, dos personagens envolvidos com as rodas de choro de antigamente que, para ele, criavam, por meio de encontros sonoros e, conseqüentemente, da reprodução desta musicalidade tipicamente brasileira, o entretenimento harmônico e saudoso de todo o grupo social em vias de desaparecer.

Sendo assim, o mote do livro, portanto, consiste em reviver o passado da musicalidade urbana carioca e, nesse percurso temporal recriado, valorizar as histórias de vida dos heróis do choro, tanto daqueles que compõe a *velha* guarda quanto àqueles que integram a *nova* guarda (distinção estabelecida pelo próprio autor/narrador no decorrer do texto). Sublinhamos, juntamente com o pesquisador Pedro Aragão, que o texto de *O Choro* nos apresenta “uma escrita polifônica com objetivos vários, um dos quais (mas não o único) o de legitimar o choro como prática musical nacional no contexto da década de 1930”. (ARAGÃO, 2013, p.16)

Para tanto, Gonçalves Pinto recorreu a ideia de uma “era de ouro”, isto é, um passado de glória criado pelo autor/narrador para legitimar essa tradição. Nas palavras dele, um tempo em que imperava a *uniformidade da vida*, o *encantamento* que o choro provocava na população de modo geral, “prestando-lhes uma homenagem, [...], para que as gerações de agora e as futuras saibam que existiu essa grande phalange de chorões que elevaram e enaltecem as músicas genuinamente Brasileiras”. (PINTO, 2009)

Isto posto, o passado estabelecido no registro do carteiro, mais a ideia de “era de ouro” presente no texto de muitas maneiras, nos leva para aquilo que a intelectual argentina Beatriz Sarlo destaca sobre a ideia de tradição e, sucessivamente, para a implicação dessa acepção na história do gênero musical. Para a pesquisadora,

o tópico da “era de ouro” [...] restitui, no plano simbólico, uma ordem que supõe mais justa, [...] *não é uma reconstrução realista nem histórica*, mas uma pauta que, localizada no passado, é basicamente *atemporal* e *atópica*: é, de certa forma, uma utopia e em seu tecido se misturam desejos, projetos e, sem dúvida, também *lembranças coletivas*. (SARLO, 2010, p.61, grifos nossos)

Dessa forma, notamos correspondências entre os termos usados pela pesquisadora com expressões típicas da memória que dialoga, ainda, com uma sobreposição de temporalidades, por assim dizer. Mais precisamente, para então validar uma “era de ouro”, parece-nos necessário um ajuste entre expressões típicas da linguagem própria das memórias junto do discurso proferido pelo autor/narrador; ou seja, expressões que referenciam e que perpetuam uma dada tradição e nos aparecem através de uma sobreposição de temporalidades tanto sobre o passado que se pretendeu narrar e legitimar, quanto o presente em que se realizou tal relato; combinando, assim, espaços e lembranças coletivas que, de muitos modos, seriam compartilhadas por esses personagens de tempos distintos.

Portanto, o registro do carteiro consiste num mosaico de experiências sofridas e/ou imaginadas pelo autor/narrador que aparecem nas memórias dispostas no discurso de *O Choro*. Nele, o tempo passado reaparece junto ao tempo presente vivenciado e experimentado pelo carteiro, constituído por meio de construções textuais truncadas, figurações discursivas enigmáticas, significações polissêmicas, entre outros comportamentos apresentados no texto.

Assim sendo, em determinados momentos não conseguimos identificar com precisão quando uma assertiva se articula ou não com o tempo da escrita – supostamente dado entre 1932 quando o carteiro se aposentou nos Correios e a data de sua publicação em 1936.

Contudo, recordemos que a noção de discurso aqui não se confunde com mensagem, mas sim com uma instância intermediária que combina linguagem, história e ideologia e que “não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos”, como bem demonstrou a pesquisadora Eni Orlandi. (ORLANDI, 2015, p.21)

Dessa maneira, vale dizermos ainda que, na narrativa de *O Choro*, uma coexistência de lembranças passadas, de evocações e recordações estabelecidas pelo discurso do autor/narrador se imiscuem com as cenas experimentadas pelo carteiro em cenários construídos através de uma sobreposição de temporalidades combinadas com os destinos dos chorões biografados referidos no texto e, sobretudo, com episódios ressignificados em torno de e por meio de “um feixe de discursos”. (ARAGÃO, 2013, p.18)

Trata-se, portanto, de uma narrativa entrecortada, com uma cronologia desordenada e repleta de características semelhantes as outras narrativas fundadoras, fabricada mais pelo discurso fragmentário referente às memórias partilhadas por aquele grupo social dos chorões (podemos chamar de um *interdiscurso* que apoiou essa tradição popular que se consolidava), do que por configurações discursivas próprias de uma narrativa de história enquanto ciência do passado. (CHARADEAU, 2016, p.286)

Neste sentido, esse registro consolidou uma coletividade de músicos e personagens de época por meio de um discurso polifônico aparente no texto, referindo-se também às práticas musicais e sociais que envolviam àqueles personagens e se articulavam com a cena do choro carioca em seus primórdios de maneira ampla.

Induz, por outro lado, uma cristalização acerca desse mundo passado encantado na medida em que inaugurou um modo específico de se proceder em termos narrativos, isto é, *O Choro: reminiscências dos chorões antigos* seria responsável por um olhar típico sobre o passado desse gênero musical urbano, gestado no Rio de Janeiro, que estimulou caminhos interpretativos futuros, influenciando trabalhos que reconstruíram, ou apenas reproduziram, aspectos da história do choro brasileiro.

A narrativa de Gonçalves Pinto abarca, ainda, lapsos temporais que raramente foram questionados pela historiografia subsequente específica do tema, temporalidades difusas que apareceram inseridas nas histórias do choro sem um cuidado metodológico devido, e isso, como observamos, não apenas nas análises e construções textuais daquela vertente ensaística da música popular urbana que apontamos antes. Podemos visualizar esses comportamentos em um linhagem, digamos, mais sociológica, como aquela demarcada pelos escritos de José Ramos Tinhorão e outros pares.

Ainda assim, o autor/narrador insiste em apontar que suas memórias são lembranças de “factos históricos” que ocorreram nas rodas de choro, suscitando, de certo modo, o “cunho real” de sua experiência, característica tão buscada pelos memorialistas e, em especial, pelo carteiro. Outro ponto significativo é o de que para o autor/narrador, “os chorões daquela época, era uma família, tal a união que existia entre eles”, ou seja, eram vistos por ele como um grupo social coeso, no qual as diferenças se minimizavam na medida em que a música iniciava.

Para finalizar, vale lembrarmos que esta narrativa de *O Choro* detém 394 verbetes, que podem ser observados como tópicos biográficos e não-biográficos, apresentando-nos mais de três centenas de chorões divididos em cerca de 123 violonistas, 95 flautistas, 70 cantores, 22 cavaquinistas, 20 pianistas, 18 oficleidistas, 15 trombonistas, 14 pistonistas, 11 clarinetistas, 10 bombardinos, 4 bandolinistas, 2 citaristas, 2 tocadores de harmônica, além de outros que não conseguimos aferir a partir dos argumentos dispostos no texto do carteiro. (PINTO, 2009)

Quanto as localidades destacadas no texto, o autor/narrador nos informa, pelo menos, sobre dois teatros, o Nacional e o Teatro São José, um hotel, duas igrejas, três fábricas, o hospital da Santa Casa de Misericórdia, a confeitaria Pascoal e a confeitaria Castelões, fortalezas militares, colégios e conservatórios, o Instituto Nacional de Música, uma tipografia da época, sociedades musicais, ranchos como o Ameno Resedá, além de outros espaços de sociabilidade que existiram naquele período e que, de alguma maneira, se relacionaram com a história do choro.

Notamos, por fim, uma estrutura textual que perpassa o livro em muitos momentos, uma espécie modelo de escrita no qual muitas vezes será reproduzido pelo autor/narrador ao longo do verbetes de *O Choro*; estrutura esta que se apresenta logo no início do documento, no poema “Perfil do Animal”, apelido de Alexandre Gonçalves Pinto, escrito por Max-Mar, pseudônimo de Maximiliano Martins, presidente do rancho Ameno Resedá. Vejamos, então, como essa estrutura ocorre:

Alto, já bem *grisalho e urucungado*,
Physionomia alegre, e sempre brincalhão;
E' sincero e leal, e *por todos estimado*,
Governa a sua vida, com o proprio coração.
Bom chefe de família, funcionario honrado
Tocador de Cavaquinho, e cuéra Violão:
Ser politico sempre foi seu maior predicado
E por varias vezes já tem sido pistolão.
Tendo o dom da palavra é inteligente,
Anda sempre sem dinheiro mas... contente...
P'ra comer e beber é grande General,
Conhecedor de toda gyria da cidade

*E' o prototipo extremo da bondade:
Eis aqui traçado o perfil do "ANIMAL"*
(PINTO, 2009, p.6, grifos nossos)

Assim, temos primeiramente o autor do poema que delimita um tempo passado ao utilizar expressões que caracterizam o personagem biografado, isto é, o próprio carteiro com sua idade avançada já na data da publicação. Para isso, o autor escolhe ressaltar certos adjetivos que nos indicam uma passagem de tempo, "grisalho e urucungado", por exemplo. Na sequência, o mesmo situa o chorão dentro da cena musical passada, nos informando sua atividade profissional, os instrumentos que tocava, e, ainda, posiciona-o afetivamente junto ao grupo de chorões, "por todos estimado". Portanto, através desse modelo dado pelo poema acima, podemos identificar de que maneira a construção textual e discursiva acontece em boa parte da narrativa de *O Choro*.

Em suma: esta narrativa de *O Choro*, de modo geral, se estrutura por meio desse tipo de apresentação emotiva das personagens e dos posicionamentos que o autor/narrador detém sobre eles, realocando-os em um tempo passado, além de inserir esses chorões naquela cena musical do período, apontando suas atuações naquele mundo saudoso, de um Rio em que "imperava a uniformidade da vida" e, finalmente, construindo uma adesão afetiva do autor/narrador ao grupo social, cuja a defesa da tradição que se pretendeu conservar e se transmitir, para não dizermos (re)criar, marca toda a narrativa.

Gonçalves Pinto nos diz ainda que "é possível que nos classifiquemos passadistas, mas, si *O Choro*, não passa de uma recordação do passado, não devemos permitir que os evolucionistas trucidem as tradições". No entanto, a problematização deste comportamento combativo do carteiro e de outros que escreveram sobre o tema em nome da defesa de uma tradição popular brasileira, por assim dizer, ficará para uma outra história e para um outro espaço. (PINTO, 2009, p.115)

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Pedro. **O baú do Animal**. Alexandre Gonçalves Pinto e O choro. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2013.

BARBOSA, Orestes. **Samba**: sua história, seus poetas, seus músicos e seus cantores. Rio de Janeiro: Livraria Educadora, 1933.

BENJAMIN, Walter. **O Narrador**. In: Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, volume I, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Trad. Maria L. Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CAZES, Henrique. **Choro**: Do quintal ao municipal. São Paulo: Ed. 34, 1998.

CHARADEAU, Patrick. **Dicionário de análise do discurso**. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2016

DINIZ, André. **Almanaque do Choro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida**. Trad. Gilson C. de Souza. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **A História**. Tradução Roberto L. Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2012 GUIMARÃES, Francisco. **Na roda do samba**. Rio de Janeiro: Typ. São Benedito, 1933. LIRA, Mariza. **Chiquinha Gonzaga**. Rio de Janeiro: Funarte, 1939.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise do Discurso**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MORAES, José Vinci de. **Os primeiros historiadores da música popular urbana no Brasil**. In: ArtCultura. Uberlândia: Edufu, v.8, n.13, 2006, p.117-133.

MORAES, José Geraldo Vinci de; SALIBA, Elias Thomé (Orgs.). **História e Música no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2010

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PINTO, Alexandre Gonçalves. **O Choro: reminiscências dos chorões antigos**. Edição fac-similar 1936. Rio de Janeiro: Funarte, 2009.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UNB, 2010.

SARLO, Beatriz. **Modernidade periférica: Buenos Aires 1920 e 1930**. São Paulo: Cosac Naify, 2010

CIDADE E MÚSICA: ESPAÇO E OBJETO DE RELAÇÃO DE MEMÓRIA

Data de aceite: 01/09/2022

Angela Maria da Silva
PPGHISPAM/ UFT

RESUMO: O presente artigo traz algumas reflexões diante de uma atividade pedagógica, dentro do processo de ensino e aprendizagem nas aulas de história. A proposta metodológica de ensino com música sertaneja de raiz como objeto narrativo de memória possibilitou um trabalho de pesquisa na busca da memória local no processo de contextualização das histórias de vivências da cidade. A música como linguagem que representa vivências reflete identidade e pode ser estímulo e objeto de sensibilização para a disponibilidade de narrar acontecimentos vivenciados pelo indivíduo e pelo próximo para uma contextualização de memória local(cidade). Esse processo faz com que os elementos da memória (lembranças e recordações), possibilite relacionar os ensinamentos da história trabalhado na sala de aula com o contexto sócio-histórico da cidade. A música sertaneja de raiz, que tem suas canções narrativas de modo de vivências, nessa experiência, foi ferramenta pedagógica para contextualização de objetos de conhecimentos da história do Brasil e foi objeto para estímulo de narrativas da memória. Nesse sentido o objetivo é trazer uma abordagem reflexiva diante de argumentos expressivos de autores em relação a música e o lugar(cidade)como objeto e espaço de memória para a história.

PALAVRAS-CHAVE: História; Música; Memória;

Cidade.

ABSTRACT: This article brings some reflections on a pedagogical activity, within the teaching and learning process in history classes. The methodological proposal of teaching with country music from the roots as a narrative object of memory made possible a research work in the search for local memory in the process of contextualizing the stories of the city's experiences. Music as a language that represents experiences reflects identity and can be a stimulus and object of sensitization for the availability to narrate events experienced by the individual and the next for a contextualization of local memory (city). This process makes the elements of memory (memories and recollections) possible to relate the teachings of history worked in the classroom with the socio-historical context of the city. The country music from the roots, which has its narrative songs as a way of experiencing, in this experience, was a pedagogical tool for contextualizing objects of knowledge in the history of Brazil and was an object to stimulate memory narratives. In this sense, the objective is to bring a reflective approach to the expressive arguments of authors in relation to music and the place (city) as an object and memory space for history.

KEYWORDS: History; Song; Memory; City.

INTRODUÇÃO

As ciências sociais, em particular a História, trabalham com conceitos que evidenciam realidades sociais e culturais que

tem relação com o meio ambiente e em escala de tempo e espaço. Essa relação é através de objetos de memória que refletem identidades, que são influenciados e influenciam o lugar como espaço de contexto de construção de memória. Essa memória do lugar, presente nos indivíduos, partilham situações de vivência na história. E a música como uma linguagem possibilita na composição de suas letras e melodias retratar elementos narrativos, especialmente a música sertaneja de raiz, que trazem caracterizações descritivas de espaço e tempo de vivências. Isso pode facilitar o processo de ensino e aprendizagem do componente curricular História e abrir caminho para pesquisa da memória da cidade. Diante disso, o trabalho mediado como professora de história em Conceição do Tocantins, no Estado do Tocantins, com alunos do Ensino Médio da Educação Básica, no Colégio Estadual Coronel José Francisco de Azevedo, trouxe, através da música sertaneja de raiz, a memória pessoal e coletiva dos discentes e seus familiares para a contextualização do ensino de história do Brasil do final do século XIX até as primeiras décadas da segunda metade do século XX. Todo o trabalho teve como objetivo aprofundar o conhecimento da memória histórica da cidade.

A música como expressão, como linguagem está presente em todos os espaços socioculturais, onde cada grupo social cria, seleciona num determinado momento histórico, com intencionalidade e significações, como afirma Penna (2014, p. 22).

A música como objeto didático- metodológico no processo de ensino- aprendizagem pode abrir caminho para uma postura não só reflexiva diante do objeto de conhecimento apresentado em sala de aula, como também para postura de pesquisador do seu lugar como de vivência historicamente. A autora Maura Penna (2014, p. 49), destaca que a música é o material para um processo educativo e formativo mais amplo para o aluno como sujeito social. E assim, ousamos afirmar que esses espaços de vivências, retratam realidades de seu tempo e fazem memória do lugar.

Cada lugar (cidade), através dos indivíduos pode ter sua memória recordada, lembrada com diversos pontos de vista. Ricouer (2007, p.131) afirma que a sala de aula da escola é um lugar privilegiado de deslocamento de pontos de vista da memória. Portanto, docentes e discentes podem aprofundar a prática no ensino e aprendizagem na relação como seu espaço e da memória histórica desse. Pois, como declara a Maura Penna (2014, p. 43), a transformação na educação como um todo não se opera pela ação isolada de um professor, ou apenas de uma área de conhecimento, e incluímos, nem da ação de um grupo de alunos. Mas como afirma a referida autora, se realiza de várias instâncias, incluindo a ação e atitude de cada educador, através de cada matéria escolar, repensando a prática e articulando esforços no plano da ação e da reflexão.

A cidade como espaço de realizações de experiências e interações socioculturais é um objeto de estudo onde ao ser estudada na sua dimensão histórica, possibilita, no processo de ensino e aprendizagem, ao docente e discente como pesquisadores perceber as permanências e transformações na relação passada e presente através da memória.

E a música, especificamente nessa pesquisa, a sertaneja de raiz, como instrumento metodológico para estímulo a busca de narrativa de memória local em Conceição do Tocantins, na sala de aula com alunos da segunda série do ensino médio, a oportunidade de além da reflexão e contextualização das temáticas abordadas no livro didático da história do Brasil republicano do final do século XIX e meados do século XX, também abriu caminho para conhecimento sobre a cidade (origem e histórico). E a memória pessoal e coletiva influenciaram na consolidação de aprendizagem e desempenho escolar no componente curricular de história e introduziu caminho para início de organização de narrativas de memória na história local da cidade.

CIDADE, LUGAR DE MEMÓRIAS NA TRILHA DA CANÇÃO

A cidade é marcada por modo de vivência cotidiana de pessoas que revelam características de identidade e traços de memória. É espaço com arranjos de vivência diversificados, segundo Moreira (2011, p. 112). A vida desse espaço tem características e normas socioculturais de vivência e de relações sociais que gera vínculo de relações e representa condições de vivência do momento. A autora Callai (2009), declara que “a cidade, como um lugar de concentração da população, é o espaço, via de regras, onde as relações humanas acontecem de maneira mais acentuada, mais intensa, mais complexa” (CALLAI, 2009, p. 127). As relações humanas que acontecem colaboram para os elementos da memória. Que segundo Ricouer (2007, p. 37), esses elementos são a lembrança e a recordação. Elementos que colaboram para o conhecimento do lugar, que é formado por sujeitos que se relacionam próximos ou não no espaço de interações que a cidade, onde a memória pessoal (individual) e coletiva de um grupo refletem o processo de relações de vivências. De acordo com Halbwachs (1990, p. 34), os indivíduos que fazem parte de uma mesma sociedade podem reconstruir a partir de dados e noções comuns a memória coletiva. Diante disso, vale destacar que

a memória individual sempre estará conectada à memória de um grupo (memória coletiva), uma vez que o indivíduo não faz suas reflexões baseadas somente em seu próprio referencial, mas em diálogo com outros indivíduos que participam do mesmo grupo que ele (CANO, 2012, p. 81).

Assim o professor na sala de aula pode apropriar-se dessas memórias através do diálogo para possibilidades no conhecimento da história local e sua contextualização nos ensinamentos dos objetos de conhecimentos propostos para o componente curricular de história nos documentos que direcionam as competências e habilidades para a aprendizagem como o que consta na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e DCT (Documento Curricular do Tocantins). E a música, como diz Ferreira (2017, p.17), é uma maneira de exprimir-se e de interagir com outro. Portanto, a música como linguagem pode trazer narrativa carregada de caracterizações de época e pode ser caminho, instrumento

de interação social. Onde na sala de aula pode servir de introdução do trabalho com as memórias discentes do lugar.

A experiência do fazer pedagógico no processo de ensino e aprendizagem desenvolvido com a música Sertaneja de Raiz como instrumento estimulador dos elementos da memória local e na metodologia para os conteúdos propostos abraça caminho para o desenvolvimento da postura reflexiva de aluno pesquisador e pertencente ao seu lugar. Pois as narrativas recolhidas pelos alunos, disponibilizadas por seus familiares, estimulados pela escuta de músicas sertanejas de raiz que foram orientadas e selecionadas em sala de aula, levaram ao registro para pesquisas e cruzamentos de memórias de indivíduos do grupo do lugar (cidade). E cada lugar, de acordo com Callai (2009, p. 84), precisa ser compreendido pelo sujeito que nele vive conhecendo sua história e buscando entender as coisas que ali acontecem. E como afirma a autora:

Deve-se, portanto, sempre considerar a dimensão histórica no estudo de qualquer realidade local. Os primeiros povoadores já não existem mais, porém seus descendentes e o resultado do seu trabalho estão ali ainda presentes. O que se percebe hoje no lugar não pode ser visto como acaso, assim como as modificações não são espontâneas ou naturais, mas contém uma história que está presente como tal deve ser considerada. (CALLAI, 2009, p. 114).

As histórias de cada lugar são compostas pelas ações dos indivíduos e de suas relações e interações entre passado e presente. Assim as cidades são espaços onde se desenvolvem as relações sociais, como afirmam Cano; Oliveira, Almeida; Fonseca (2012, p. 104).

E através desse processo a vivência dos indivíduos que compõe o espaço que se gera o sentido de pertencimento através da memória. E essa memória é formada por lembranças e recordações do individual e do grupo. E baseado em Ricouer (2007, p, 435), a memória é um elemento essencial do que se chama de identidade individual ou coletiva. Portanto,

é importante que nosso aluno compreenda que todos participamos dessa trama partilhada entre memória coletiva e memória individual e que a definição de nossa identidade, assim como a de um grupo, é feita por meio da memória coletiva (CANO, 2021, p. 80).

É com a polaridade da memória individual e coletiva, segundo Ricouer (2007, p. 142), que se deve entrar no campo da história, considerando um tríplice atribuição da memória (a de si, dos próximos, dos outros). Mas essas memórias podem ser estimuladas para que os fenômenos mnemônicos da lembrança possam dar acesso a acontecimentos. “A sala de aula da escola é, nesse aspecto, um lugar privilegiado de deslocamento de pontos de vistas da memória” (RICOUER, 2007, p. 131). E para o estímulo da memória alguns objetos podem ser instrumentos estimuladores, como a música. “A música é uma das manifestações culturais mais presentes em nossas vidas, ela compõe nosso repertório psíquico, social e emocional, além de si manifestar no cotidiano das diversas

sociedades[...]” (CANO, 2021, p. 61).

De acordo com os autores a música por estar presente em todas as sociedades, ela é elemento que mobiliza nossa memória e sentimentos. Corroborando com isso, a Penna (2014, p. 22) nos afirma que a música como linguagem cultural faz parte da nossa vivência. O Melon (2013, p. 2), ressalta que a música sertaneja pode ajudar os historiadores, pois colabora para coletar, preservar e armazenar materiais importante para o uso científico do historiador. Os autores, Rossato; Câmara; Luz (2011, p. 47), nos afirmam que a música como recurso na sala de aula pode possibilitar discussões produtivas com os alunos como indivíduos com suas vivências inseridas no lugar. Porque esses fazem parte da cidade na história presente que juntos com familiares (memória do próximo) partilha conhecimentos e faz parte da dinâmica da realidade vivida no cotidiano.

Isso quer dizer que, para além da sala de aula, o aprendizado do lugar permite contatos ou convívio envolvendo sujeitos sociais que se encontram num espaço conhecido, ou pelo menos aproximado, e oportuniza possibilidades de intervenção no lugar (CALLAI, 2009, p. 109).

Com isso, vemos que a cidade como lugar de memória apresenta resultados de interações sociais que foram construídas em realidades passadas e que se tornam presentes através da memória e que podem demonstrar explicações de representação do espaço presente. Le Goff (2013, p. 435) declara que a memória individual ou coletiva é um elemento essencial no que se refere a identidade. Daí vemos que a memória do lugar reflete a identidade do espaço e resultado da interação dos sujeitos. A autora, Callai (2009, p. 104) declara que a construção do conhecimento sobre o lugar acontece na interação dos sujeitos com o meio social e é um processo de mudança na compreensão das coisas. Então essa compreensão precisa de busca de entendimento. E a autora ainda ressalta que a busca do entendimento das próprias vivências é através de construção de conhecimento. Assim afirma:

Não é um processo linear, nem de treinos, mas de construção pelos alunos de conhecimentos novos, na busca do entendimento das suas próprias vivências, considerando os saberes que trazem consigo e desvendando as explicações sobre o lugar (CALLAI, 2009, p. 104).

Portanto os saberes e as explicações a serem desvendadas sobre o lugar (cidade), pode estar no detalhe que a memória através de seus elementos, lembrança e recordação, oferece. “Memória é pensada como seleção e sempre seleciona os eventos de forma individual, pois depende de como cada um viveu” (PAIM, 2010, p. 85). A seleção do que é lembrado, muitas vezes são lembranças de outras pessoas, e podem confirmar, complementar, revelar através de narrativas. O Paim (2010, p. 88) ressalta que a memória pessoal está amarrada à memória de um grupo e esse está preso a memória coletiva de cada sociedade. Seria o que Ricouer (2007, p. 142) coloca sobre a tríplice atribuição da memória, de si, do próximo, dos outros.

Dentro da vivência de cada lugar há uma interdependência na palavra do outro como membros da comunidade, como diz Ricouer (2007, p. 175), é o intercâmbio das confianças, é o vínculo entre seres semelhantes. Para trazer essa memória do vínculo dos seres do lugar como uma cidade para o espaço escolar na busca do entendimento das próprias vivências dos alunos, a ferramenta música metodologicamente pode ser estímulo para essa busca. Onde a história e sua contextualização com outros espaços, permite uma ampliação na construção do conhecimento. Pois de acordo com Ricouer (2007, p. 257), a pequena história, afirmada por ele na obra *A memória, a história, o esquecimento*, como micro - história privilegia o nível de interações na escala de um grupo e de famílias, onde as exemplaridades das histórias locais, segundo o autor, pressupõem imbricação da pequena história na grande história.

Assim, a memória da cidade, como a de Conceição do Tocantins, como espaço de existência sócio – histórica desde século XVIII (Póvoa, 1986, p. 9), pode trazer, nas memórias narradas, saberes e explicações que na busca de entendimento e contextualização na história nacional proporcionará ao aluno a construção do conhecimento e o reconhecimento de sua identidade na memória do lugar. E baseado nas afirmações da BNCC (2019, p.398), todo conhecimento sobre o passado é também conhecimento do presente elaborado por distintos sujeitos e que um dos objetivos da história é estimular a autonomia de pensamento e reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem. E esses sujeitos precisam evitar uma visão homogênea, pois cada grupo produz suas memórias como elementos que impulsionam identidades e reconhecimento de pertencimento a um lugar, com memórias individuais e coletivas com significações variadas. Com isso, a escola, através do processo de ensino e aprendizagens nos seus componentes curriculares, em especial a história pode fazer com que a cidade seja objeto de estudo e de busca de entendimento, colaborando para a memória do lugar em diferentes escalas na relação de contextualização de fatos, épocas e construção de conhecimento. Pois a escola, como pertencente a um espaço cidade, tem nos indivíduos que a compõe conjunto de sujeitos que convivem e partilham memória do lugar. Autores como Santos; Costa; Kinn (2010, p. 48), nos afirmam que somos o lugar onde nos fizemos e a memória coletiva que carregamos, onde as relações mediadas, expressas em variadas linguagens e recursos podem ser utilizadas no estudo do lugar se ajustando e/ou colaborando para o estudo. As linguagens que representam memória, como a música, podem proporcionar a busca da memória da cidade através do ensino escolar. “Se quisermos fazer da escola um lugar para se aprender a pensar, precisamos descobrir formas capazes de formar um sujeito com identidade, que reconheça seu pertencimento ao lugar vivido” (SANTOS; COSTA; KINN, 2010, p. 49). Diante disso, ousamos dizer que na cidade de Conceição do Tocantins, a escola pode ser caminho de registro histórico de suas memórias.

Portanto estudar a cidade pela história, poderíamos afirmar que é perpassar por períodos de vivências de indivíduos que viveram e vivem os contextos socioculturais do

lugar. Seria o que Cano (2012, p. 103) coloca como o estudo que, além dos períodos e acontecimentos, compreende sutilezas da realidade cotidiana. E ainda, podemos compreender o papel social que transforma o espaço, interferindo nas relações de vivências. “Cabe destacar que, ao estudarmos as cidades, podemos compreender melhor nosso papel de agentes sociais que transformam o espaço e por ele são transformados, refletindo assim, sobre nossas práticas e ações” (CANO, 2012, p. 105). Ressaltamos que as transformações do espaço de uma cidade, historicamente é resultado de ações que podem impactar na vivência dos grupos que a compõe com intensidade diferentes. E o professor de história pode ver nesse espaço maneira de buscar pontos da memória local para contextualizar e relacionar com a história nacional. Como afirma Paim (2010, p. 90), a história tem relação com memória. “A história é construída em cima das experiências do presente e do passado” (PAIM, 2010, p. 90). Essas experiências precisam ser compreendidas no nível de escala de relação e contextualização. Pois baseado em Callai (2009, p. 84), o sujeito compreendendo o lugar em que vive pode entender as coisas que acontecem nele e com o que tem relação com as vivências e ações. Segundo ela, “nenhum lugar é neutro, pelo contrário é repleto de história e com pessoas historicamente situadas num tempo e num espaço, que pode ser o recorte de um espaço maior, mas por hipótese alguma é isolado, independente” (CALLAI, 2009, p.85). Por isso a música como instrumento para estímulo das narrativas de memórias pode proporcionar caminho na sala de aula para entendimento de narrativas da cidade e contextualizações dessas com outros espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não temos como pretensão demonstrar soluções de dificuldades, que porventura, possa surgir no trabalho com memória do lugar, da cidade a qual uma unidade escolar esteja inserida, mas como uma das maneiras de pensar o agir pedagógico no caminho da busca de elementos da memória local na relação do ensino da história e na contextualização com conhecimentos consolidados. E de colaborar na relação do processo de ensino e aprendizagem em ver o aluno da educação básica como participante de espaço de memória, fazendo com que a memória de si e de seus próximos possam ser instrumentos de registro do seu lugar, de sua cidade. E nesse fazer pedagógico a memória pessoal dos discentes e familiares estimulados pela música sertaneja de raiz está contribuindo, não só com processo de aprendizagem e nas relações sociais na sala de aula, como poderá contribuir com a construção de registro de memória que podem em momento posteriores se consolidarem em materiais de armazenamentos de história local. E o presente estudo poderá vir a colaborar para abertura de caminhos de desenvolvimento de reflexões e problemáticas que requeiram mais aprofundamento no campo do ensino e da memória local como espaço de pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular- Educação é a Base**. Brasília. 2019.

CALLAI, Helena C. **Estudar o lugar para compreender o mundo**. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.) *Ensino de Geografia: Práticas e textualizações no cotidiano*. Mediação. Porto Alegre. 2009.

CANO, Márcio R. de O. (Coord.); OLIVEIRA, R.S de; ALMEIDA, V. L. de; FONSECA, V. A. **História**. Vol. 6. Blucher. São Paulo. 2012.

Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Disponível em: dicionariompb.com.br/nh_chico/dados_artisticos. acesso em: 30/04/2020.

FERREIRA, Martins. **Como usar a música na sala de aula**. Contexto. São Paulo. 2017.

HALBWACHS. Maurice. **A Memória Coletiva**. (La Mémoire Collective). Tradução de Lauent Luon Schaffter – 2ª edição. Press universitaires de France (1950). Paris. França. 1968. Editora Biblioteca Vértice. 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão [et al.]. 7ª edição revisada. Editora da Unicamp. Campinas, SP. 2013.

MELON, Claudio A. **Transformação da Música Sertaneja do Século XX: O jogo da contenção e absorção**. XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH – Conhecimento histórico e diálogo social (22 a 26 de julho de 2013). Natal .2013

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil: Constituição e problemas de relação**. Contexto. São Paulo. 2011.

PAIM, Elisa Antonio. **Lembrando, eu existo**. In: OLIVEIRA, Margarida M. D. de. (Coord.). *História: Ensino Fundamental*. Vol. 21. MEC. Sec. De Educ. Básica. Brasília. 2010.

PENNA, Maura. **Música(s) e seu Ensino**. Sulina Porto Alegre.2014.

PÓVOA, Osvaldo. R. **Caminhos de outrora e de hoje – Conceição do Norte**. Dianópolis. 1986.

PPP- **Projeto Político Pedagógico**. Colégio Estadual Coronel José Francisco de Azevedo. Conceição do Tocantins.2019.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. 1913. Tradução: Alain François [et.al.]. Unicamp. São Paulo. 2007.

ROSSATO, Maíra S.; CÂMARA, Marcelo A.; LUZ, Robson R. da. **A cidade... Encantos e desencantos: “De quem são as cidades?”** In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. *Ensino da Geografia: Caminhos e Encantos*. Edipucrs. Porto Alegre. 2011.

SANTOS, R. J.; COSTA, C. L.; KINN, M. G. **Ensino de geografia e novas linguagens**. Cap.02. In: BUITONI, Marisia M. S. (Coord.). *Geografia: Ensino Fundamental*. Vol. 22. MEC. Sec. De Educ. Básica. Brasília. 2010.

TOCANTINS. Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins- SEDUC- TO. **Proposta Curricular do Ens. Médio e Referencial Curricular de Conteúdos de História**. Tocantins. 2019.

AS MULHERES NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ (1950 A 1970)

Data de aceite: 01/09/2022

Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História - UEM, Universidade Estadual de Maringá - UEM

RESUMO: Objetiva-se discorrer acerca da ocupação formação e desenvolvimento do município de Santo Antônio do Caiuá - PR, as margens do Paranapanema, no noroeste do estado entre os anos de 1950- 1970. Os estudos permitem compreender e registrar como se deu o processo de colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, e a participação das mulheres no seu processo de formação e desenvolvimento. Os estudos se sustentam na história Oral, local e regional, através de fontes orais, documentos, fotografias e aportes teóricos colaborando para a compreensão da participação feminina na formação histórico social, política, econômica e cultural do município.

PALAVRAS-CHAVE: História Local; História Oral; Companhia Melhoramento de Terras Norte do Paraná; Mulheres; Santo Antônio do Caiuá.

INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa a participação das mulheres no processo de formação do município de Santo Antônio do Caiuá, PR., entre os anos de 1950 a 1970.

O município está localizado na Região

noroeste do estado do Paraná, na divisa com o estado de São Paulo, integra o terceiro planalto, compõe a microrregião de Paranaíba.

O objeto de estudo busca analisar a história das mulheres no município de Santo Antônio do Caiuá, PR. As mulheres foram proprietárias de lotes no período da colonização do município? De que forma contribuíram no processo de colonização e formação do município?

Os estudos se orientam pela História Oral, a partir da história local e regional em observância as semelhanças e contradições do município e seu entorno. Para tanto fará uso de 09 entrevistas com moradores e ex moradores do município de Santo Antônio do Caiuá, realizadas no ano de 2022, documentos, dados do IBGE e análise de fotografia e aportes teóricos.

Temos a compreensão que a história local não substitui estudos mais amplos (região, estado e país) para compreender o processo de formação e desenvolvimento do município e a contribuição feminina no período.

Nesse estudo região é definida como um espaço, que se caracteriza por certa homogeneidade interna que dão identidade e firmam inter-relações entre sujeitos dentro dos limites que estes estão circunscritos e se insere num espaço mais amplo (BARROS, 2008).

Na busca da efetivação desta proposta, nos pautaremos pela história oral, que segundo

(NEVES, 1999, p.110), a :

produção de documentos orais tem um duplo embasamento: o ofício do historiador e a memória individual dos depoentes. Como metodologia que busca captar o passado, a História Oral constitui-se como espaço vivificador da relação entre a História, a memória e a identidade

O município de Santo Antônio do Caiuá foi colonizado pela empresa de capital privado, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná que conseguiu terras (habitadas por indígena muito antes da chegada dos europeus e por posseiros), junto ao governo Brasileiro.

A área adquirida pela Companhia foi fracionada em áreas urbanas e rurais negociadas com migrantes e imigrantes no norte e noroeste do Paraná. Os lotes tinham frente para a estrada e fundo para o rio e os seus compradores mediante uma entrada, tinham até quatro anos para quitá-los. As cidades consideradas centros regionais estavam dispostas a 100 quilômetros uma das outras e a cada 15 as pequenas (COMPANHIA MELHORAMENTO NORTE DO PARANÁ, 1977).

Difundiu-se a “ideia de que as terras indígenas do terceiro planalto constituíam um imenso ‘vazio demográfico’,[...] a ser ocupado pelos pioneiros. Com isso retiram-se, eliminam-se propositalmente da história regional as populações indígenas” (MOTA; NOELLI, 1999, p. 27 e 28).

Ainda os mesmos autores (1999) os territórios localizados entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, localizados no norte e noroeste do Paraná, foram povoados por indígenas e disputadas por brancos. O antigo território do Guairá, integrou o norte e noroeste do Paraná, disputada por portugueses e espanhóis, lugar de guerras variadas e constantes. Os padres jesuítas fundaram “14 reduções nos vales dos rios Paraná, Iguçu, Piquiri, Ivaí, Paranapanema e Tibagi. Instaladas no vale do Paranapanema estavam as reduções de Nossa Senhora do Loreto e Santo Inácio” (MOTA; NOELLI, 1999, p. 33).

Alude Frei Goevert (1992), sobre a presença indígena em Paranaíba, PR em 1950, se afastando com o início da colonização.

As autoras Haracenco (2007) e Massuia (2019) fazem registros da presença indígena no noroeste do Paraná. Nesse sentido Massuia (2019), tabelou os sítios arqueológicos levantados por na região. Entre estes está o município de Santo Antônio do Caiuá, PR, onde o pesquisador Igor Chmyz levantou entre os anos de 1987 a 1990, 12 sítios arqueológicos tupi-guarani (11 cerâmicos e 01 lítico lascado) em propriedades privadas próximo ao Rios Paranapanema, na fronteira com a Reserva Florestal Morro do Diabo, São Paulo.

O município em questão, integrou a área territorial de Mandaguari juntamente por fazer parte de outros que foram gradativamente se emancipando. Criado em 1951, e emancipado em 1961, desmembrado derradeiramente do município de São João do Caiuá (FERREIRA, 1999).

Criado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, Santo Antônio do Caiuá,

referida a empresa delimitou e loteou a área urbana e rural, dando início a venda dos mesmos. O patrimônio é composto por indígena, migrantes do sudeste, nordestinos e sulistas do país além de imigrantes europeus e descendentes de europeus, asiáticos e africanos (MENDONÇA, 2021).

As famílias, peões e peonas (solteiros) chegam em caminhões pau de arara ou Jeep, (re)ocupando a nova terra, derrubando a mata, construindo seus ranchos para moradia e iniciando o cultivo do café e lavoura branca.

Nas pequenas propriedades predominou um misto de café e lavoura branca, nas grandes propriedades, a monocultura de café ou algodão, cultivadas no sistema de arrendamento.

O município formado de solo cauiá, provido de baixos nutrientes, elemento que pouco colaborou com o cultivo do café, aliado as constantes geadas (de 1953 a 1975) e a erradicação financiada pelo governo na década de 1960 desestimulando o cultivo, enveredando-o a introdução de pastagens e ao criatório de gado de corte ou leiteiro e o cultivo da mandioca. Tal transformação econômica dá início a redução populacional, ganha força a partir dos anos 70 do século passado.

Evidencia Wachowicz (2016), o Paraná foi o maior produtor brasileiro de café no final da década de 1950. Diminuindo em decorrência das geadas, erradicação do café e introdução do soja, trigo e pecuária na região, provocando o êxodo rural e a redução da mão de obra. O “café foi o principal produto agrícola do nordeste paranaense” (WACHOWICZ, 2016, p. 321).

Segundo Schwendler (2002, p. 01), “o ser mulher é uma construção social, a partir das relações estabelecidas entre mulheres e homens, dos significados atribuídos ao feminino e ao masculino na família, no trabalho, nas lutas sociais”.

Segundo Perrot (2008, p.113) “elas aprendem a lavrar a terra, gesto viril e a gerenciar seus negócios”.

Por muito tempo, as mulheres foram camponesas, ligadas aos trabalhos rurais: no período que precede a Segunda Guerra Mundial, na França, era a condição de quase a metade das mulheres. No mundo, as camponesas são certamente ainda maiores, se pensarmos na África, na Ásia e na América Latina [...] imersas na hierarquia de sociedades patriarcais, são poucas as que emergem do grupo, pois se fundem com a família, com os trabalhos e os dias de uma vida rural. (PERROT, 2008, p. 109 /110).

Para Rago (2001, p. 603):

[...] uma parcela das trabalhadoras que ajudaram a construir o país nas primeiras décadas do século XX. [...] as mulheres não estavam apenas nas indústrias do Sudoeste. Muitas estavam no campo, trabalhando nas plantações e colheitas, em fazendas e em outro tipo de propriedade rural.

As mulheres desempenham diferentes funções no processo de colonização trabalham lado a lado com seus esposos e pais, buscando conciliar o trabalho do campo

com o doméstico.

Raras exceções, estas sempre foram colocadas numa posição de desvantagem intelectual como infere Perrot (1992, p. 177) “aos homens, o cérebro [...] a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos”.

As mulheres compuseram o cenário de Santo Antônio do Caiuá, no início da década de 1950, seja no campo ou na urbe. Elas fizeram parte do processo de colonização do município exercendo diferentes ocupações ou funções. Segundo o conjunto das entrevistas elas não fizeram aquisições de lotes, mas trabalharam com seus esposos para fazê-lo produzir e prosperar, seja no âmbito agrícola, doméstico ou em empresas ou instituições públicas ou privadas no município.

Houveram no município pequenas raras exceções, e principalmente médios e grandes proprietários em que tal prática não se efetivo. As mulheres não se fizeram presente no lavrar a terra e plantio, porque as terras familiares eram cultivadas apenas com peões, ou pelos homens da família. No Caso de pequenos e médios proprietários as mulheres se responsabilizavam pela horta, o trato dos animais e principalmente das atividades domésticas. Os grandes proprietários tinham gerentes, administradores e fiscais. O segundo e terceiro tinha a função de contratar trabalhadores, famílias arrendatárias, que se estabeleciam nas propriedades, seja de café ou de algodão.

O município se caracteriza pela não fixação de alguns pequenos, médios (menor número) e grandes proprietários não fixaram residência no município. Caso que se assemelha a vários municípios do noroeste do estado paranaense. Uma prática revelada por *Endlich*, (2006) em vários municípios do noroeste paranaense¹.

Portanto a predominância do absenteísmo se faz presente desde o início da colonização até a presente data. Estes apareciam uma vez ou mais por ano para aferir os lucros, que geralmente não ficavam no município.

Segundo Marlene Maria Carniel Silva (20/02/2022), filha de agricultor e empresário local, estabelecido no município em 1953, “minha mãe era muito trabalhadora, nunca teve empregada, cuida sozinha de uma casa de quinze cômodos, lavava passava, cozinhava, tratava das galinha, porcos. Era enérgica e muito econômica. Ela não frequentou a escola mas saía ler”.

Segundo o conjunto das entrevistas em algumas famílias, os filhos e filhas que optara por estudar tiveram a plena liberdade para fazê-lo, embora vários deles tenham optado pelo trabalho. Caso que não se uniformizou entre os filhos de migrantes e imigrantes fixados na terra ou empresários locais.

Evidencia a memorialista Marlene Maria Carniel Silva (20/02/2022), “Eu estudei em Santo Antônio do Caiuá, depois foi para São João do Caiuá, onde cursei a Escola Normal

¹ Mais informação leia ENDLICH, Ângela Maria. Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná. 2006. 505 f. Tese (doutorado) p. 247 a 253.

Regional, depois fiz a faculdade e passei a lecionar em Santo Antônio do Caiuá” enquanto a entrevistada Maria Xavier de Carvalho (24/03/2022), filha de José Xavier de Carvalho radicado no município em 12 de agosto de 1950, afirma ter trabalhado muito pouco na roça com o pai. Costurava e como fui nomeada em 1959 professora, passei a dar aula na escola Isola São Roque, a 17 quilômetros de minha casa, e estudar a Escola Normal Regional em São João do Caiuá. Fazia treze quilômetros de ônibus e 05 a pé (ida e volta quilômetros 10). Depois pegava o ônibus para São João para estudar. Saia de casa as 6 hs da manhã e retornava as 18hs.



Figura 1: Professores de Santo Antônio do Caiuá e região em curso em Paranavai.

Curso de professores. Ano 1963. Local: Paranavai. Acervo da autora.

Segundo a entrevistada Matildes Carvalho dos Santos (25/01/2022), trabalhei na empresa da família no Panema, ministrei aula, trabalhei na roça e costurava. Minha mãe tinha muitos filhos (14 vivos). Todos precisavam colaborar no que fosse necessário. Em casa uma parte de meus irmão (homens e mulheres) estudaram muito pouco e trabalharam na roça e em casa.

Temos acima depoimentos de três memorialistas: a primeira filha de agricultor e empresário abastado, em que a mãe trabalhava no contexto do lar e seus arredores cuidando de animais, e no segundo caso Maria e Matildes filhas de pequeno proprietário com pequeno negócio, em que parte dos filhos (homens e mulheres), se dividem uns estudaram e trabalharam na roça e também atuaram na função pública como professora e outros. Neste último caso eram atuações híbrida. Embora nessa família parte dos filhos não estudaram exercendo apenas o trabalho no campo e doméstico.

Entre as mulheres e filhas de arrendatários, pequenos proprietários de terra e peonas e boias frias, em geral toda a família trabalhava para prover o sustento.

Proveniente de Ipueira, Ceará, Ritinha Holanda Cavalcante no patrimônio de Santo

Antônio do Caiuá, em 1953 com a família, para trabalhar na fazenda Santa Malvina como arrendatários na lavoura de café, onde permanecemos por 06 anos. Destaca a entrevistada, “eu e minhas irmãs iniciamos criança ainda. Toda a família trabalhava na roça”. A mesma esclarece que “quando fiquei adulta trabalhei de zeladora na escola do município. Não sabia ler nem escrever, só fui estudar quando perdi o emprego. Estudei o Mobral, fiz admissão, o curso ginasial e o técnico em contabilidade” (Ritinha Holanda Cavalcante, 20/02/2022).

O relato da moradora do município revela a participação das mulheres nos trabalhos no campo, evidencia também a falta de instrução em decorrência do trabalho. A família deixa o campo em busca de outras funções. A perda do emprego a leva para escola efetivando o segundo grau.

No entanto as mulheres que compuseram a demografia do município no período, participaram praticamente de grande parte das atividades agrícola no campo, desde o plantio a colheita, tiravam leite, faziam o forno de barro e principalmente nas atividades domésticas (lavar, passar e preparar as refeições), cuidado com os filhos, da horta, alimentando os animais, costurando, remendando.

Portanto exerceram dupla jornada de trabalho, a atividade doméstica e a prática agrícola através do trabalho familiar coletivo sob a autoridade do pai ou marido. (SILVA, 20010)

As mulheres exerciam um papel muito importante no sistema de colonato. Seu sucesso dependia da capacidade das mulheres de aproveitarem ao máximo as vantagens desse regime de trabalho que lhes permitia conjugar o trabalho da casa com a roça e do cafezal.

As [...] que trabalhavam no cafezal, aproveitavam as noites e as madrugadas para o serviço doméstico. A jornada de trabalho feminina acabava sendo maior que a do homem. Muitas dentre elas, quando grávidas, trabalhavam até quase a hora de dar à luz e não eram raros os casos em que as crianças nasciam sob os cafeeiros. Outras criavam os filhos debaixo dos pés de café. Inúmeros eram os arranjos produzidos para o enfrentamento das dificuldades e o compromisso das funções relativas à produção e reprodução das famílias (SILVA, 2001 p. 557/558).

Os estudos evidenciam mulheres de fibra, com experiências distintas no cenário rural e urbano do município. Estas estavam sobre o olhar de controle, censura e proteção.

Principalmente as mulheres de meeiros e arrendatários, trabalhavam com o esposo e filhos nas terras arrendadas. As famílias pobres trabalhavam por dia (boia fria) ou por empreita. Levantavam muito cedo, faziam a comida e preparavam as marmitas e pegavam o trecho. Muitas vezes iam e vinha a pé, as vezes de caminhão.

Com o processo de modernização da agricultura na transição da década de 50 para 60 acentua-se o êxodo rural. Este novo habitante urbano de origem rural não se adapta a vida da cidade onde tudo é pago (água, luz, alimento, roupa, aluguel, transporte), e o seu salário não é suficiente para liquidar o pagamento do que se consome. Neste contexto surge o boia fria que coloca em evidência o trabalhador individual (onde cada pessoa faz o

seu contrato e recebe o salário, sem a tutela do marido ou do pai). As mulheres passam a trabalhar no corte de cana, colheita de café, laranja, algodão, amendoim entre outras. Vítimas de todo tipo de discriminação, recebem salários inferiores aos dos homens, muitas trabalham na informalidade, além do assédio sexual. Trabalham dupla jornada e assumem a manutenção e educação da prole quando rejeitadas pelo companheiro (SILVA, 2001).

Ana Ciryaco de Carvalho² embora trabalhasse no reduto do lar, realizava articulações pública e social em benefício da família e da comunidade rural, na vila Xavier, no município. Uma prática rara, mas de ampla demonstração que as mulheres não estavam alienadas num mundo de submissão masculino, sugeriam, opinavam e interviam quando necessário. Embora na maioria das vezes fossem ignoradas pelos seus companheiros.

Destaca Matildes Carvalho dos Santos Mendonça (25/02/2022), minha mãe escreveu uma carta solicitando uma linha de ônibus, no Paranapanema logo quando chegou. E escreveu também uma carta a pedido do meu pai, pedindo empréstimo no banco. Meu pai era um homem vivido e nos educou para termos autonomia e independência. Eram 10 mulheres e os homens vieram por último. Na infância eu e minha irmã Nahirdes estudamos em Umburanas, depois fomos fazer o corte e costura em Belo Horizonte, MG. Com dez anos já tirava leite, com quatorze passei a dar aula na minha casa para meus irmãos e vizinhos, na Bahia e os pais dos alunos me pagavam todo mês. Meus pais nos incentivou a estudar mas nem todos estudaram.

O relato corrobora para entender que nem todas as mulheres que compuseram a formação do município estavam reclusa as questões do campo e do lar. A colonização apresenta imigrantes com uma posição em projeção de abertura, com uma certa liberdade profissional e também do livre transito feminino em viagens solo ou com grupos de amigos, com objetivos previamente definidos. Nesse sentido essas mulheres começam a se projetar na sociedade santo-antoniense ocupando outros espaços como veremos a seguir.

Na formação do município as mulheres passa a exercer diferentes ocupações, desde as primeiras décadas da sua formação, como lavadeira, passadeira, empregada doméstica, benzedeira, parteira, costureira, bordadeiras, crocheteiras, professora, diretora, inspetora de ensino, secretária (empresa e instituições de ensino) catequista, faxineira, boia fria, peona, atendente de comércio, vereadora, integrante de coral, operadora de fita em serraria, cabelereira, vereadora, integra a grupo teatral e outros.

Embora as mulheres estivessem rompendo barreiras no início da segunda metade o século XX, esse era um universo fortemente, masculino.

Haviam “pais que defendiam a ideia de que as filhas mulheres não precisavam estudar” (Maria Irene Rodoviski, (20/02/2022) e Carmita Souza Pena (2022), “meu irmão me tirou da roça e me mandou estudar. Fiz o concurso para professora e fui nomeada pelo estado”.

Embora observa-se a partir das entrevistas que as mães reproduzem a educação

² Mãe da entrevistada Matildes Carvalho dos Santos (25/02/2022).

controladora recebida. Quando analisamos o recorte de entrevista a seguir constatamos que elas estão de comum acordo ou se calam quanto a manutenção das filhas fora da escola. No segundo caso fica claro que os pais querem manter a filha na roça, mas o irmão intervém em favor dos estudos. Uma clara manifestação masculina formada pelos filhos, uma geração mais aberta aos direitos femininos.

O filho de arrendatário Cícero Rodrigues da Silva (12/05/2022), afirma “meus pais trabalhavam no café e quando eu e meus irmãos chegávamos da escola comi e ia também trabalhar. Eu comecei a trabalhar na roça com 14 anos”.

Constata-se entre o conjunto de entrevistados, que os filhos de agricultores e outros trabalhadores do campo são introduzidos no trabalho com idades que variavam entre 07 a 14 anos. Embora muitos recém-nascidos frequentassem a roça alguns meses após o nascimento. Também identificamos entre os filhos de empresários e agricultores, exercendo função de professor com 14 anos (em âmbito domiciliar e particular) e no trabalho da empresa adolescentes entre quatorze e dezesseis anos dirigiam veículos (caminhões, tratores). No campo os filhos (as) de agricultor aprendem no dia a dia observando e fazendo com os pais.

Com nove anos crianças já andavam a cavalo (arreio ou em pelo) e dirigiam carroça de tração animal, mechem o café no terreirão para secar.

Segundo a entrevistada Maria Madalena (2022), “nós não tínhamos direito a nada. Ele só quem mandava. Não tinha direito nem de vender uma galinha no terreiro. Sempre trabalhei de boia fria colhendo café, algodão, amendoim, carpindo e de empregada doméstica. No período da “colonização, elas simplesmente eram do lar, e não tinha participação nenhuma” (MARIA MARLENE CARNIEL SILVA, 2022).

Corroborar o memorialista Valter Frehner (2022), “conheci duas mulheres nordestinas que moravam num ranchinho e trabalhavam como diarista. Uma se chamava Quitéria a outra não me lembro o nome” no Porto São João, no município em questão.

As entrevistas apresentam universos distintos: mulheres recatadas do lar, sobre o controle do marido e mulheres nordestinas independentes e emancipadas, deixam o nordeste para trabalhar como peona no noroeste paranaense, no município.

A família Frehner, de origem suíça chegam ao município em 1954, empreende no ramo de madeireira, instalam nas barrancas do Rio do Diabo, popular São Francisco, instalam a Serraria Brinco de Ouro. As mulheres desta família trabalhavam na empresa. “Minhas irmãs Ema, Frida, Bety e Marta ajudavam na serra circular” destaca o irmão (VALTER FREHNER, 2022).

O município registra também alguns casos de separação de casais, agressão e de assassinato de mulheres por companheiros em “defesa da honra” em períodos distintos. No primeiro e segundo caso solicitava-se a pessoa do inspetor de quarteirão, tanto na área rural e ou urbana, mas no caso de assassino era a polícia mesmo.

Alude Anderson Szeuczuk (2013), cabia aos inspetores de quarteirão fiscalizar

bailes e festas, mediar brigas familiares e criminais e aplicação de castigos.

A função do inspetor de quartirão foi exercida no município por Primo Rossato e na zona rural José Xavier de Carvalho e Abrahão Vial no Porto Angelim, em períodos distintos, segundo o conjunto das entrevistas.

Primo Rossato intermediou a separação de bens em uma separação de casal, o qual se posicionou defendendo que a esposa ficasse com os bens da cozinha e a máquina de costura. José Xavier solicitou o comparecimento do esposo na vila Xavier, para tratar das agressões a esposa. Abrão prendeu um criminoso junto ao troco de árvore enquanto aguardava a chegada da polícia.

Durante o processo de colonização as mulheres dos pequenos proprietários rurais participaram ativamente do trabalho no campo e atividades domésticas. Evidenciamos ainda as mulheres dos migrantes despossuídos de terra, trabalhadores arrendatários, peões, peonas e no processo boias frias (homens e mulheres). No entanto seu posicionamento em relação a compra e venda de bens, outros assuntos e ou decisões, eram raramente levando em conta ou acatado.

Os estudos demonstram que a maioria dos professores do município eram formada por mulheres; as inspetoras de ensino, costureiras, benzedeadoras, catequistas eram formadas por 100% mulheres, entre os peões foram a minoria, mas entre os boias frias era praticamente cinquenta por cento dos trabalhadores.

Período	Nome
1966/1969	Vanda Alves da Conceição
1977-1982	Maria Judite da Conceição Silva
1989/1992	Maria Pena Inácio
1993/1996	Maria Pena Inácio
1997/2000	Marinês Aparecida Correia
2001/2004	Marinês Aparecida Correia
2013/2016	Nicanora Ap. Ferreira Pereira Carniel
2017/2020	Maria Luiza Almeida
2017/2020	Marilza de Oliveira
2021/2024	Marilza de Oliveira
2021/2024	Nicanora Ap. Ferreira Pereira Carniel
2021/2024	Renata Costa de Lima

TABELA 1: Vereadoras do município de Santo Antônio do Caiuá, PR.

Fonte: TER-PR. <https://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>. Organizado pela autora, 2022.

Ao analisarmos a tabela, constatamos que em mais de 60 anos de emancipação, o município elegeu apenas oito vereadoras, sendo que quatro delas foram eleitas por duas

gestões seguidas. Apenas (em quatro) gestões de 1962/1965, 1970/1972, 1973/1976 e 1983/1988 não elegeram mulheres para o legislativo municipal.

As mulheres integram ainda o clube CREPAR, nas funções de secretária, conselho fiscal e deliberativo. Entre os anos de 1986 à 2005 as mulheres participaram apenas de 08 presidências ocupando diferentes funções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos revelam a participação das mulheres no processo de formação do município de Santo Antônio do Caiuá desde o início da colonização, na década de 1950.

A grande maioria das mulheres de pequenos proprietários e arrendatários conciliaram o trabalho do campo com as atividades domésticas exercendo dupla jornada de trabalho.

Predominou no início da formação do patrimônio também o trabalho com peões e peonas. Trabalhadores volante geralmente solteiros, geralmente vistos com certa discriminação pelos administradores de fazenda, que tinham preferência por famílias. As famílias moradoras urbanas desprovidas de terra trabalhavam passam a trabalhar como boia fria, homens e mulheres, uma forma de prover o sustento do grupo.

Os estudos demonstram que as mulheres na fase inicial não compraram lote de terra. Se tem conhecimento de mulheres viúvas assumirem o controle e administração da propriedade familiar.

A substituição da floresta local pela monocultura do café, faz dele o principal produto do município embora alguns proprietários tenha optado pela mandioca e ou pelo algodão.. A incessantes geada a derrubada da mata e a monocultura provocou o enfraquecimento do solo.

Sua majestade o café que fixou tantos arrendatários na terra e deu emprego a inúmeros trabalhadores (homens e mulheres), perde a força a partir da década de 1960 e gradativamente pequenos e grandes proprietários se abstém desse cultivo e partem para a pastagem.

Desde o início da década de 1950, pequenos proprietários paralelamente a desenvolveram a policultura (a chamada lavoura branca – feijão, mandioca, milho, mamona, amendoim, algodão e café. Cultivavam ainda horta e pomar intercalado no meio da lavoura e criavam suínos e aves para o consumo da família.

As constantes geadas e o enfraquecimento do solo, da início ao êxodo rural. As casas foram arrancadas, escolas fecharam e o café da origem a extensas pastagens e homem é substituído pelo gado. Nos anos 1970 a população do município era de 7.296 mil habitantes, em 1980 foi reduzido para um pouco mais que quatro mil habitantes (IBGE, 1980).

Passa a predominar no município a grande propriedade com o gado de corte e a pequena com o gado leiteiro, e o cultivo da mandioca. A população do município reduziu

drasticamente para 2.741 mil habitantes (IBGE, 2018).

As mulheres se fizeram presente nas diferentes fases de desenvolvimento do município realizando e ou liderando diferentes funções tanto no seio doméstico, como no privado ou público. Atuou no campo, no âmbito doméstico, empresarial, na educação, política, festas religiosas (rurais e urbana), teatro, liturgia da igreja, reivindicando junto aos poderes constituídos e ocupando cargos de liderança.

Estas muitas vezes correram atrás dos seus sonhos e objetivos se projetando no cenário público local, invisível na história da formação do município.

REFERÊNCIAS

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 2. ed., São Paulo: Ave Maria, 1977.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (doutorado).

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. 3ª ed., Cuiabá: Memória do Brasil, 1999.

GOEVERT, Frei Ulrico. **História e Memória de Paranavaí**. Trad. e notas Frei Wilmar Santin, Paranavaí, Livraria Nossa Senhora do Carmo, 1992.

HARACENKO, Adélia A. S. **O processo de transformação do território no noroeste do Paraná e a construção das novas territorialidades camponesas**. 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – USP, 2007.

MASSUIA, Bruna Letícia Da Silva. **“Nunca existiram indígenas aqui”**: a invisibilização dos povos indígenas na história de colonização de Paranavaí. Dourados: 2019. José D’ Assunção. **História, região e espacialidade**. In: Revista de História Regional 10(1): 95-129, Verão, 2005. Disponível em: Acesso em: 25 nov. 2008.

MENDONÇA, Rosângela Carvalho dos Santos. **Santo Antônio Do Caiuá**: a formação e desenvolvimento de um município (1951 -2020). v., n., p 01-15, abril, 2021.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. **Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri**. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rolo (Org). *Maringá e o norte do Paraná: estudos de História Regional*. Maringá: EDUEM, 1999.

NEVES, L. de A. **Memória, história e Sujeito: substratos da identidade**.1999. História Oral, 3. <https://doi.org/10.51880/ho.v3i0.25>

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **De Colona A Boia – Fria**. In: DEL PRIORI, Mary. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

RAGO, Margareth. **Trabalho Feminino e Sexualidade**. In: PRIORE, Mary Del. (org.) *História Das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

PERROT, Michelle. **As Mulheres, o poder, a história. Os Excluídos da História Operários, Mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERROT, Michelle. **Minha História da Mulheres.** São Paulo: Contexto, 2008.

WACHOWICK, Ruy Christovam. **História do Paraná.** 10ª ed., Ponta Grossa: UPG. 2016.

TER – PR. **Boletim Eleitoral de Santo Antônio do Caiuá.** Disponível em: <https://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>. Acesso em: 15 de ago. 2022.

Site

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Santo Antônio do Caiuá.** 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/santo-antonio-do-caiuá/panorama>. Acesso em: 21 de nov. de 2021.

IBGE. **Sinopse preliminar do censo demográfico:** Paraná. Rio de Janeiro: 1981. Recenseamento geral do Brasil, 1980, 9. : v.1, t. 1, n. 19 Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/310/cd_1980_v1_t1_n19_pr.pdf. Acesso em: 21 de jan. de 2021.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. **A construção do feminino na luta pela terra e na recriação social do assentamento.** 2003. Disponível em : <http://www.landless-voices.org/vieira/archive05.php?rd=CONSTRUC567&ng=p&sc=3&th=42&cd=&se=0>. Acesso em: 20 de ago. de 2022.

Entrevistas

Liana Terezinha Vial concedeu entrevista à autora em 27 de mar. de 2022.

Cícero Rodrigues da Silva concedeu entrevista à autora em 12 de maio. de 2022.

Maria da Gloria Rossato Fernandes concedeu entrevista à autora em 15 de mar. de 2022.

Maria Xavier de Carvalho Macedo concedeu entrevista à autora em 29 de fev. de 2022.

Maria das Neves dos Santos concedeu entrevista à autora em 23 de mar. de 2022.

Maria Irene Rogovski concedeu entrevista à autora em 15 de fev. de 2022.

Maria Madalena de Souza concedeu entrevista à autora em 13 de fev. de 2022.

Matildes Carvalho dos Santos concedeu entrevista à autora em 25 de fev. de 2022.

Ritinha Holanda Cavalcante concedeu entrevista à autora em 20 de fev. de 2022.

CAPÍTULO 12

ENTRE O BARROCO E O MODERNO: REPRESENTAÇÕES DA CIDADE NA PINTURA DE YARA TUPYNAMBÁ

Data de aceite: 01/09/2022

Marcelo Cedro

Doutor e Mestre em Ciências Sociais; bacharel e licenciado em História (PUC Minas). Professor do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RESUMO: Esta pesquisa integra as possibilidades de leitura do urbano ao investigar as representações da artista mineira Yara Tupynambá sobre as cidades tendo em vista a apresentação de algumas de suas pinturas. Para acomodar esse objeto de estudo, inicialmente há o percurso historiográfico sobre história da arte e, em seguida, a inserção do modernismo no cenário belo-horizontino dos anos 1940-50 de onde emergiu a artista plástica deste estudo. Autores basilares sobre historiografia da história da arte e sobre a relação entre arte e o urbano sustentam este texto. Como aporte metodológico, utiliza-se a oralidade a partir de depoimentos colhidos por Yara Tupynambá, sobretudo em entrevista realizada em sua residência em dezembro de 2017 para a realização desta pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Yara Tupynambá, modernismo mineiro, representações urbanas.

BETWEEN THE BAROQUE AND THE MODERN: REPRESENTATIONS OF THE CITY IN THE YARA TUPYNAMBÁ PAINTING

ABSTRACT: This research integrates the possibilities of Reading the urban by investigating

the representations of the Minas Gerais artist Yara Tupynambá about cities with a view to the presentation of some of her paintings. To accommodate this object of study, initially there is the historiographical route on art history and then the insertion of modernism in the Belo Horizonte scene of the 1940s-50s from which the artist of this study emerged. Basic authors on the historiography of art history and on the relationship between art and the urban support this text. As a methodological contribution, orality is used from testimonies collected by Yara Tupynambá, especially in an interview carried out at her residence in December 2017 to carry out this research.

KEYWORDS: Yara Tupynambá, Minas Gerais modernism, urban representations.

1 | INTRODUÇÃO

A cidade é um objeto estético e sua dimensão urbana já despertou incontáveis representações ao longo da história da arte. Giulio Argan (2005, p.73), ao relatar as idealizações de artistas e arquitetos renascentistas italianos – que visavam criar um ambiente urbano utópico fixado na saúde e na beleza –, utilizou-se das palavras do historiador Lewis Mumford: “a cidade favorece a arte, portanto é a própria arte”. Para complementar esse raciocínio, também destacou a afirmação do linguista Ferdinand de Saussure de que a “cidade é intrinsecamente artística”. Diante dessas proposições, Argan esclarece que “a

cidade não é apenas um invólucro ou uma concentração artística de produtos artísticos, mas um produto artístico ela mesma” (ARGAN, 2005, p.73).

Desde a criação das cidades, o ambiente urbano tornou-se um campo experimental de múltiplas concepções elitistas voltadas à arquitetura, à engenharia e ao urbanismo, tendo como uma das estratégias a utilização das artes visuais na intenção de ordenar, sanear e embelezar o espaço. Por outro lado, intensificaram-se também as iniciativas populares orientadas por intervenções culturais e estéticas em ruas, praças, favelas, edificações, além de outras ações na paisagem citadina, seja no propósito de protestar por causas específicas e/ou no sentido de construir identidades intraurbanas, tornar visíveis os diversos atores sociais, apropriar-se e (re) definir territorialidades da urbe. Nessa ótica, Carlos Fortuna (2011, p.16) recorre às impressões do sociólogo alemão Georg Simmel sobre a relação entre arte e cidade ao pontuar que “a beleza da metrópole moderna apresenta-se pela estética das formas de interação que nela os sujeitos são capazes de forjar”. Acrescentando-se a essa visão, também a cidade foi e ainda é um objeto referencial de representações de acadêmicos, escritores, poetas, músicos e artistas plásticos que buscam intensamente interpretar a dinâmica do fenômeno urbano associado à memória individual e social. No campo da História, Peter Burke (2005) afirma que foi abandonado pelos historiadores profissionais o monopólio de uma história absoluta em prol de uma ampliação do saber histórico, admitindo-se maior abrangência e multiplicidade: “uma das consequências desta mudança é a reavaliação da história não profissional do passado, incluindo romancistas históricos, dramaturgos, compositores de ópera – e pintores” (BURKE, 2005, p.15). Para Ulpiano Meneses (2005, p.40), a ampliação da noção de documento postulada pela Escola dos Annales –, ocorrida apenas a partir da década de 1960 –, beneficiou os registros visuais que foram alforriados e ganharam direitos de cidadania no campo da disciplina.

Desde então, este artigo tem o propósito de estimular os olhares sobre a cidade através da pintura da artista plástica mineira Yara Tupynambá Gordilho dos Santos. Ela nasceu na cidade de Montes Claros (MG) no ano de 1932. Mudou-se precocemente de lá em razão de compromissos profissionais de seu pai que era engenheiro baiano e um dos responsáveis, juntamente com seu tio Altino Flores e com José de Mendes Júnior –, futuro fundador da renomada construtora homônima –, pela ligação da malha rodoviária entre Montes Claros e Curvelo. Tendo em vista os constantes deslocamentos de sua família, Yara residiu em diversas cidades como Barra do Piraí (RJ), São João Del Rei (MG), Oliveira (MG), Itaúna (MG) até se mudar definitivamente para Belo Horizonte, então com 17 anos de idade. Na capital mineira, durante a década de 1950, Yara Tupynambá iniciou seus estudos artísticos na inovadora escola de belas artes fundada – nos anos 1940 –, pelo prestigiado artista fluminense Alberto da Veiga Guignard (1896-1962). Também lhe serviu de inspiração para sua obra, principalmente na produção de gravuras, as aulas recebidas no Rio de Janeiro, em 1954, pelo ilustrador, gravurista e desenhista Oswaldo Goeldi (1895-

1961). Yara Tupynambá frequentou a Escola do Parque de 1955 a 1961. Depois deu continuidade à sua carreira artística e acadêmica ao lecionar e ocupar cargos de direção na Universidade Federal de Minas Gerais e, posteriormente na Escola Guignard, vinculada à Universidade Estadual de Minas Gerais. No decorrer dos anos 1970, morou certo período em Nova Iorque tendo em vista o envio de trabalho artístico aprovado no *Pratt Institute*, instituição na qual estudou. Recebeu inúmeras premiações e expôs em diversos salões e mostras de arte. Sua robusta carreira torna inviável elencar aqui todos esses eventos e condecorações, o que ampliaria demais esse artigo e redirecionaria ao que foi proposto¹. No ano de 2021, embora com restrições sanitárias devido à pandemia do covid-19, foi realizada em Belo Horizonte, nas galerias do Centro Cultural Banco do Brasil (Circuito Cultural Liberdade), exposição que bem sintetizou sua produção no sentido de comemorar os 70 anos de sua trajetória artística.

No universo de diversas telas e profusos painéis confeccionados no decurso de sua carreira profissional e envolvendo amplas temáticas e cores, as representações sobre o urbano produzidas pela artista montes-clarense tornaram-se o ponto central desta pesquisa. O recorte aqui se delimita, especialmente, nas telas de Yara Tupynambá que apresentam o contraponto entre a tradição urbana e a teatralidade barroca – através de ruelas, portas, janelas, oratórios e igrejas –, com a cidade de Belo Horizonte, cuja modernidade estética é percebida nas vivências da artista ao crescente processo de verticalização urbana da capital mineira a partir da segunda metade do século XX.

Este artigo estrutura-se da seguinte forma: em um primeiro momento, é oportuno estabelecer alguns registros historiográficos acerca da história da arte para que se definam, com clareza, quais os pressupostos a serem investigados em relação ao objeto de pesquisa aqui apresentado. Em seguida, contextualizar o início do modernismo belo-horizontino, sobretudo, nas artes plásticas, destacando-se o fundamental papel desempenhado por Alberto da Veiga Guignard na formação de futuras gerações de artistas, dentre os quais, revelou-se Yara Tupynambá.

Na perspectiva metodológica, foi realizada entrevista oral com a artista em sua residência situada no bairro Vila Paris na cidade de Belo Horizonte, no dia 28 de dezembro de 2017, em que ela respondeu um grupo de perguntas (gravadas e depois transcritas) que mesclavam abordagens sobre sua vida pessoal e carreira profissional. Nesse sentido, Lucília Delgado (2006, p.16) aponta que “a memória, principal fonte dos depoimentos orais, é um cabedal infinito, onde múltiplas variáveis – temporais, topográficas, individuais, coletivas – dialogam entre si”.

Diante disso, os depoimentos orais concedidos pela própria Yara Tupynambá e utilizados neste artigo, pretendem colaborar para que as imagens plásticas produzidas

1 Para maiores informações biográficas de Yara Tupynambá, consultar os sites eletrônicos da própria artista (www.yaratupynamba.com.br) e da Enciclopédia Itaú Cultural (<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8822/yara-tupy-namba>)

pela artista montes-clarense sobre a temática urbana sejam percebidas através de suas experiências, trajetórias, interações e vivências na urbe, seja no ambiente interiorano ou na efervescência da grande metrópole.

Como o olhar sobre as cidades despertou grande atenção da artista, o número produzido que tem a urbe como objeto é elevadíssimo. Diante disso e do formato e da dimensão desse texto, optou-se em selecionar um pequeno número de imagens – provenientes de seu sítio eletrônico oficial e disponibilizadas digitalmente pela própria artista – no sentido de trazer ao leitor como Yara Tupynambá mesclou os elementos urbanos com suas memórias e trajetórias.

2 | HISTÓRIA DA ARTE E ALTERNÂNCIAS HISTORIOGRÁFICAS: DA ANÁLISE DA FORMA ÀS REPRESENTAÇÕES E INTENÇÕES DOS ARTISTAS

De acordo com Georges Didi-Huberman (2013, p.13), “o discurso historiográfico não ‘nasce’ nunca. Sempre recomeça”. Por sua vez, a disciplina história da arte recomeça vez após outra. Sob essa perspectiva, serão aqui expostas algumas tendências que historicamente sobressaíram aos olhares investigativos acerca do campo artístico.

O artista italiano Giorgio Vasari (1511-74) elaborou as primeiras descrições catalogadas acerca da história da arte no livro “Vidas dos Artistas”, inicialmente publicado em 1550 e, posteriormente em versão ampliada no ano de 1568. Essa obra apresenta dados biográficos de pintores e de escultores que precederam Vasari como também daqueles de seu tempo. Naquela época, Vasari obteve o reconhecimento como pintor, arquiteto e grande entusiasta artístico, entretanto, seu indiscutível legado foi “por sua pena e não pelo seu pincel” (PREVITALI, 2011, XIX). A concepção de arte e da história da arte de Vasari implicava em valorizar a imitação da natureza e o aperfeiçoamento da técnica para atingir tal precisão. Sob essa ótica, classificava os artistas por um viés evolucionista ao enaltecer a arte renascentista italiana de seu tempo e em desmerecer aquela produzida em períodos antecessores (CHILVERS, 2001, p. 544). Ao estilo de crônicas e de elogios, Vasari baseou toda a sua empreitada histórica e estética na constatação de uma morte da arte antiga – acusando o medievo por tal processo de esquecimento –, até ser milagrosamente salva, redimida e resgatada pelo longo movimento de *Rinascità* (DIDI-HUBERMAN, 2013, p.13). Inclusive, percebe-se na obra quinhentista de Vasari a aplicação de juízos de valor ao apresentar relatos mais favoráveis aos biografados de sua preferência e à exposição negativa daqueles a quem não simpatizava ou não lhe agradava a produção artística.

A partir do século XVIII, principalmente pela contribuição do alemão Joachim Winckelmann (1717-68), a História da Arte sistematizou-se e constituiu-se como cadeira acadêmica incorporada à teoria do conhecimento (KERN, 2010). Coube a ele desvincular a arte das análises estéticas dos padrões normativos clássicos até então vigentes, isto

é, orientados pela perspectiva platônica em hierarquizar razão e sensibilidade². Para o estudioso alemão, a arte deveria estruturar-se em distintos estilos, condicionados em diferentes lugares e épocas, cujo apogeu teria ocorrido com o classicismo greco-romano como essência ideal de beleza (KERN, 2010). Na afirmação de Maria Lúcia Kern (2010, p.12), “quando os historiadores da arte tomam consciência dessa mudança epistemológica, decidem praticar o discurso da universalidade objetiva e não mais o discurso da norma subjetiva, fazendo da arte o objeto do conhecimento”. Na mesma linha de raciocínio, Didi-Huberman (2013, p.13) constata que “Winckelmann inventou a história da arte no sentido moderno da palavra história, proveniente dessa área das Luzes”. A historiografia da história da arte, ao expandir-se dos usuais julgamentos estéticos e da crônica vasariana sincronizou-se a postulados epistemológicos vinculados a um projeto civilizatório emancipatório, autêntico e científico no sentido de concretizar a modernidade ocidental. Por sua vez, o aparecimento dos museus, da crítica de arte e da estética – pautados pela ideia de progresso e pelos critérios de seleção e exclusão –, “criaram um sistema próprio de representação da arte que resultou em sérias consequências para a historiografia, tais como: classificações, hierarquias e sacralização das obras primas.” (KERN, 2010, p.13).

No decorrer do século XIX, esses ideais intensificaram-se pela perspectiva romântica, cujos museus tiveram grande relevância na sacralização de objetos artísticos e históricos no propósito de enaltecer e legitimar as meta-narrativas do Estado-nação contemporâneo. A retórica da arte como realização de um projeto civilizatório europeu também foi compartilhada pelo filósofo alemão Georg W. F. Hegel (1770-1831) –, e por seu discípulo Karl Schnaase (1798-1875) –, ao considerá-la portadora de ideais elevados e intangíveis. Nesta ótica, a obra de arte, ao assumir valores absolutos e notáveis, veiculava-se em guiar a humanidade para completar a evolução histórica e integrar natureza e espírito universais (KERN, 2010). Por sua vez, os artistas eram sacralizados e transformados em gênios incontestáveis, possuidores de uma espécie de aura e encarregados em atingir a quase impraticável perfeição. Essa perspectiva repercutiu na historiografia metódica do oitocentos –, sobretudo na percepção de Gottfried Semper (1803-79) –, ao preocupar-se com a evolução da técnica e com a genialidade dos artistas. A disciplina de história da arte, apesar de seguir o caminho científico e acadêmico, condicionou-se às rotulações, às classificações e às hierarquizações resultantes de uma sucessão mecanicista e funcional do progresso e da decadência dos movimentos artísticos (FREITAS, 2004; CARDOSO, 2009; KERN, 2010; DIDI-HUBERMAN, 2013; BARROS, 2017).

Na virada para o século XX, proveniente da denominada Escola de Viena, emergiu o paradigma da ‘visibilidade pura’ que nortearia a historiografia da arte ocidental durante

2 O filósofo ateniense Platão (428-347 a.C.) propunha que a arte integrava a esfera do mundo sensível, passível de subjetividade e, portanto, hierarquicamente inferior à esfera da razão, provida de objetividade. O ato de pensar, de criar e de produzir era plasmado e executado pela atividade manual do artista/artesão que materializava aquela ideia preconcebida. No mundo clássico, os trabalhos manuais demiúrgicos não obtinham o mesmo reconhecimento e dignidade do exercício intelectual.

décadas. Ao priorizar o olhar sobre a obra de arte exclusivamente pela sua forma aparente, pela expressão visual e pela autonomização do processo criativo, formularam-se macro esquemas explicativos e unificadores pautados em análises lineares dos estilos artísticos. Nessa tendência historiográfica, os historiadores da arte que mais se notabilizaram foram o austríaco Alois Riegl (1858-1905) e o suíço Heinrich Wölfflin (1864-1945) que “ambiciosamente buscavam captar aspectos fundamentais que apareceriam nas obras de todos os artistas pertencentes a um mesmo estilo” (BARROS, 2017, p.37). A leitura analítica por eles utilizada embasava-se na formulação de categorias dicotômicas para confrontar e rotular as obras de arte inseridas em dado estilo específico. Wölfflin, ao publicar o livro ‘Conceitos fundamentais em História da Arte’, em 1915, lançava mão do método comparativo ao classificar as produções artísticas a partir das seguintes dualidades: do linear ao pictórico; do plano à profundidade; da forma fechada à forma aberta; da pluralidade à unidade; da clareza à obscuridade³. A valorização da forma em seu caráter pleno e possuidora de um conteúdo próprio –, segundo Wölfflin –, implicava na crença da autonomia da arte independente de fenômenos externos ao transcender modificações sociais e eventos históricos (KERN, 2010; BARROS, 2017). Assim, essas dimensões dualistas destacadas pelo historiador suíço pouco se preocupavam em historicizar as obras de arte, limitando-se, portanto, em sobrevalorizar seu formato aparente. Por outro lado, Riegl –, embora também se utilizasse do confronto entre as categorias formalistas –, diferenciava-se de Wölfflin ao contextualizar os estilos artísticos em dada realidade histórica e social, porém, no sentido universalista de “encontrar um território comum a todas as expressões artísticas de uma época” (BARROS, 2017, p.43). Riegl postulava que a obra de arte sincronizava-se ao que se pensava culturalmente em dada realidade histórica. Desde então, linguagens, valores e crenças de certo período influenciavam de maneira estrutural a criação e a produção dos artistas, praticamente reconhecendo que a história da arte estaria intimamente ligada à história geral da cultura (FREITAS, 2004).

Diante disso, o que se viu foi o aparecimento de vários *ismos*⁴ classificatórios, didáticos e totalizantes no propósito de “analisar serialmente as obras produzidas por vários artistas de modo a apreender o que eles teriam fundamentalmente em comum [...] transmitindo uma mesma linguagem ou ligados a uma mesma corrente estilística” (BARROS, 2017, p.38). Na concepção de Wölfflin (1984, p.270), “as evoluções artísticas só revelarão o seu significado característico puro quando pudermos observar o modo como elas se repetem paralelamente, em circunstâncias diversas, no conjunto e nos detalhes”. Embora a teoria da ‘visibilidade pura’ tenha se pautado na formulação de grandes modelos explicativos para a obra de arte, Barros (2017, p.37) acredita na sua contribuição historiográfica ao avançar em relação à escola positivista, no sentido de desfazer-se “das ideias de progresso ou

3 Não cabe aqui explicar tais categorias analíticas pontuadas pelo autor. Maiores detalhes consultar a edição brasileira de Wölfflin (1984).

4 Neoclassicismo, romantismo, realismo, simbolismo, impressionismo, fauvismo, primitivismo, expressionismo, cubismo, surrealismo, etc. como modelos genealógicos de enorme impacto didático e descritivo (CARDOSO, 2009, p.107).

de decadência, fundamentadas pela superioridade ou pela inferioridade técnicas de um estilo em relação ao outro”. Também, vale realçar que a metodologia analítica de Wölfflin propunha-se, exclusivamente, aos estudos comparativos de imagens da arte renascentista e barroca. Muitas críticas atribuídas a esse modelo podem ser justificadas, em virtude de suas categorias comparativas terem sido utilizadas, indiscriminadamente, para examinar outros movimentos artísticos de distintas temporalidades, resultando em inconsistências e distorções.

No transcorrer do século XX, o campo artístico viu-se fortemente identificado com as atividades classificatórias típicas do colecionismo: “preocupações como autenticação de originais, divisão por técnicas, temas, períodos e escolas, organização de catálogos, estavam mais próximas do universo comercial dos *marchands* e dos antiquários” (CARDOSO, 2009, p. 107). Entretanto, outras metodologias analíticas e tradições historiográficas se juntaram à teoria da visibilidade pura, inclusive no propósito de se contrapor a ela, acusando-a de “querer separar a obra de arte de todos os demais aspectos da vida humana” (FREITAS, 2004, p.9). No propósito de negar o exclusivo formalismo da imagem, notabilizou-se o método iconológico reproduzido pelo alemão Ervin Panovsky (1892-1968), articulado pelo viés cultural de observação analítica das artes visuais. Para esse historiador, a “obra de arte tem sempre um significado estético e requer uma experiência estética” (PANOFSKY, 2012, p.30), o que permite “introduzir o invisível como aspecto integrante do corpo visual da imagem” (PUGLIESE, 2011, p.17). Isto é, “a experiência recreativa de uma obra de arte depende, portanto, não apenas da sensibilidade natural e do preparo visual do espectador, mas também de sua bagagem cultural” (PANOFSKY, 2012, p.36). Nesta concepção, a produção artística se comparava aos registros humanos portadores de signos e significados, cabendo, portanto ao historiador da arte decodificá-los e interpretá-los. A metodologia de Panofsky pautava-se pelos seguintes níveis complementares: 1) o *insight* inicial provocado pela imagem, as primeiras percepções e as ligações com o espectador; 2) em seguida, a identificação do tema e do conteúdo que envolve a produção artística (iconografia); 3) para finalmente, interpretar o significado imagético daquela obra de arte conferido pelas representações simbólicas de dada realidade cultural (iconologia). Tratava-se, portanto, de perspectiva investigativa empenhada em decifrar, de maneira precisa, os símbolos contidos na imagem a partir de aspectos psicológicos, históricos, culturais e sociais de uma época (PANOFSKY, 2012).

Cabe destacar outro importante paradigma historiográfico que emergiu, precisamente, no segundo pós-guerra, ao aproximar o pensamento crítico marxista com a história da arte. Dentre os historiadores adeptos dessa metodologia, um dos mais citados quando se trata da denominada ‘História social da arte’ é o húngaro Arnold Hauser (1892-1978). Para esse crítico, torna-se fundamental analisar a obra artística conectada ao seu contexto social de produção e metodologicamente analisada à luz do materialismo dialético. Nessa ótica, o artista desempenharia importante papel ao apresentar a obra de arte como

reflexo da sociedade de seu tempo, condicionada aos seus fatores sociais, denunciando as contradições de uma época e salientando o papel transformador que a produção artística poderia alcançar. Essa análise historiográfica obteve grande repercussão entre os anos 1950 a 1970, ao transcorrer a Guerra Fria que, na visão de Freitas (2004, p. 10), propagava “um discurso anônimo da ideologia de classes”. A exemplo das vertentes historiográficas expostas anteriormente, também a interpretação semiótica de Panofsky quanto a teoria social da arte embasavam-se por princípios universalistas e totalizantes. A primeira, por pretender decifrar de maneira absoluta signos e significados culturais de uma época; e a segunda por alegar que a arte reproduz fielmente a sociedade – um ‘reflexo’ dela e que o artista deveria ser portador de certo engajamento social. Cardoso (2009) pontua que entre as décadas de 1950 a 1970, outros historiadores da arte se destacaram em seguir, criticar, reorientar e/ou inserir novos elementos aos paradigmas generalizantes até então vigentes: Herbert Read (1893-1968), Pierre Francastel (1900-1970), Nikolaus Pevsner (1902-1983), Kenneth Clark (1903-1983), René Huyghe (1906-1997), Giulio Carlo Argan (1909-1992). O austríaco Ernst Gombrich (1909-2001) foi um deles ao integrar essa geração. Embora formado pela tradição científica da arte e pelo rigor estilístico da academia vienense, criticou a teoria da visibilidade pura e também a teoria social da arte ao estabelecer conexões com a psicologia para explicar a estabilidade de estilos e as representações pictóricas sistematizadas por expressões gestuais, movimentos e perspectivas. O historiador austríaco alegou que nunca pretendeu fundar uma escola ou propagar um ‘ismo’ em seus estudos, mas “perguntar o porquê de uma obra de arte, e por que, ao longo da história – durante diferentes épocas, estilos e lugares –, representou-se a realidade de maneiras tão completamente distintas” (GOMBRICH, 2005, p.13). Desde então, Gombrich dedicou-se a analisar os efeitos gerados no olhar do observador diante da produção artística, posicionando-se em “defender o exame específico de cada obra de arte, sem se contentar com explicações muito fáceis e genéricas [...] recusando-se em considerar a arte como situação de classe, sintoma ou expressão de uma época” (GINZBURG, 2007, p.75).

Diante do exposto, não há aqui a pretensão em detalhar tantos matizes historiográficos da história da arte, mas indicar que até, aproximadamente o limiar da década de 1970, a disciplina orientava-se por modelos analíticos esquematizantes e universalistas: “rotulando, encaixando obras e autores em suas gavetinhas classificatórias” (CARDOSO, 2009, p.107). De fato, mudanças epistemológicas, tanto em métodos quanto em conceitos, transcorreram no bojo da historiografia da história da arte que, no suceder dos anos 1970, acompanharam os efeitos das críticas, debates e reformulações que já se processavam, desde a década anterior, em outras áreas do saber. As análises macro explicativas estruturantes deixaram de ser hegemônicas diante do protagonismo e da visibilidade de emergentes sujeitos históricos e movimentos sociais contemporâneos. Assim, o campo acadêmico, sobretudo, das ciências sociais e históricas, reorientou-se por novos olhares, objetos, problemas e metodologias para interpretar as vozes e as demandas

que despontavam na contemporaneidade. A interdisciplinaridade, o estudo das narrativas e a ampliação conceitual das fontes são algumas, das múltiplas práticas submetidas por essas inovadoras abordagens cognitivas.

No campo da História, verifica-se uma reaproximação mais íntima com as fontes audiovisuais, tratadas com maior atenção pelos pesquisadores. Em especial – sobre as obras de arte –, as imagens assumem relevante estatuto documental ao se conectar aos métodos e procedimentos analíticos da história cultural. O historiador Peter Burke (2017) admite da real importância, ao lado de textos e de testemunhos orais, da utilização das imagens como evidências históricas. Por sua vez, o pesquisador adverte que o seu uso não deve ser limitado às evidências, mas também ao impacto da imaginação histórica, isto é:

As imagens permitem imaginar o passado de forma mais vívida [...] como objetos de devoção ou meios de persuasão, de transmitir informação ou de oferecer prazer, permite-lhes testemunhar antigas formas de religião, de conhecido, crença, deleite, etc. (BURKE, 2017, p.24).

A denominada ‘Nova História da Arte’ segue o propósito em ampliar o olhar sobre a produção artística, não se limitando a concepções estáticas ou classificatórias impostas pelos paradigmas hegemônicos. Crítico ao método iconográfico de Panofsky, Hubert Damisch (2007) expressa que não se pode aferir único significado às imagens, tendo em vista que ao longo do tempo foram atribuídos diferentes sentidos a elas. Para ele,

A verdadeira questão não é saber o que significam as imagens – supondo que elas significam qualquer coisa –, é saber como elas significam. É isto que é verdadeiramente interessante: não decifrar imagens, como se tenta desde o século XVI, mas tentar perceber como elas o fazem (DAMISCH, 2007, p.11).

A forma, o contexto social ou o significado cultural das imagens não são variáveis analiticamente descartadas pela ‘Nova História da Arte’, contudo, distanciam-se de interpretações absolutas ao assumir acentuados vínculos e novos olhares a partir do estudo das representações dos artistas. Nessa perspectiva, Artur Freitas (2004) pontua que a dimensão cultural apresenta-se em estreitas junções com as dimensões formalista e social, ao alegar que as artes visuais não refletem um eixo cultural e que a história da arte não se limita à história da cultura. Freitas, fundamentado pelo pensamento do antropólogo Clifford Geertz (1926-2006), complementa seu raciocínio ao destacar que a criação artística é uma representação para se perceber ressignificações culturais de uma época. Nesta ótica, Paiva (2002, p.19-20) assinala que:

A imagem não é o retrato de uma verdade, nem a representação fiel de eventos ou de objetos históricos, assim como teriam acontecido ou assim como teriam sido. A história e os diversos registros históricos são sempre resultados de escolhas, seleções e olhares de seus produtores e dos demais agentes que influenciaram essa produção [...] Isso significa que as fontes nunca são completas, nem as versões historiográficas são definitivas. São, ao contrário, sempre lidas diversamente em cada época, por cada observador, de acordo com os valores, as preocupações, os conflitos, os medos, os projetos e os

gostos. Fontes e versões carregam em si temporalidades distintas, porque são construídas e reconstruídas a cada época [...] A imagem, ela também, ao ser lida a posteriori pelo historiador, pelo especialista e pelo leigo é reconstruída a cada época. A ela, no conjunto ou nos detalhes, são agregados novos significados e valores.

Pelo raciocínio acima exposto, a historiografia da história da arte não ficou imune a essa releitura epistemológica. De acordo com Cardoso (2009), a chegada da ‘Nova História da Arte’, nos anos 1970 e 1980, trouxe um ímpeto renovador espelhado por alguns dos seguintes nomes: Svetlana Alpers, Michal Baxandall, Norman Bryson, T.J. Clark, Hubert Damisch, Michael Fried, Rosalind Krauss, Linda Nochlin, dentre outros. O pesquisador complementa que a renovação ocorrida no campo historiográfico da história da arte “representou uma guinada em direção à respeitabilidade acadêmica, com maior apreço por metodologias científicas reconhecidas em outras áreas e por instâncias institucionais [...] distanciando-se da velha cumplicidade com a crítica e com o mercado da arte” (CARDOSO, 2009, p.106). De viés multifacetado, essa vertente historiográfica abriu diálogo com outras áreas das ciências humanas, lançando mão do estudo das representações que, na acepção do sociólogo Howard Becker (2009) pode ser definida como a interpretação parcial do real. O pesquisador assinala que a mesma realidade pode ser descrita de muitas maneiras, cujas formas de falar sobre o social não se restringem a intelectuais ou acadêmicos, mas pelo olhar ampliado de vários sujeitos, - incluindo os artistas plásticos -, a partir de vivências, experiências, interpretações, convicções e ressignificações daquilo que observam/internalizam em seu meio de convívio. A historiadora Sandra Pesavento (2005, p.40) constata que a representação não é a realidade absoluta, mas faz parte dela: “a representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele”. A pesquisadora complementa que essas maneiras de interpretar a realidade “envolvem processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão” (PESAVENTO, 2005, p.40).

Um dos principais expoentes dessa guinada historiográfica no campo artístico foi o galês Michael Baxandall (1923-2008). A partir dos anos 1970, esse historiador contrapôs a história social da arte e a perspectiva estilista – até então hegemônicas. Para ele, a imagem não se limita a refletir ou expressar absolutamente dada conjuntura histórico-social e, tampouco apresentar explicações definitivas pautadas em modelos totalizantes e teorizações universalistas. As produções artísticas devem ser analisadas a partir de reduzida escala de observações, estudos de casos específicos que envolvam outras dimensões além da forma, da técnica e do contexto geral (BAXANDALL, 2006). Nessa ótica, torna-se fundamental tentar perceber como se operaram as trocas simbólicas, redes de interação, possibilidades e oportunidades dos artistas em suas trajetórias no campo da arte.⁵ Baxandall constata das dificuldades em reconstruir, absolutamente, os

5 O campo artístico é definido por Pierre Bourdieu (1996). Porém, pode ser entendido de maneira condensada e didática no verbete redigido por Ana Paula Simioni (2017).

processos de elaboração e execução da imagem artística. Para ele, é inviável estabelecer com precisão significados e afirmações sobre uma obra de arte, principalmente, naquelas que percorreram distintas temporalidades e, conseqüentemente, foram acometidas de múltiplas análises e inevitáveis anacronismos. O que o historiador pode tentar perceber são as representações e intenções por trás daquela produção artística, circunscritas em uma complexa teia de interações, nas quais o seu agente encontra-se envolvido em contínuas relações de recepção e percepção acerca de seu tempo. Assim, a história da arte pode ser traduzida pelas representações do artista sobre dada realidade social, a partir de parciais interpretações mediadas pelo posicionamento ocupado por seus sujeitos, bem como suas vivências, experiências e trajetórias. De igual importância, Baxandall atribuiu também o estudo dos bastidores que envolvem certa produção artística como uma das possibilidades de investigação acerca do campo artístico. Para isso, historiadores revisionistas, dentre eles Georges Didi-Huberman, retomaram a metodologia difundida por Aby Warburg (1866-1929), teórico alemão que integrava uma geração prestigiosa de historiadores da arte, inspirou tantos outros, especialmente Panofsky, mas, contudo, se diferenciava pela sua posição epistêmica e institucional. A obra de Warburg se traduziu pelas críticas cometidas à história da arte de seu tempo que priorizava a erudição, a genialidade do artista e as avaliações estéticas em termos de beleza. Assim, ele empenhou-se, para a disciplina, em “recolocar o problema do estilo, esse problema de arranjos e eficácias formais” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p.39). Nessa perspectiva, propôs o alargamento metódico de suas fronteiras, sugerindo o caminho da interdisciplinaridade, sobretudo, utilizando-se da antropologia, da psicologia e enfatizando o viés memorialista para analisar as imagens vinculadas ao agir, ao saber e ao crer do social⁶. Warburg “contrariou qualquer ideia de uma história autônoma das imagens – o que não significa que se devam ignorar as especificidades formais” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p.41). Por outro lado, segundo Didi-Huberman (2013, p.40), “ele foi negligenciado não apenas pelos historiadores da arte positivistas, como também pelos que eram receptivos ao estruturalismo ou até pelos melhores da escola dos *Annales*” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p.40).

Igualmente, no Brasil, a obra do historiador alemão se manteve desconhecida apesar de sua influência no pensamento ocidental desde o começo do século XX. O quadro começou a mudar com a edição de vários de seus trabalhos e de obras inspiradas neles, além de um súbito crescimento do número de estudos acadêmicos relacionados a seu pensamento [...] Os estudos de Warburg ganham relevo em todo o mundo, neste início do século XXI, pela capacidade de romper com padrões cartesianos de pensamento sobre as imagens, o que se revela fundamental para sua compreensão em um tempo marcado pelo paroxismo da linguagem visual (BAITELLO JR; SERVA, 2017, p.3).

6 Exemplo do método de Warburg: para investigar como a arte da Antiguidade Clássica poderia ter sido percebida pela sociedade florentina do século XV, o historiador alemão analisou testamentos, cartas de mercadores, aventuras amorosas, tapeçarias, quadros famosos e obscuros no propósito de articular ideias em documentos de menor importância, integrando os bastidores da obra a instâncias interdisciplinares (GINZBURG, 2007).

Nesse sentido, este texto propõe-se a analisar as telas de Yara Tupynambá a partir de suas representações sobre o urbano, despojando-se da vertente exclusivamente formal, estilística e de absolutos significados. O objetivo aqui é dialogar com o revisionismo historiográfico no campo artístico de modo a verificar supostas representações da artista ao apresentar partes de sua trajetória, vivências, intenções, oportunidades recebidas, relatos memorialísticos e redes de interação.

3 | O MODERNISMO E SEU PROTAGONISMO EM BELO HORIZONTE

Para o historiador Peter Gay (2009) é muito mais fácil exemplificar do que definir o modernismo tendo em vista anunciar-se em terreno tão vasto e diversificado. A ideia conceitual deste termo, desde a segunda metade do século XIX, é atribuída a toda inovação que apresente doses de originalidade nas produções artísticas como um todo: pintura, escultura, poesia, prosa, dança, música, arquitetura, teatro, cinema, *design*, etc. Seguindo essa mesma linha, Ivan Marques (2011) constata que a noção do modernismo é larga e imprecisa. O pesquisador sugere ser necessária a plural utilização do termo para realçar sua essência heterogênea e contraditória, em razão de que a expressão do moderno variou em diferentes épocas, países e continentes.

Até então, desde a Antiguidade Clássica o ideal do belo pautava-se pela *mimesis*, isto é, pela imitação da natureza. Não no sentido de uma mera cópia, mas na própria recriação do real, incluindo também a busca por atributos morais e virtuosos conforme compreensão dos filósofos Sócrates e Platão. As imagens reproduzidas de pessoas, plantas, paisagens, animais, eventos, fatos históricos, narrativas religiosas, etc. seguiram a lógica clássica da simetria, proporcionalidade, equilíbrio e perfeição. Os estudos científicos contribuíram para nortear a linguagem artística pré-moderna, cuja estética tornou-se, por séculos, hegemônica no mundo da arte. A idealização do belo, pautado pela irretocável precisão, institucionalizou-se no campo acadêmico.

Por sua vez, as vanguardas modernistas europeias redirecionaram essa concepção do belo, expressando-se pela transgressão, pela originalidade e pela contínua superação do artista, elementos estes que se tornaram imperativos e ainda presentes no campo da arte contemporânea. Não foram os primeiros a questionar ou a imprimir novos significados à ideia de belo, tendo em vista que o movimento romântico dos séculos XVIII e XIX, inspirado nas concepções de Immanuel Kant, de Edmund Burke e de Friedrich Schiller, trabalhava a ideia do 'sublime' como nova roupagem da relação do homem com as artes, com a beleza e a natureza (PALHARES, 2006).

Peter Gay (2009) indica que os atributos do modernismo afirmaram-se no fascínio pela heresia impulsionado por ações que confrontaram as convenções acadêmicas: alterações métricas e no conteúdo dos poemas; eliminações decorativas em projetos arquitetônicos; transgressão de tradicionais regras de harmonia e contrapontos musicais;

produção de rápidos esboços nas artes plásticas, dentre tantas outras subversões no campo artístico. Contudo, Gay (2009, p.19) adverte que os movimentos modernistas não se pautaram exclusivamente pela transgressão e pela insubordinação à arte acadêmica convencional: “foi mais do que um agregado fortuito de protestos de vanguarda; gerou novas maneiras de ver a sociedade e o papel do artista dentro dela”, como também criou novas sensibilidades, experiências, sentimentos e opiniões. Em suma, não se reduziu a rupturas e/ou negações, mas na elaboração de novas linguagens estéticas em contínuas ressignificações.

No Brasil, considera-se a Semana de Arte Moderna realizada na cidade de São Paulo em 1922, o emblemático evento que assinalou o início do modernismo no país. No Teatro Municipal da capital paulista, ocorreram recitais poéticos, concertos musicais, conferências e exposições de artes plásticas que causaram enorme repercussão, como também grande estranhamento para os que ali compareceram (AMARAL, 1998; RIBEIRO, 2007). Mônica Velloso (2003) constata que tal acontecimento permitiu com que a semana paulistana passasse a ser vista como referência, marco e sinônimo do modernismo nacional. Todavia, a pesquisadora considera ser esse um processo bem mais amplo e complexo, ao sinalizar outras dinâmicas temporais e espaciais que exerceram papel fundamental na instituição do modernismo no país. Ao pontuar que a busca pelo entendimento da brasilidade pautou a agenda modernista, Velloso (2003) identifica outros cenários e atores – além dos paulistas dos anos 1920 –, que integraram tal preocupação. Como precursores do modernismo nacional, a pesquisadora elenca os intelectuais da geração de 1870, ligados à escola de direito de Recife; os caricaturistas boêmios do Rio de Janeiro de finais do século XIX e os diversos periódicos de efêmera circulação que registraram cenas vanguardistas regionais no decorrer das primeiras décadas do século XX. Sob essa perspectiva, Velloso analisa o modernismo não exclusivamente pelo viés cultural, mas pela ótica da simultaneidade, da continuidade e da pluralidade. Em 2022, ano de rememorar o centenário da Semana de 1922, muito se debateu, com legitimidade e inequivocamente, em realçar sua importância, sua repercussão e seu legado. Por outro lado, parte de uma jovem intelectualidade brasileira também alvejou “a desconstrução da interpretação histórica do modernismo brasileiro, através de críticas exteriores aos fatos e acontecimentos que enredaram aqueles personagens históricos” (BAGONI, 2022, p.8).

Em Belo Horizonte, embora apresentasse emergente cena literária modernista, a Semana de Arte Moderna de 1922 não chegou a repercutir de forma significativa, haja vista a pouca cobertura da imprensa local em divulgar o evento (ANDRADE, 2004). Porém, dois anos depois, apresentou-se de maior importância para os mineiros a ocorrência da Caravana Paulista de 1924 que reuniu importantes nomes que integravam o ‘movimento de 22’. Esses artistas saíram em turnê pelas cidades históricas mineiras na busca pela redescoberta e pelo mapeamento da arte barroca, escolhida como essência da brasilidade e da cultura nacionalista. Diante disso, a imprensa belo-horizontina noticiou o ocorrido

com entusiasmo ao registrar detalhes da viagem que incluíam a chegada e a hospedagem dos artistas na capital mineira, como também o deslocamento às cidades visitadas pelos intelectuais (VIEIRA, 1997; CEDRO, 2016). Além de maior proximidade e sintonia entre modernistas mineiros e paulistas, os ecos da Caravana de 1924 em Minas Gerais também puderam ser percebidos por algumas iniciativas institucionais do poder público⁷.

A história das artes plásticas em Belo Horizonte pode ser dividida nos seguintes cortes cronológicos indicados por Rodrigo Vivas (2012): 1) arte acadêmica entre 1918 a 1936; 2) arte moderna entre 1936 e 1963; 3) e as neovanguardas que assinalaram a arte contemporânea entre os anos 1964 a 1970. Sem se ater a maiores detalhes explicativos sobre a caracterização desses períodos, é consensual que a partir de 1936, com as exposições realizadas no Salão Bar Brasil, o modernismo começou a trilhar sua trajetória na cena belo-horizontina.⁸ Sob a coordenação do artista Delpino Júnior, a mostra de 1936 foi bastante emblemática por ter sido o primeiro evento coletivo ao reunir artistas plásticos e arquitetos sintonizados em subverter os cânones acadêmicos. A começar pelo inusitado local do evento: um bar situado no térreo do recém-inaugurado edifício ícone do início da verticalização belo-horizontina, o Cine Theatro Brasil (1932) que, naquela época, era um espaço pouco convencional para exposições de tal natureza. As inovações do Salão Bar Brasil prosseguiram ao “apresentar trabalhos de princípios cubistas, expressionistas e fortes traços de *art déco*” (VIEIRA, 1997, p.153). Nessa perspectiva, os artistas expositores tinham como objetivo problematizar, questionar, transgredir e democratizar a arte institucional na capital mineira: “essa foi uma das exposições de arte de maior impacto nos anos 1920 e 1930 em Belo Horizonte. Ela tanto conseguiu provocar o público e leva-lo a participar como pressionou a administração municipal da cidade a dar atenção ao problema posto em debate” (VIEIRA, 1997, p.150-51). As exposições seguintes receberam apoio da Prefeitura de Belo Horizonte⁹ e foi institucionalizada, passando a integrar a agenda cultural da cidade até o ano de 1939. Entretanto, apesar da importância para o modernismo local, um fato desagradou os participantes da mostra. Na ocasião em que a Prefeitura passou a promover o evento, nomeou como curador e organizador das exposições o professor de artes Aníbal Mattos¹⁰. De perfil acadêmico, era rejeitado pela maioria dos vanguardistas

7 O governador Fernando Mello Viana, durante seu mandato (1924-26) que coincidiu com o período da expedição paulista, criou uma comissão para discutir a preservação das construções barrocas no estado mineiro. O mandatário estadual seguinte, Antônio Carlos Andrada (1926-30), promoveu concurso arquitetônico para a construção da reitoria da Universidade de Minas Gerais fundada em 1927, cujos projetos foram expostos no saguão do Teatro Municipal, situado à Rua Goiás, área central de Belo Horizonte. Como também convidou a professora belga Jeanne Louise Milde para acompanhar as artes plásticas na capital mineira (VIEIRA, 1997).

8 Pode-se afirmar que em Belo Horizonte, prosa e poesia despontavam para o modernismo literário, enquanto as artes plásticas avançavam de maneira mais tímida e isolada. Vale destacar que no ano de 1920, a pintora ítalo belo-horizontina Zina Aita inovou ao realizar a primeira exposição individual de estética moderna realizada na capital mineira. Porém, tratou-se de uma mostra individual, sem maiores desdobramentos naquele ambiente marcado pelo predomínio do academicismo. Contudo, devido à sua reconhecida importância, Zina Aita participou da Semana de Arte Moderna em 1922. De acordo com Ivone Vieira (1997, p.125): “os anos 1920-30 marcaram o apogeu da institucionalização da arte acadêmica na cidade. O modernismo emergente inicia-se nos anos 20 apenas como elemento de pressão, fortalecendo-se nos anos 30 e tornando-se um elemento denso que abre espaço e enfrenta a cultura dominante”.

9 Durante os mandatos dos prefeitos Otacílio Negrão de Lima (1935-38) e José Osvaldo Araújo (1938-40).

10 Artista fluminense formado na Escola Nacional de Belas Artes que criou, nos anos 1920, a Escola de Belas Artes e

belo-horizontinos que o consideravam conservador e um entrave para expandir e dinamizar a arte moderna na capital mineira. Como também, Mattos desagradava os participantes por burocratizar e dificultar as inscrições para os artistas expositores que não fossem acadêmicos (PERDIGÃO, 2020).

Na administração municipal de Juscelino Kubitschek (1940-45), as exposições promovidas pela prefeitura belo-horizontina no Salão Bar Brasil foram temporariamente suspensas. Contudo, em virtude do ambicioso projeto político cultural e urbanístico de modernidade implementado pelo prefeito JK na capital mineira, as artes plásticas não passaram despercebidas (CEDRO, 2009). Vieira (1997) informa que o artista Thomas Santa Rosa e o escritor José Guimarães Menegale foram convidados por Juscelino para dar novo formato ao Salão. Em 1944 foi realizado pela prefeitura evento de maior envergadura e repercussão ao reunir artistas e intelectuais modernistas do cenário nacional dos anos 1920 e 1930, inclusive aqueles que participaram da Semana de 22 em São Paulo. Nesse sentido, a Exposição de Arte Moderna de Belo Horizonte realizada durante o mês de maio de 1944, no segundo andar do Edifício Mariana – área central da capital mineira –, “figura entre os eventos definidores da arte moderna no Brasil [...] essa exposição teria sido importante por recolocar em pauta as propostas modernistas” (VIVAS, 2012, p.90). Contudo, “a recepção do modernismo foi marcada pela reação negativa apresentada pelo público e pela imprensa, numa mescla de incompreensão, admiração e estranhamento (CEDRO, 2009, p.134), haja vista que a exposição “causou grande impacto na ainda pacata Belo Horizonte: oito telas expostas foram cortadas à gilete” (ÁVILA, 1997, p.178)¹¹.

De acordo com Vivas (2012), essa mostra modernista se destacou daquelas realizadas anteriormente em razão da instauração de debate crítico em diversas frentes, a exemplo das acaloradas discussões nos artigos publicados pelos jornais entre especialistas e organizadores do evento.

Na década de 1940, o projeto de modernidade colocado em prática na capital mineira incluiu, dentre outras iniciativas, a construção do conjunto arquitetônico paisagístico e artístico da Pampulha com as emblemáticas idealizações e ativas participações de Oscar Niemeyer, Burle Marx, Alfredo Ceschiatti, Santa Rosa, Paulo Werneck e Cândido Portinari, cada um colaborando em sua especialidade. Naquela oportunidade, o artista fluminense Alberto da Veiga Guignard foi convidado pelo prefeito Juscelino para participar da reorganização das mostras de artes plásticas na capital mineira.¹² Para João Perdigão

incentivou a cultura artística em Minas Gerais. Posteriormente, essa escola foi incorporada à Escola de Arquitetura, da qual também foi um dos seus fundadores.

¹¹ O pesquisador João Perdigão registra que, na época, muito se falou sobre esse vandalismo ao alegar que as razões variavam em torno de pessoas contrárias à mostra e às iniciativas modernistas de Juscelino. Outros alegavam ser um ato de protesto cometido por pessoas simpáticas a Aníbal Matos contra a sua destituição da coordenação dos eventos artísticos municipais. Porém, Perdigão esclarece que “passadas muitas décadas, descobriu-se que quem anavalhou os quadros foi Yves Bernanos, filho de Georges Bernanos, como uma retaliação ao que Oswald de Andrade dissera sobre o pai dele – inclusive, um dos alvos do ataque foi uma obra de Oswald de Andrade Filho” (PERDIGÃO, 2020, p.173).

¹² Marcelo Bortolotti (2021) elenca as várias versões que resultaram na ida de Guignard para a capital mineira, sobretudo, apontando as pessoas que supostamente teriam indicado seu nome ao prefeito Juscelino Kubitschek: Aníbal Machado, Elvira Xavier Cabral, Rodrigo Melo Franco, Oscar Niemeyer ou Cândido Portinari. O pesquisador conclui que

(2020, p.159), “o cenário moderno de Belo Horizonte, embora já se destacasse localmente, não possuía uma trajetória consagrada até a chegada de Guignard”. O historiador Rodrigo Vivas (2012) sugere que a vinda de Guignard representou a institucionalização do modernismo em Belo Horizonte e o conseqüente rompimento do conservadorismo. A Escola por ele fundada formou gerações consagradas no campo da arte contemporânea, a exemplo da artista plástica Yara Tupinambá de quem foi professor.

Natural de Nova Friburgo (RJ), de avós paternos franceses e família de origem católica, Guignard nasceu em 1896 com fissura palatina (lábio leporino), cujo trauma estético o incomodou durante toda a sua vida, apesar das intervenções cirúrgicas submetidas. Mudou-se para Petrópolis, onde seu pai era comerciante e, em 1906, a quem veio falecer em virtude de um disparo acidental de arma de caça: “Guignard parece ter ficado marcado por essa ausência e sempre o homenageava colocando balões em suas telas, pois seu pai sempre comemorava o próprio aniversário com festas juninas” (VIVAS, 2012, p.107). O pós-morte do pai foi impactante e decisivo para Guignard: 1) inicialmente, mudança para o Rio de Janeiro (bairro da Tijuca); 2) convivência com novo padrasto de origem aristocrática alemã, bem mais jovem que sua mãe, considerado ríspido e autoritário; 3) deixou o Brasil e alternou residência entre Suíça, França e Alemanha. Em Munique, sem qualquer vocação, Guignard foi matriculado em uma escola de agronomia quando tinha 19 anos. Porém, o caminho que seguiu foi o das artes plásticas e, em 1917, ingressou na Academia de Belas Artes da capital bávara e tornou-se aluno do ilustrador gráfico Adolf Hengeler e do pintor Hermann Groeber. O ambiente artístico estava efervescente nessa cidade e anos antes, em 1910, Kandinsky e Franz Marc, precursores da arte abstrata, fundaram o *Der Blaue Reiter*, um significativo grupo da vanguarda modernista europeia (VIEIRA, 1998, p.35). Posteriormente Guignard seguiu para Florença e Paris, “em busca de novos conhecimentos e vivências entre arte e cultura, tradição e modernidade” (VIEIRA, 1998, p.35). Em sua longa trajetória europeia sintonizada ao modernismo, Guignard frequentou diversas academias de arte, participou de inúmeras exposições e recebeu muitas premiações. De volta ao Rio de Janeiro, abriu ateliê no Jardim Botânico, aproximou-se dos artistas modernistas nacionais, sobretudo Portinari e envolveu-se em várias mostras e comissões até ser convidado, em 1944, por Juscelino Kubitschek para organizar a Exposição de Arte Moderna, juntamente com José Carlos Menegale, e dirigir nova escola de pintura e desenho na cidade de Belo Horizonte, inicialmente conhecida como ‘Escolinha do Parque’. Tal iniciativa “não pode ser considerada um evento isolado no contexto das realizações do projeto de Kubitschek” (VIEIRA, 1988, p.28). Na acepção de Ivone Vieira (1988, p.46), “a intenção era criar uma Escola de Artes ousada, espaço de

“não é difícil acreditar na veracidade de todas essas versões, considerando que a transferência de Guignard pode ter sido uma solução coletiva, ou uma saída espontânea para um problema para o qual muitas pessoas tiveram a mesma resposta” (BORTOLOTTI, 2021, p.309). Em publicação anterior a de Bortolotti, João Perdigão (2020) não entra em maiores detalhes, mas também afirma que “o nome de Guignard se tornou uma indicação unânime entre diversas pessoas ligadas a JK”.

reflexão democrática, na qual o saber dinâmico, experimental entrasse em luta constante com o saber estático, confrontando teoria e prática na realização de trabalhos concretos”.

Inicialmente denominada Instituto de Belas Artes, a escola administrada por Guignard foi oficialmente criada por decreto municipal em 1944 e incorporada no mesmo ano à Escola de Arquitetura já existente¹³ (PERDIGÃO, 2020, p.162). O objetivo do prefeito Juscelino era que a fusão das duas escolas pudesse captar maiores incentivos financeiros do governo federal ao vincular o ensino à Escola Nacional de Belas Artes. Entretanto, não houve êxito em razão de posições políticas e artísticas contrárias à concretização da fusão desses dois estabelecimentos, como também, “o mestre recém-chegado se negou a aceitar tal proposta, exigindo autonomia para seu método livre de ensino” (PERDIGÃO, 2020, p.163). Posteriormente, a Escola de Arquitetura foi incorporada à Universidade de Minas Gerais em 1946, enquanto que o decreto do prefeito João Franzen Lima criou o curso de Belas Artes em 1947 tendo Guignard como professor dois anos depois (VIVAS, 2012).

Desde então, nos anos seguintes, a Escola de Belas Artes de Belo Horizonte passou por tortuosos percursos em virtude de interferências políticas municipais e estaduais e também pelo conservadorismo acadêmico pouco simpático ao modernismo e compartilhado pelas elites locais e por gestores públicos. Entre o fim de subvenções governamentais, desocupações e remoção das instalações, a Escola foi transferida para diversos lugares improvisados: de aulas ministradas ao ar livre no interior do Parque Municipal aos porões do Instituto de Educação. Além de acomodar-se provisoriamente na sede do Partido Socialista Brasileiro, a um breve período em sala na Rua dos Goitacazes, até retornar ao Parque Municipal¹⁴. Desta vez, definitivamente nos escombros do inacabado Teatro Municipal projetado por Niemeyer, “repleto de tijolos expostos e cheio de goteiras” (PERDIGÃO, 2020, p.222). Dependências que não possuíam adequadas estruturas e suficientes verbas orçamentárias para o seu funcionamento (VIVAS, 2012).

Nesse contexto se inseriu a jovem Yara Tupinambá que, em 1955, com 23 anos de idade, matriculou-se na ‘Escolinha do Parque’. Desde a infância em Oliveira, com aproximadamente 6 a 7 anos, Yara interessou-se pelo desenho. Porém, foi em Itaúna, com aproximadamente 11 anos de idade, que recebeu as primeiras aulas de desenho com a professora Marita Gonçalves. Também foi importante para sua formação cultural o convívio com o padre alemão Oscar Bittner que lhe apresentou farta biblioteca da Santa Casa de Misericórdia, espaço onde teve contato com obras de vanguarda de artistas alemães, tão caros ao modernismo. Aos 17 anos, quando se mudou com a família para Belo Horizonte

13 Ivone Vieira (1988, p.48) informa que a criação da Escola de Arquitetura ocorreu em 5 de agosto de 1930 por iniciativa particular e, diante do movimento político nacionalista e da modernização do estado mineiro, representou espaço de disputa entre artistas conservadores e modernistas.

14 Desde 1989, tendo em vista a Constituição do Estado de Minas Gerais, a então denominada Escola Guignard passou a integrar a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Em 1994, foi inaugurado o atual e contemporâneo edifício para sediar a unidade acadêmica, cujo projeto coube ao arquiteto Gustavo Penna, localizado ao pé da Serra do Curral no Mangabeiras, nobre bairro da capital mineira (MORA, 1993).

ela recebeu aulas de pintura ministrada por uma freira no tradicional Colégio *Sacre Coeur de Marie*, no bairro Serra.

Mas ela imediatamente viu que eu tinha possibilidade, chamou meu pai e falou: - 'você precisa levar sua filha para uma professora'. E indicou uma professora particular que eu tive dois meses ou três, Maria Mourão. Ela também chamou meu pai e disse: '- o senhor deve levar essa moça para o Guignard que é um professor que fica lá no Parque'. Então, aí que eu fui conhecer Guignard com o meu pai que, aliás, ficou horrorizado com a pobreza, com a desgraça e com tudo que a escola era. Mas eu fiquei apaixonada pela escola e lutei muito com a família para que fosse frequentar (ENTREVISTA, 2017).

A precariedade das instalações da Escola de Belas Artes é destacada pela artista. Na visão dela, este descaso relacionou-se com a perda de prestígio de Guignard após o período da administração municipal do prefeito JK. A comparação com a gestão de Aníbal Matos frente à institucionalização da arte na capital mineira também integra a visão de Yara:

Foi em 1955, jogaram o Guignard ali. Tinha uma escadinha de madeira que faltava degrau, não tinha janela. A gente, nos dias de chuva, punha um papelão para tampar a chuva. Não tinha água. Nós íamos buscar água lá onde tem os barcos. E eu era uma moça, mais ou menos de família de classe mais alta, e meus pais ficaram desesperados quando me viram mexendo com essa pobreza toda, que era ser artista, entende? A arte não tinha valor. Então, em Belo Horizonte, meia dúzia de pessoas que comprava um quadro e que gostava de arte. Eu vou lembrar que no período de 1920 quando Aníbal Matos vem, ele talvez, pelo fato de ser muito sociável e tudo, ele conseguiu agregar e foi professor da Faculdade de Arquitetura... Ele conseguiu agregar mais gente, socialmente falando do que Guignard. Bom, quando o Guignard chega, é claro que ele atraiu a atenção dos jovens. E o primeiro momento dele é o momento do JK prefeito. Então, ele tem o prestígio que advém da indicação do prefeito. Mas, isso foi de 1944 até 1952-3. Quando eu entrei na Escola, o Juscelino era governador e o Guignard já tinha perdido todo aquele prestígio, entende? Ele já não tinha mais aquele lugar que a escola ficava, era um lugar sórdido nos escombros do Palácio das Artes. Hoje ali é a entrada, não tem um portãozinho velho? (ENTREVISTA, 2017).

Pode-se aferir que, além da pouca simpatia de acadêmicos e de gestores municipais pós-JK, uma das resistências encontradas ao modernismo da Escola de Belas Artes dizia respeito aos métodos pedagógicos praticados por Guignard. Ivone Vieira (1988) avalia que o professor Guignard não seguia os procedimentos acadêmicos tradicionais, transformando a sala de aula em uma oficina de trabalho, como também não confeccionava diplomas para os discentes. Contudo, estreitou vínculos entre professor e aluno. A pesquisadora expressa que Guignard “aguçou a visão crítica e relação dialética entre passado e presente, ao evidenciar para seus alunos as possibilidades de pesquisa estética, relacionando o tradicional com o moderno à procura de novos caminhos, tendo como ponto de partida a herança cultural do Estado” (VIEIRA, 1988, p.68). Ao mesmo tempo em que concedia liberdade criativa e espontaneidade aos alunos, Guignard estimulava o conhecimento e a

reflexão, como também exigia disciplina de seus discípulos (VIEIRA, 1988). As dualidades entre fantasia e realidade, emoção e razão, além de outras tensões do processo de criação artística “dinamizavam o ambiente da Escola e forçavam os alunos a adquirirem comportamentos ousados e rebeldes em relação aos cânones conservadores das artes” (VIEIRA, 1988, p.72). O relato de Yara Tupinambá sinaliza que os métodos de ensino de Guignard eram pouco convencionais ao se distanciar do academicismo:

As aulas, nós tínhamos dois tipos de aulas. Tínhamos a modelo viva: a modelo vinha e punha um biombo, arrumava, tirava a roupa e tal... Ele sempre punha em posições que não fossem agressivas. O nu que não fosse agressivo. Tirava o biombo e a gente desenhava. A gente desenhava também objetos. Às vezes ele punha uma garrafa, objetos diferentes, né? E as aulas lá fora no Parque. Então aí, ele dava...o que ele fazia? Ele não falava não, quase né? Ele falava mal...então ele pintava, ele falava 'aqui, ó, ó, ó ó'...então ele pegava o pincel, pingava três cores: marrom, bege e branco e fazia assim como o pincel, e fazia uma arte em três cores (ENTREVISTA, 2017).

Todavia, liberdade, ousadia e irreverência transmitidas aos alunos acompanhavam o rigor metódico, sobretudo no processo de utilização do lápis grafite na execução dos projetos artísticos: “uma maneira de disciplinar o gesto gráfico do aluno e subverter o olhar do artista, pois essa técnica não permite o uso da borracha” (VIEIRA, 1988, p.72). Sobre isso, Yara Tupinambá relembra que:

Todo desenho era feito com lápis duro. Porque você não desmanchava. Então não adiantava você ter borracha porque ficava marcado. Então você tinha observar muito para poder desenhar, né? E outra coisa também, quando você desenhava lá no parque [sons de bem-te-vi invadem essa entrevista], você ficava quinze dias no desenho, fazendo uns desenhos desse tamanho e tal... Aí você vinha com o desenho e ele cortava um papelzinho e ficava olhando. Bom, pedaço bom... Tirava, mandava cortar aquilo, punha um *paspartu* naquilo e colocava na parede. Quer dizer, o resto jogava fora. Então a gente é...ficava orgulhosa...quem fosse para a parede. Nossa mãe! Era chique, né? (ENTREVISTA, 2017).

Além do reconhecimento e do inestimável valor de sua vasta obra presente em acervos públicos e particulares, é inegável a importância de Guignard no campo da arte moderna belo-horizontina ao formar gerações de artistas que se destacaram tanto no nível local quanto no nacional. Nas turmas iniciais frequentaram nomes que, posteriormente, seguiram o caminho de outros movimentos artísticos como a arte abstrata e o concretismo, no qual muitos ex-alunos de Guignard foram expoentes tanto no Brasil quanto no exterior.¹⁵

Yara Tupinambá integrou – juntamente com Álvaro Apocalipse, Gavino Mudado Filho, Jarbas Juarez, Vicente de Abreu, Wilde Lacerda, dentre outros –, a segunda geração de alunos de Guignard nos anos 1950. Para a artista, essa geração se diferenciou da primeira por assumir maior participação política através da arte. Tal afirmação é ilustrada

¹⁵ Alguns integrantes da denominada 1ª Geração Guignard: Amílcar de Castro, Chanina, Farnese Andrade, Marília Helena Andrés, Mário Silésio, Mary Vieira, Nely Frade, Petrónio Bax, dentre outros. Sobre arte abstrata e concretismo no Brasil ver LOPES (2010).

por ela ao se referir ao painel de sua autoria sobre a Conjuração Mineira que se encontra exposto no saguão da reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais¹⁶: “quando eu faço a Inconfidência Mineira eu faço mais do que sua história, mas a história daqueles que lutaram pela liberdade... tanto que eu começo com Felipe dos Santos, né? Então, nós todos tivemos – mais cedo ou mais tarde – uma consciência de que era preciso fazer alguma coisa por Minas” (ENTREVISTA, 2017). Esse emblemático mural foi produzido entre os anos 1968-69 por encomenda de Gérson de Britto Mello Boson, reitor daquela universidade deposto pelos militares no período da ditadura (1964-1985). O que era para ser uma imagem solitária de Tiradentes – em razão de lei federal¹⁷ instituída para homenagear nas instituições públicas o patrono nacional –, tornou-se uma produção artística de maior envergadura. Enquanto Yara, sob os andaimes, finalizava a obra ao escrever a frase solicitada por Boson: “a condição primeira da cultura é a liberdade” –, os militares invadiam o *campus*.

Quando eu começo a escrever 'condição', aquele fuzuê na universidade, aquela gritaria, o reitor deposto, tiraram já... o coronel assumiu...lá embaixo, militar com metralhadora. Eu só via professor ali dentro do campus fugindo. Eu fiquei lá em cima encravada. O que eu vou fazer com isso aqui? [...] Aí meu pai: 'você prometeu? Então você vai cumprir. Você não vai desonrar seu nome, você vai cumprir sua palavra. E eu vou fazer de tudo para que não seja presa'. Meu pai tinha bom relacionamento com Pedro Aleixo, Francelino Pereira... Então eu não fui presa, mas durante dois dias eu tremeliquei de medo para escrever a frase do Boson (ENTREVISTA, 2017).

Todavia, a produção de Yara não se restringiu a obras de cunho político. Embora admita sua forte preocupação social, a artista confessa não ter participado de nenhuma militância. Diante disso, utilizou sua arte com propósitos diversificados, ampliando temáticas vinculadas às suas experiências e vivências no campo da história, das festas, da natureza e das cidades.

4 | A CIDADE NA ARTE DE YARA TUPINAMBÁ

As transferências profissionais por parte do pai resultaram em uma vida de contínuos deslocamentos residenciais para acompanhá-lo e Yara alega não possuir quase nenhuma lembrança da infância em sua cidade natal, Montes Claros. As primeiras memórias reveladas pela artista destacam breve estadia no município fluminense de Barra do Piraí, mas se tornam mais nítidas quando passou a residir na cidade mineira de São João Del Rei:

¹⁶ **Inconfidência Mineira** (1969, 40m x 4m / tinta acrílica sobre placas de ocaplan (fibras prensadas em madeira fixadas por parafusos). Outros murais de Yara se encontram expostos no *campus* Pampulha da UFMG e também tombados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte: **Desbravamento do Rio São Francisco** (1968, tinta acrílica sobre ocaplan, 10,5m x 4m, Faculdade de Educação, doação do Banco Mercantil em 1990) e **O Trabalho Humano** (1979, painel de cimento, revestimento externo do prédio denominado Unidade Administrativa II, sede da FUNDEP (Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa).

¹⁷ Lei Federal n.4.897 promulgada pelo presidente militar Humberto Castelo Branco em 09 de dezembro de 1965 ao declarar Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, o patrono da nação brasileira, ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14897.htm

Então nós moramos em Barra do Piraí, a única coisa de que me lembro era da casa que dava para o rio. A gente da janela via o rio, e tinha perto da casa uma tamareira, pé de tamarindo que a gente brincava e tudo. Depois, já tenho que é mais nítida, é em São João Del Rei. Papai foi residente em São João Del Rei e ali, minha primeira lembrança estética vem de lá. A casa que nós morávamos, era a casa de um engenheiro e tinha um repuxo com peixinhos vermelhos. Então, a primeira lembrança que eu tenho assim, é a beleza daquilo. Tenho também algumas lembranças de um quintal muito grande onde tinha um campo de vôlei e minha mãe chamava algumas pessoas para jogar. Outra lembrança que eu tenho de São João é uma ida minha a um teatro. Meus pais não tinham com quem me deixar e me levaram para assistir uma peça junto com eles (ENTREVISTA, 2017).

Nessa perspectiva, a beleza das cores do quintal integra as primeiras memórias estéticas e afetivas de Yara Tupinambá. No decorrer de sua carreira, a artista optou em produzir obras artísticas que seguissem coerência e sintonia com suas memórias, experiências e vivências. Tanto nas exposições realizadas ao longo dos anos, quanto na apresentação de seu sítio eletrônico oficial, as séries temáticas protagonizaram e ainda sinalizam suas produções artísticas¹⁸. As imagens a seguir reproduzem algumas das telas pintadas por Yara que representam seu olhar sobre as cidades. Aqui, optou-se em apresentá-las de maneira geral, sem precisar maiores detalhes sobre cada uma como produção, exposição, venda ou eventual arremate. No entanto, essas telas integram coleções particulares e foram produzidas em distintas temporalidades e apresentam palimpsestos urbanos, isto é, camadas sobrepostas de elementos interioranos com edificações verticalizadas contemporâneas da grande metrópole.

18 A exemplo de seu sítio eletrônico elencar os seguintes títulos das séries: 'Signos de Minas' e 'Série Preto e Branco', ambas com subtítulos 'Festas de São João' e 'Oratórios e Santos'; além das séries 'Natureza' e 'Cidades e objetos'. Ver http://yaratupynamba.com.br/?page_id=12024, acesso em 19 de janeiro 2022.



Imagem 1: Yara Tupynambá, Oratório Mineiro, 2004, Acrílica sobre tela, Coleção Newton de Paiva

Fonte: Cópia digital disponibilizada pela artista



Imagem 2: Yara Tupynambá, A cortina e a cidade, 2003, Acrílica sobre tela, coleção Antônio Carlos Gonçalves

Fonte: Cópia digital disponibilizada pela artista



Imagem 3: Yara Tupynambá, Cidade noturna, 2004, acrílica sobre tela

Fonte: Cópia digital disponibilizada pela artista



Imagem 4: Yara Tupynambá, Anjo na cidade mineira, 2013, Acrílica sobre tela

Fonte: Sítio eletrônico oficial da artista <http://yaratupynamba.com.br/>

Esses trabalhos de tinta acrílica sobre tela (imagens 1 a 4) apresentam casarios, paisagens, janelas, oratórios que sinalizam elementos barrocos interioranos e nos quais se incorporam em edificações verticalmente formatadas em alusão à urbe contemporânea. Essas profusões de cores vivas, conforme aqui exposto em seu depoimento, tiveram forte influência através de suas primeiras lembranças estéticas na infância em São João Del Rei através das cores vermelha e azul das flores e dos peixinhos nos jardins de um imenso quintal. Nesse sentido, muito do que ficou internalizado pelas suas vivências, seja consciente ou inconsciente, na utilização do colorido e da estética da cidade interiorana pode estar vinculado às suas representações sobre urbano tendo em vista as cidades onde morou na infância e na juventude até residir em Belo Horizonte. “É a possibilidade de que locais possam tornar-se sujeitos, portadores da recordação e possivelmente dotados de uma memória que ultrapassa amplamente a nossa memória usual” (ASSMANN, 2011, p.317). No município de Oliveira, a sudoeste do Estado mineiro, Yara Tupinambá também residiu quando criança e carrega consigo memórias de uma casa muito grande e um enorme quintal, afirmando que “já tinha gosto definitivo pela pintura e lembranças mais claras daquela época” (ENTREVISTA, 2017). Além disso, revela que naquele período sonhava em ser artista de circo, especificamente, trapezista. E de maneira bem-humorada arrisca dizer que “o artista de hoje em Belo Horizonte, cada vez mais é um trapezista, equilibrando por aí, as suas coisas e sua vida” [risos] (ENTREVISTA, 2017). Já quando morou na cidade mineira de Itaúna, a artista informa que, durante o primeiro ano ginásial, teve uma professora de desenho que lhe marcou muito a vida:

Dona Marita Gonçalves que me estimulou profundamente. Ela era uma mulher fina e elegante. Então ela foi dar aula de desenho e viu meu potencial e me levava toda quinta-feira para a casa dela para eu desenhar com ela. Então ali, ela punha jarro, punha objetos e tal, e eu saía daquela coisa curricular e ela pediu para a secretária dali que eu tivesse um curso mais especializado. Então eu já não fazia 'a grega' que todo mundo fazia. Eu já fazia um desenho livre dentro da escola. Ali eu já estava definida mesmo que eu queria desenhar. Claro que não como profissão. Quem pensava em profissão naquele tempo, ainda mais para uma moça. Profissão era casar e ser boa dona de casa. Mas o gosto pelo desenho eu já tinha manifestado ali (ENTREVISTA, 2017).

Além desse depoimento, Yara rememora os tempos de adolescência em Itaúna e como teve seus primeiros contatos com festas populares que, de certa maneira, encontram-se presentes na composição estética de suas telas.

Em Itaúna, meu primeiro contato com a arte popular que eu trabalho, sempre, muita coisa com ela, né. Foi congado. Ali tinha uns congados, um morro onde tinha uma igrejinha e as festas de agosto. Eu era apaixonada por aquilo. Eu fugia de casa para assistir essas festas de agosto que era já a dança, era a manifestação cultural popular, isso sim deve ter sido um ponto que me marcou muito (ENTREVISTA, 2017).

Em relação aos festejos folclóricos e como essas memórias seguiram vivas em suas

telas, Yara também se lembra de certos períodos em que voltava eventualmente para a cidade de Montes Claros e passava férias na fazenda do avô: “então ali eu, com 16, 17 anos, tive contato com os catopês¹⁹, as festas de agosto, entendeu? Então essa coisa toda vem. É claro, sedimentada mais tarde, mas ela vem ainda em um período juvenil, digamos assim” (ENTREVISTA, 2017). Nesse sentido, essas memórias integram “múltiplos mundos classificados, orientados e nomeados [...] como também descontinuidades impostas sob formas de diversas categorias voltadas às suas experiências exteriores” (CANDAU, 2019, p.84).

A estética das telas de Yara Tupinambá, especialmente em relação à temática urbana, certamente recebeu forte inspiração de seu professor. As pinturas realizadas por Guignard se destacaram por igrejinhas, janelas, casinhas, balões festivos, folgedos e outros elementos que integravam suas cidades imaginadas, sobretudo sintonizadas às suas memórias.

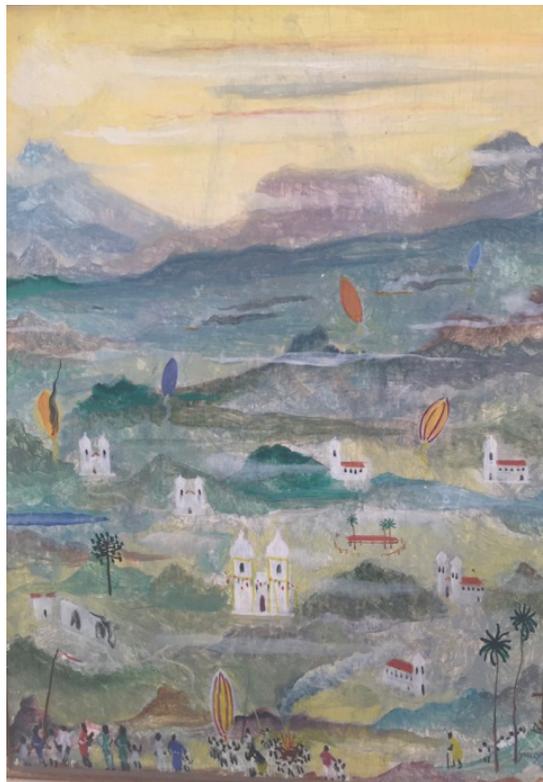


Imagem 5: Alberto da Veiga Guignard, Tarde de São João, 1959, Óleo sobre madeira, Coleção Priscila Freire

Fonte: Fotografia tirada pelo autor. Centro Cultural Banco do Brasil (Belo Horizonte, 2022)

¹⁹ Catopês, marujadas e caboclinhos, grupos tradicionais que integram as festas e práticas religiosas do mês de agosto na cidade mineira de Montes Claros. Cortejos, bênçãos, missas, levantamento de mastros em alusão ao congado regional em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Divino Espírito Santo (MALVEIRA, 2011).



Imagem 6: Yara Tupinambá, Essas Minas neblinosas, Vinil sobre madeira, Coleção Regina e Delcir da Costa, 1994

Fonte: Cópia digital disponibilizada pela artista



Imagem 7: Yara Tupynambá, Balão e arabesco barroco, Acrílica sobre tela, 2002.

Fonte: Sítio eletrônico oficial da artista <http://yاراتupynamba.com.br/>

Tendo em vista as imagens aqui reproduzidas, percebe-se que as cidades representadas por Yara Tupinambá, assim como em Guignard, apresentam licença poética em identificar elementos imaginários da urbe. Não é uma cidade específica ou pautada pelo naturalismo, realismo ou pela ótica da perspectiva e da proporção, seguem a estética e a linguagem modernista. Os elementos que se pretendem destacar flutuam e se deslocam pelo olhar do espectador, são imaginados em cidades imaginárias. Ao ser questionada sobre isso, a artista esclarece que “é uma cidade modificada. A cidade é real e não é. Eu não falo que essa é uma rua tal. Eu faço uma síntese. Aqui é uma evocação poética de Guignard (ENTREVISTA, 2017)”. Nessa ótica, as telas de Yara sobre o urbano podem sinalizar ora uma cidade com signos coloniais barrocos – ao insinuar teatralização, religiosidade, persuasão e atributos mineiros –, ora uma grande metrópole com arranha-céus, ou mesmo em uma única tela apresentar indicativos e significados mesclados entre as duas experiências urbanas vividas pela artista. Assim, destacam-se oratórios, casarios, portas, janelas, igrejas, cores, luzes que rememoram a pequena cidade do interior e dividem

o protagonismo da tela com a verticalização urbana da metrópole contemporânea.



Imagem 8: Yara Tupynambá, Três janelas na cidade, Acrílica sobre tela, 2006

Fonte: Sítio eletrônico oficial da artista <http://yaratupynamba.com.br/>

Na década de 1950, época em que Yara Tupinambá era aluna de Guignard, o processo de verticalização da capital mineira seguia seu curso iniciado nos anos anteriores. Embora ainda existissem pomares e jardins, os altos edifícios, as casas modernas e as ruas pavimentadas gradativamente alteravam a paisagem urbana (SOUZA, 1998, p.208). A expansão da verticalização tornou-se irreversível e irrefreável nas décadas seguintes, coincidindo com o avanço da carreira artística de Yara Tupinambá e sua permanência definitiva na capital mineira. Nessa ótica, a artista expressa que suas telas sobre o urbano apresentam elementos de uma cidade real, sem, contudo, acercar-se por ordem ou por coerência, mas sim, pela poética e pelo sonho. A artista admite que, nesse processo, os elementos verticalizados começaram a surgir e a envolver suas representações das cidades coloniais mineiras, porém, Yara não abriu mão de suas referências barrocas: “a cidade já é uma mistura, porque eu estou vivendo aqui e de repente eu chego ali na janela e vejo prédios. Ainda hoje tenho vivenciado essa verticalização urbana” (ENTREVISTA, 2017). Em Belo Horizonte, a artista morou com os pais na região da Savassi e, posteriormente

mudou-se para sua própria casa no bairro Serra. Anos depois, passou a residir no bairro Vila Paris, onde vive atualmente. Esse raciocínio coaduna-se ao que expressa Jöel Candau (2019, p.85-6): “a amplitude da memória do tempo passado ignora a cronologia rigorosa da história e suas datas precisas que balizam o fluxo do tempo [...] e terá um efeito direto sobre as representações da identidade”.

A sequência temática ‘Comunidades’ (imagens 9 e 10), apresenta algumas telas de Yara em que ela direciona seu olhar para as favelas.



Imagem 9: Yara Tupynambá, Comunidade II, 2015, Carvão sobre papel, coleção Conceição Aparecida Pinto

Fonte: Fotografia tirada pelo autor em exposição na Casa Fiat de Cultura, 2016



Imagem 10: Yara Tupynambá, Comunidade VII, 2015, Carvão sobre papel, Coleção Cintia Coelho Galvão

Fonte: Fotografia tirada pelo autor em exposição na Casa Fiat de Cultura, 2016

Essa sensibilidade em evocar cidades e lugares alinha-se às suas vivências. No seu entorno residencial seja no bairro Serra ou no bairro Vila Paris, situam-se gigantescos aglomerados e comunidades em vulnerabilidade que reafirmam a segregação sócioespacial existente na metrópole belo-horizontina. Embora, situadas geograficamente próximas aos condomínios de luxo e das residências e dos estabelecimentos frequentados pelas camadas médias da sociedade, as favelas se distanciam socialmente e recebem pouca atenção desses segmentos e das autoridades. Nesse sentido, a estética das favelas irradia-se e impõe-se para aqueles que percorrem itinerários cotidianos em suas proximidades, e chamam atenção aos cidadãos que as observam com peculiar sensibilidade. Possivelmente, as representações de Yara Tupynambá acerca de cidades e lugares estejam atreladas à evocação, consciente ou não, daquilo que se viveu ou que ficou marcado na memória episódica ou espacial. Por conseguinte, essa memória individual ao ser compartilhada, inscreve-se como memória representante de um grupo ou de uma geração (HALBWACHS, 2006).

Assim como ocorreu com Guignard, a cidade de Ouro Preto estimulou as representações urbanas de Yara Tupynambá. A partir do ano de 1967, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) passou a organizar o Festival de Inverno naquela cidade. Tratava-se de “um avanço na extensão universitária à medida que visava uma dinamização da

cultura artística em outras cidades de Minas” (RIBEIRO, 1997, p.138). O evento idealizado por professores e por intelectuais apoiado pela Reitoria e financiado pela Prefeitura de Ouro Preto, Hidrominas S.A e pelo Governo do Estado, ofereceu aos estudantes “cursos de artes plásticas, música, cinema e história da arte, além de apresentação de grupos de teatro, recitais de música e cinema comentado” (RIBEIRO, 1997, p.139). Isto posto, Yara Tupinambá participou do 1º ao 12º Festival de Inverno de Ouro Preto entre os anos de 1967 a 1979, através de aulas ministradas e outras colaborações inscritas na programação dos eventos. O convívio profissional com a antiga Vila Rica inspirou a estética urbana de Yara, conforme ela mesma admite: “de festival de inverno foram 12 anos que eu vivi 1 mês em Ouro Preto, todo mês. Então, praticamente eu vivi 1 ano em Ouro Preto, entendeu? Eu fiquei indo dar aula lá. Então, esse agrupamento de casas...” (ENTREVISTA, 2017). A artista ainda realça que suas telas:

O Guignard me deu uma visão poética do mundo. E uma visão poética, você sabe, não precisa estar muito ordenada com a racionalidade. Eu posso fazer uma figura voando como Chagall, né? Eu posso fazer um quadro em que o vaso de flor acompanha... Ele maior do que o resto das coisas. Essa visão poética me permite não ser tão realista, entende? Eu posso sugerir mais do que representar a realidade. E posso agrupar as casas em que vivi esse período (ENTREVISTA, 2017).

Ainda sobre as idas e vindas em Ouro Preto e sua relação com o urbano, Yara constata que:

Eu acredito que minhas cidades são vivências. Porque eu dava aula de desenho e ficava olhando junto para corrigir o desenho dos alunos. Eu ficava olhando também, né? Sobre a cidade, então, eu vivenciei Ouro Preto e outras cidades. Eu sempre gostei muito de viajar. Então eu tenho uma convivência e uma vivência de interior. Talvez essa simplicidade, essa coisa tenha vindo desse meu desejo ardente de uma vida mais simples, mais simbólica no interior, apesar de saber que até Belo Horizonte para mim não era o lugar adequado. Que eu tinha que estar em São Paulo, mas eu nunca quis ir para uma cidade grande a não ser que fosse morar em Nova Iorque, aí eu queria né (risos)? Ela é diferente (ENTREVISTA, 2017).



Imagem 11: Yara Tupynambá, Ouro Preto, 2016, Acrílica sobre tela, Coleção Errol Flynn

Fonte: Cópia digital disponibilizada pela artista

Vale destacar ainda a importância ocupada da cidade maranhense de Alcântara em sua obra. Nos anos 1980, Yara passou um período trabalhando nesse emblemático município a convite do artista plástico Ivan Marchetti, juntamente com o pintor Júlio Coelho. Durante sua estadia, Yara inovou e produziu série temática dedicada a essa cidade com a utilização do carvão na confecção dessas telas. A artista buscou captar as ruínas da cidade maranhense praticamente abandonada após a Abolição (1888) e a Proclamação da República (1889) pela sua decadente aristocracia que, anteriormente, muito se enriqueceu com a escravidão e com a produção algodoeira no Maranhão durante o II Reinado. Ao se referir a essa série temática sobre a maranhense Alcântara, Yara expressa que “ricas cidades foram sepultadas pelo tempo [...] cuja riqueza se diluiu no sangue negro que correu em suas ruas” (TUPYNAMBÁ, Yara, s/d).



Imagem 12: Yara Tupynambá, Alcântara: a velha fachada, Carvão sobre papel, 1986

Fonte: Cópia digital disponibilizada pela artista

Percebe-se, portanto, que as telas de Yara sobre o urbano se remetem a seus suportes da memória, na acepção que Walter Benjamin denominou de *fisiognomia* da cidade. Imagens da cidade que sinalizam memórias não-lineares e fragmentadas, sem necessariamente expressar absolutos sentidos ou representar temporalidades, datas, nomes e lugares definidos (BOLLE, 2000). Múltiplos tempos, experiências e vivências que se acumulam e se sobrepõem através da produção de lembranças, percepções e nostalgias. Nessa ótica, a memória espacial presente nas telas de Yara Tupynambá sobre cidades fabrica elementos para preencher lacunas no propósito de dar lógica e sentidos na sequência de sua trajetória (HALBWACHS, 2006, p.32).

Se queres ser universal, parte de tua pequena aldeia. Esta frase de Tolstoi que norteou grandes obras, como as de Chagall foi também para mim um rumo a ser seguido em meu trabalho. Durante minha vida de artista procurei focar em tudo aquilo que tinha sentido, vivido e me emocionado no meu entorno, vivencias diversas que resultaram em fases de minha produção. A infância passada em pequenas cidades interioranas, quando a vinda de um circo significava um mundo de encantamento e fantasia esta presente nas figuras dos equilibristas, mágicos, e trapezistas. As diversas cidades que vivenciei com igrejas, casas, janelas, portas, se fazem presentes e recompostas através de cores e luzes, em memória afetiva (TUPYNAMBÁ, 2021).

De igual importância aos elementos urbanos representados por Yara, a série de telas e painéis de temática ambiental merece ser ressaltada. Além de composições dedicadas às matas mineiras como Vale do Rio Doce e Vale do Tripuí, ao cerrado da Serra do Cipó e

aos jardins do Inhotim, os parques urbanos belo-horizontinos também integram essa série ecológica, a exemplo do Parque Municipal Américo Gianetti, Parque das Mangabeiras e até mesmo o próprio jardim residencial da artista.

São com pedaços de florestas, árvores, lagoas e plantas que a maturidade de meu caminho se faz presente em tudo aquilo que vivi nas reservas ecológicas de minha terra. Assim Minas se faz presente, mostrando que a estrada que percorri foi longa e difícil, mas que, como tudo que representa nossa verdade é a visão que tenho de meu estado - a pequena aldeia que norteou minha pintura (TUPYNAMBÁ, 2021).

O Parque Municipal Américo Renné Giannetti foi projetado pela Comissão Construtora na época da idealização e planejamento da capital mineira para ser o maior parque da América Latina. A inauguração ocorreu em 26 de setembro de 1897. É a principal área verde e de lazer situada no centro de Belo Horizonte e a diversidade de seu ecossistema, registrado como patrimônio ambiental, divide a paisagem urbana com os arranha-céus da Avenida Afonso Pena e de seu entorno. Também ali, localizam-se o Teatro Francisco Nunes e o Palácio das Artes, importantes casas de espetáculo da capital mineira.

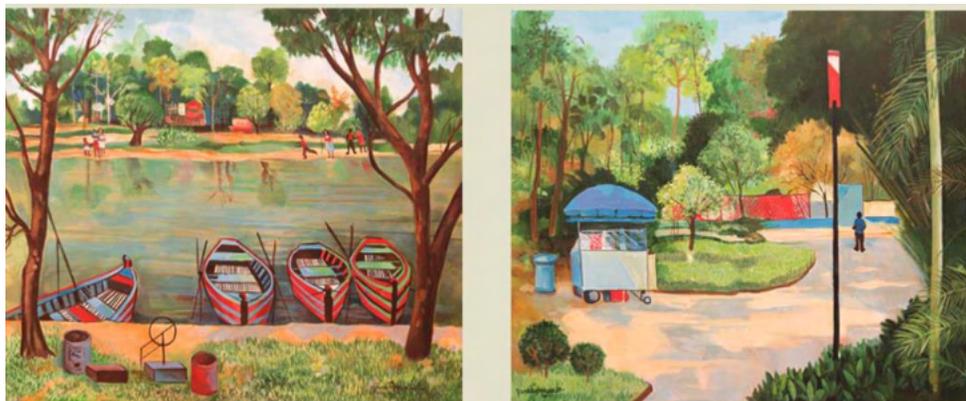


Imagem 13: Yara Tupynambá, Barcos do parque e Carrinho de pipoca, Acrílica sobre tela, 2017

Fonte: Centro Cultural Banco do Brasil (2021). Catálogo da exposição.



Imagem 14: Yara Tupynambá, Peixes vermelhos, acrílica sobre tela, 2017

Fonte: Centro Cultural Banco do Brasil (2021). Catálogo da exposição.

O Parque das Mangabeiras foi inaugurado em 1982 na gestão do prefeito Maurício Campos. Nos anos 1960 e 1970, essa área era ocupada pela mineração tendo em vista que integra a Serra do Curral, importante paredão natural que abriga a capital mineira e possui nascentes, fauna, flora, mirantes e outras biodiversidades. Também possui área de lazer e espaços de encontro e de sociabilidade.

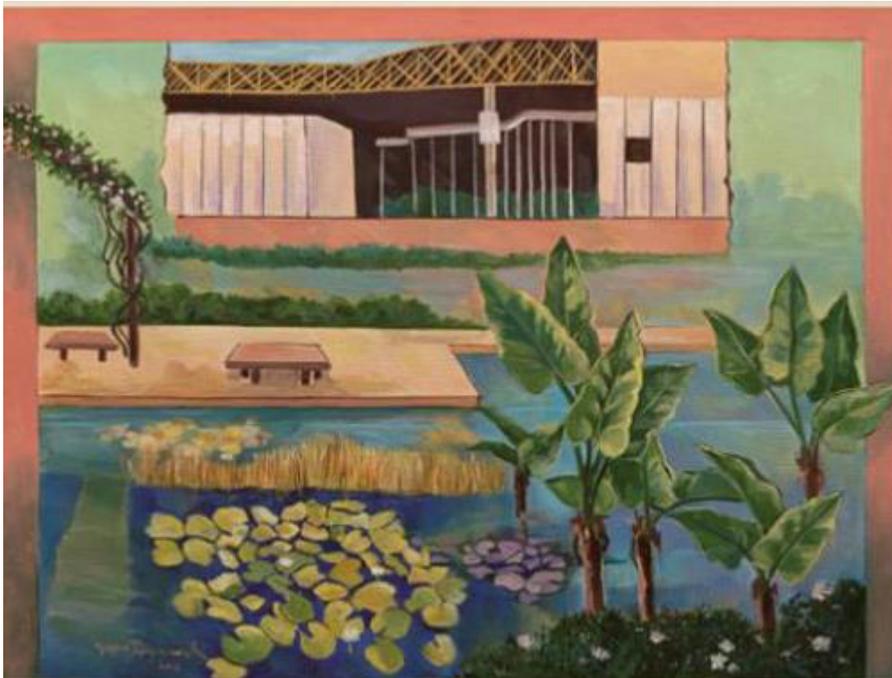


Imagem 15: Yara Tupynambá, Parque das Mangabeiras, Acrílica sobre tela, 2018

Fonte: Centro Cultural Banco do Brasil (2021). Catálogo da exposição.

Desde então, os parques públicos de Belo Horizonte integram as composições urbanas de Yara Tupynambá no sentido de se apresentarem com forte carga simbólica ao desempenharem espaços de lazer, de sociabilidade e lugares de memória afetiva, além de inserção ambiental e sustentável, pautas tão necessárias nas discussões urbanas contemporâneas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa tenta colaborar para que se perceba como o fenômeno urbano pode ser estudado nas mais variadas dimensões. No caso proposto, arte e cidade se entrelaçam em uma relação de possibilidades, de leituras e de conexões, sobretudo ao priorizar memórias e experiências no ambiente citadino através das representações construídas pelos artistas.

Mediante o direcionamento proposto pela Nova Historiografia da História da Arte em pouco se preocupar com rotulações estilísticas e em não atribuir absolutos significados à produção artística, como também ao sugerir a redução analítica do objeto de pesquisa, optou-se aqui na seleção de uma temática específica na tão vasta e plural obra artística de Yara Tupynambá. Os olhares sobre o urbano, ilustrados em algumas telas apresentadas

neste texto, sinalizam certas intencionalidades e caminhos percorridos pela artista montes-clarense. Longe da presunção em realizar afirmações categóricas, impositivas e absolutas, podem-se perceber lastros de memória afetiva na temática urbana de Yara Tupynambá, na qual ela busca dar protagonismo aos seus lugares de memória. Consciente ou não, cores e formas entranhadas nas suas lembranças, seja da pequena cidade do interior ou da grande metrópole, delimitam casarios, telhados, portas, janelas, igrejas, oratórios, paisagens e arranha-céus que convivem simultaneamente na estética moderna de suas telas.

A obra de Yara Tupynambá emergiu dos desdobramentos do modernismo mineiro tendo em vista seus fortes vínculos com Alberto da Veiga Guignard que foi um dos grandes protagonistas em institucionalizar as artes plásticas modernas em Belo Horizonte e em formar emblemáticas gerações de artistas contemporâneos. Contudo, simultaneamente, nas suas representações sobre o urbano, apresentam-se traços estéticos barrocos compartilhados com elementos verticalizados, muito pautados por memórias e por passagens pelas cidades do interior nas quais residiu até definitivamente estabelecer-se na capital mineira. Essa mescla entre permanências e inovações configura-se como condição intrínseca do próprio modernismo nacional e da modernidade em seu sentido mais amplo.

Portanto, o que se percebeu pelas imagens trazidas e pelos próprios depoimentos de Yara Tupynambá é que suas cidades artisticamente representadas são pautadas pelo real e pelo imaginário, carregando altas doses de intencionalidades, interpretações, representações, vivências, experiências e reminiscências.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Aracy. **Artes plásticas na Semana de 22**: subsídios para uma história da renovação das artes no Brasil. 5ª ed. São Paulo: Editora 34, 1998.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. trad.: Pier Luigi Cabra. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. trad.: Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011.

BAGONI, Luiz Armando. Tremor e calmaria. FOLHA DE SÃO PAULO, Ilustríssima, 13 fevereiro 2022, C8, C9

BAITELLO JR, Norval; SERVA, Leão. No princípio era a imagem: a atualidade do pensamento do historiador de arte Aby Warburg. FOLHA DE SÃO PAULO, Ilustríssima, 07 maio 2017, p.3.

BARROS, José D'Assunção. A visibilidade pura: uma análise comparada das concepções de Alois Riegl e Heinrich Wölfflin. **Revista Visuais**, UNICAMP, n.5, v.3, 2017, p.33-58.

BAXANDALL, Michael. **Padrões de intenção**: a explicação histórica dos quadros. Trad.: Vera Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BECKER, Howard. **Falando em sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Trad.: Maria Luíza Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BOLLE, Willi. **Walter Benjamin**: fisionomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin. 2.ed. SP: EDUSP, 2000.

BORTOLOTTI, Marcelo. **Guignard**: anjo mutilado. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Trad.: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. Trad.: Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

BURKE, Peter. Pintores como historiadores na Europa do século 19. In.: MARTINS, J.S.; ECKERT, C.; NOVAES, S.C. (orgs.). **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais**. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p.15-32.

CANAU Jöel. **Memória e identidade**. Trad.: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2019.

CARDOSO, Rafael. A história da arte e outras histórias. **Cultura Visual**, Salvador, n.12, out. 2009, p.105-113.

CASA FIAT DE CULTURA. Yara Tupynambá: pintando a natureza. Fiat, Ministério da Cultura: 2014 (catálogo da exposição).

CEDRO, Marcelo. **Praça Sete, Pampulha e Savassi**: centralidades urbanas e modernidade periférica na cidade de Belo Horizonte. São Paulo: Annablume, 2016.

CEDRO, Marcelo. **JK desperta BH (1940-45)**: a capital de Minas Gerais na trilha da modernização. São Paulo: Annablume, 2009.

CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. **Yara Tupynambá**: 70 anos de carreira. Curadoria José Theobaldo Júnior. Ministério do Turismo, Banco do Brasil, 2021.

CONJUNTO DE MURAIAS DA ARTISTA YARA TUPYNAMBÁ.

CHILVERS, Ian. **Dicionário Oxford de arte**. Trad.: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DAMISCH, Hubert; LEAL, Joana Cunha. Entrevista com Hubert Damisch. **Revista do Instituto de História da Arte**, Lisboa, v.3, 2007, p.7-18.

DELGADO, Lucília Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente**: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Trad.: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ENTREVISTA concedida em sua residência. Belo Horizonte, 28 dez. 2017.

ESPECIAL ARTE: Yara Tupinambá. *MulherArte: Revista Feminina de Arte Contemporânea*. Março, 2021, disponível em <http://www.sermulherarte.com/2021/03/especial-arte-yara-tupynamba.html#:~:text=As%20diversas%20cidades%20que%20vivenciei,reservas%20ecol%C3%B3gicas%20de%20minha%20terra>. Consulta em 15.04.2022

FORTUNA, Carlos. Simmel e as cidades históricas italianas, uma introdução. In.: _____ (org.). **Simmel: a estética e a cidade**. Trad.: Antônio Souza Ribeiro. São Paulo: Annablume; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p.9-17.

FREITAS, Artur. História e imagem artística: por uma abordagem tríplice. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.34, p.3-21, jul.- dez. 2004.

GAY, Peter. **Modernismo: o fascínio pela heresia**. Trad.: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 2ª ed. Trad.: Federico Garoti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMBRICH, Ernst. Sobre a interpretação da obra de arte: o que, o porquê e o como. Trad.: Carlos Montes Serranos, Mônica Eustáquio Fonseca. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 12, n.13, p.11-26, dez. 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad.: Beatriz Sidou. 2ª edição. São Paulo: Centauro, 2006.

KERN, Maria Lúcia Bastos. Imagem, historiografia, memória e tempo. **Art Cultura**, Uberlândia, v. 12, n. 21, p.9-21, jul.- dez. 2010.

KERN, Maria Lúcia Bastos. *Historiografia e arte: revisão face à arte contemporânea*. Apresentação ao XXIV Colóquio Comitê Brasileiro de História da Arte, Belo Horizonte, 2004.

LOPES, Almerinda da Silva. **Arte abstrata no Brasil**. Belo Horizonte: C/Arte, 2010 (Coleção Didática;5).

MALVEIRA, Ricardo. **Os catopês de São Benedito em Montes Claros**: rastros de uma ancestralidade mineira negra e festiva. (dissertação). Universidade Federal da Bahia, Escola de Teatro, 2011.

MARQUES, Ivan. **Cenas de um modernismo de província**: Drummond e os outros rapazes de Belo Horizonte. São Paulo: Editora 34, 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Rumo a uma história visual. In.: In.: MARTINS, J.S.; ECKERT, C.; NOVAES, S.C. (orgs.). **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 33-56.

MOURA, Antônio de Paiva. **Memória histórica da Escola Guignard**. Belo Horizonte: Usina de Livros, 1993.

PANOFSKY, Ervin. **Significado das artes visuais**. 3ª ed. Trad.: Maria Clara Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2012 (Debates;99).

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002 (História &... Reflexões;1).

PALHARES, Taísa Helena. Belo: a breve história de uma ideia. **Com Ciência**: Revista eletrônica de jornalismo científico, 2006, disponível em: <https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=15&id=145>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

PERDIGÃO, João. **Balões, vida e tempo de Guignard**: novos caminhos para as artes em Minas e no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PREVITALI, Giovanni. Apresentação. In.: VASSARI, Giorgio. **Vidas dos artistas**. Trad.: Ivone Castilho Bennedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011, p.XI-XIX.

PUGLIESE, Vera. O anacronismo como modelo de tempo complexo da espessura da imagem. **Palíndromo**: teoria e história da arte, n.6, p.13-51, 2011.

RIBEIRO, Marília Andrés. O modernismo brasileiro: arte e política. **ArtCultura**, v.9, n.14, UFU, Uberlândia, p.117-125, jan.-jul. 2007.

RIBEIRO, Marília Andrés. **Neovanguardas**: Belo Horizonte - anos 60. Belo Horizonte: C/Arte, 1997.

SENADO FEDERAL. **Yara Tupynambá**: 90 anos festa de São João. Brasília, Editora do Senado: 2022.

SIMIONI, Ana Paula. Campo artístico. In.: CATANI, Afrânio [et al.] (orgs). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p.66-68.

SOUZA, Renato César José de Souza. A arquitetura em Belo Horizonte nas décadas de 40 e 50: utopia e transgressão. In.: CASTRIOTA, Leonardo (org.). **Arquitetura da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p.183-229.

SOUZA, Françoise; DINIZ, Valéria (org.). **Conjunto de murais da artista**: Yara Tupynambá. Sem mais referências, 2009.

TUPYNAMBÁ, Yara. Especial Arte: Yara Tupynambá. SER MULHER ARTE, Revista feminina de arte contemporânea, 03 março 2021, disponível em <http://www.sermulherarte.com/2021/03/especial-arte-yara-tupynamba.html#:~:text=As%20diversas%20cidades%20que%20vivenciei,reservas%20ecol%C3%B3gicas%20de%20minha%20terra>.

TUPYNAMBÁ, Yara. **Casas**: uma visão de mundo. Formatação e Edição: Luiz Paulo de Oliveira, Slides em formato powerpoint), s/d.

VIEIRA, Ivone Luzia. A modernidade em Guignard: inocência poética em questão. in.: SOUZA, Eneida Maria de. (org.). **Modernidades tardias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p.31-44.

VIEIRA, Ivone Luzia. Emergência do modernismo. In.: RIBEIRO, Marília; SILVA, Fernando Pedro (orgs.). **Um século de história das artes plásticas em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: C/Arte, 1997, p.116-166.

VIEIRA, Ivone Luzia. **A Escola Guignard na cultura modernista de Minas, 1944-1962**. Pedro Leopoldo, MG: Companhia Empreendimento, Sabará, 1988.

VIVAS, Rodrigo. **Por uma história da arte em Belo Horizonte**: artistas, exposições e salões de arte. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

WÖLFFLIN, Heinrich. **Conceitos fundamentais da história da arte**: o problema da evolução do estilo na arte mais recente. Trad.: João Azenha Jr. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

O ENSINO DE HISTÓRIA NOS LIVROS DIDÁTICOS: PROPOSTAS DE APRENDIZAGEM NOS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS

Data de aceite: 01/09/2022

Nathalia Vieira Ribeiro

Graduanda do curso de História Licenciatura da
Universidade Federal do Rio Grande
<http://lattes.cnpq.br/6991967549735587>

Darcylene Pereira Domingues

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação
em História na Universidade Federal de Pelotas
<http://lattes.cnpq.br/1116806849100317>

Júlia Silveira Matos

Doutora em História, professora da
Universidade Federal do Rio Grande -
FURG, coordenadora do projeto Museus e
aprendizagens sensíveis. Coordenadora do
Programa de Pós-graduação em História -
FURG

RESUMO: O presente texto partilha com o campo da Educação Histórica a visão de que a partir de experiências com evidências do passado, crianças, jovens e adultos constroem suas compreensões e sentidos sobre a História. Nessa direção, nossa pesquisa parte do pressuposto que a partir de problematizações do presente a compreensão do passado se materializa. Isso porque os alunos em História precisam compreender as formas de vida do passado e suas diferenças do presente, de forma a perceberem permanências e mudanças. Sendo assim, o ensino de História a partir de experiências sensíveis em museus seria o palco destacado para tais vivências.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História;

Formação de professores; educação museal.

ABSTRACT: This text shares with the field of History Education the view that children, youth and adults build their understanding and meanings about History from experiences with evidence from the past. In this direction, our research starts from the assumption that, from problematizations of the present, the understanding of the past materializes. This is because students in History need to understand the ways of life of the past and their differences in the present, in order to perceive permanence and changes. Therefore, the teaching of History from sensitive experiences in museums would be the highlighted stage for such experiences.

KEYWORDS: Teacher training - teaching history - museum education.

INTRODUÇÃO

O presente texto partilha com o campo da Educação Histórica a visão de que a partir de experiências com evidências do passado, crianças, jovens e adultos constroem suas compreensões e sentidos sobre a História. Nessa direção, nossa pesquisa parte do pressuposto que a partir de problematizações do presente a compreensão do passado se materializa. Isso porque os alunos em História precisam compreender as formas de vida do passado e suas diferenças do presente, de forma a perceberem permanências e mudanças. Sendo assim, o ensino de História a partir de

experiências sensíveis em museus seria o palco destacado para tais vivências. No entanto, para que o docente de história consiga propor atividades em museus e aprendizagens a partir de experiências com patrimônio material, antes seria necessário um suporte didático para suas ações que viesse contemplado nos livros didáticos, considerando que não compo sua grade de formação na licenciatura.

Pesquisas que têm como cerne a exploração do campo do Ensino de História em espaços museológicos vem paulatinamente crescendo de forma expressiva na última década. A partir de um levantamento do Estado da Arte em torno da temática que se focalizou na busca por produções que tivessem "ensino de história" e "museus" como foco, essa afirmação pode ser corroborada. Essa pesquisa, realizada no campo Busca de Assunto da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) no catálogo de teses e dissertações, assinalado o item periódico revisados por pares no idioma português, com data de publicação entre 2017 e 2021, demonstrou que 266.663 trabalhos, dentre estes, 185.576 dissertações de mestrado e 81.087 teses de doutorado referendados se enveredam por esta perspectiva.

Esses números que nos parecem astronômicos se reduzem drasticamente quando alteramos os termos para "ensino de História em museus", a quantidade de trabalhos cai radicalmente para 10.000 trabalhos e quando modificamos mais uma vez o termo para "Aprendizagem histórica em espaços museológicos", não localizamos trabalhos referentes. Esse levantamento demonstra que pesquisas voltadas especificamente para analisar como se realizam as experiências de ensino e aprendizagem histórica em espaços museológicos, desenvolvidas por professores de História não vem sendo foco de trabalhos.

Mas, qual o motivo dessa lacuna? Com foco em responder a essa problemática, propomos no presente trabalho analisar como essa temática vem sendo trabalhada nos livros didáticos de ciências humanas e sociais aplicadas a partir de 2020, à vista da Reforma do Ensino Médio, distribuídos nas escolas municipais de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Isto porque, pensar o ensino de história em outros espaços contribui para aprendizagens significativas. Nessa perspectiva, os materiais de suporte para a docência em História são um recurso fundamental para o professor planejar suas ações externas à sala de aula.

Desse modo, objetivamos em nossa análise tecer considerações teóricas sobre o papel central que o livro didático ocupa no espaço escolar, apresentando a análise conjuntural desses livros, enfocando-se se há a presença, ou ausência, nesses livros didáticos, de atividades voltadas a ações de ensino de história em espaços museológicos.

OS LIVROS DIDÁTICOS E MUSEUS

Os livros didáticos são os recursos mais utilizados pelos professores nos ambientes escolares. Como aponta Matos (2013, p. 9), isso se deve em essência a dois fatores; o primeiro deles é que o livro é "inegavelmente um recurso fundamental para docentes

desprovidos de outros meios, como internet e até bibliotecas estruturadas" e o segundo se deve ao fato de essa ferramenta ser um recurso lúdico muito rico. Devido ao seu papel de destaque, os livros didáticos desempenham funções variadas, seja como fonte de orientação "[...] para explicações desenvolvidas nas aulas, como apoio ao planejamento e sugestões para avaliações, como material de estudo e atualização" (MONTEIRO, 2009, p. 175).

Nesse sentido, corroborando as proposições de Bittencourt (2010, p. 71 *apud* MATOS, 2013, p. 10) esse recurso "[...] continua sendo o material didático referencial de professores, pais e alunos que, [...], consideram-no referencial básico para o estudo". Não obstante, ainda conforme a autora, o livro didático não é legitimado somente pelos professores enquanto uma ferramenta basilar, mas também por pais e pelos próprios estudantes. "[...] Dessa forma, o livro adquiriu, com o passar dos tempos, um status, dentro da escola e o sistema educacional, que o coloca em destaque na prática dos professores". (MATOS, 2013, p. 10).

Em virtude de seu uso enquanto recurso didático quase exclusivo em diferentes funções, faz com que a estrutura ideológica e até mesmo estrutural do livro "[...] se torne hegemônica dentro da sala de aula na qual é utilizado. Isso porque tal material como produto cultural, transmite os posicionamentos de seus autores" (Op. Cit.). Mesmo que muitas vezes compreendido e entendido enquanto um produto "inocente", destituído de ideologias político-sociais e econômicas, o

livro didático, enquanto produto de uma sociedade do consumo, deve ser estudado enquanto meio de veiculação ideológica, seja ela oficial ou pedagógica. A partir dessa percepção, compreendemos que se faz necessário aprofundar nossas reflexões sobre os livros didáticos, enquanto produtos da sociedade de consumo, especificamente os de História, foco de nosso consumo e não como um "inocente" recurso didático simplesmente. Afinal, todo e qualquer suporte de escrita carrega em si a idealização de seu produtor e, ao mesmo tempo, de seu consumidor (Op. Cit., p. 11)

Nessa mesma direção, Magalhães (2011, p. 4) atenta para o fato de que o manual escolar deve ser percebido em sua materialidade, enquanto uma espécie de produto "autoral, editorial e mercantil", ou seja, enquanto mercadoria, um produto que é industrializado e comercializado, "com características próprias e que cumpre objetivos específicos nos planos científico, social e cultural". Conforme aponta Monteiro (2009, p. 176) "[...] os autores, ao produzir livros didáticos, interpretam as orientações oficiais, ou seja, as reelaboram segundo suas ideias pedagógicas e, ao mesmo tempo, incorporam expectativas dos professores, buscando atraí-los para o seu consumo".

Assim, esse recurso, enquanto um produto da sociedade de consumo, acaba por se materializar enquanto um resultado de "[...] pesquisas de mercado como qualquer outro item de consumo diário, inserido nas "leis" do marketing, sua feitura obedece às indicações e orientações das políticas educacionais e das discussões pedagógicas do

momento. (MATOS, 2013, p. 27), se ajustando aos circunstancialismos e às prerrogativas das políticas da educação, aliado à lógica industrial e cultural do sistema capitalista. Dessa forma, o livro didático assume na vida escolar, um papel de instrumento de "reprodução de ideologias e do saber oficial por determinados setores do poder e pelo Estado" Bittencourt (2010, p. 72 *apud* MATOS, 2013, p. 35).

Partindo desses pressupostos, Matos (2013), por meio de Bittencourt (2010), determina que esse recurso apresenta três esferas,

[...] a primeira é de tradutor dos conhecimentos acadêmicos para uma linguagem própria do saber escolar, ou seja, ele detém e sistematiza os conteúdos a serem ensinados na sala de aula; a segunda esfera reflete seu papel pedagógico, pois apresenta uma série de técnicas e métodos de ensino-aprendizagem como sugestão de aplicação para o professor, apresentando formas possíveis de como o conteúdo que ele oferece deveria ser ensinado e, por fim, "[...] o livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura" (MATOS, 2013, p. 35)

Ideologia cultural da classe dominante que, em cada sociedade, determina uma matriz de História que demarca a consciência coletiva de cada respectiva sociedade. Essa matriz é justamente o que contribui para a seleção de conteúdos considerados essenciais e indispensáveis no ensino de história, enquanto outros são deixados de fora. "[...] Isso porque os sujeitos, tanto autores, quanto professores estão inseridos dentro de uma conjuntura de tradições de pensamento que transcendem o momento vivido e remetem a cultura e a consciência coletiva de cada sociedade." (Op. Cit.)

Tendo em vista essas proposições, a partir da análise de quinze livros didáticos de ciências humanas e sociais aplicadas direcionados ao ensino médio, distribuídos no ano de 2020, iremos explorar se há ou não propostas de atividades de ensino para serem desenvolvidas em espaços museológicos.

ANÁLISE DOS LIVROS

De acordo com o PNLD de 2021, que abrange as diretrizes do de 2020, as finalidades do ensino médio seguem definidas pela LDB DE 1996, sendo estas:

"a) a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; b) a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; c) o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; d) a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina" (LDB, 1996)

Com o diferencial de que agora passa a vigorar a flexibilização do currículo

com os itinerários formativos. No caso dos projetos integradores, as obras didáticas têm como "objetivo tornar a aprendizagem mais concreta ao explicitar a ligação entre diferentes componentes curriculares e áreas de conhecimento, conectando estudantes a situações vivenciadas por eles em suas comunidades"(Edital PNLD, 2021), devendo, obrigatoriamente, contextualizar "a relação de ensino e aprendizagem permitindo que os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores construídos ao longo da realização dos projetos façam sentido para o estudante. Nessa perspectiva, pode-se contemplar contextos locais e abordagens regionais" (Op. Cit.).

Entre as competências específicas deste itinerário, somente as 1 e 3 que se referem, respectivamente a "Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva" e "Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural", nos interessam pois englobam a temática histórico-cultural ao qual nos atermos na pesquisa.

Em relação ao itinerário ciências humanas e sociais, foram especificados somente os critérios de eliminação dos livros, nos interessando aqui somente o 1.4.1.7 que especifica que os livros didáticos desse referente segmento devem "apresentar propostas de atividades envolvendo o uso de representações diversificadas para a construção e a disponibilização da informação referente aos processos geográficos, históricos e socioculturais, incluindo modelos matemáticos e computacionais".

Na tabela abaixo estão 15 obras, entre elas projetos integradores e das ciências sociais e humanas, onde analisamos se constam ou não atividades voltadas para os museus.

Edição	Nº de livros	Menção de atividades	
		SIM	NÃO
Contexto e Ação	3		X
Globalização, tempo e espaços	1		X
Populações, territórios e fronteiras	1		X
Trabalho, tecnologia e desigualdade	1		X
Sociedade, natureza e sustentabilidade	1		X
Projetos integradores/integrados	4	X ¹	
Política, conflitos e cidadania	1		X
Mundo do trabalho: Indivíduo e sociedade	1		X

¹ Apenas 1 dos livros propõe atividades, o livro "ser protagonista".

Identidade em ação	1		X
Mundo em movimento	1		X

Tabela 1: Elaborado pelas autoras

A sugestão de atividades que englobem museus foi identificada em apenas um dos quinze livros analisados, sendo esta podendo ser identificada entre as páginas 60 e 61 de um dos livros da edição projetos integradores, "ser protagonista" onde, no grande tema se centra "A importância do espaço para o lazer de uma cidade". A partir da análise do espaço da cidade enquanto um ambiente que propicia o lazer, os museus são indicados, por meio de websites, para que os alunos os acessem, tendo em vista que estes espaços são indicados como de "lazer". Perguntas norteadoras como "o que mais chamou sua atenção no museu? De que obras do acervo você mais gostou? Porque?", compõem o corpo da atividade.

Menções a museus como exemplos de ambientes culturais que constroem identidades coletivas foram encontradas na edição "Ser protagonista", assim como a sugestão do ativismo² utilizando exposições de arte e museus como exemplificação também foram encontradas em "Globalização, tempo e espaço". Contudo, apesar da alusão aos espaços museológicos, estes não foram os enfoques em nenhum dos casos, assim como não houve a proposição de nenhuma atividade relacionada a temática. Portanto, estes exemplos não foram considerados para a análise.

Essa pouca expressividade no que tange a proposição de atividades nos espaços museais, evidencia um déficit significativo no ensino em relação à temática. Para Wilder (2009, p. 100), a educação em um sentido amplo, é apontada como "[...] uma das principais ferramentas sociais no mundo contemporâneo, que pode capacitar os excluídos a enfrentarem os novos desafios gerados pela globalização e pelo avanço tecnológico" e são profícuos tanto para a área "da produção industrial, quanto, e principalmente, na da informação e de serviços". Para isso, a autora aponta que os saberes necessários para a educação do futuro devem ser transdisciplinares, "destinados a criar novas maneiras de conhecer e perceber-se no mundo". Desse modo,

O espaço dos museus, nesse quadro, constitui-se num importante campo para a educação não formal, multidisciplinar plural. Programas orientados para a criação de oportunidades para a percepção de contornos mais definidos de tempo e de espaços mais enraizados, que proporcionem experiências que conduzam a novas experiências que produzam narrativas consistentes. Os novos mapas profissionais exigem novas destrezas lógicas, cabe à educação pensar em espaços que ofereçam possibilidades de desenvolvimento dessas destrezas nas várias constelações (Op. Cit.)

Porém, para que esses aprendizados multidisciplinares propiciem experiências que

² Ações sociais e políticas, produzidas por pessoas ou coletivos, que se valem de estratégias artísticas, estéticas ou simbólicas para amplificar, sensibilizar e problematizar, para a sociedade, causas e reivindicações sociais.

produzam narrativas conscientes, a frequência a museus é um fator significativo para o desenvolvimento desses aprendizados e, a escola é a instituição mais qualificada para, por meio de seus educadores, "[...] suprir algumas das lacunas mais doloridas das famílias destituídas: a consciência de outras possibilidades, a capacidade crítica de perceber outros meios" (Op. Cit., pp. 106-107). Contudo, apesar do valor cultural imensurável dos museus, espaços onde a cultura pode ser vivenciada, aprendida e cultivada, o amplo acesso a esses lugares ainda apresenta muitas dificuldades. Isso se deve ao fato de que

[...] museus e galerias de arte são um exemplo de um modo bem -sucedido no qual um reconhecimento consensual da cultura dominante é produzido, enquanto, ao mesmo tempo, a maioria é excluída de participar amplamente desta cultura: museus, tais como práticas de arte e cultura em geral, agem afirmando "distinção" (WILDER, 2009, p. 72)

Historicamente, a visitação aos espaços museológicos foi percebida como um mecanismo que reproduz os poderes e privilégios das elites, ao perpetuar o poder simbólico e o econômico por meio da posse e acumulação de capital cultural. "[...] A primeira espécie de capital cultural toma a forma de gosto, maneiras e estilo derivados de exposição prolongada à cultura de elite ou burguesa" (Op. Cit., p. 73). Nesse sentido, acessar estes espaços tidos como elitistas pelas camadas populares, que compõem em geral as salas de aula das instituições públicas brasileiras, e (re)conhecer esses espaços a partir do seu ethos estético, só é possível após longo investimento em termos de tempo de pais e professores.

Por meio das proposições de Bourdieu, Wilder (2009, p. 74), infere que um dos grandes efeitos da escolaridade é produzir uma cultura de consenso, pois "a escolaridade impõe um conjunto de valores arbitrários a favor da classe dominante, uma vez que a escola também produz a cultura da distinção, paralela ao papel social de outras atividades culturais, como a visita ao museu". Além disso, a autora observa também

a existência de diferenças em competências culturais, na medida em que a apreciação estética é determinada socialmente: a recepção depende acima de tudo da competência do receptor, até que ponto ele domina o código da mensagem, domínio esse adquirido ao longo do tempo, iniciado no âmbito familiar por meio da visitação precoce aos museus, criando um sentimento de familiaridade. (p. 74).

Como apontado na seção anterior, o livro didático como um produto da cultura capitalista dominante na contemporaneidade, situado no novo contexto do ensino médio, a partir da Lei 13.415 de fevereiro de 2017, implementada essencialmente no último ano, ao suprimir de seu conteúdo os museus evidencia que essa cultura dominante que reconhece os espaços museais como elitistas, detentores de capitais simbólicos de uma pequena burguesia, não deve ser acessado de forma ampla pela sociedade. O que favorece o não reconhecimento dos sujeitos nesses espaços.

Desse não reconhecimento, se desvelam relações mal construídas que se refletem

em práticas que podemos destacar como a depredação de prédios e monumentos antigos (ou também chamados históricos), muitos já tombados como patrimônio Histórico, ruas e praças, monumentos públicos e etc. Além desse aspecto, também comumente ouvimos entre alunos da educação básica que os mesmos não gostam de História, o que demonstra a desconexão atual entre as sociedades e seu passado, aqui neste caso, da juventude brasileira, e com sua própria história e sua identidade que pode ou não estar representada nesses espaços.

Portanto, segundo Wilder (2009, p. 75), as atividades de ensino direcionadas aos espaços museológicos são importantes pois são capazes de

- a) favorecer a formação de crianças com uma presença mais atenta e crítica do mundo, conhecedora de sua cultura, especialmente aquelas que se encontram marginalizadas das oportunidades e exigências criadas pela sociedade atual;
- b) abrir espaços para a criação de circunstâncias mais favoráveis ao seu crescimento intelectual e emocional;
- c) trabalhar o seu imaginário através da arte, a contemporânea em especial, como modelo interferindo na cristalização dos cercamentos impostos pela cultura massiva em que vive, bem como para o enriquecimento dos modelos internos do educando, de modo a fortalecer-lhes a autoestima e estimular-lhes a criatividade e sua capacidade de resolver problemas, ou seja, o seu grau de inventividade.

Como pontuado no início desta seção, a não referência aos museus ou a proposição de atividades nesses espaços indica, a partir desta elaboração inicial, uma lacuna significativa no tangente a elaboração de atividades formativas que capacitem estudantes para inserirem-se nesses ambientes plenamente, de maneira que estes mesmos sujeitos possam adquirir uma postura crítica e criativa frente às temáticas que envolvem e permeiam os ambientes dos museus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corroborando a ideia de Lopes (2017), os museus históricos podem ser compreendidos enquanto espaços de memória de forma que, a aprendizagem nesses ambientes ocorre de maneira diferenciada da aprendizagem escolar, se caracterizando, como pontuam Almeida e Martinez (2014, p. 722) "por fatores como: a relação com o objeto museal e o ambiente físico, o voluntarismo; a ludicidade, a multisensorialidade e em que ritmo, e a não-sequencialidade, entre outros". Nesse sentido, a relação interdisciplinar, contextualizada à realidade dos sujeitos que se inserem nesse processo, propicia aprendizagens que transcendam dados e informações expostas de forma que os envolvidos adquiram uma postura crítica e criativa sobre as temáticas museais e a própria realidade ao entorno.

Nessa direção, a lacuna existente nos livros didáticos, objetos que atuam como protagonistas no ensino de história da educação básica, referente a temática dos museus, evidencia que este ainda é um tema pouco explorado, sobretudo quando se pauta a

extrapolação do ambiente formal e que priorize uma abordagem que se distinga da delineada pela Educação Patrimonial.

Isto posto, o projeto "Aprendizagem histórica: memória, cultura e sensibilidades nos olhares no espaço museológico", cujo um dos objetos de pesquisa foram os próprios livros didáticos, enseja propor discussões em torno do ensino, das aprendizagens, da memória e do regime de tempo através da perspectiva da experiência de jovens estudantes de História nos museus da Cidade de Rio Grande e da Fototeca Ricardo Giovannini, para além dos debates sobre os desafios que envolvem os processos e cenários de ensino-aprendizagem contemporâneos, sem, no entanto, perdê-los de foco.

Desse modo, o projeto visa demonstrar o papel de práticas de ensino de História em espaços museológicos. Nesta etapa, a análise dos livros didáticos reforça a hipótese de que o ensino dos conhecimentos na área de História precisam ser reformulados no sentido de englobarem os museus como ferramentas propícias para o ensino e aprendizagem históricas.

REFERÊNCIAS

ALMEIRA, Pilar & MARTINEZ, Albertina Mitjans. As pesquisas sobre aprendizagem em museus: uma análise sob a ótica dos estudos da subjetividade na perspectiva histórico cultural. *Revista Ciência & Educação*. Bauru, v. 20, n. 3, p. 721-737, 2014.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *O saber histórico na sala de aula*. 11.ed. São Paulo: Contexto, 2010. In: MATOS, Júlia Silveira. *Ensino de história, diversidade e livros didáticos: história, políticas e mercado editorial*/Júlia Silveira Matos - Rio Grande: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande, 2013. 113 p.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

MAGALHÃES, Justino. O manual escolar no quadro da história cultural: para a historiografia do manual escolar em Portugal. Disponível em: <<http://hum.unne.edu.ar/investigacion/educa/alfa/Universidaddelisboa.pdf>>.

MATOS, Júlia Silveira. *Ensino de história, diversidade e livros didáticos: história, políticas e mercado editorial*/Júlia Silveira Matos - Rio Grande: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande, 2013. 113 p.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de história. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *A história na escola: autores, livros e leituras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, pp. 175-199.

VIEIRA, Guilherme Lopes. O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica. *Mosaico - Volume 8 - Número. 12*, p. 140-162, 2017.

WILDER, Gabriela Suzana. *Inclusão social e cultural: arte contemporânea e educação em museus*, São Paulo: Ed. UNESP, 2009. 166p.

Edital N° 03/2019 - CGPLI/PNLD 2021. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-2021/EDITAL_PNLD_2021_CONSOLIDADO_13__RETIFICACAO_07.04.2021.pdf.

A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E A DOCÊNCIA JURÍDICA: ESTADO DA ARTE

Data de aceite: 01/09/2022

Maria Aparecida de Almeida Araujo

Mestranda em Políticas Públicas-UFMA,
Especialista em Enfermagem Psicossocial
- Estácio, acadêmica de especialização
em Metodologia do Ensino Superior-
UFMA, graduada em Direito-FACAM e em
Enfermagem- Estácio
<http://lattes.cnpq.br/0520606565545605>

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar a produção científica acerca da formação pedagógica e a docência jurídica. Refere-se a um estudo de revisão integrativa, realizado no período de outubro a dezembro de 2017, nas bases de dados virtuais da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Eletronic Library Online (SCIELO) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir da pergunta norteadora, da seleção dos artigos, da definição de critérios de inclusão, da interpretação e da apresentação dos dados. Destaca-se que a formação pedagógica e a docência jurídica perpassam desde o campo da suposição de que quem sabe, sabe ensinar estende-se na vida acadêmica até os dias atuais, passando pela negativa do conhecimento metodológico para qualificar o conteúdo ministrado. A pesquisa permitiu constatar que a formação pedagógica dos docentes dos cursos jurídicos, em especial nas instituições públicas dos cursos jurídicos, não é específica e utiliza, em grande parte, a mera transmissão dos conteúdos que aprenderam

enquanto acadêmicos.

PALAVRAS-CHAVE: Formação pedagógica. Docência jurídica. Direito. Metodologia.

THE PEDAGOGICAL TRAINING AND LEGAL TEACHING: STATE OF THE ART

ABSTRACT: This study aims to analyze the scientific production of pedagogical training and the legal teaching. It refers to an integrative review study, conducted in the period from October to December 2017, in the virtual databases of Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS), Scientific Eletronic Library Online (SCIELO) and coordination of Improvement of top-level personnel (CAPES), through the guiding question, selection of articles, definition of inclusion criteria, interpretation and presentation of the data. It is noteworthy that the pedagogical training and the legal teaching passes from the field of the assumption that who knows, can teach extends in academic life until the present day, passing the negative of methodological knowledge to qualify the content taught. The research has shown that the pedagogical training of the teachers of the legal courses in particular those in the public institutions of the legal courses does not have a specific pedagogical training and uses, in large part, the mere transmission of the contents that They learned as academics.

KEYWORDS: Pedagogical training. Legal teaching. Right. Methodology.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho se refere à preocupação com a profissionalização do ensino que tem sido, há algum tempo, alvo de debates, pesquisas e reformas, “visando transformar e melhorar tanto a formação dos mestres quanto o exercício da docência” (LESSARD; TARDIF, 2007, p. 26).

A grande questão é: aquele que, sem qualquer formação pedagógica, aprende a ministrar aulas por ensaio e erro, desconsiderando o caráter do sujeito com o qual trabalha (o aluno), bem como domínios de técnicas específicas que levam à competência pedagógica (VASCONCELOS, 2000, p. 1), pode ser chamado de “professor”?

Para compreender a metodologia estruturada na tecnicidade e formalidade da formação do autoritarismo estatal implantado pelo período militar no ensino jurídico que limitava o desenvolvimento intelectual e pedagógico no Brasil. Segundo Simões (2011), a formação jurídica se guia nos critérios ortodoxos da universidade de Coimbra, a qual primava pela autoridade e os saberes incontestáveis de seus professores.

É verdade que, no Brasil, “sobretudo a partir da década de 1970, no geral, o pensamento pedagógico deu um salto de qualidade, buscando o que de melhor já se havia produzido mundialmente” (RIBEIRO JR., 2001, p. 73). Entretanto, a maioria dos professores permanece distante de se adequar a “uma formação técnico-pedagógica que vença o positivismo, o corporativismo, a parcialização, o burocratismo em que a formação social brasileira mergulhou a prática educacional” (RIBEIRO JR., 2001, p. 73).

Segundo Pinto (2012), a pedagogia é uma ciência transformadora da realidade educativa, detendo a amplitude criativa e renovadora, não restrita à didática de sala de aula, mas presente nas ações da sociedade em geral, propiciando a larga visão e compreensão das situações concretas nas quais se realizam seus trabalhos.

Nesse contexto, Mamedes e Jesus (2013) afirmam que a formação pedagógica tornou-se fonte estruturante da aplicação do ensino, envolvendo, na sua prática, questões epistemológicas, sociais e históricas na contemplação do saber, permeando a didática como forma diversificada de ensino-aprendizagem.

Stuckey (2010) relata que, na mesma medida em que se intensificou a criação dos cursos de Direito, percebeu-se uma ampliação do quadro docente nas Instituições de Ensino Superior em todo país, cujo número de professores está acima de quarenta mil.

De tal modo, a suposição de que “quem sabe, sabe ensinar” estende-se na vida acadêmica até os dias atuais, olvidando-se da preocupante questão daqueles que, desprovidos dos mais básicos conhecimentos pedagógicos, não conseguem, pelo menos pedagogicamente, exercer com êxito a função de professor (MASETTO, 2003, p. 13).

Assim, Ghirard (2012) evidenciou que o curso de Direito sempre foi caracterizado pela ampla erudição, pelo dogmatismo, pelo elitismo, moldados pelo próprio histórico do ambiente acadêmico. Seus professores ocupavam os mais diversos postos das carreiras

jurídicas, exercendo a docência como atividade complementar à “verdadeira profissão”. Dessa forma, não havia espaço para o tratamento de questões pedagógicas ou discussões sobre profissionalização docente.

Bittar (2006) reflete que não obstante a importância secular da docência jurídica para a formação dos bacharéis em Direito, encontra-se à margem da aceitação como carreira jurídica.

Carlini (2008) reflete sobre essa questão dizendo que a maioria dos professores de Direito são profissionais de carreiras jurídicas, ou seja, são advogados, juízes, promotores de justiça, delegados, procuradores que, ao trazerem para a sala de aula sua experiência profissional, podem contribuir com exemplos vividos, mas fazem crer que aquele exemplo contempla todas as possibilidades do que está sendo ensinado.

No Brasil, a política que orienta a condução de ações voltadas para a formação de professores universitários é demasiadamente tímida (MOROSINI, 2000). Para Soares e Cunha (2009), a falta de exigência nas políticas públicas de uma formação para o professor da educação superior, que contemple os saberes específicos da prática docente, ainda é visível.

De acordo com Pimenta e Anastasiou (2008), nos desenhos dos programas de pós-graduação existentes no país, a formação para docência superior, quando há, restringe-se ao oferecimento da disciplina metodologia do ensino superior, que, na prática, não ultrapassa 60 horas de atividade. Assim, é difícil perceber o impacto de sua inclusão em alguns programas de pós-graduação.

Contudo, a valorização da dimensão pedagógica não pode ser objeto apenas de uma disciplina que não raro se resume a limitada carga horária e a conteúdos meramente técnicos (BASTOS 2007). Conforme destaca o autor, o critério de ingresso para a docência no ensino superior tem sido somente o conhecimento específico da área e a titulação acadêmica. Desse modo, é preciso que órgãos como a CAPES se envolvam na construção, junto às universidades, de um ordenamento legal que incentive mais clara e estruturadamente a formação pedagógica no ensino superior (CORRÊA; RIBEIRO, 2013).

A abordagem de formação de professores dificilmente estende-se aos professores universitários, como se a formação específica para o magistério nesse nível fosse algo supérfluo ou mesmo desnecessário (PACHANE; PEREIRA, 2004).

Diante dessa circunstância, a pesquisa evidencia como relevante realizar este estudo com foco para a formação pedagógica metodológica dos docentes do curso de Direito. Dessa forma, o objetivo do trabalho foi analisar a formação pedagógica dos docentes juristas a partir do referencial teórico publicado nas bases de dados.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura, que objetiva reunir o

conhecimento científico já existente sobre a problemática da formação pedagógica e a docência jurídica apresentada, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do conhecimento na temática. A coleta de dados foi realizada no período entre outubro a dezembro de 2017, e utilizaram-se para a pesquisa as bases de dados da Biblioteca Virtual, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Eletronic Library Online (SCIELO) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo utilizados como descritores em xxxx (DeCS): formação pedagógica, ensino superior, metodologia e direito.

Assim, a princípio, encontramos 30 estudos, usando os critérios de inclusão: textos completos, escrita na língua portuguesa e período de publicação entre 2007 a 2017, e como critérios de exclusão: textos duplicados, não abordem a temática analisada especificamente, publicado em outra língua, não possuem resumo, não localizados na íntegra, resultaram em estudos relacionados no tema sendo dos respectivos bancos de dados 15 do SCIELO, 14 da LILACS e 01 da CAPES. A leitura das titulações e os resumos dos artigos foram usados como método de seleção dos trabalhos para que fossem utilizados na produção do referido estudo.

Ainda se tratando da construção metodológica, realizaram-se as seguintes etapas: estabelecimento dos objetivos da revisão e da pergunta norteadora, seleção dos artigos, definição de critérios de inclusão dos artigos, determinação das informações extraídas dos artigos escolhidos, interpretação dos dados e apresentação da revisão de maneira detalhada e de fácil compreensão (SOUZA, 2010).

Vale destacar que, ao final da pesquisa, nas bases de dados citadas, foram encontrados 16 artigos, porém, apenas quatro apresentavam o tema formação pedagógica e a docência jurídica. Após a seleção dos artigos, conforme os critérios de inclusão previamente definidos, foram seguidos, nessa ordem, os seguintes passos: leitura exploratória; leitura seletiva e escolha do material que se adéqua aos objetivos e ao tema deste estudo; leitura analítica e análise dos textos, finalizando com a realização de leitura interpretativa e redação.

Relação dos artigos identificados na pesquisa:

1ª Fase: questões norteadoras: formação pedagógica, docência jurídica e metodologia.

2ª Fase: coleta de dados compreendida em identificação das bases de dados e busca dos artigos: 14 na base de dados LILACS, 15 na SCIELO e 01 CAPES.

3ª Fase: avaliação dos dados artigos selecionados após leitura na íntegra, foram excluídos 22 artigos pelos motivos definidos na metodologia; 10 não possuíam resumo; 06 estavam duplicados e 06 publicados em outra língua, ficando somente 08 artigos para continuar a pesquisa.

4ª e 5ª fase: análise dos dados e elaboração do quadro sinóptico: artigos selecionados após leitura na íntegra 03, pois 01 não foi localizado, 02 publicados com o mesmo

título e 01 não abordava a FPDJ especificamente.

Após essas etapas, constituiu-se um corpus do estudo agrupando os temas mais abordados nas seguintes categorias: formação pedagógica no ensino superior e a metodologia e o docente do ensino jurídico.

Os artigos selecionados foram analisados de acordo com suas características, que incluíram: base de dado, título, autor, ano e resultados.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na presente revisão de literatura, foram analisados 30 estudos que cumpriram os critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Diante da análise dos desses textos, constatou-se que ainda é grande o índice de Docente do Ensino Jurídico sem Formação pedagógica metodológica.

Os resultados obtidos são visualizados no quadro que se segue, no qual são identificados a base de dado, o(s) autor(es), títulos dos artigos, ano de publicação dos mesmos e resultado. A amostra final dessa revisão foi constituída por três artigos científicos, selecionados pelos critérios de inclusão previamente estabelecidos. Desse total, 03 foram encontrados na base de dados SCIELO, 00 na LILACS e 00 na CNPQ. A seguir, apresentação do quadro com as produções selecionadas.

Base de Dado	Título	Ano	Autor	Resultado
Scientific Eletronic Library Online (SciELO)	Metodologias de ensino com tecnologias da informação e comunicação no ensino jurídico	2016	Mercado, Luis Paulo Leopoldo	Os resultados e impactos que beneficiam o desenvolvimento de metodologias de ensino na área do ensino jurídico neste estudo foram: investigação da utilização pelos professores do ensino superior das TIC, envolvendo atividades de ensino no ensino jurídico. Assim, estudo de novas metodologias para o ensino jurídico; melhoria das condições de produção de materiais didáticos utilizando TIC; melhoria no uso das possibilidades interativas entre alunos, professores, tutores, coordenação, utilizando recursos das TIC no ensino jurídico.
Scientific Eletronic Library Online (SciELO)	Formação pedagógica no ensino superior: o que diz a legislação e a literatura em Educação e Administração?	2016	Cléria Donizete da Silva Lourenço Manolita Correia Lima Eliza Rezende Pinto Narciso	A observação do aparato legal permitiu identificar que este é omissivo quando se trata da formação docente para o ensino superior. Já a revisão de literatura realizada possibilitou reafirmar o papel fundamental que os programas de pós-graduação têm no processo de formação docente.

Scientific Eletrônica Library Online (SciELO)	A formação dos professores dos cursos de direito no Brasil: a pós-graduação “stricto sensu”	2011	Juliana Ferrari de Oliveira Pagani	A formação do docente superior jurídico carece de atenção e investimento. Na conclusão da pesquisa, apontam-se alguns subsídios para pensar a formação do professor do magistério jurídico.
--	---	------	------------------------------------	---

Quadro 1- Relação dos periódicos que respondem à pergunta da pesquisa

Fonte: organizado pela autora a partir das informações contidas nas Bases de dados virtuais (2017).

A análise dos artigos indica que muitos são os fatores que podem dificultar os limites e as restrições à liberdade de ensinar. Tardif (2000, p.14) afirma que “ainda hoje, a maioria dos professores aprende a trabalhar na prática, às apalpadelas, por tentativa e erro”.

Segundo Thomé Travincas (2017), no tocante às questões de viés metodológicos, ressaltam-se o uso da vertente teórica jurídico-dogmática e do raciocínio dedutivo.

A prática pedagógica em tal nível de ensino é complexa, contextualizada, e se configura por escolhas éticas e políticas. Nesse sentido, entende-se que a docência demanda um processo formativo que pode ter como fase inicial a pós-graduação stricto sensu (CORRÊA ; RIBEIRO, 2013).

É consensual o reconhecimento de que a superação dos baixos indicadores da qualidade da educação exige a revisão do papel que o docente desempenha nesse processo. No entanto, são ainda enormes as lacunas de formação docente em todos os níveis de ensino (BASTOS et al.,2011).

Para Libâneo (2011), antes de tudo, o professor precisa dominar o conteúdo da matéria que leciona, além disso, a formação didático-pedagógica é fundamental para que estabeleça a ligação dos princípios gerais que regem as relações entre o ensino e a aprendizagem, com problemas específicos do ensino de determina da matéria.

Pimenta e Anastasiou (2008) afirmam que tais conhecimentos e práticas são relevantes na medida em que o ensino é uma atividade complexa, contextualizada, muitas vezes imprevisível, e que demanda escolhas éticas e políticas.

4 | A METODOLOGIA E O DOCENTE DO ENSINO JURÍDICO

Korthagen (2004, p. 77) “questiona quais seriam as qualidades essenciais do bom professor e como é possível ajudar as pessoas a se tornarem bons professores”.

Para tanto, há necessidade de se desmistificar a crença de que “quem sabe, automaticamente sabe ensinar”, até porque ensinar requer muito mais do que o domínio de determinados conteúdos e/ou demonstrações de como as coisas acontecem na prática (MASETTO, 2003, p. 13).

Pachane (2005) afirma que a busca de uma formação integral, ou o mais integral possível, dos futuros professores universitários, promovendo já em nível de pós-graduação

a indissociabilidade ensino-pesquisa e a valorização da docência, seria um dos passos fundamentais rumo à concretização de um projeto, a longo prazo, de maior qualidade para o ensino de graduação.

Melo Filho (2000) constatou, em um levantamento a respeito da metodologia do ensino jurídico, que: 63% dos docentes fazem uso da aula expositiva como técnica única ou ‘modus operandi’ didático exclusivo em sala de aula; 67% dos alunos restringem o seu estudo, em cada disciplina, a um só livro-texto ou ‘manual’ adotado pelo professor; 58% das disciplinas jurídicas estão mal dimensionadas, ou seja, com muito conteúdo e pouco tempo para o seu desenvolvimento; 90% da avaliação contempla tão-somente provas escritas discursivas em que não se mensuram as qualidades de refutar as teses contrárias e de refletir criticamente sobre o Direito; 72% dos professores dos cursos jurídicos ministram uma só disciplina duas ou três vezes por semana, não realizam trabalhos de pesquisa, não orientam os alunos individualmente e extraclasse, não são portadores de habilitação didática específica, não participam de outras atividades acadêmicas fora da sala de aula, exercem uma outra ocupação paralela que é a principal, e a remuneração que recebe como docente é inexpressiva para a sua renda mensal.

Segundo Oliveira e Adeodato (1996, p. 12), “ao analisarem produções voltadas ao da Pesquisa Jurídica e Sociojurídica no Brasil, destacam que os cursos jurídicos mantêm seu caráter bacharelesco, indiferentes às mudanças no ambiente e às novas concepções, mostrando-se inadequados não apenas para explicar e transmitir conhecimentos sobre a realidade jurídica brasileira como também na preparação do corpo discente para a vida profissional”.

Assim, o egresso das instituições de ensino jurídico, muitas vezes, não consegue ir além de práticas advocatícias manualescas (SANTOS; MORAIS, 2007, p. 60-61).

Ventura (2004, p. 15) ressalta que o professor do ensino jurídico também não se propõe a mudar, sobretudo por não sentir o motivo pelo qual não deveria, principalmente em relação à competência pedagógica. “São raros os docentes que buscam titulação na área da educação, assim como são raros os programas de pós-graduação em Direito que propõem uma ação pedagógica inovadora”.

Desse modo, frequentemente, o professor é apenas o veículo de um saber que ele não elaborou e perante o qual ele nem sequer se posicionou numa perspectiva reflexiva e crítica. “O professor passa a verdade do sistema dominante e a quer de volta, intacta, nas avaliações que ele faz do aluno”(MARQUES NETO 2001,p.55).

Ribeiro Júnior (2003) comenta que o professor desses cursos, pelo fato de não ter preparação pedagógica para exercer o magistério, repete o modelo de ensino que vivenciou, com a certeza de que é assim que se aprende mesmo. Como a docência não é sua única ocupação, não chega a se indagar e a se preocupar sobre sua ação em sala de aula, o que contribui para a permanência de uma metodologia de ensino baseada em concepções ultrapassadas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados revelaram que a formação pedagógica e a docência jurídica perpassam desde o campo da suposição de que quem sabe ensinar estende-se na vida acadêmica até os dias atuais, passando pela negativa do conhecimento metodológico para qualificar o conteúdo ministrado.

Sabe-se que a maioria dos docentes jurídicos são advogados, promotores, defensores, juizes, entre outros, que buscam a docência tão somente para preencher o tempo ocioso, captar clientes, complementar a renda e, até mesmo, buscar um reconhecimento da sociedade.

A pesquisa realizada nos permitiu constatar que a formação pedagógica dos docentes dos cursos jurídicos, em especial das instituições públicas dos cursos jurídicos, não é específica e estes utilizam, em grande parte, a mera transmissão dos conteúdos que aprenderam enquanto acadêmicos.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Antonio Virgilio Bittencourt; TOURINHO, Emmanuel Zaguri; YAMAMOTO, Oswaldo Hejime; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Réplica 1 - Formar Docentes: em que Medida a Pós Graduação Cumpre esta Missão? **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 6, p. 1152-1160, nov./dez. 2011.

BASTOS, Carmen Célia B. Correia. Docência, pós-graduação e a melhoria do ensino na universidade: uma relação necessária. **Educere et Educare**, Cascavel, v. 2, n. 4, p. 103-112, jul./dez. 2007.

BITTAR, Eduardo. *Estudos sobre Ensino Jurídico: Pesquisa, Metodologia, Diálogo e Cidadania*. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2006.

CARLINI, Angelica Lucia. O professor de direito e a identidade docente: construindo reflexões a partir da aprendizagem baseada em problemas. In TAGLIAVINI, Joao Virgilio (org.). *A superação do positivismo jurídico no ensino do direito*. São Paulo: Junqueira & Marins editores, 2008.

CORRÊA, Guilherme Torres; RIBEIRO, Victória Maria Brant. A formação pedagógica no ensino superior e o papel da pós-graduação stricto sensu. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 319-334, abr./jun. 2013.

CUNHA, Maria Isabel da. **Trajetória e lugares da formação do docente da educação superior**: do compromisso individual à responsabilidade institucional. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2009.

GHIRARD, José Garcêz. A praça pública, a sala de aula: representações do professor de Direito no Brasil. In: CARVALHO, Evando de Menezes et al. (Org). *Representações do professor de Direito*. Curitiba, PR: CRV. 2012.

KORTHAGEN, Fred A. J. In search of the essence of a good teacher: towards a more holistic approach in teacher education. *Teaching and Teacher Education*, London, v. 20, p. 77-97, 2004.

LESSARD, Claude; TARDIF, Maurice. *O trabalho docente*. Petrópolis: Vozes, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Conteúdos, formação de competências cognitivas e ensino com pesquisa. In: PIMENTA, Selma Garrido; ALMEIDA, Maria Isabel de (Orgs.). *Pedagogia universitária: caminhos para a formação de professores*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 188-212.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **A ciência do Direito: conceito, objeto, método**. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MAMEDES, Cleusa Bernadete Larranhagas; JESUS, Maila Silva de. *Pedagogia e Ensino Jurídico: A experiência da “roda pedagógica”- desafios e contribuições para a prática docente do curso de direito da faculdade católica Rainha da Paz FCARP*. Mato Grosso, 2013. p. 23. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8e0346c7a627447a>>. Acesso em: 15 out. 2017.

MASETTO, Marcos Tarciso. *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Summus, 2003.

MELO F. **Juspedagogia: ensinar direito o direito**. In: OAB Ensino Jurídico: 170 anos de cursos jurídicos no Brasil. Brasília/DF: OAB - Conselho Federal, 2000.

_____. Docência Universitária: repensando a aula. In: I. TEODORO, Antonio. II. VASCONCELOS, Maria. Lucia. *Ensinar e aprender no ensino superior*. São Paulo. Editora Mackenzie: Cortez, 2003.

MOROSINI, Marília Costa. Docência universitária e os desafios da realidade educacional. In: MOROSINI, Marília Costa (Org.). *Professor do ensino superior – identidade, docência e formação*. Brasília: INEP, 2000. p. 11-20.

OLIVEIRA, L.; ADEODATO, J.M. *O Estado da arte da pesquisa jurídica e sócio-jurídica no Brasil*. Brasília: Conselho da Justiça Federal; Centro de Estudos Judiciários, 1996.

PACHANE, Graziela Giusti; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. A importância da formação didático-pedagógica e a construção de um novo perfil para docentes universitários. *Revista Iberoamericana de Educación*, Madrid, v. 3, n. 4, 2004.

_____. Teoria e prática na formação pedagógica do professor universitário: elementos para discussão. Publ. UEPG, *Ponta Grossa*, v. 13, n. 1, p. 13-24, jun. 2005.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo. *Docência no ensino superior*. São Paulo: Cortez, 2008.

PINTO, Flávia Aguiar Cabral Furtado. A formação pedagógica do docente em direito como importante ferramenta de aperfeiçoamento do ensino jurídico no Brasil. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande XV, n.102, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8e0346c7a627447a>>. Acesso em: 15 out. 2017.

RIBEIRO JR., João. *A formação pedagógica do professor de direito*. Campinas: Papirus, 2001.

SANTOS, A.L.C.; MORAIS, J.L.B. *O ensino jurídico e a formação do bacharel em Direito: diretrizes político-pedagógicas do curso de Direito da UNISINOS*. Porto Alegre/RS: Livraria do Advogado, 2007.

SIMÕES, Helena Cristina Guimarães Queiroz. *As Concepções Docentes nos Cursos de Direito e a Prática Pedagógica Contemporânea*. Amapá, 2011. p. 27. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8e0346c7a627447a>>. Acesso em: 15 out. 2017.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. **Revisão Integrativa**: o que é e como fazer. Einstein, 8(1 Pt 1):102-6, 2010.

STUCKEY, Roy. Educação jurídica e Método de Caso. Cadernos FGV Direito Rio. Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas. *Educação e Direito*. v. 3. 2010.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários – elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.13, p. 5-24, jan./abr., 2000.

THOMÉ TRAVINCAS, Amanda Costa. **A Tutela Jurídica da Liberdade Acadêmica no Brasil: A Liberdade de ensinar e seus limites**. Ed. Livraria do advogado , porto Alegre,2018.

VASCONCELOS, Maria Lucia M. Carvalho. *A formação do professor de ensino superior*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

VENTURA, D. *Ensinar direito*. Barueri/SP: Manole, 2004.

DOGMA 95: A FESTA DOS IDIOTAS E A CRISE DA ARTE NA PÓS-MODERNIDADE

Data de aceite: 01/09/2022

Felipe Monteiro Pereira de Araújo

Universidade Estadual de Goiás

Caldas Novas – GO

<http://lattes.cnpq.br/4863736106054270>

RESUMO: Desde a exposição artística de uma réplica de um urinol, no começo do século XX, por Marcel Duchamp, a discussão acerca do fazer artístico tem se aprofundado e provocado amplas reflexões a respeito daquilo que caracteriza a arte em si. O cinema, talvez a expressão artística que mais tenha se desenvolvido neste século, também se insere nesta seara de discussão. É neste cenário histórico que, intencionalmente ou não, os diretores dinamarqueses Lars Von Trier e Thomas Vinterberg redigem o seu manifesto denominado Dogma 95. São as suas motivações e consequências no discurso cinematográfico o objeto de reflexão deste ensaio, em especial as principais obras produzidas em consonância com o manifesto: “Os Idiotas” e “Festa de Família”, respectivamente.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema; história; arte; discurso.

DOGME 95: THE IDIOTS' PARTY AND THE ART CRISIS IN POST-MODERNITY

ABSTRACT: Since the artistic exhibition of a replica of a urinal, at the beginning of the 20th century by Marcel Duchamp, the discussion about artistic work has deepened and provoked

broad reflections on what characterizes art itself. Cinema, perhaps the artistic expression that has most developed in this century, also fits into this thread of discussion. It's in this historical scenario that, intentionally or not, Danish directors Lars Von Trier and Thomas Vinterberg write their manifesto denominated Dogme 95. Their motivations and consequences in the cinematographic discourse are the object of reflection of this essay, especially the main works produced in consonant with the manifesto: “Idioterne” and “Festen”, respectively.

KEYWORDS: Cinema; history; art; discourse.

A arte tomou para si a tocha da beleza, correu com ela por um tempo e acabou deixando-a cair nos mictórios de Paris.¹

1 | INTRODUÇÃO

A expressão artística possui um lastro histórico de conceituação abundante, tendo sido tratada por diversos pensadores a partir de perspectivas diferentes. Um ponto de convergência entre estas perspectivas, contudo, diz respeito às tentativas de definição objetiva que cada um destes pensadores forneceu à análise histórica da arte. Estas escolas artísticas foram se desenvolvendo e demonstrando diversas facetas que corresponderiam à análise das obras artísticas (CHALUMEAU, 1997, p. 15-24). Um evento em específico, contudo, trouxe

¹ SCRUTON, Roger. *Beleza*. São Paulo: É Realizações, 2013, p. 107.

um novo paradigma à reflexão sobre a arte, provocando uma maior inclinação para a subjetividade na definição da arte. Este evento, localizado historicamente no ano de 1917, diz respeito a exposição da “Fonte”, obra do artista plástico francês Marcel Duchamp. Esta exposição legou, a partir daquele momento, uma incógnita conceitual que diversos críticos, posteriormente, se debruçaram no intuito de respondê-la. Note-se que

Duchamp não tinha nenhum posicionamento político, além de uma espécie de anarquismo travesso. Mas seus gestos foram avidamente adotados por gerações de artistas de esquerda e críticos que parecem acreditar que seus esforços para pôr fim à arte e à investigação intelectual foram de alguma forma explorações críticas profundas. (KIMBALL, 2002, p. 21)

Desta maneira, a produção artística que sucedeu aquele período (e as respectivas críticas que também vieram a seguir) começa a levar em conta este elemento subjetivo na composição da obra de arte (DANTO, 2014). Antes mesmo deste acontecimento, contudo, Tolstói já denunciava a perversão da arte pelo que ele chamava de “modernos decadentistas”, demonstrando exemplos de como a arte estaria se degenerando com o tempo (TOLSTÓI, 1994, p. 71-88).

Ante o exposto, ergue-se a pergunta levantada por Scruton: “se tudo pode ser considerado arte, qual o propósito e o mérito de conquistar esse título?” (SCRUTON, 2013, p. 107). Considerando-se, hipoteticamente, a inexistência de um valor objetivo para a arte e, portanto, a sua subjetividade perene, incorrer-se-á na consequência de que, por fim, não existe arte alguma, visto que determinada obra pode tanto ser ou não ser considerada uma obra artística (MONTEIRO, 2011). Esta confusão conceitual suscita que as expressões artísticas, sejam quais forem, residem seu valor no impulso de aceitabilidade que um sujeito detém para com o objeto artístico. É o prazer e a aceitabilidade que o objeto projeta no sujeito que condiciona o valor artístico e sendo este prazer subjetivo, logo a arte também o seria. Deste modo, não é errôneo afirmar que “tal perversão enfraqueceu a própria arte e, de certo modo, a matou” (TOLSTÓI, 1994, p. 67). De fato, tal cenário comporia “[...] um mundo em que as aspirações humanas não encontram mais expressão artística, em que não mais fazemos imagens do transcendente para nós mesmos e em que montes de entulho abarrotam o lugar de nossos ideais” (SCRUTON, 2013, p. 110).

É por isto que, utilizando-se das linhas do filósofo inglês R. G. Collingwood, Scruton (2013, p. 111) estipula alguns parâmetros de elucidação contrários à esta noção dominante de subjetividade artística. Neste sentido, o autor argumenta que “[...] quando me deparo com uma obra de arte verdadeira, não são as minhas reações o que interessa, e sim o significado e o conteúdo daquele objeto. É a experiência o que a mim se apresenta, a qual se incorpora de modo singular naquela forma sensorial específica”.

Esta perspectiva, portanto, define com clareza alguns princípios norteadores que merecem reflexão, posto que “há uma grande diferença entre o tratamento artístico de um tema e a mera produção de um efeito” (SCRUTON, 2013, p. 111). Sob a perspectiva do

filósofo, portanto, a arte não se caracteriza necessariamente pelo efeito que ela produz no sujeito, mas possui um elemento de substância inerente a ela própria. A fotografia e o cinema, sobretudo, talvez sejam as principais responsáveis pelo privilégio dado ao efeito em detrimento do significado, já que a partir da popularização da fotografia e do cinema, as demais artes viram-se sobre o dilema de não possuírem mais a obrigação de representar a realidade de maneira fiel, posto que estas primeiras conseguiriam captar as nuances do real de maneira muito mais detalhada. Consequentemente, muitos artistas viram-se imbuídos da possibilidade de experimentação e desprenderam-se de qualquer valoração estética, primando pelo efeito puro e abrindo margem para o esvaziamento de sentido da arte (DANTO, 2015).

Não é a intenção deste estudo, contudo, estipular normas apriorísticas ou regozijar-se de ter encontrado formas de demonstrar o valor artístico objetivamente, visto que tal discussão é demasiadamente ampla e profunda para as escassas linhas do presente texto. Almejamos apontar, entretanto, as consequências atrozescorrentes da ausência desta discussão na análise e produção artística, demonstrando como “o ataque vanguardista à tradição há muito se degenerou em uma ortodoxia esclerótica” (KIMBALL, 2002, p. 7).

Assim sendo, transportar-se-á esta discussão do mundo das artes gráficas para a sétima arte, onde se analisará, também, a influência do subjetivismo levantado nas linhas anteriores. Com efeito, a partir do desenvolvimento do cinema e a formação de estilos e escolas cinematográficas (BORDWELL; THOMPSON, 2008, p. 440-475), diversos autores debruçaram-se sobre a arte fílmica, de modo a tentar compreender as relações que são transpostas a partir desta. Partindo desta premissa, portanto, almejamos esboçar uma análise a partir da aproximação entre os termos propostos por Dechamp e a discussão levantada a partir do Dogma 95, com a representação desta discussão nas obras fílmicas confeccionadas para o movimento Dogma 95. Antes de nos determos na análise dos filmes em si, julgamos necessária a contextualização do texto do manifesto Dogma 95, a fim de esboçar de que forma é construída a relação que este possui com o esvaziamento de sentido da arte decorrente do processo inaugurado pela exposição de Dechamp.

2 | DOGMA 95: BUSCA PELA ESSÊNCIA OU CRISE DE SENTIDO?

A discussão levantada na seção anterior pode ser melhor observada a partir da publicação, no ano de 1995, do Dogma 95, manifesto cinematográfico escrito pelos cineastas dinamarqueses Lars Von Trier e Thomas Vinterberg. Neste manifesto, os cineastas se posicionam em contrariedade aos modelos estabelecidos pela indústria cinematográfica de seu tempo, acusando seus vícios. Argumentaram que “o cinema estava morto e pedia por ressurreição. Os objetivos estavam corretos, mas os meios não estavam. A nova onda provou ser uma onda que se espalhou pela costa e se transformou em lama” (TRIER; VINTERBERG, 1995). Ou seja, ambos entendiam que o cinema, após os anos

60, havia entrado em um declínio de sentido. A atenção dos cineastas para este período, porém, não parece ser mero acaso, posto que “foi então que a senilidade da vanguarda se tornou dominante: quando um ethos liberacionista generalizado e uma atitude anti-sistema infiltraram-se em nossas principais instituições culturais e começaram a formar um grande componente do gosto estabelecido” (KIMBALL, 2002, p. 176).

Este processo de esmaecimento da objetividade artística e, por consequência, da “patologia cultural do século XX” (KIMBALL, 2002, p. 184), possui um lastro de valores impulsionadores, entre eles uma obsessão desenfreada por tudo que é novo, um vício à extremidade correlato à compulsão pelo novo e um desejo intenso em aproximar a expressão artística da política. De fato, a tríade destes fatores “[...] percorre um longo caminho em direção à descrição da complexidade do mundo da arte contemporânea: sua fadiga, seu recurso constante a imagens chocantes de sexo e violência, sua tendência a substituir a ambição artística por políticas ambiciosas” (KIMBALL, 2002, p. 175).

É considerando estes fatores que a visão dos cineastas contesta o valor das obras realizadas depois deste período (anos 60), lançando luz sobre elas a fim de demonstrar como estas estavam esvaziadas de significado, certificando que “a tarefa ‘suprema’ dos cineastas é enganar o público” (TRIER; VINTERBERG, 1995), pois, segundo ambos, a transposição narrativa à tela de uma história fictícia elaborada desconecta os indivíduos da sua posição no mundo. Essa desconexão teria, por fim, estimulado um *status quo* em que “o resultado é estéril. Uma ilusão do *pathos* e uma ilusão do amor” (TRIER; VINTERBERG, 1995).

Para combater isto, portanto, o Dogma 95 propõe uma lista de 10 regras chamada Voto de Castidade (parodiando os 10 mandamentos) que os diretores alinhados ao manifesto devem seguir para realizarem suas produções. A partir do estabelecimento destas regras, entendiam os cineastas, a ideia de um cinema mais próximo da realidade viria a se tornar possível. Evitar-se-ia, portanto, a falsificação da realidade que de maneira tão contundente marcava o cinema da época para estes cineastas dinamarqueses. Ao analisar-se o fator disruptivo desta proposta para com a idealidade que imputavam ao cinema da época, contudo, esta proposição discursiva traz em seu bojo uma dualidade de fundamento. Sobremodo, pode-se identificar nesta dualidade uma justaposição de dois polos convergentes e divergentes: a busca por um fazer cinematográfico apegado aos aspectos mais íntimos da vida humana e, portanto, imbuídos (segundo Trier e Vinterberg) de uma proximidade com a “essência” do que constituiria o fazer cinematográfico e, por outro lado, uma possível aproximação com a discussão acerca da arte que havia sido originada por Dechamp em 1917, salientando um esvaziamento de significado nos filmes.

Iniciando por esta última, é possível perceber, dentro do manifesto, aproximações com a proposta de Duchamp, tal como a utilização da mesma técnica, denominada *ready mode*, que corresponde ao trânsito de um elemento da experiência que, inicialmente, não possuía intencionalidade artística, para a posição de expressão artística em si. Serve de

exemplo, também, a primeira regra do manifesto, que estipula que “a gravação deve ser realizada em uma locação” (TRIER; VINTERBERG, 1995), não se permitindo a inserção de elementos externos. Esta preferência pela filmagem do local tal como ele é acena para a resolução de que a arte fílmica proposta pelo manifesto está direcionada à representação *sine qua non* da realidade. Não somente esta primeira regra, mas também algumas das demais regras sinalizam para esta mesma ocorrência, tal como a não construção auditiva da cena por aparelhos externos à própria cena ou mesmo a não utilização de iluminação externa. Este privilégio aos aspectos naturais da realidade marca uma aproximação, mesmo que intencional, da proposta do manifesto com a proposta de Dechamp.

Estes elementos corroboram com o processo de ruptura que paulatinamente foi se estabelecendo na discussão acerca da arte, posto que tenta refrear dados de sofisticação e elementos eruditos que se estabeleceram com o desenvolvimento, neste caso, da sétima arte, afirmando uma arte fílmica mais despojada e “crua”. Rompe-se, portanto, o laço técnico da expressão artística, tencionando uma ausência de significados que contribui para uma crise de identidade daquilo que corresponde à própria arte fílmica, posto que esse sentido “nada mais é do que uma forma complexa de consciência: não existe em si, mas sempre possui um objeto de referência” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 15) e, a partir do momento em que esta referência objetiva é solapada, ocorre um esvaziamento de sentido neste processo. Assim sendo, a proposta dos diretores dinamarqueses acaba, conceitualmente, contribuindo com este escoamento de fundamento da arte. Esta postura, contudo, possui um lastro, de tal forma que

É uma atitude que tem suas raízes numa visão da arte como «produção cultural», isto é, numa visão marxista da arte. Algo semelhante deve ser dito sobre a conversa do museu como um «laboratório» e «campo de testes» para «expandir» e «redefinir a natureza da» arte contemporânea: estes são termos da moda, mas não meramente termos da moda. Em vez disso, o que eles indicam é uma forma ideológica profundamente em desacordo com a visão tradicional da arte e o lugar dos museus de arte na sociedade. Por falta de um termo mais preciso, podemos chamá-lo de atitude pós-moderna. (KIMBALL, 2002, p. 18)

É justamente no bojo deste contexto histórico pós-moderno, marcado pela diluição das formas de produção de sentido (LYOTARD, 2009), que o manifesto se associa à história, desvelando todo um arcabouço ideológico presente em setores do mundo contemporâneo. Esse arcabouço ideológico tem, por definição, um fundamento de inconstância, liquidez e incerteza, posto que em tais tempos a:

[...] condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais que asseguram a repetição de rotinas, padrões de comportamento aceitável) não podem mais manter sua forma por muito tempo (nem se espera que o façam), pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las e, uma vez reorganizadas, para que se estabeleçam. (BAUMAN, 2007, p. 7)

Portanto, a fluidez do movimento histórico na pós-modernidade alimenta uma composição de instâncias de incerteza que se alinham ao estabelecimento de expressões artísticas sem uma representação objetiva e, conforme o passar do tempo, calcadas na impulsão pela negação de valores eruditos, compondo uma “tentativa de refazer o mundo como se o amor não mais fizesse parte dele. E é certamente essa [...] a principal característica pós-moderna – uma cultura sem amor que teme a beleza porque o amor a perturba” (SCRUTON, 2013, p. 188).

Não obstante, a proposta do Dogma 95 traz em seu bojo uma contraposição que não pode ser desconsiderada. Ao passo em que incorre neste contexto de perda de identidade cinematográfica, enquanto porta de abertura para o relativismo ignóbil, ele também traz em seu arcabouço propositivo linhas normativas de ordem objetiva. Essa estipulação de regras, vale ressaltar, é realizada não apenas como uma burocracia de suas intencionalidades artísticas, mas é construída sob a égide de uma conjuntura argumentativa de restauração de uma suposta “essência” cinematográfica, de tal forma que colocam o seu manifesto como uma “ação de resgate” (TRIER; VINTERBERG, 1995). Esse privilégio por determinados elementos objetivos da arte sedimenta um lugar de resistência aos imperativos do cinema contemporâneo, condenando toda essa formulação superficial e a automação do privilégio por aspectos fúteis e néscios. Não à toa que, por sinal, a sexta regra do Voto de Castidade presente manifesto estipula que “o filme não deve conter ações superficiais” (TRIER; VINTERBERG, 1995).

É possível perceber, portanto, a dualidade presente no manifesto que, ao mesmo tempo, corrobora e contraria as bases de sua discussão. Os cineastas se utilizam, inexoravelmente, de fundamentos objetivos da arte fílmica para produzir o seu efeito na narrativa de opacidade de sentido da pós-modernidade, demonstrando como a arte fílmica não é apenas um reflexo do imaginário coletivo, mas que também possui uma intencionalidade de produção de efeito, posto que “é uma imagem que encadeia uma relação ao seu redor e coloca em ação uma forma de interação advinda da sua materialidade visual, a qual é atribuída e gerada pela própria interação” (SANTIAGO JR., 2008, p. 74). Desta maneira, tanto Trier como Vinterberg estabelecem as bases dos seus discursos, ensejando os elementos que viriam a trabalhar posteriormente em suas obras realizadas para o movimento, das quais trataremos mais detalhadamente a seguir.

3 | A FESTA DOS IDIOTAS: AS PROPOSTAS DE TRIER E VINTERBERG

Soa quase um contrassenso a tentativa de discorrer sobre os filmes dos diretores, visto que no próprio enunciado do manifesto uma das regras estabelecidas consiste, justamente, em não atribuir crédito ao realizador do filme, pois os filmes não são uma criação individual na perspectiva do Dogma 95. Ainda assim, por mais que seus nomes não constem nos créditos da produção, a influência dos cineastas nas respectivas produções

é um fato inegável. Esta – e demais outras características – esboçam uma dualidade idiossincrática que se apresenta constantemente nas duas obras. É considerando isto que a relação entre os filmes e a discussão aqui levantada nas seções anteriores pode começar a ser destrinchada.

O primeiro filme realizado para o Dogma, *Festa de Família (1998)*, dirigido e roteirizado pelo dinamarquês Thomas Vinterberg, apresenta a história de uma reunião familiar, organizada para fins de comemoração do sexagésimo aniversário de seu patriarca. Para contar tal história, Vinterberg procura estabelecer um fio condutor na narrativa, que perpassa por diversos aspectos da produção. Este fio condutor produz um efeito de desencaixe, projetando nas personagens ali dispostas uma sensação de desajustamento e desconforto. Tal efeito fica claro não somente pela alternância de posição das personagens e da constante sensação de desconforto decorrente das revelações que são colocadas na tela, mas pela própria condução dos planos durante a trama, que escurecem à medida que a trama caminha para se tornar cada vez mais trágica.

Neste cenário sensorial existem dois polos de sentido, perpassados por uma dualidade inerente. De um lado presenciamos o estabelecimento do ultraje; de fundamentos atrozos que agem no sentido de vilipendiar quaisquer noções superiores ou objetivas, impulsionadas por uma necessidade latente de destruição e busca pelo néscio, simbolizadas na personagem do patriarca Helge e nos abusos cometidos por ele contra seu filho primogênito e Linda, sua filha recém falecida. Do outro, é montada uma conjuntura narrativa de firmeza superior e denúncia, simbolizadas na figura de Christian, o filho primogênito, e os funcionários do hotel onde acontece a reunião, que ajudam Christian nesta empreitada contra as ações deturpadoras e atrozos deste primeiro polo. Essa dualidade, contudo, coexiste com uma terceira via narrativa que intenta mascarar e jogar por debaixo dos panos as atrocidades ocorridas naquele ambiente, simbolizadas por todos os demais membros da família, mas, principalmente, pela matriarca da família e seu filho Michael. Tal ocorrência é tão significativa que, mesmo após a exposição e denúncia de um destes vilipêndios, a reação instintiva é de minimização, como no diálogo em que o cerimonialista diz para Christian que “é preciso mais que aquilo para abalá-los”. Neste sentido, constitui-se uma massiva coordenação desta terceira via para cegar os envolvidos à verdade e preservar a subsistência da torpeza ali presente.

Tal cenário serve de espelho ao que foi apresentado anteriormente neste estudo, de tal modo que reflete o contexto da arte na pós-modernidade. Torna-se notório que o primeiro polo simboliza o desencaixe e o afrouxamento dos valores objetivos, permitindo a formação e a existência de relativizações que, se levadas ao extremo, podem descambar em consequências atrozos. Em contraponto a isto, o outro polo converge para a defesa de uma substância normativa, denunciando os estragos causados pelo impulso ao néscio. Clama-se, portanto, por uma “essência” inerente ao objeto. Christian, neste sentido, simboliza a resistência contra a corrente que teria acabado por dinamitar o seio da instituição familiar

e, metaforizando, os valores superiores que pairariam sobre esta.

A narrativa, contudo, não apresenta este confronto solucionado logo de cara, de modo que as denúncias de Christian durante o longa são colocadas em cheque pelos seus familiares a todo instante. Tal confronto só é solucionado, narrativamente falando, com a descoberta da carta de Linda, a recém falecida irmã de Christian, que corrobora em suas linhas com as imputações de Christian. Apenas aqui os demais componentes da família parecem ter um surto de consciência, fazendo até mesmo com que a matriarca se vire contra Helge, o pai abusador. É deflagrado, portanto, o conflito de poderes que permanecia entrelinhas dentro da narrativa, trazendo à figura de Christian a função de expurgo da família, responsável pelo escrutínio de seu pai perante a família. A vitória de Christian fica clara quando no dia seguinte a família se reúne para o café da manhã e Helge, o patriarca, é convidado a se retirar por Michael, com o respaldo de sua mãe Else e os demais membros da família.

Tecnicamente falando, a trama de Vinterberg reforça ainda outros aspectos da aproximação do filme com a ideia de crise na arte, em especial pela estética crua e desordenada da gravação. De fato, “a câmera deixa de ser mera janela, recorte da diegese, para se tornar humanizada, presente e reativa” (FURUITI, 2003, p. 15). Com isso

Ao ser adotada a regra do “Voto de Castidade” de utilizar a câmera no ombro sem o cuidado de fazer a escritura imperceptível, os planos trazem inscritas as marcas de sua produção nas imagens: o tremor no movimento da câmera, a altura proporcional, o oscilar causado pela respiração. A altura da câmera em relação ao chão ou à mesa cria a opção de que esse ponto de vista seja inserido parcialmente na diegese como subjetiva de um possível convidado. (FURUITI, 2003, p. 63)

Há um endosso, portanto, no envolvimento do espectador que assiste a trama com a narrativa contada, de tal modo que este se vê como um agente presente na apropriação de sentido do filme, dando um contorno subjetivo à produção de signos da película. Esta subjetividade, como anteriormente já foi circunscrito, implica um esvaziamento de referência que escancara as portas para a presença do néscio. Mas essa preferência pelo néscio na estética, alimentada pelo impulso em “retratar e documentar o mundo real, criar uma narrativa a partir do comum e do ordinário, mostrar a mencionada face por baixo da maquiagem” (FURUITI, 2003, p. 16), esconde uma imprecisão de fundamento. Afinal, “poderia o despojamento implicar em verdade?” (FURUITI, 2003, p. 21). Como resposta, pode-se afirmar que:

Se por um lado, a luz natural e o uso de locações são por convenção mais realistas, por outro, a quebra de continuidade e a opção por não utilizar o convencional campo/contra-campo expõem marcas da enunciação fílmica e assim contribuem para diminuir justamente a impressão de realidade, mesmo que convencional. (FURUITI, 2003, p. 21)

Com isto, o próprio discurso montado por Vinterberg durante a narrativa contradiz

a tentativa de conexão com o real propugnada pelo manifesto, de forma que essa relação desorienta os sentidos da realidade enquanto uma instância objetiva e impõe sobre esta, mais uma vez, a sombra da subjetividade. É antes mesmo do discurso, embora também o incorpore, que essa idiosincrasia se torna presente, no momento em que há o crivo do esvaziamento do conteúdo e da forma pelo néscio. De fato, a festa familiar de Vinterberg não é apenas uma simples festa, mas o reflexo da ausência de sentido em instâncias da vida na pós-modernidade. Logo,

[...] é possível supor que a festa continua, sempre, no jogo fílmico, porque o próprio evento da festa pode ser encarado como a representação alegórica do jogo da vida. Jogo que, com suas regras e seus participantes, segue seu curso e só acaba com a morte – ou nem com ela, à medida que, conforme ilustra o filme, de alguma forma os mortos podem continuar a jogar por meio dos vivos e os vivos por intermédio dos mortos. (FISCHER, 2003, p. 142)

Caracteriza-se este, por fim, como um período em que a hipocrisia se tornou o imperativo das relações sociais, acobertando as feridas e os traumas de uma sociedade em agonia. A cruz penosa que todos nós, os idiotas, carregamos.

Assim como no filme de Vinterberg, o filme *Os Idiotas (1998)*, dirigido e roteirizado pelo dinamarquês Lars von Trier, também traz à baila uma narrativa composta por dois polos divergentes. A narrativa acompanha a vida de um grupo de pessoas que se conectam por adotar uma postura de idiotia. Essa postura, fingida, serve de mote para a construção de uma percepção em que a idiotia, entendida aqui como valor, dá contornos de rebeldia às personagens, na medida em que lhes dá o respaldo para adotar um comportamento que, segundo seus juízos, é o mais próximo da realidade e da experiência existencial íntima dos indivíduos. O discurso do filme, ante o exposto, clama pela ascendência do idiota interior dos envolvidos. Deste modo

Trier utiliza o comportamento sem máscaras do idiota como uma forma de, igualmente, reduzir as diferenças entre os indivíduos ao ponto de não serem significativas. A proposta do diretor se alinha à possibilidade de pensar seriamente a existência a partir de um gracejo, que reduz a existência objetiva ao mínimo. (LIMA, 2018, p. 111)

Logo, a formação deste polo implica na produção de uma percepção de identidade existencial que não possui uma referência objetiva, fragmentando e desestabilizando as posições que os indivíduos assumiriam dentro da sociedade (HALL, 2006). Esse processo de desencaixe e exposição do polo oponente, simbolizado, segundo o juízo das personagens, pela “cultura burguesa”, produz a batalha sob a qual a narrativa se constrói, que fica ainda mais explícita nos momentos em que a narrativa do filme intercala com entrevistas concedidas pelos idiotas após a dissolução do grupo, em uma estrutura praticamente semi-documental. De fato

Toda a narrativa de *Os idiotas* persegue este desconforto, quer seja na encenação da idiotia que coloca os demais personagens do filme – os não

pertencentes ao grupo – em situações limite de constrangimento e exposição, quer na parte documental onde o entrevistador oculto inverte os papéis, fazendo, ele próprio, perguntas constrangedoras que colocam os integrantes no grupo em situações embaraçosas, ou desfavoráveis. (RODRIGUES, 2006, p. 195)

Desta maneira, a fantasia vivida pelo grupo, imaginando estar se aproximando dos aspectos íntimos da existência (o idiota interior), vai se descortinando até o momento em que cai por terra, frente aos conflitos de impossibilidade de ajustamento com o núcleo social.

As relações pessoais, de amizade e família, são a força motriz do filme, são os laços familiares e de amizade que garantem tanto a coesão do grupo quanto sua dissolução. As verdadeiras famílias dos homens e mulheres que fazem parte do grupo são a razão pela qual os laços afetivos que se estabelecem ali devem permanecer confinados ao espaço daquela casa. (RODRIGUES, 2006, p. 195)

Logo, pode-se aferir que a busca pelo néscio perpetrada pelos idiotas, em que se pode perceber também uma metáfora à vida na pós-modernidade, apenas desorienta e subverte os valores objetivos. A proximidade com a realidade, almejada pela idiotia, se apresenta, na verdade, como uma fuga da realidade, em que estes se cercam de uma fantasia idealizada própria e subjetiva. Em substância,

Os Idiotas constitui uma negatividade para esse padrão de resultados objetivos já que está imerso em um vazio sensível. Sem efeitos visuais [...] o filme espera pelo inspector que se apropriará dele extraindo, para sua interioridade, os aspectos significativos que refletem na existência a realidade do existente; sem a necessidade de dar resposta a essa ou aquela questão objetiva, pois todas as questões que podem ser tratadas dependem da elaboração que o inspector cria na subjetividade. (LIMA, 2018, p. 95)

Quanto as technicalidades do filme, assim como as do filme de Vinterberg, *Os Idiotas* enseja a mesma estética crua e desordenada, incorrendo nas mesmas contradições apontadas no primeiro filme do *Dogma 95*. Entretanto, é importante salientar que no caso do filme de Trier, a técnica e a narrativa estão ainda mais conectadas, pois ambas constituem metáforas a um processo de esmaecimento da objetividade. Deixa de ser, portanto, apenas uma cruz cuja responsabilidade de carregar cabe à idiotia, mas torna-se a própria idiotia o fundamento no qual o motor da vida na pós-modernidade se orienta, esvaziada de sentido e inerte em um mundo preso ao paroxismo.

4 | À GUIA DE CONCLUSÃO

A aproximação aqui apresentada buscou demonstrar as convergências entre o contexto histórico da discussão acerca da arte na pós-modernidade e suas consequências na proposta dos diretores, tanto teoricamente quanto na prática. Em substância, “não só no filme de Vinterberg, mas também no de Trier há grupos que se deparam com normas

sociais e promovem uma ruptura, desvios em relação às regras. Essa relação entre norma e desvio da norma, defendida no Manifesto, se apresenta de maneira metaforizada na filmografia do movimento” (BOGADO, 2017, p. 39).

Neste sentido, entendemos que os filmes confeccionados para o movimento dinamarquês refletem e metaforizam uma ferramenta de proposição que é engendrada nesse processo de desestruturação da arte, de tal modo que “a obediência aos procedimentos relacionados, que em boa parte envolviam a negação de vários parâmetros e artísticos fundamentais para o cinema contemporâneo, colocavam o Dogma na condição não reivindicada de um dispositivo fílmico” (SEVERO, 2018, p. 6). É nesse sentido que, portanto, entendemos que o manifesto e os seus respectivos dois primeiros filmes se deslocam da posição, única e exclusiva, de influenciado, entrando para a história como um objeto de referência que influencia diretamente no fazer artístico-cinematográfico. De fato, “embora esse conjunto rigoroso de regras do Dogma não tenha sido criado ou difundido como dispositivo, afeta profundamente a realização e a recepção fílmica” (SEVERO, 2018, p. 6).

Por fim, atestamos que a arte na pós-modernidade sofre, assim como em outras esferas da vida, de um esvaziamento de sentido, realçado pela pulverização constante dos objetos de referência dos sujeitos. Cola-se a este cenário, portanto, a ideia de crise, que se constitui como motor dos sujeitos na vida pós-moderna. A arte deixa de se posicionar enquanto uma representação da excelência e um ideal de virtuosidade que impulsiona os sujeitos a se elevarem por meio de inspirações transmitidas pela erudição, para se colocar como uma estrutura atroz e néscia, movida pela sua própria autofagia e a necessidade compulsória de destruir a si mesma. Essa condenação da arte, contudo, não coloca apenas ela mesma no banco dos réus, mas coloca a própria vida humana na latrina, entregue aos vermes e sujeita à decomposição.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.

BOGADO, A. M. Estigmas da autorreflexividade no Dogma 95. **Revista Ipseitas**, [S.l.], v. 3, n. 1, fev. 2017, p. 33-42.

BORDWELL, D.; THOMPSON, K. Film art and film history. In: _____. **Film art**: an introduction. 8ª ed. Nova York (Estados Unidos da América): The McGraw Hill Companies, 2008, p. 440-475.

CHALUMEAU, J. L. As cinco grandes famílias de teorias da arte. In: _____. **As teorias da arte**: filosofia, crítica e história da arte de Platão aos nossos dias. Lisboa: Instituto Piaget, 1997, p. 15-24.

DANTO, A. C. **O abuso da beleza**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

_____. **O descredenciamento filosófico da arte**. São Paulo: Autêntica, 2014.

FISCHER, S. Festen: jogo, figuração e família. **Significação: Revista De Cultura Audiovisual**, 30(19), 2003, p. 119-145.

FURUITI, E. **A imagem fundamental e o traumático**: possibilidades de sentidos em “Festa de Família” e na Trilogia Coração de Ouro, de Lars von Trier. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Estética do Audiovisual) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KIMBALL, R. **Art’s prospect**: the challenge of tradition in an age of celebrity. Christchurch (Nova Zelândia): Cybereditions, 2002.

LIMA, F. B. C. **Inquietações do existente**: cinema como filosofia em Lars von Trier. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MONTEIRO, Â. **Arte ou desastre**. São Paulo: É Realizações, 2011.

RODRIGUES, V. J. **Coração de Ouro**: o cinema melodramático de Lars Von Trier. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SANTIAGO JR., F. C. F. **Entre a representação e a visualidade**: alguns dilemas da relação história e cinema. Domínios da Imagem, Londrina, ano II, n. 3, 2008, p. 65-78.

SCRUTON, R. **Beleza**. São Paulo: É Realizações, 2013.

SEVERO, L. F. O movimento Dogma 95 enquanto objeto comunicacional. XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, 2018, Campo Grande. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2018, p. 1-13. Disponível no sítio eletrônico: <http://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2018/resumos/R61-0251-1.pdf>. Acesso em 21/01/19.

TOLSTÓI, L. **O que é arte?** São Paulo: Experimento, 1994.

FONTES

DOGMA #1: Festa de Família. Direção: Thomas Vinterberg. Produção de Birgitte Hald. Dinamarca: Nimbus Films, 1998. Distribuidora: Versátil Digital Filmes. 1 DVD. (106min)

DOGMA #2: Os idiotas. Direção: Lars von Trier. Produção de Vibeke Windeløv. Dinamarca: Zentropa, 1998. Distribuidora: Versátil Digital Filmes. 1 DVD. (110min)

TRIER, Lars Von; VINTERBERG, Thomas. **Dogma 95**. 1995. Disponível no sítio eletrônico: <http://www.dogme95.dk/dogma-95/>. Acesso em 22/12/2018.

DA SUBJETIVIDADE À FORMAÇÃO DE IDENTIDADES POLÍTICAS: UMA INVESTIGAÇÃO A PARTIR DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

Data de aceite: 01/09/2022

Data de submissão: 08/08/2022

Fabício de Oliveira Farias

Universidade Federal de Pelotas –
Departamento de História
Pelotas – RS
<https://orcid.org/0000-0002-8422-679X>

Flávia Ferreira Trindade

Universidade Federal de Pelotas –
Departamento de Filosofia
Pelotas – RS
<http://lattes.cnpq.br/0707517575596082>

RESUMO: O presente trabalho visa traçar uma investigação a partir das manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil e verificar o papel das grandes instituições nos rumos que os acontecimentos tomaram na época. Partiremos de uma revisão dos fatos a partir da análise de autores que abordam a temática das jornadas de junho, bem como completaremos nosso arcabouço teórico com conceitos pertinentes a esta análise. Passando então a investigação sobre como as relações de poder podem ser subjetivadas e desvirtuadas de seu objetivo inicial através de uma coerção baseada na resignificação da violência. Verificaremos que tal maquinação pode ocorrer a partir da identificação, e assim, os caminhos pelos quais a grande massa de pessoas reivindica o fim de sua indignação podem ser moldados.

PALAVRAS-CHAVE: Jornadas de junho, subjetividade, relações de poder.

ABSTRACT: This article intends to plot an investigation starting at the protest movements occurred in June of 2013 in Brazil and to verify the role of great institutions in the course of events at the time. We will start by doing a revision of the facts through the analysis of authors that wrote about the theme, as well as complete our framework with concepts that are alligned to this analysis. Passing then to the study on how power relations can be subjectivized and perverted from their initial objective through a violence resignification based coercion. We will check that such machination may occur through identification, and so, the ways for which the great mass of people claims the end of their indignation can be molded.

KEYWORDS: Journeys of June, subjectivity, power relations.

Partindo de uma observação das manifestações ocorridas em junho de 2013 em praticamente todo o território brasileiro, podemos perceber que elas deixaram um legado. Legado esse, que até os dias atuais é possível verificar atuando nas mais diversas áreas da sociedade, principalmente na política e nas relações entre indivíduos, para as quais voltaremos nossa atenção nesta investigação. Esta é uma pesquisa em andamento, portanto, abordaremos aqui apenas alguns aspectos passíveis de análise acerca das modificações

no ideário¹ político brasileiro, ocorridas a partir de 2013.

Em artigo para a revista *Projeto História*, de São Paulo, publicado em agosto de 2013, intitulado “Embates e disputas em torno das jornadas de junho”, Gilberto Calil² nos apresenta a forma como tiveram início os protestos e a forma como se modificaram. O MPL³ organizou manifestações, como era costumeiro a esse grupo social, para reivindicar a reversão do aumento de R\$ 0,20 na passagem do transporte coletivo em São Paulo, nas quais houve aderência de grande parte da população. A mídia pouco se importou em valorar as manifestações no momento inicial, mas, a partir da chamada para o 4º grande protesto, passou a deslegitimar o movimento, taxando os manifestantes de violentos e irresponsáveis e exigindo que o poder público tomasse uma atitude repressiva frente aos protestos, que bloqueavam ruas e geravam problemas de tráfego. Com o início das repressões por parte da polícia, que tentava sempre jogar a culpa pela violência nas vítimas, diversos vídeos e relatos passaram a circular nas redes sociais, provando que a violência partira, na verdade, da própria polícia.

A mídia então percebeu que deveria adotar uma estratégia diferente, passando a demonstrar apoio, como se não houvesse, antes, incentivado a dura repressão policial que havia se instaurado.

Ainda na quinta-feira à noite, várias informações e vídeos colocavam a nu a grosseira manipulação da grande imprensa. Ao contrário do que tinha sido dito, verificava-se que a repressão produziu muitos feridos; que as liberdades democráticas foram completamente atropeladas, sendo simbólico o episódio do jornalista da revista *Carta Capital* preso por “porte de vinagre”; que a repressão foi indiscriminada e não se restringiu à “contenção dos vândalos”, mas ao contrário tentou impedir a realização da manifestação. Muitos vídeos circularam nas redes sociais, documentando a amplitude da repressão policial. A situação estava decididamente fora de controle para a grande imprensa e tornava-se imperativo construir um novo discurso para retomar a iniciativa. (CALIL, 2013, p. 385)

A construção e, posteriormente, a mudança de discurso por parte da mídia que cobria as manifestações moldava dia-a-dia a opinião pública e inflava os ânimos da sociedade. Mesmo com a referida mudança para um viés mais brando e de apoio aos protestos, a visão de delinquência já havia sido veiculada e assimilada por alguns, ao mesmo tempo em que a visão de eficácia da mobilização popular também se instaurava. A linguagem é um meio poderoso de chegar ao cerne do pensamento dos indivíduos. As notícias veiculadas e a cobertura pela mídia foram pouco a pouco trazendo à tona posicionamentos intolerantes travestidos de reivindicações legítimas.

Analisando a linguagem como ferramenta de controle de massas a partir da mídia,

1 Aqui entendido como o conjunto de concepções acerca de um determinado tema, neste caso, visões políticas.

2 Pós-doutor em História pela Universidade do Porto, atualmente professor associado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

3 Movimento Passe Livre

utilizaremos dois pontos tratados por Terwilliger⁴ sobre a psicologia da linguagem. Se por um lado:

A punição assegura, além disso, a *eliminação* de todas as respostas anteriores, que pudessem eventualmente estar ligadas ao comando verbal. Temos, pois, o surgimento de uma tendência de resposta, simultaneamente com a eliminação de todas as outras tendências de comando. (TERWILLIGER, 1974, p. 321)

Isto posto, a respeito do discurso midiático contrário às manifestações populares e que exigia sua repressão; por outro lado:

Importa concluir, conseqüentemente, que o comando é eficaz não porque as palavras tenham chegado a significar certas coisas, mas *precisamente porque chegaram a nada significar. Não são mais palavras*, são meros estímulos em que é possível confiar que despertem uma e apenas uma tendência de resposta. Nada pode quebrar este ciclo, depois de estabelecido, exceto alguma transformação radical na situação de estímulo ou no contexto. (TERWILLIGER, 1974, p.321-322)

A transformação radical de que fala Terwilliger teria sido o desnudar da violência policial, uma das razões pelas quais a mídia passou a apoiar os protestos. O apoio das mais variadas correntes políticas vinculadas à esquerda tomou vantagem frente ao poder mobilizador do movimento que tomava forma, trazendo consigo suas pautas identitárias e, assim, atraindo também atores do outro lado do espectro político. Analisaremos a referida mudança discursiva nas páginas que seguem a partir de alguns tópicos conceituais pertinentes, que emprestarão seus nomes às seções que compõe o texto. Desta forma, poderemos efetuar cesuras que nos permitam analisar de que forma e por quais razões ocorre tal mudança.

11 SUBJETIVIDADE

Costumeiramente tem-se a ideia de que a subjetividade compreende um modo do indivíduo pensar e entender a si mesmo, sendo estruturado pelo próprio sujeito, ou seja, sem nenhuma influência externa. Poderia ser considerada, se assim fosse possível, a relação pura e íntima do indivíduo consigo mesmo a qual os demais indivíduos e a sociedade não teriam acesso algum. Porém, segundo o pensamento do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) essa forma quase que romântica de fundamentar a subjetividade se constitui de modo diversamente diferente desse ideal acima exposto.

O exemplo fornecido pelo filósofo é o dos *aphrodisia*, ou, os atos sexuais gregos, que correspondem a uma forma de subjetividade, pois, existiam costumes sexuais para os gregos que faziam parte de toda uma cultura de si, em resumo, do indivíduo consigo mesmo. Com a ascensão do poder da Igreja e a instauração de normas impassíveis de

⁴ Professor adjunto de psicologia na *New School for Social Research*, falecido em 2019.

questionamento, essa cultura de si torna-se impossível de ser mantida pelas influências externas. Por meio de sua investigação das práticas de cuidado consigo mesmo Foucault tenta resgatar uma subjetividade plena, que escaparia do poder do Estado, seria uma passagem do governo dos outros (Capitalismo, disciplinas, biopoder) para um governo de si realmente, o que seria uma subjetividade por excelência.

O filósofo francês, após tecer uma longa análise de como se instaurou o casamento enquanto forma ideal de relação pela igreja, eliminando outras possibilidades de relacionamento como aceitas conceitua, enfim, discorre sobre o que entende por subjetivação. As tecnologias de si são justamente os modos como os indivíduos foram levados a pensar a si próprios, foram os investimentos, da Igreja, das normas sociais, terapêuticos que ditam como o indivíduo deve pensar a si próprio. Nesse ponto temos claramente que a objetivação é o mecanismo que faz com que o indivíduo torne-se objeto para si mesmo. Em última instância, por meio de normas externas, o indivíduo conduz o modo como irá pensar a si próprio, como esboça Foucault no curso de 1981, *Subjetividade e Verdade*, a saber:

Parece-me que nesta análise das tecnologias de si, que vocês talvez tenham achado um pouco emperrada e lenta, mesmo assim podemos detectar um momento historicamente importante nessa história que seria a história da subjetividade - subjetividade entendida como o conjunto de processos de subjetivação aos quais os indivíduos foram submetidos ou que aplicaram com relação a si mesmos. (FOUCAULT, 2016, p. 255)

As tecnologias de si são justamente os modos como os indivíduos foram levados a pensar a si mesmo, foram os investimentos que ditam como os indivíduos devem pensar a si próprios. Nesse ponto temos claramente que a objetivação é o mecanismo que faz com que o indivíduo torne-se objeto para si mesmo. Em última instância, por meio de normas externas, o indivíduo conduz o modo como irá pensar a si próprio. Partindo da citação acima exposta podemos refletir em como o que entendemos a uma primeira vista como subjetividade está longe de ser uma verdadeira relação com nós mesmos, adaptaram o nosso interior conforme influências midiáticas e sociais pela ausência (seja de tempo ou interesse) de um conhecimento de nós mesmos, de uma total falta do cultivar-se. As mudanças de comportamento, pensar, vestir, comer, tornam-se intercambiáveis, bastando apenas um mudar dos ventos proposto pelas instituições para que todo o nosso interior se adapte por completo a um novo dogma social.

A velocidade do tempo na sociedade capitalista prejudica qualquer possibilidade de pensar subjetivo que parta apenas do indivíduo e a contribuição de movimentos de pensamento e conduta que se apresentam como corretos crescem a cada dia, fazendo do sujeito um barco a deriva. O ponto onde culmina toda essa avalanche de subjetivação é o corpo, é por meio dele que o Estado acessa o indivíduo e será nele que o mesmo investirá de forma massiva. O ponto onde as instituições atingem será sempre o corpo, em última

instância, o corpo é o que permite o acesso direto ao indivíduo, e será sobre eles que serão feitos investimentos com vista a se obter o que se considerará necessário à manutenção do bom andamento e produtividade em dada sociedade. Na obra *O corpo Utópico e suas Heterotopias*, Foucault pronuncia:

Meu corpo está, de fato, sempre em outro lugar, ligado a todos os outros lugares do mundo e, na verdade, está em outro lugar que não o mundo. Pois, é em torno dele que as coisas estão dispostas, é em relação a ele - e em relação a ele como em relação a um soberano - que há um acima, um abaixo, uma direita, uma esquerda, um diante, um atrás, um próximo, um longínquo. O corpo é o ponto zero do mundo, lá onde os caminhos e os espaços se cruzam, o corpo está em parte alguma: ele está no coração do mundo, este pequeno fulcro utópico, a partir do qual eu sonho, falo, avanço, imagino, percebo as coisas em seu lugar e também as nego pelo poder indefinido das utopias que imagino. Meu corpo é como a Cidade do Sol, não tem lugar, mas é dele que saem e se irradiam todos os lugares possíveis, reais ou utópicos. (FOUCAULT, 2013, p. 14)

2 | VIOLÊNCIA

Analise o seguinte pressuposto:

Em resumo, existe em todas as formas de revolta (mesmo em sua forma mais instituída que é a revolução) a esperança de uma estruturação social alternativa; a ruptura conserva no seio da sociedade o que se pode chamar “o sonho acordado de uma nova sociedade”. (MAFFESOLI, 1987, p. 40-41)

Podemos observar que o sentimento de revolta contido nas jornadas de junho funcionou como uma bomba de fragmentação que, ao explodir, não tem uma direção ou raio de alcance pré-definidos. Assim, o sentimento de revolta voltou-se, em alguns indivíduos, contra a própria revolta. Maffesoli fala ainda, em *Dinâmica da Violência*, sobre o caráter dúbio destruidor/criador da violência⁵, que faz com que a máquina social se torne imprevisível. Enquanto alguns grupos e atores sociais reivindicavam pautas libertárias, aproveitando-se da amplitude de visibilidade que a onda de protestos gerou, outros grupos também começaram a se formar, como movimentos conservadores, defendendo pautas anticorrupção⁶; ainda outros grupos conservadores, em formação já há muitos anos, teriam sua ascensão neste período, como o Movimento Brasil Livre (MBL), provindo do *Students for Liberty*. Tais grupos, em seus discursos e reivindicações, atrairiam pessoas cujos ideais políticos haviam sido suprimidos nos governos de esquerda, como a mentalidade neoliberal, que tudo privatiza – o fascismo, que nada tolera – o racismo, que segrega – a homofobia,

5 Aqui entendida como um poder repressor, por parte do estado, e como um direito de resposta, por parte dos grupos reprimidos. Como dito pelo autor: “Proponho, então, considerar que o termo violência é uma maneira cômoda de reunir tudo o que se refere à luta, ao conflito, ao combate, ou seja, à parte sombria que sempre atormenta o corpo individual ou social.” (MAFFESOLI: 1987, 15)

6 A corrupção estava em processo de se tornar o que Laclau chama de “significante vazio”, ou seja, algo que não tem um significado, mas carrega consigo todos eles. A corrupção seria a raiz de todos, ou quase todos, os problemas pelos quais havia indignação naquele momento, os problemas de mobilidade urbana, saúde, educação, dentre outros. Cf. PINTO, 2017.

que rotula – dentre outros, que no momento atual do país, vemos novamente ascender.

A indignação surgiu a partir das camadas mais baixas da sociedade, aquelas que em maior parte utilizam os serviços públicos aos quais as manifestações voltavam sua atenção. A justificativa de alguns dos presentes aos protestos para as táticas de enfrentamento e depredação de patrimônio pelas ruas por onde passavam as marchas era de que aquilo não constituía violência. A verdadeira violência seria a precarização dos serviços públicos, os altos custos, as longas filas, a falta de recursos direcionados à população a despeito da alta carga tributária – circunstâncias que afetavam principalmente os mais pobres.⁷

Ao destruir o medo, construía-se a indignação coletiva, uma revolta que tinha a capacidade de envolver uma parcela maior da população. Grande parte dos manifestantes presentes após o quarto grande ato convocado pelo MPL era composta por uma maioria isenta, alheia a qualquer movimento social (PINTO, 2017), maioria esta, que defendia, subjetivamente, pautas anticorrupção que haviam sido agregadas. Como vimos, a subjetividade é algo que é construído fora do corpo. A mídia, em grande parte, como vimos a partir de Calil, teve papel de destaque na transição do discurso durante as manifestações. Fernando Oliveira⁸, em artigo para a *Revista Estudos Libertários*, afirma:

Torna-se uma constante a campanha midiática pela conversão da indignação contra os grandes cartéis do transporte coletivo de São Paulo e a repressão da Polícia em pautas distintas, sobretudo as pautas anticorrupção. Embora novas mídias tenham aparecido para romper o silêncio dos meios de comunicação de massa, a pauta dos atos seguia ampliada e diversificada. (OLIVEIRA, 2020, p.49)

Espontaneamente, a voz das ruas mudou de tom, aderindo à ideia midiática que havia sido implantada e passando a reivindicar o fim da corrupção. Vários discursos pairavam no ar, diversas ideias circulavam por entre as multidões, a revolta instaurada havia se extremado e:

Certamente, é difícil somar essa revolta: é característica da espontaneidade ser fragmentada, remeter a casos particulares, ser frequentemente até, o ato de solitários. Resta ver como ela informa profundamente o dado social, como, além da aparente submissão, a encontramos ativa no arquétipo da resistência que constantemente atormenta o corpo social e que, do mito da greve geral,[...]às diversas e minúsculas ilegalidades, sem esquecer as manifestações sanguinárias da criminalidade, está ativa na estruturação social. (MAFFESOLI, 1987, p. 43)

Porém, no nosso caso particular de análise, havia como que um cone, que direcionava a explosão e levava os fragmentos da bomba a uma direção predeterminada: a da manipulação subjetiva pela mídia. Sendo a espontaneidade fragmentada, basta que

⁷ Desta forma, é curioso que um ano depois, em 2014, no jogo de abertura da copa do mundo de futebol realizada no Brasil naquele ano, as vaias a então Presidente da República, Dilma Roussef, tenham partido do setor VIP do estádio Itaquerão, lotado pelas camadas mais abastadas da sociedade. Este fato clarifica nosso objeto de pesquisa nesta investigação, como se verificará ao final. Cf. PINTO, 2017.

⁸ Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, doutor em Filosofia pela USP.

haja uma pauta de identificação para que a coesão retorne, ou, pelo menos, a dispersão diminua. Alguns grupos haviam tomado o protagonismo dentre o momento conturbado e cheio de incertezas que se desenhava. Havia uma luta pela narrativa, e a grande mídia possuía vantagem por ocupar uma parte bem maior do ringue. Agindo em escala nacional, os grandes veículos de comunicação de massas, como grandes emissoras de televisão que também possuem jornais impressos, revistas e editoriais online em seus conglomerados poderiam moldar a opinião pública ao seu bel prazer, desde que conseguissem captar o momento e as indignações que se criavam e recriavam a cada novo dia, a cada nova ação tomada pelo poder público frente aos movimentos de revolta.

Desta maneira, partindo do pressuposto que citamos acima, de que toda forma de revolta incita esperança de uma estruturação social, que tem na ruptura um sonho de uma nova sociedade (MAFFESOLI, 1987), faz-se necessário conduzir uma análise acerca dos micropoderes que estão em ação quando em contexto de revolta popular.

3 | RELAÇÕES DE PODER

Uma revolta sempre engloba, de uma forma ou outra, uma ruptura, seja de padrões ou de paradigmas, mas, para o contexto desta investigação, é interessante que pensemos sobre as possibilidades de manipulação contidas nessa ruptura. O povo realmente sabe o que está fazendo? Ou está somente seguindo uma concepção pré-pronta do que deve ser feito? Aqueles contra quem a revolta se direciona são realmente opositores? Ou será que eles também têm um papel mandatário nessas mobilizações? A mobilização da população em prol de determinada causa provou-se eficaz em diversos momentos e locais da história⁹, sendo mais ou menos violenta de acordo com as questões específicas de cada momento histórico. E, para um melhor entendimento dessas questões faz-se necessário, no escopo desta investigação, uma análise das relações de poder que permeiam a sociedade. Para isso, utilizaremos a analítica do poder de Michel Foucault, que não situa o poder como algo centralizado, que possui um lugar específico, mas que perpassa todas as instâncias da sociedade, como uma teia que engloba todas as relações entre indivíduos, sejam no âmbito particular ou coletivo.

A disciplina é algo que permeia as mais ínfimas parcelas da sociedade, está presente desde as relações familiares, passando pela escola primária até aos locais de trabalho, tendo como objetivo moldar os corpos, para que funcionem de forma dócil e útil. De acordo com Foucault:

Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é

⁹ Grandes exemplos são a revolução francesa e as revoluções russas, mas há outros de menor escala, sem que isso diminua sua importância, como as revoltas no Brasil dos séculos XIX e XX

também igualmente uma “mecânica do poder”[...] A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. (FOUCAULT, 2012, p. 133)¹⁰

Um corpo disciplinado é um corpo “dócil”, um corpo que não oferece resistência à coerção, algo que acontece de forma subjetiva e da qual muitas vezes o indivíduo não tem conhecimento. Exemplos dessa coerção disciplinar podem ser citados nas situações de protesto as quais abordamos, como a necessidade de se informar a polícia sobre o local onde serão realizadas as manifestações, ou a convivência de alguns manifestantes mais pacíficos para com a repressão aos “baderneiros”, sentando-se no chão para facilitar o trabalho da polícia em identificá-los caso haja uma situação que pode gerar conflito, algo que se verificou nas jornadas de junho.¹¹ Ao mesmo tempo em que existe a revolta e a subversão, em que há o abrandamento do medo e a elevação da coragem ao enfrentamento, existe – no fundo do ideário revolucionário – uma preocupação com o mantimento da ordem (mesmo em meio ao caos), com a disciplina que fora implantada subjetivamente nos indivíduos desde que eles se enxergam como indivíduos.

Outro exemplo é a ideia de “manifestação espetáculo”, analisada por Flávio Junior (2020)¹², em que uma massa de espectadores reage a um grupo minoritário de lideranças incumbidas de promover a manifestação. Neste tipo de protesto, não há um livro de regras ditando o que o protestante deve fazer, há, sim, uma regra implícita, uma “mentalidade de matilha”, por assim dizer, que necessita seguir o líder para saber onde deve ir, disciplinada e ordeira. Mesmo os *Black Blocks*, em sua dinâmica de enfrentamento, ainda assim se englobam nessa grande massa.¹³

É importante ter em mente que: “O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente.” (FOUCAULT: 2014, p. 12), de modo que, em meio aos protestos pelo Brasil, havia uma dança de relações de poder ocorrendo a todo o momento. Relações entre os manifestantes, relações entre eles e a polícia, entre a polícia e o Estado, entre o Estado e todos os envolvidos. Havia uma relação de dupla troca, os indivíduos estavam ali como grupo fazendo uma petição à sociedade, e ela, por sua vez, fazia suas petições a eles. As manifestações trancavam ruas e (posteriormente) depredavam patrimônio, em prol de uma reivindicação. A sociedade (ou uma parte dela) clamava por ordem, o poder público, então, reprimia, fazendo com o que os manifestantes cedessem, para então o ciclo se reiniciar. Nenhum desses agentes tem mais ou menos poder, todos fazem pender a balança, agiam como que “pisando em ovos”, pois o Estado tem medo de seu povo¹⁴ mas o povo também teme o aparato repressor e o peso da lei. Ninguém podia imaginar o que aconteceria logo após, então, era melhor ser cauteloso,

10 Vale ressaltar, que segundo Foucault, o poder e as disciplinas não são algo negativo, mas sim, produtivo, dentro da sociedade.

11 Cf. OLIVEIRA, 2020.

12 Mestre em História Comparada pela UFRJ.

13 Cf. JUNIOR, 2020.

14 Vide os exemplos que citamos anteriormente. Um levante, potencialmente, pode levar a queda de um governo.

equilibrar a balança.

4 | IDENTIDADE/IDENTIFICAÇÃO

Tal constatação nos leva a pensar em *como* um movimento de revolta popular pode ser guiado a certos caminhos e deturpado de sua ideia original, para que a iminente ruptura aconteça de uma forma diferente da que pretende a referida ‘esperança de estruturação social’. As grandes instituições não querem nunca ver seus interesses ameaçados não importa o tipo de situação que ocorra. É nesse momento de nossa investigação que se torna imperativo pensar na questão identitária.

A identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre “demasiado” ou “muito pouco” – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo. (HALL, 2012, p. 106)

Sendo a identidade um processo de suturação, uma costura identitária que molda quem somos, podemos pensar que o ‘eu’ é mutante. As instituições moldam subjetivamente aquilo à que devemos nos identificar. Por exemplo: o aborto no Brasil é proibido e criminalizado, salvo em certos casos específicos. Sendo assim, as crianças são ensinadas desde a escola primária que o aborto é algo condenável e vil. A Cannabis é uma planta que possui diversas propriedades medicinais que os governos do mundo apenas nos tempos mais contemporâneos começam a reconhecer, mas gerações passadas foram ensinadas no sentido de que a maconha é droga e causa dependência, enquanto o tabaco é um produto legalizado e muito mais danoso. Dentro dessa gama de subjetivações, as grandes instituições investem no seu presente, mas, principalmente, no seu futuro próximo.

Sendo assim, é devido pontuar que identidade sempre tem a ver, também, com diferença. Eu sou aquilo que eu não sou, eu me identifico com aquilo que não é o que eu não me identifico. Dentro das relações políticas, os mais variados grupos sociais tentam gerar identificação aos indivíduos, de uma forma subjetiva, apelando para as diferenças em suas identificações, bem como para suas origens.

Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são compartilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão. (HALL, 2012, p. 106)

Podemos assim pensar em como a manipulação do discurso tem o poder de gerar identificação, e esse precisamente é o nosso objetivo. A partir da análise da trajetória discursiva das manifestações de rua entre 2013 e 2015 no Brasil, feita por Céli Pinto, e a partir da já citada análise de Gilberto Calil, podemos inculcar que o discurso veiculado pela mídia gerou identificação dos mais diversos setores da sociedade para com o momento

histórico que estava ocorrendo. Talvez eles houvessem percebido que tratava-se de um momento histórico, ou talvez apenas quisessem ditar os rumos para que tudo acontecesse de uma forma mais pacífica, mas o fato é que, depois dessas manifestações, o Brasil nunca mais seria o mesmo, e a grande mídia foi a grande causadora dessa transfiguração discursiva, pois ela, em grande parte, tem o controle sobre o discurso que será veiculado para a grande massa, sobre a narrativa que será redigida sobre o que está acontecendo e o que aconteceu.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da investigação exposta, podemos chegar à conclusão de que a subjetivação manipula os indivíduos dentro das relações de poder, através daqueles que estão em uma posição superior (instituições sociais, midiáticas e políticas), no objetivo de minar as relações entre os micropoderes sociais e moldá-las em benefício de sua manutenção, dentro de um projeto de poder que gera identificação e adesão política, resultando em um ressurgimento de posicionamentos conservadores que foram combatidos por governos alinhados a esquerda, que legislavam em prol da redução de desigualdades sociais. Com o remanejamento da indignação, as grandes instituições podem moldar os caminhos de qualquer movimento popular, através dos grandes veículos de imprensa. Tudo o que necessitam é oportunidade; oportunidade esta que se apresentava frente aos protestos em massa de 2013 e que foi apropriada de uma forma que até o mais erudito dramaturgo se orgulharia.

Como vimos, o poder não é algo centralizado, relações de poder permeiam toda a sociedade, das mais baixas às mais altas camadas que compõe o tecido social. É claro que as camadas mais abastadas sempre irão defender seus interesses, sem ter aqui a pretensão de entrar em um debate marxista sobre a luta de classes (até porque esse não é o escopo de nossa investigação), e utilizarão todos os meios disponíveis a elas para o manutenção de suas condições de vida. Mesmo que essas camadas não compreendam de onde vem o seu lugar na sociedade e não tenham conhecimento da rede imbricada de relações de poder que lhe concede status, contribuirão para a manutenção do status quo, mantido por instituições que estão além da sua arcada de decisão, manipulados pela subjetividade à que é submetida sua identificação dentro de uma sociedade disciplinada pela indignação, mas, antes, pelo medo.

REFERÊNCIAS

CALIL, Gilberto. Embates e disputas em torno das jornadas de junho. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, p. 377-403, ago. 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17155>>. Acesso em 23 abr. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico e suas heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**: curso no Collège de France (1980-1981). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In*: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MAFFESOLI, Michel. **Dinâmica da Violência**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1987.

OLIVEIRA, Fernando Bonadia. Sobre a indignação: Brasil, junho de 2013. **Revista Estudos Libertários**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 34-58, 2º sem. 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/36233/19955>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova**, São Paulo, n. 100, p.119-153, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452017000100119&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16 jul. 2020.

TERWILLIGER, Robert. **Psicologia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1974.

Data de aceite: 01/09/2022

Maria Helena Guerra Pratas

Investigadora Doutorada SCUCP - Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa / EUARE – Academia Europeia da Religião

ABSTRACT: Religious freedom is a human right and belongs to the fundamental dignity of every human person (Universal Declaration of Human Rights). “Part of the world’s rich cultural heritage is a range of religious conceptions of the purpose of life. Freedom of thought, conscience and religion is one of the foundations of democratic society” (COUNCIL OF EUROPE, 2008, 22-24). Religious freedom violations are increasing all over the world (PEW FORUM, 2019). Freedom is often attacked and religion continues to be used by some as a pretext for violence (GLENDON, 2012). Religious minorities are proliferating around the world, due to many factors such as wars, labor, refugee flight, etc. Religious freedom promotes peace by reducing interreligious conflict (FARR, 2008). Interaction and exchange among people of different religious traditions can be a mutual enrichment. Inter-religious dialogue means to go beyond distrust or suspicion to respectful acceptance, hospitality and collaboration at all possible levels. A case study is presented which shows that religious communities may work as agents able to build bridges with dimensions that are beyond the range of action of any political force (VILAÇA, 2009: 86).

KEYWORDS: Migrants; religious freedom

violations; religious minorities.

RESUMO: As violações à liberdade religiosa têm vindo a aumentar de um modo flagrante em todo o mundo (PEW FORUM, 2019), embora a liberdade religiosa tenha sido reconhecida e consagrada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. O “Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural” (2008) reconhece que as religiões são parte do rico património cultural do mundo e alerta para os riscos do não diálogo que pode criar um terreno favorável, inclusivamente, ao terrorismo: “*A falta de abertura relativamente a terceiros foi, demasiadas vezes, causadora de catástrofes humanas*” (CONSELHO DAEUROPA, 2008: 20). A liberdade religiosa é muitas vezes atacada em nome de outros direitos; a religião continua a ser usada por vezes como pretexto para a violência (GLENDON, 2012). As minorias religiosas estão a proliferar em todo do mundo, devido a muitos fatores. A liberdade religiosa promove a paz reduzindo o conflito inter-religioso. Através de um estudo de caso verificou-se que, como em muitas outras partes do mundo, os migrantes também em Portugal, recorrem a organizações religiosas em busca de apoio (VILAÇA, 2009). Estas desempenham um papel fundamental na integração dos novos imigrantes: ajudam a resolver problemas emocionais e outros, como o desemprego, a habitação, a aprendizagem da língua, a educação, os serviços sociais, bem como para estabelecer contactos com outras pessoas. Contribuem para a sua integração social (PIRES, 2003). Não se trata de um processo de assimilação cultural, mas de intercâmbios recíprocos (PORTES, 2000,

PUTNAM, 2007). Atuam como agentes capazes de construir pontes que estão para além do alcance de qualquer força política (VILAÇA, 2009).

PALAVRAS-CHAVE: Migrantes; Violações da liberdade religiosa; Minorias religiosas.

INTRODUCTION

Religious freedom is acknowledged and enshrined in the United Nations' Universal Declaration of Human Rights. Openness to the transcendent belongs to the fundamental dignity of every human person: "the right to religious freedom has its foundation in the very dignity of the human person" (PAUL VI, 1965; COLE DURHAM, 2012, p.368).

The Council of Europe "White Paper on Intercultural Dialogue" (2008) recognizes that "part of the world's rich cultural heritage is a range of religious conceptions of the purpose of life. (...) Freedom of thought, conscience and religion is one of the foundations of democratic society" (COUNCIL OF EUROPE, 2008: 22-24).

It is acknowledged that religious freedom violations are increasing all over the world (PEW FORUM, 2019). Flagrant violations abound: religious freedom is often attacked in the name of other rights and values and religion continues to be used by some as a pretext for violence (GLENDON, 2012).

As even a cursory survey of the contemporary landscape reveals, the religious liberty of individuals, families, associations, and institutions is under growing threat from many different directions. Flagrant violations abound. Tensions are mounting between the claim of universality and the diversity of practices and interpretations. Religious freedom is often attacked in the name of other rights and values. There is increasing conflict and confusion about the relations among the various bodies responsible for implementing human rights at local, national, and supranational levels. The problem of fostering habits of respect and tolerance for the religions of others remains acute. And religion continues to be used by some as a pretext for violence. (GLENDON and ZACHER, 2012, p. 20)

At the global level, no religion has a majority position. Even in countries that at one point had relative religious homogeneity, the percentage of adherents to the dominant religion is declining (GLENDON and ZACHER, 2012).

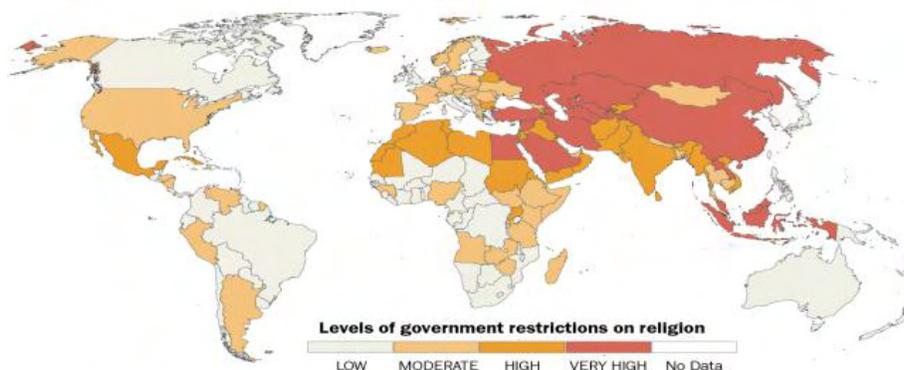
The Council of Europe "White paper on intercultural dialogue" recognized that religious practice is part of contemporary human life, and it, therefore, cannot and should not be outside the sphere of interest of public authorities (COUNCIL OF EUROPE, 2008). It considered that: Part of the world's rich cultural heritage is a range of religious conceptions of the purpose of life. Christianity, Judaism and Islam, with their inner range of interpretations, have deeply influenced our continent... Freedom of thought, conscience and religion is one of the foundations of democratic society and protected by Article 9 of the European Convention on Human Rights (COUNCIL OF EUROPE, 2008, pp. 22-24).

According to Pew Research Centre's study on global restrictions on religion

worldwide - “Trends in Global Restrictions on Religion” - in 2014 restrictions were high or very high in 34% of countries. The study ranked 198 countries and territories by their levels of government restrictions on religion and social hostilities involving religion. Of the 198 countries included in the study, 24% had high or very high levels of government restrictions in 2014. The share of countries with high or very high social hostilities involving religion was 23%. Some of these countries - such as Indonesia and Pakistan - are very populous and as a result, roughly three-quarters of the world’s 7.2 billion people (74%) were living in countries with high or very high restrictions or hostilities in 2014 (PEW FORUM, 2017). But since then, it has been even increasing.

Government restrictions around the world

Level of government restrictions in each country as of December 2014



Source: Pew Research Center analysis of external data. See Methodology for details.
 “Trends in Global Restrictions on Religion”

PEW RESEARCH CENTER

Figure 1: Government restrictions around the world

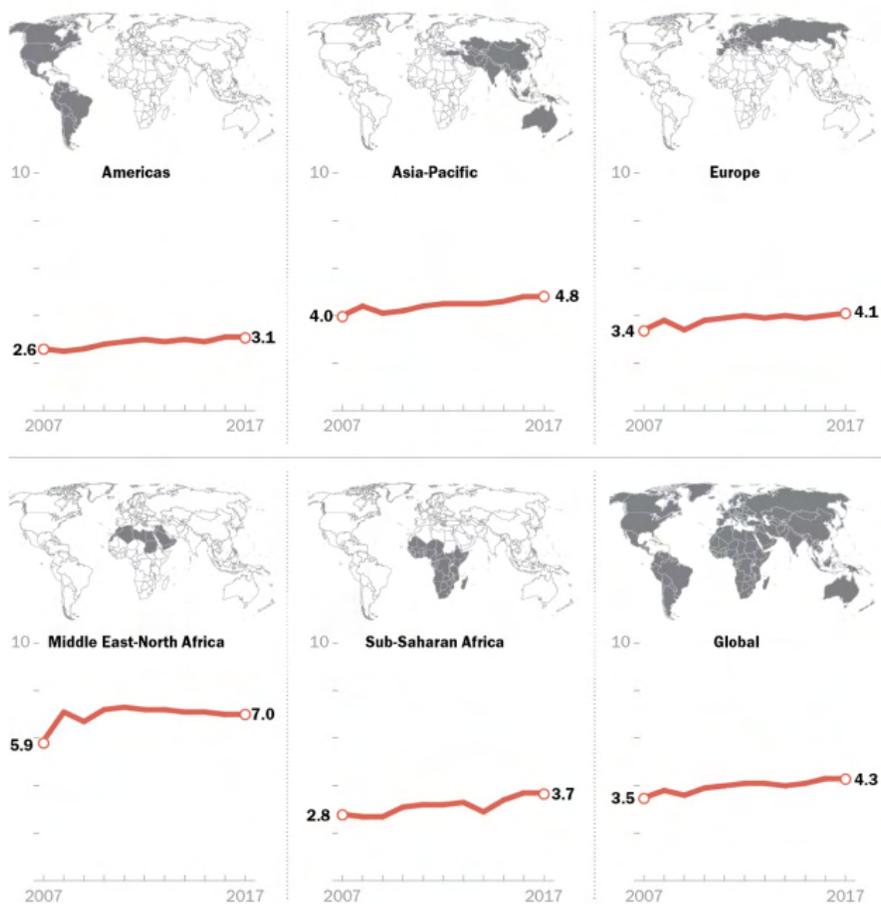
The Government Restrictions Index measures government laws, policies and actions that restrict religious beliefs and practices. The GRI is comprised of 20 measures of restrictions, including efforts by government to ban particular faiths, prohibit conversion, limit preaching or give preferential treatment to one or more religious groups. General laws, policies restricting religious freedom increased across all regions (PEW FORUM, 2019).

The Pew Forum “A Closer Look at How Religious Restrictions Have Risen Around the World” (2019) in the tenth annual report dives deeper into the ways government restrictions on religion and social hostilities involving religion have changed, from 2007 to 2017: “Over the decade from 2007 to 2017, government restrictions on religion – laws, policies and actions by state officials that restrict religious beliefs and practices – increased markedly around the world. And social hostilities involving religion – including violence and harassment by private individuals, organizations or groups – also have risen since 2007 (...)

the latest data shows that 52 governments – including some in very populous countries like China, Indonesia and Russia – impose either “high” or “very high” levels of restrictions on religion, up from 40 in 2007. And the number of countries where people are experiencing the highest levels of social hostilities involving religion has risen from 39 to 56 over the course of the study” (PEW FORUM, 2019).

General laws, policies restricting religious freedom increased across all regions

Regional mean scores measuring laws and policies restricting religious freedom, 2007-2017



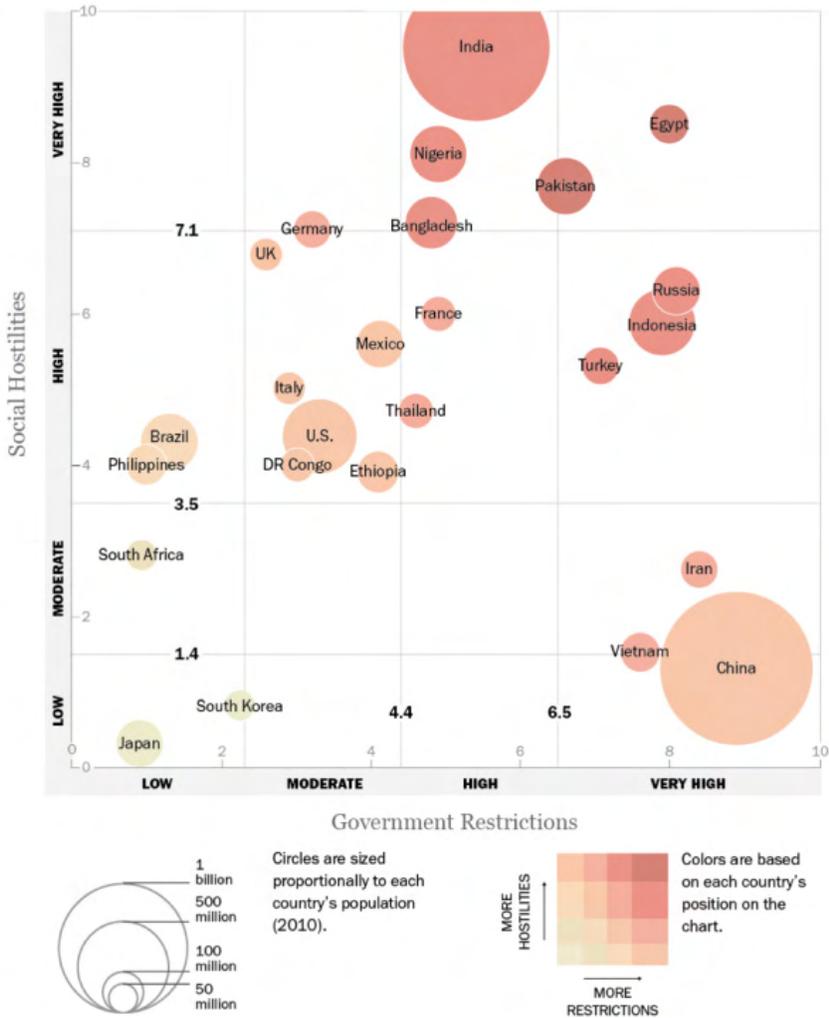
Source: Pew Research Center analysis of external data. See Methodology for details.
 “A Closer Look at How Religious Restrictions Have Risen Around the World”

PEW RESEARCH CENTER

Fig.2 General laws, policies restricting religious freedom increased across all regions 2007-17

Restrictions on religion among the world's 25 most populous countries

Among the world's 25 most populous countries, Egypt, India, Russia, Pakistan and Indonesia stand out as having the most restrictions on religions (as of 2017) when both government restrictions and religious hostilities are taken into account. (Countries in the upper right of the chart have the most restrictions and hostilities.) Japan, South Korea, South Africa, Philippines and Brazil have the least restrictions and hostilities. (Countries in the lower left have the least restrictions and hostilities.) Scores are for calendar year 2017.



Source: Pew Research Center analysis of external data. See Methodology for details.
 "A Closer Look at How Religious Restrictions Have Risen Around the World"

PEW RESEARCH CENTER

Fig.3 Restrictions on religion among the world's most 25 populous countries

Social hostilities involving religion around the world

Level of social hostilities involving religion in each country as of 2017

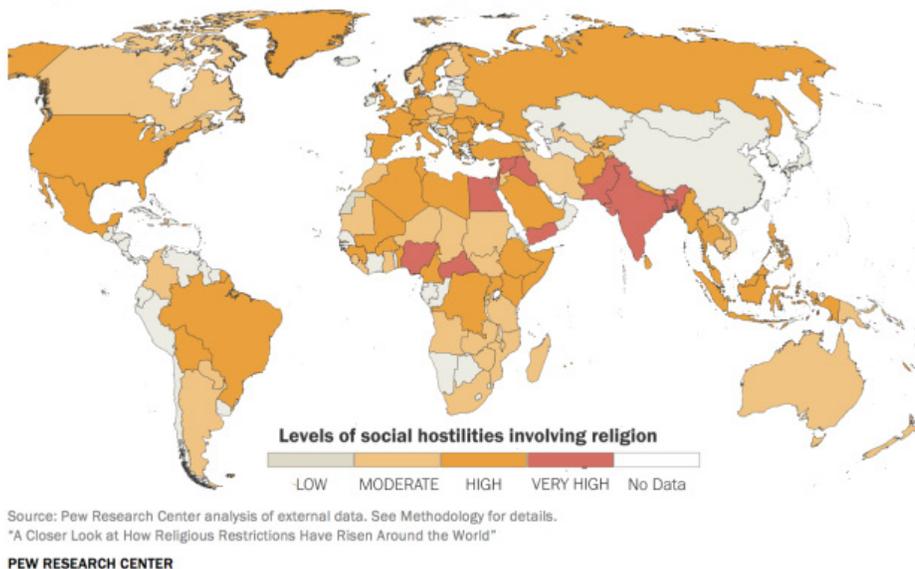


Fig. 4: Social hostilities around the world

The Social Hostilities Index SHI of the mentioned study includes 13 measures of social hostilities: acts of religious hostility by private individuals, organizations or groups in society, including religion-related armed conflict or terrorism, mob or sectarian violence, harassment over attire for religious reasons or other religion-related intimidation or abuse (PEW FORUM, 2019). There was an increase in the number of countries that experienced religion-related terrorist activities, including acts carried out by such groups as Boko Haram, al-Qaida and the Islamic State (also known as ISIS or ISIL). Of the nearly 200 countries and territories included in the study, 82 (41%) had religion-related terrorist activities in 2014, up from 73 (37%) in 2013. In some countries, the terrorist activities were limited to recruitment or fundraising. But in 60 countries, religion-related terrorism led to injuries or deaths, including at least 50 casualties in each of 28 countries. Casualties from religion-related terrorist activities have been rising in recent years (PEW FORUM, 2017).

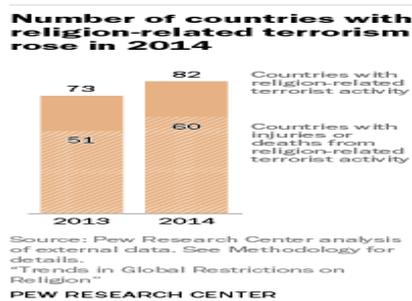


Fig. 5: Number of countries with religion-related terrorism in 2013 and 2014

The Middle East and North Africa region have the highest median level of government restrictions on religion and also the highest level of social hostilities involving religion. Among the world's 25 most populous countries, the highest overall restrictions on religion were in Egypt, Indonesia, Pakistan, Russia and Turkey, where both the government and society at large imposed numerous limits on religious beliefs and practices (PEW FORUM, 2017).

China had the highest level of government restrictions in 2014, while Pakistan had the highest level of social hostilities involving religion. As in previous years, Christians and Muslims – who together make up more than half of the global population – faced harassment in the largest number of countries. Also the harassment of Jews continued to increase in 2014 (PEW FORUM, 2017).

Of the 198 countries included in the study, 82 (41%) had religion-related terrorist activities in 2014. In 60 countries, religion-related terrorism led to injuries or deaths. The 198 countries included in this study contain 99.5% of the world's population. North Korea is not included in the study, although the sources indicate that North Korea's government is among the most repressive in the world, including toward religion, but because independent observers lack regular access to the country, the sources are unable to provide the kind of specific information that formed the basis of the analysis (PEW FORUM, 2017).

Religion-related terrorism includes acts carried out by subnational groups that use religion as a justification or motivation for their actions, such as the Nigeria-based Islamist group Boko Haram; al-Qaida in the Islamic Maghreb (AQIM); and the Islamic State, the militant group also known as ISIS or ISIL. Religion-related terrorism also includes terrorist acts carried out by individuals or groups with a nonreligious identity that deliberately target religious groups or individuals, such as clergy (PEW FORUM, 2017).

In 2014, religion-related terrorism went up in all regions. The biggest increase was in Asia and the Pacific, where the number of countries with religion-related terrorist activities went to 22 (44%) in 2014. The Middle East-North Africa region continued to have the highest share of countries with religion-related terrorism; such hostilities occurred in 18 of the region's 20 countries in 2014 (90%). In Europe, 18 of the 45 countries (40%) had religion-

related terrorism in 2014. Seven of the 35 countries in the Americas had this type of religious hostility (20%) (PEW FORUM, 2017).

Looking at the severity of religion-related terrorism (as measured by the number of injuries or deaths), the number of countries experiencing more than 50 casualties as a result of religion-related terrorism was significantly higher in 2014 than it was in earlier years. Several of the incidents of religion-related terrorism captured by the study involved actions reportedly inspired by the Islamic State in regions outside the Middle East and North Africa (or in the nearby country of Turkey). Religion-related terrorism by the Nigerian-based Islamist group Boko Haram also intensified in 2014. This included the April 2014 kidnapping of more than 200 schoolgirls from the Government Girls Secondary School in the largely Christian town of Chibok, located in Nigeria's northern state of Borno. The kidnapping captured media attention around the world and sparked a global social media campaign under the hash tag #BringBackOurGirls. (PEW FORUM, 2017; TAYLOR, May 6, 2014. "Is #BringBackOurGirls helping?" (The Washington Post).

RELIGION AND THE INTEGRATION OF IMMIGRANTS IN PORTUGAL: A CASE STUDY

Interaction and exchange among people of different religious traditions can be a mutual enrichment. Inter-religious dialogue means to go beyond distrust or suspicion to respectful acceptance, hospitality, and collaboration at all possible levels.

The Portuguese Constitution clearly defines the fundamental right of freedom of conscience, religion, and worship for all religions (art.13º, 41º). In relation to the state and political power, the religious communities are autonomous and free in their organization and cults. Freedom is given to teach any religion and to use the media for the appropriate activities.

The great majority of Portuguese people are Roman Catholic (84%), although only 10.3% practice their religion (according to a census in 2011). Other religious communities are: Orthodox, Jewish, Hindu, Buddhist, Islamic, Evangelical, etc., formed almost entirely by immigrants and their families.

In Portugal, in the last decades, different national laws have been created or developed in order to accommodate immigrants. National plans for the hosting and integration of immigrants have been launched, considering sector-based areas, such as employment, health, housing, solidarity and social security, education, and crosscutting themes, e.g., welcoming immigrants and their descendants, family reunification, racism, and discrimination. These National plans adopted a holistic approach to integration. The key objective continued to be the full integration of immigrants in culture, language, employment, professional training, and housing. It highlighted the promotion of diversity and intercultural dialogue. They also promoted cultural and religious diversity, especially through the media.

As in many other parts of the world, migrants turn to religious organizations in search of support. This happens in Portugal with catholic organizations who welcome migrants, independently from their cultural or religious affiliation, as states a recent study about 17 orthodox religious communities all over the country. Research and questionnaires applied in Portugal to immigrants from various eastern countries (Ukrainians, Moldovans, Romanians, and Russians) pointed in the direction that religious communities, even culturally diverse, represent a common space of identity. Religious practice improves in the situation of Diasporas, contributing to the consolidation of high levels of religiosity within the orthodoxy of their churches. Religion is, for many of those questioned (90%), more intense in exile and an essential dimension in their lives. There is an intense relation between their communities and the Catholic Church—through the work of Catholic migrations and their secretariats all over the country, especially with recent new comers from Eastern Europe. Migrants were grateful to religious communities—also to the Catholic Church, by the support received, at many levels (VILAÇA, 2009, pp. 56-57). The degree of confidence in their own Churches and also in the Catholic Church score prominently in relation to other institutions. They have also expressed significant confidence (above 50%) in state institutions and public administration, especially those focusing on immigration. Religious communities in Portugal have been playing a key role in integrating new immigrants; they help to resolve emotional and other problems, such as unemployment, housing, language courses, education, advocacy, social services, as well as to establish contacts with other persons and institutions (VILAÇA, 2009) and they contribute to their social integration. This is not a process of cultural assimilation, but of reciprocal exchanges (PORTES, 1998; PUTNAM, 2007). Immigrants are now major parts of the social Portuguese system. They contribute to the renewal of the population, to the economic development, and to revitalizing of cultural and social behaviours. National laws have been created or developed in order to accommodate them. But still, there is a lot to do.

CONCLUSIONS

Research shows that religious minorities are proliferating around the world, dew to many factors such as labour force movement, refugee flight, trade, education, etc. It also shows that religious freedom promotes peace by reducing inter-religious conflict (Farr, 2008). Religious communities have been playing a key role in integrating refugees and immigrants: they help to resolve emotional and other problems, such as unemployment, housing, language courses, education, advocacy, social services, as well as to establish contacts with other persons and institutions and they contribute to their social integration (PIRES, 2003). Concluding, religious communities work as agents able to build bridges with dimensions that are beyond the range of action of any political force (VILAÇA, 2009).

REFERENCES

COLE DURHAM, W. Jr., *Religious freedom in a worldwide setting: Comparative reflections in universal rights in a world of diversity*. PASS, Vatican City, 2012, pp.350-377.

COUNCIL OF EUROPE, *White paper on intercultural dialogue: Living together as equals in dignity*. Council of Europe, Strasbourg, 2008.

FARR, Thomas, *World of faith and freedom*. Oxford University Press, New York, 2008.

GLENDON, Mary Ann and ZACHER, Hans F. (Eds.), *Universal rights in a world of diversity. The case of religious freedom*. PASS, Vatican City, 2012.

PAUL VI, Pope, *Declaration on Religious Freedom Dignitatis Humanae*. Vatican City, 1965, article 1.

PEW FORUM on Religion and Public Life. (2009). *Global restrictions on religion*. Retrieved from <http://www.pewforum.org/uploadedFiles/Topics/Issues/Government/restrictions-fullreport.pdf>

PEW FORUM *A Closer Look at How Religious Restrictions Have Risen Around the World* (2019) (retrieved 25th June 2022) in <https://www.pewresearch.org/religion/2019/>

[/07/15/a-closer-look-at-how-religious-restrictions-have-risen-around-the-world/](https://www.pewresearch.org/religion/2019/07/15/a-closer-look-at-how-religious-restrictions-have-risen-around-the-world/)

PIRES, Rui Pena. *Migrações e integração: Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Celta Editora, Oeiras, 2003.

PORTES, Alejandro, «Social capital: Its origins and applications in modern sociology». *Annual Review of Sociology*, 24, 1998, 1-24.

PUTNAM, Robert, *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. Simon & Schuster, New York, 2000.

PUTNAM, Robert, «E-Pluribus Unum: Diversity and community in the twenty-first century: The 2006 Johan Skytte Prize Lecture» *Scandinavian Political Studies*, 2007, 30 (2), 137-174.

UNESCO, *Guidelines on intercultural education*. UNESCO, Paris, 2006.

VILAÇA, Helena, *Imigração, etnicidade e religião: o papel das comunidades religiosas na integração dos imigrantes da Europa de Leste*. ACIDI, Lisboa, 2009.

TEMPO E CRISE NO 2º GOVERNO DE VARGAS: UM OLHAR A PARTIR DO PENSAMENTO DO INTELECTUAL HÉLIO JAGUARIBE

Data de aceite: 01/09/2022

Cleber Ferreira dos Santos

Mestre em Educação e doutorando em História das Ideias Políticas pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES)

RESUMO: O principal objetivo deste trabalho foi tentar entender o significado de “tempo de crise”, presente nas representações políticas do intelectual Hélio Jaguaribe, buscando compreender a crise ministerial eclodida no seio do Ministério da Justiça entre 1952 e 1953, no 2º governo Vargas. Testemunha deste período, Jaguaribe fez circular as crises políticas do seu tempo através de uma revista que ficou conhecida como *Cadernos do Nosso Tempo*, fonte fecunda para a compreensão do pensamento deste intelectual e campo de análise para os resultados obtidos até aqui, em nossa pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo; Crise; Ideias Políticas; Intelectuais.

INTRODUÇÃO: UM INTELECTUAL EM UMA GERAÇÃO DE INTELECTUAIS

Nascido no Rio de Janeiro, em 23 de abril de 1923, e diplomado em direito em 1947, Jaguaribe teve uma vasta formação em sua vida intelectual. Contribuições advindas da Ciência Política, da Filosofia, da Sociologia, da História e da Economia corroboraram para uma visão de mundo alargada para pensar e agir no Brasil de

seu tempo. Lecionou em grandes universidades fora do Brasil, como em Harvard, Stanford, no Institute Massachusetts of Technology (MIT) e no Colégio do México. No Brasil, foi professor do Conjunto Universitário Cândido Mendes, além de se tornar decano do Instituto de Estudos Políticos e Sociais do Rio de Janeiro (IEPES). Sucedeu Celso Furtado na Academia Brasileira de Letras em 2005 e foi autor de dezenas de livros, dentre eles, clássicos como *o nacionalismo na atualidade brasileira* (1958) e *um estudo crítico da história* (2001), publicado pela livraria Paz e Terra, em dois volumes. Fazendo da escrita sua marca registrada, Jaguaribe teve seu último trabalho publicado no ano de 2006, também pela editora Paz e Terra, denominado de *“o posto do homem no cosmo”*, vindo a falecer no ano de 2018

Posto isso, vale destacar, que o pensamento que teria conduzido Hélio Jaguaribe, ao engajamento público, remonta às experiências de um grupo de intelectuais jovens que, sob a coordenação do próprio Hélio, tiveram acesso à 5ª página do jornal “O Comércio”, a convite de Augusto Frederico Schmidt, em fins dos anos 40. Devemos considerar, também, que Jaguaribe foi parte de uma geração de intelectuais que teria experimentado um cenário político altamente conturbado no Brasil de sua época. Basta recordarmos que as pressões políticas provocadas pela Segunda Guerra Mundial (1944-1948) e a consequente disputa

pela hegemonia do poder acabara criando um cenário bastante hostil em vários países da América Latina, com graves consequências para a política externa brasileira.

Somado a isso, o fim do Estado Novo (1937-1945) promovia uma disputa política que teve como efeito a deposição do então presidente Getúlio Vargas, abrindo caminhos, não só para a abertura democrática, mas para o pleito eleitoral de 1945, com vitória de Eurico Gaspar Dutra, sob a legenda do Partido Social Democrático (PSD), o que não se via à quase duas décadas. Foi neste íterim que Jaguaribe teria testemunhado as crises do seu tempo.

De acordo com Hélio Jaguaribe, para pensar as crises políticas de seu tempo, um grupo de intelectuais passou a se organizar no Parque Nacional de Itatiaia, sob a sua liderança, originando-se aquele que ficou conhecido como o Grupo Itatiaia¹. O grupo do Estado de São Paulo era quase inteiramente filosófico, enquanto que os do Rio de Janeiro se voltavam para as ciências sociais.

Além disso, a grande maioria dos intelectuais advindos de São Paulo haviam tido suas experiências no movimento político criado por Plínio Salgado, a Ação Integralista Brasileira (AIB). Figuras como Ângelo Arruda, Miguel Reale e Renato Czerna, que tiveram relevante atuação na AIB, compunham os quadros de intelectuais paulistas. Do lado carioca, a visão política de Hélio Jaguaribe era bem outra, como bem recordou o próprio intelectual: “Fui trotskista em minha juventude, como forma de ser marxista não-stalinista; discípulo de Mário Pedrosa, nessa época, participei da experiência do Partido Socialista ao seu lado.

Doravante, o trotskismo que falava Jaguaribe, seria aquele derivado do revolucionário russo Léon Trotski, que defendia, dentre outras bandeiras, a ideia de uma “revolução permanente” que pudesse se espalhar para outros países, principalmente para aqueles países com forte dependência do capital estrangeiro.

Portanto, configurou-se, em um primeiro momento, no pensamento do Grupo Itatiaia, traçar o papel do intelectual brasileiro naquela conjuntura política de contexto conturbado, figurado, sobretudo, pelos debates que giravam entorno dos rumos que a nação deveria tomar para a guinada nacional. Assim, na medida em que o encontro desses intelectuais avançava, em Itatiaia, um esclarecimento de ideias políticas sobre a realidade brasileira irrompia no sentido de dar vazão a ação desses sujeitos. Neste ponto, cabe as observações feitas por Alzira Aves de Abreu:

Os intelectuais do Rio de Janeiro consideravam que seu papel social implicava na formulação de alternativas políticas para a sociedade brasileira, e que a elaboração de um projeto de desenvolvimento tinha prioridade sobre os aspectos ou estudos particulares. Eles definiam seu papel social como agentes de mudanças, seriam eles que deveriam diagnosticar os problemas, buscar as soluções, formar os quadros dirigentes do país, criar novos modelos

1 O Grupo Itatiaia foi responsável por configurar o pensamento de intelectuais decididos a intervir nas problemáticas do seu tempo. Sob a liderança de Hélio Jaguaribe, o Parque Nacional de Itatiaia foi o local escolhido para os encontros mensais de intelectuais tanto do Rio de Janeiro, quando do Estado de São Paulo.

No entanto, diante de visões de mundo tão distintas, entre ex-integralistas de São Paulo e marxistas do Rio, a divisão do Grupo Itatiaia passou a se desenhar como inevitável. Este conflito, procedente de perspectivas diversas, teria levado à desagregação do Grupo Itatiaia. Diante da ruptura, já sem a orientação dos paulistas, os intelectuais do Rio seguiram para uma nova fase de representações políticas, com a criação do IBESP. O Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), foi à forma que Jaguaribe encontrara para levar a cabo e tornar visível as ideias que tinha acerca dos rumos que o país precisava tomar para alcançar seu desenvolvimento político, social e econômico.

Deste modo, o IBESP passou a caracterizar-se como uma instituição privada, tendo suas despesas assumidas por seus próprios membros. Além disso, o IBESP nutria um convenio com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o que possibilitava algumas tarefas, como conferências e cursos em seu âmbito. Inclinado para uma política desenvolvimentista, Jaguaribe pautou o Instituto a partir do esclarecimento das forças progressistas, como também pelo arremetimento político dessas forças, no intuito de dar visibilidade política a um país marcado pela dependência estrangeira.

Destarte, enquanto atuava sob a égide do IBESP², em parceria com intelectuais advindos do Grupo Itatiaia, Jaguaribe resolveu criar um veículo que pudesse servir como meio de divulgação de ideias políticas no Brasil. Originou-se, desta feita, a revista *Cadernos do Nosso Tempo* (CNT), visando alcançar, principalmente, os setores da opinião pública preocupados com o dependentismo político-cultural e socioeconômico vivido pelo país. Acerca do papel da revista, Jaguaribe mesmo destacou:

Os *Cadernos do Nosso Tempo* representam um esforço para compreender o nosso tempo na perspectiva do Brasil e o Brasil na perspectiva de nosso tempo. Postulam a exigência de uma compreensão concreta da vida. Esse nosso propósito de compreensão da realidade representa, ademais, um esforço para fundamentar uma ação autêntica, apoiada na justa interpretação das possibilidades e das necessidades de lugar e de tempo.

À vista disso, Logo no primeiro número da revista, publicada em 1953, num artigo conhecido como “*A Crise Brasileira*”, Hélio Jaguaribe apresentou um diagnóstico acerca da situação econômica, social, política e cultural do país. Analisando os principais problemas que afetavam a sociedade e apontando caminhos para sua resolução, o cientista político chamava a atenção para a necessidade de um meio capaz de assegurar ao intelectual brasileiro um campo de ação para agir e pensar a crise brasileira.

Destarte, como já apontado por Alzira Alves de Abreu, o artigo denominado de “*a crise Brasileira*”, apresentado por Jaguaribe, tinha a clara intenção de servir como um texto-

² Cabe destacar, que o financiamento da revista, como também das atividades desenvolvidas pelo IBESP, provinham, sobretudo, de recursos fornecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), graças ao apoio do então secretário geral da entidade, Anísio Teixeira. Já o espaço para as atividades realizadas pelo Instituto era cedido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), onde em seu auditório era promovido os cursos e conferências realizados pelo IBESP.

base para as discussões teóricas e como ponto a partir do qual os integrantes do IBESP deveriam orientar seus futuros estudos sobre a problemática brasileira. No entanto, as ideias formuladas por Jaguaribe não foram aceitas como unanimidade pelos membros do IBESP. Desta maneira, os principais desacordos se manifestaram quanto à afirmação, feita por Jaguaribe, de que a socialização dos meios de produção era a única opção viável para aquele momento histórico que o país estava vivendo.

Diante deste interregno, comum quando se trata de intelectuais com visões de mundo um tanto heterogêneas, e com dificuldades financeiras para manter as atividades do instituto, os intelectuais liderados por Hélio Jaguaribe chegaram a um consenso, de que seria preciso transformar o IBESP em órgão público, com o objetivo de receber proventos do Estado. Foi durante o segundo governo Vargas (1951-1954), que o então Ministro da Educação Antônio Balbino foi convencido da necessidade de se fazer, no Brasil, uma instituição dedicada a estudos políticos.

Deste modo, teria sido a partir dos constantes pedidos de Jaguaribe, acerca da necessidade de construção de um instituto de altos estudos no Brasil, que permitisse ao intelectual brasileiro ferramentas para análises teóricas sobre a situação política, social e econômica do país, que Antônio Balbino solicitou que fosse formalizado um projeto com as finalidades deste instituto, ficando sob a responsabilidade do próprio intelectual sua elaboração.

Isso posto, devemos compreender, que desde os encontros do Grupo Itatiaia, até o fim do IBESP, houve uma acentuada preocupação por parte desses intelectuais em exercerem suas influências sobre os grandes centros de poder, sempre inclinados ao desenvolvimento nacional. Nesse sentido, para Abreu, As questões surgidas na transição da sociedade agrária tradicional para a sociedade industrial moderna, incentivaram os intelectuais a se lançarem na formulação de estudos, planos e projetos que orientassem a política de desenvolvimento.

UM INTELECTUAL EM TEMPOS DE CRISE

Como vimos, de Itatiaia emergiu um grupo de intelectuais dispostos a serem protagonistas do pensamento político de sua época, fazendo-se conhecidos através da circulação de ideias e visões de mundo diversas. Desta geração, se destacou um intelectual comprometido a interpretar aquilo que ele mesmo convencionou a chamar de “crise do nosso tempo”. Assim, dizia Jaguaribe: “O nosso tempo, como hoje já o conhece a quase unanimidade de nossos contemporâneos, é uma época de crise, não apenas no sentido de experimentar uma crise, senão no de ser constitutivamente crítico”. (JAGUARIBE, 1954, p. 4).

Desta dita, Jaguaribe acusava a existência de uma crise no campo político-cultural brasileiro, não num sentido estritamente descritivo, mas, observando-a para nela agir. Certo

de sua responsabilidade, procurando interpretar a dita crise, Hélio Jaguaribe evidenciava que a crise política que se instalara na política brasileira seria fruto das imposições de um tempo histórico determinante. Neste sentido, afirmava o cientista político: “em nosso tempo, estão em crise às crenças adjetivas, crise que se processa na antinomia liberalismo-socialismo, ou indivíduo-sociedade, e se manifesta, mais ainda, pelas contradições inerentes a cada uma dessas posições” (JAGUARIBE, 1954, p. 6).

Em outras palavras, o cientista político argumentava que as crenças de uma época, e os hábitos nela socialmente vigentes, se relacionam no sentido de se ajustarem umas às outras, implicando sua mútua contradição e divorciando-se das práticas efetiva da vida social e política. Nesta guisa, na visão do intelectual, é no desmoronamento das crenças políticas que se verificam tempos de crise. Desta forma, Jaguaribe destacava que em países como o Brasil, onde “persistem” alienações colonialistas, a crise se sustenta a partir das consequências desta alienação, ou seja, de acordo com as perspectivas do interesse.

Houve épocas, como sucedeu com aquelas de desintegração e colapso das civilizações anteriores à ocidental, em que a problematidade com que se defrontavam os homens, não decorria apenas das antíteses que se constituíam do processo da vida, mas sim, do fato de a vida mesma, como tal, se haver tornado problemática. Por isso, “um tempo assim, um tempo como o nosso, é um desafio para a liberdade”.

Tendo sofrido grande influência do filósofo espanhol Ortega y Gasset, para qual a crise consiste na desintegração dos alicerces da vida cotidiana, Jaguaribe apontava para a necessidade de intervenção através da política (campo de poder), com vistas à superação da mesma em âmbito social. Nesta perspectiva, uma época de crise seria uma época de trânsito, quando determinada cultura experimenta um período turbulento e de aceleração de sua existência, ou seja, quando o passado não é mais vigente e o futuro é incerto, instalando-se a crença que não se pode mais crer nas normas do cotidiano.

Nessa perspectiva, acreditamos que seria essa “desorientação”, característica de uma época de crise, ressaltada por Ortega e denunciada por Jaguaribe, e em circulação através da revista *Cadernos do Nosso Tempo*, que teria denunciado a ação do intelectual. Nessa acepção, as concepções de Martin Heidegger, tecidas a partir das teorias encontradas em *ser e tempo*, passava a nutrir a visão de Hélio Jaguaribe acerca da política, entendida como um desafio para este intelectual. Isso por que, para Heidegger, o tempo seria condição de possibilidade, logo, seu último momento. Deste modo, Jaguaribe entendia que, como fatores históricos, os processos políticos se desenvolvem a partir de projetos inclinados para o futuro, elaborados de modo a adquirirem sentidos para os contemporâneos.

Por consequência, o cientista político assinalava dois planos de profundidade da crise política brasileira, um de caráter estrutural, outro de caráter conjuntural. Estruturalmente, a crise brasileira consistia no fato de o país ter ultrapassado todos os níveis de tolerância do subdesenvolvimento substancial. Ocorre, que de acordo com o intelectual, a progressiva deterioração acentuada pela crescente dependência de certas matérias primas, tais como o

carvão, o petróleo e o trigo, acabara se tornando um ponto de estrangulamento econômico que teria estagnado a capacidade de desenvolvimento nacional naquela época.

O subdesenvolvimento nacional, nas suas repercussões internas, como observado por Jaguaribe, teria acentuado novos fenômenos de subdesenvolvimento, que se caracterizaram, verticalmente, pela crescente desproporção entre as rendas das classes assalariadas e das classes controladoras da produção, da circulação, e da distribuição dos bens, caracterizando-se, de modo horizontal, com as regiões mais altamente capitalizadas, em relação com as regiões de menor densidade capitalista. Assim, a crise política brasileira, como crise na fundamentação e na estruturação do Estado, ancorada pelo subdesenvolvimento e pelo alargamento do poder das elites, teria levado o Brasil a uma crise permanente.

Como testemunha dessa crise permanente, Jaguaribe chamava a atenção para uma disputa de poder no núcleo ministerial do governo Vargas (1951-1954), agravada, sobretudo, pelo lugar ocupado pela União Democrática Nacional (UDN). A despeito desta, vejamos. Eleito sob a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no impulso de um movimento de massas, com características de uma verdadeira revolução branca, Vargas contou com uma alargada maioria pessedista. Neste interim, nunca é demais lembrar, que os dois principais Estados da federação, São Paulo e Minas Gerais, estiveram sobre o controle de forças adversas ao PTB, a despeito de alianças eleitorais de caráter efêmero, “o que impunha ao então presidente Vargas a necessidade de transito com tais forças”.

Ocorre, porém, como bem destacado por Jaguaribe, que o pleito eleitoral de 1950 havia se dividido segundo tendências ideológicas, correspondendo de um lado às posições liberais-democráticas ao Partido Social Democrático (PSD) e a UDN, e as posições de esquerda ao PTB. Essa diversidade de tendências, somado a composição política organizada por Getúlio Vargas, teria agravado a crise política no interior do governo.

Não obstante, os interesses políticos desses grupos ainda teriam acentuado as divergências ideológicas no seio do governo, o que agravava ainda mais a crise política do governo varguista. Deste modo, enquanto o Ministério da Justiça, liderado pelo então ministro Tancredo Neves sofria ataques internamente, o entrechoque de tendências e grupos opostos, externamente, se processava numa luta pela conquista de posições no governo. Como bem recordou Jaguaribe (1953), essa crise se caracterizava pelos esforços desenvolvidos pelos políticos que aspiravam a pastas ministeriais, no sentido de encontrar uma composição que trouxesse a UDN para o governo sem enfraquecer a base governamental, que naquele período era composta pelo PSD, pelo PTB e pelo Partido Social Progressista (PSP).

Nessa altura, segundo Jaguaribe, Vargas propunha uma reforma de base administrativa, com vistas a reorganizar o serviço público, sem que se perdesse do horizonte a remodelagem dos ministérios. No entanto, na medida em que o presidente avançava na pauta de formas, visando estancar a crise política ministerial, notadamente

alargada naquele momento, seu governo enfraquecia-se ainda mais. Hélio Jaguaribe, neste sentido, destacou que a luta política partidária, disseminada no centro do governo Vargas, teria culminado no desgaste do Poder Executivo que perdeu, em grande medida, o comando do Congresso e o controle da política nacional. Como consequência dessa crise, acompanhou-se o estrangulamento do governo de Getúlio Vargas, no campo político, até o ano de 1954, quando o então presidente “sai da vida para entrar na história”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a tentativa desse trabalho foi a de situar o intelectual Hélio Jaguaribe no seio de uma geração de intelectuais a qual foi protagonista, a “Geração de Itatiaia, com a finalidade de melhor compreender a trajetória desse sujeito histórico, a partir do pensamento político brasileiro. Dessa maneira, situar a relação entre este homem público e a política, esta entendida por nós como um campo de poder, requer do historiador as responsabilidades e os riscos de caminhar em um terreno pantanoso. Terreno este, que por motivos diversos, deve-se evitar os perigos da ilusão biográfica, que teria a desastrosa consequência de uma história intelectual de início, meio e fim.

Assumido este risco, traçamos a trajetória de um intelectual que fez da escrita seu principal instrumento de poder. Entre ideias políticas e representações de mundo, “Hélio”, como o chamava o então amigo Candido Mendes, não só engajou-se na principal problemática do país de seu tempo, o subdesenvolvimento, como também acusou “uma crise permanente” no campo da política brasileira. Parafraseando o intelectual, “uma crise revelada pelo tempo”. Dessa forma, Jaguaribe se apresenta para nós, testemunhas de um outro tempo, como um sujeito de ação, não só pela intervenção política e cultural nos assuntos da sociedade em que viveu, mas por unir passado e presente, abrindo caminhos para se pensar a crise do nosso tempo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves: Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945-1964). As Esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ABREU, Alzira Alves. 1975. “Nacionalism et action politique au Brésil: une etude sur l’ISEB”. *Tese de doutorado*. Paris : Univeristé René Descartes.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Itinerário de un concepto. s/l: Montessor, 2002.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Trad. Marcia Sá Cavalcante. Petrópolis, Vozes, 2005.

JAGUARIBE, Hélio. **O ISEB e o desenvolvimento nacional**. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org). **Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do Iseb**. Rio de Janeiro, Revan 2005.

JAGUARIBE, Hélio. **“Apresentação”**. *Cadernos do nosso tempo*, nº 1. Rio de Janeiro, IBESP, 1954.

JAGUARIBE, Hélio. **A crise brasileira**. *Cadernos do nosso tempo*, nº 1. Rio de Janeiro, IBESP, 1954.

ORTEGA Y GASSET, José. **Obras Completas**. Madrid: Alianza, 1983. (12 tomos). São Paulo: Contexto, 2013.

PÉCAUT, Daniel, **Os Intelectuais e a Política no Brasil**: “Entre o Povo e a Nação”. Ed. Ática, 1990.

SCHWARTZMAN, Simon. **O pensamento Nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo**. Brasília; Editora UNB, 1979.

SOBRE O ORGANIZADOR

JOACHIN AZEVEDO NETO - Atualmente, é Professor Adjunto de Historiografia e História Contemporânea na Universidade de Pernambuco – UPE/Campus Petrolina. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa de Política e História Literária - GEPPHIL, vice-coordenador do Núcleo de Extensão e Pesquisa em História, Educação, Linguística e Literatura - NEPHEL e da TV NEPHEL na mesma instituição. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História - PPGH da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Possui doutorado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC (2015), financiado pela CAPES. Realizou Mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande/UFCG (2010) e Graduação em História pela Universidade Estadual da Paraíba/UEPB (2008). Tem publicações com ênfase na área de História e interesse nos seguintes temas: História Contemporânea e Literatura, História dos Intelectuais e Teorias da História. É da Red de Estudios Biográficos de América Latina - REBAL e do Grupo de Pesquisa História e Arte, Teorias da História (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC). A tese de sua autoria, *Vida literária e desencantos: uma história da formação intelectual de Lima Barreto (1881-1922)*, foi premiada no II Prêmio Sandra Jatahy Pesavento de Teses em História Cultural (2016). Palestrante com experiência na área de História & Literatura. Coordenador do programa História em debate, parte da programação veiculada pela TV Nephel (YouTube), no qual professores/pesquisadores com trajetórias acadêmicas consolidadas na área de Ciências Humanas são recebidos para diálogos multidisciplinares em torno de temáticas consideradas urgentes para nosso tempo presente. Participa também do Conselho Editorial e de comissões de avaliação *Ad hoc* de diversos periódicos científicos.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 48, 53, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 79, 82, 84, 86, 87, 121

Alagoas 39

Angola 63, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88

Arquivologia 13

C

Cativeiro 27, 33, 58

Ceará 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 123

Clóvis Moura 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74

Código criminal 27, 29, 31

Cotidiano 6, 35, 36, 55, 57, 95, 114, 115, 118, 229

D

Democracia 75, 82, 84, 85, 86, 87, 88

Descendentes de escravizados 50, 55, 56, 59, 60

Diáspora 61, 62, 72, 73, 74

Direito 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 32, 35, 42, 52, 54, 55, 57, 58, 76, 78, 79, 83, 84, 87, 89, 97, 126, 143, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 208, 225

Ditadura 75, 76, 77, 83, 84, 85, 86, 87, 150

E

Encantado 50, 51, 55, 57, 58, 59, 60, 101, 105, 107

Escravidão 2, 3, 4, 7, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 64, 67, 69, 70, 71, 72, 162

Escravizados 27, 31, 32, 33, 34, 35, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 70

F

Formação docente 2, 89, 91, 98, 186, 187

Fredick Barth 44

Frei Antônio do Desterro 15, 16, 18

H

História 1, 2, 1, 2, 12, 13, 25, 27, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 83, 87, 88, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113,

114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 150, 159, 161, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 179, 180, 192, 195, 196, 198, 202, 203, 204, 205, 207, 210, 211, 213, 225, 231, 233

História cultural 139, 170, 180, 233

História da arte 13, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 161, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 202

História da educação 179

História da música 2, 102, 103, 105

História das mulheres 2, 119

História social 27, 36, 37, 74, 104, 137, 140

Historiografia 4, 61, 62, 63, 64, 72, 74, 100, 101, 102, 103, 105, 107, 131, 135, 140, 166, 169, 180, 233

I

Identidade étnica 38, 39, 41, 45, 46, 47, 48

Instituições 1, 4, 11, 59, 65, 66, 67, 72, 76, 80, 85, 86, 89, 122, 125, 150, 178, 182, 183, 188, 189, 195, 204, 207, 212, 213

Itamar Vieira Jr. 50

J

James Scott 32

Joseph Ki-Zerbo 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74

L

Lepra 14, 15, 23

Liberalismo 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 229

Libertos pobres 27, 31, 33

M

Max Weber 44

Memória 17, 25, 39, 40, 48, 49, 63, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 129, 132, 133, 154, 159, 160, 163, 166, 167, 168, 169, 179, 180

Moçambique 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88

Monarquia 1, 3, 5, 8, 10, 11

Mulheres negras 38, 39, 41, 47

P

Pe. Antônio Vieira 59

Política 1, 3, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 18, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 49, 64, 65, 69, 71, 72, 73, 75, 78,

80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 109, 119, 129, 149, 170, 176, 184, 195, 204, 210, 213, 216, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233

Positivismo 3, 4, 183, 189

Pós-modernidade 192, 197, 198, 200, 201, 202, 203

Práticas jurídicas 1

Q

Quilombolas 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48

R

Resistência 2, 30, 32, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 53, 71, 72, 80, 197, 198, 209, 211

Rio de Janeiro 11, 12, 13, 14, 15, 25, 26, 35, 36, 37, 48, 49, 60, 73, 74, 87, 100, 107, 109, 110, 130, 132, 143, 146, 168, 169, 180, 190, 191, 202, 203, 209, 213, 214, 225, 226, 231, 232

S

Século XIX 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 11, 12, 14, 27, 33, 36, 37, 38, 40, 53, 62, 68, 71, 91, 97, 101, 112, 113, 135, 142, 143

T

Thomas Driendl 13, 22, 23

Torto Arado 56, 57

Y

Yara Tupinambá 133, 146, 147, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 169

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

HISTÓRIA: REPERTÓRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS E HISTÓRICAS



www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

HISTÓRIA: REPERTÓRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS E HISTÓRICAS

